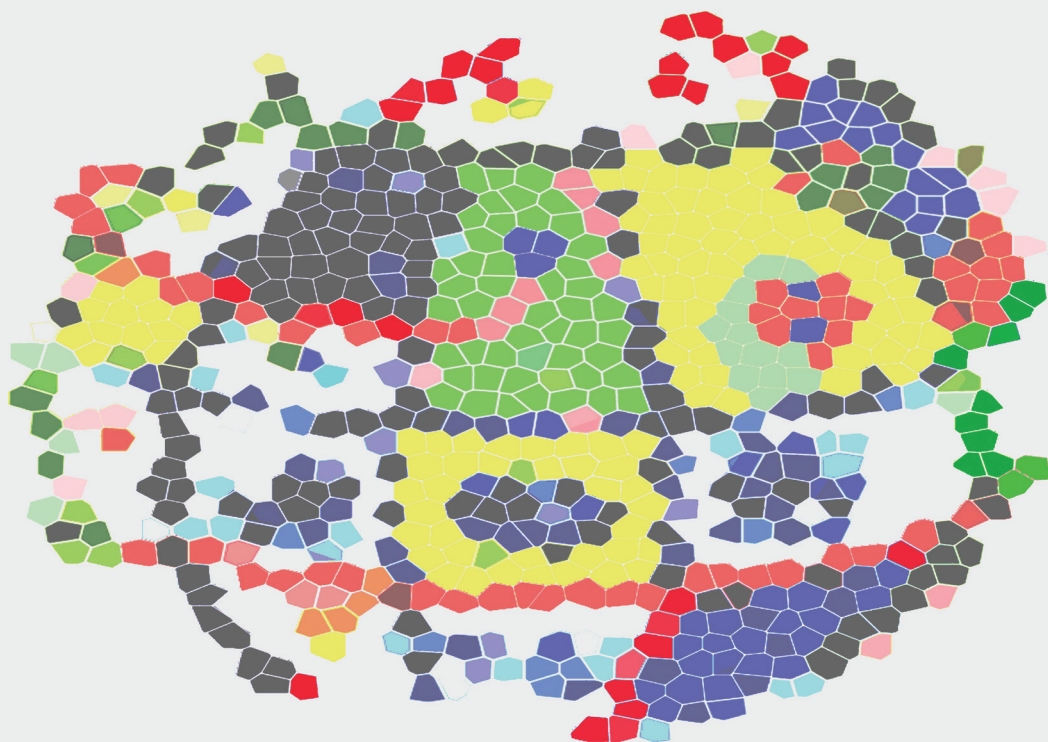


MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA (4)

ESTUDOS E AÇÕES TRANSDISCIPLINARES EM TRÊS DIMENSÕES

DIAMANTINO PEREIRA
organizador



EDUCAÇÃO, GÊNERO E SAÚDE

DIMENSÃO SOCIOAMBIENTAL, PATRIMÔNIO E POLÍTICAS TERRITORIAIS

POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO PARTICIPATIVA

MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA 4

ESTUDOS E AÇÕES
TRANSDISCIPLINARES
EM TRÊS DIMENSÕES

DIAMANTINO PEREIRA
organizador



ESTUDOS E AÇÕES TRANSDISCIPLINARES EM MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA 4

Diagramação
Fernandes Augusto Castro

Projeto e Produção
Coletivo Gráfico Annablume

Annablume Editora
Arquitetura, Urbanismo e Políticas Urbanas

Conselho Científico

Carlos Antônio Brandão

Carlos Fortuna

Giuseppe Cocco

Jeroen Klink

Joana Mello (coordenadora)

Mario Henrique D'Agostino

Maria Irene Szmrecsanyi (coordenadora)

Rosana Denaldi (coordenadora)

1ª edição: abril de 2019

© Diamantino Pereira

Annablume Editora
Rua dos Três Irmãos, 489 – Conj. 3
05615-190 . São Paulo . SP . Brasil
Telefones: (11) 3539-0225 –Tél.: (11) 3539-0226
www.annablume.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO MARCO BETTINE	9
UNIDADE I EDUCAÇÃO, GÊNERO E SAÚDE	11
APROXIMAÇÕES ENTRE SAÚDE DA MULHER E PSICOLOGIA: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE ELIZABETE FRANCO E CLÁUDIA MEDEIROS DE CASTRO	17
PESQUISANDO (N)A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO SOCIAL JULIANA P. RODRIGUES, MARÍLIA VELARDI E VALÉRIA AROEIRA GARCIA	31
NOTAS SOBRE OS EFEITOS DA CRISE ECONÔMICA E POLÍTICA SOBRE A POPULAÇÃO JOVEM BRASILEIRA PATRÍCIA JUNQUEIRA GRANDINO, PEDRO HENRIQUE JUNQUEIRA MARTINS E PRISCILA COURA LEME DA SILVA	41
MEMÓRIA POLÍTICA, DIREITOS HUMANOS: DENUNCIA E RESISTÊNCIA DE GRUPOS OPRIMIDOS CONTRA A VIOLÊNCIA DO ESTADO SORAIA ANSARA	49

UNIDADE II DIMENSÃO SOCIOAMBIENTAL, PATRIMÔNIO E POLÍTICAS TERRITORIAIS	67
A CRISE SOCIOAMBIENTAL IMPÕE O DIÁLOGO ENTRE SABERES MARCOS B. DE CARVALHO	73
AGRURAS AGROCULTURAIS: A AVENTURA DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS DIAMANTINO PEREIRA	93
VISÕES DA NATUREZA COMO INSTRUMENTO DE CRIAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS SIDNEI RAIMUNDO	109
PATRIMÔNIO INSTITUÍDO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS SÍLVIA HELENA ZANIRATO E MARIA LETÍCIA MAZZUCCHI FERREIRA	129
UNIDADE III POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO PARTICIPATIVA	151
EDUCAÇÃO INCLUSIVA É EDUCAÇÃO PARA TODOS? UMA ANÁLISE DAS CONTRADIÇÕES NA POLÍTICA DE ESTADO MARA APARECIDA DE CASTILHO LOPES E MARIA ELIZA MATTOSINHO BERNARDES	157
FINANCIAMENTO E INTERFACES SOCIETAIS NA POLÍTICA MUNICIPAL DE ESPORTE DA CIDADE DE SÃO PAULO URSULA DIAS PERES E ANDRÉ GALINDO DA COSTA	171

INOVAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DOS PORTAIS E FERRAMENTAS PARA DISSEMINAÇÃO	185
JORGE MACHADO E GISELE CRAVEIRO	
AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO NÃO DIREITO À HABITAÇÃO	203
GUILHERME MEYER E MARCO BETTINE	
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS: PROGRAMA LIXO ZERO EM GUARULHOS, SÃO PAULO	213
ANA PAULA FRACALANZA, MARIANA GUTIERRES ARTEIRO DA PAZ E MARINA GONZALBO CORNIERI	
POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: O CASO DO PLANO DE BAIRRO DO JARDIM LAPENNA COMO UM CAMINHO DA DEMOCRACIA PARA UM TERRITÓRIO DE DIREITOS	225
ANDRELISSA TERESSA RUIZ E MARCELO VILELA DE ALMEIDA	



APRESENTAÇÃO

MARCO BETTINE

Caro leitor, este livro é composto de textos acadêmicos assinados por professores e pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política da Universidade de São Paulo (ProMuSPP-USP). Programa interdisciplinar por excelência, aborda os problemas nas sociedades complexas a partir de olhares inovadores e plurais com referencial teórico diversificado e temas desafiadores neste mundo em rápida transformação.

Temos como objetivo desta obra, apresentar questões teóricas e empíricas com o intuito de melhor compreender a complexa sociedade contemporânea e a ação política desenvolvida em múltiplos contextos sociais. Além disso, buscamos despertar o interesse do leitor em três grandes áreas: (a) Educação, Gênero e Saúde; (b) Dimensão Socioambiental, Patrimônio e Políticas Territoriais; (c) Políticas Públicas e Gestão Participativa.

Na **Unidade I** do livro apresentamos textos produzidos pela linha de pesquisa Educação, Saúde e Relações de Gênero. As pesquisas têm como fio condutor a análise do ser social historicamente situado que, como sujeito social, atua nas áreas da saúde, educação, promoção social e direitos humanos, articulando-se com as instituições e os movimentos sociais na tentativa de propor ações na realidade concreta para transformação do *status quo*, pesquisando e discutindo temas como a vulnerabilidade social, opressão estatal, desigualdade de gênero, colonização do conhecimento que serão debatidos em uma proposta para (re)pensar a produção de saberes e práticas para o caminho das “mudanças sociais que, se não superam, ao menos tensionam e resistem às desigualdades, à violência e à violação de direitos”.

Na **Unidade II** os textos foram produzidos pela linha de pesquisa Dimensão Socioambiental, Patrimônio e Políticas Territoriais que tiveram como proposição a análise dos discursos e projeções que fazemos sobre as realidades.

Cada vez mais os movimentos sociais e suas representações proporcionam novas dimensões do ser no mundo para “enfrentar os problemas que genericamente caracterizamos como socioambientais”. Como pontes para este desafio epistemológico esta linha propõe diálogos entre os saberes, visões sobre a natureza, produção do alimento e patrimônio instituído.

A linha de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão Participativa assina a **Unidade III**, que busca entender “as transformações políticas, econômicas e sociais, em um período de turbulências nas agendas dos direitos humanos e garantias constitucionais mínimas”, desta forma, os textos reunidos nesta unidade buscam compreender as políticas públicas e seus limites intersetoriais. Provocamos o leitor a questionar as políticas atuais e seu distanciamento da gestão participativa a partir de temas como, educação inclusiva, interfaces societais, habitação, inovação, resíduos sólidos e participação social.

Desejamos boa leitura!

“Quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem”

Rosa Luxemburgo

UNIDADE I
EDUCAÇÃO, GÊNERO E SAÚDE



APRESENTAÇÃO

Apresentamos um conjunto de artigos produzidos pela linha de pesquisa Educação, Saúde e Relações de Gênero. Nesta linha, as pesquisas são orientadas pelas categorias analíticas de gênero, geração, classe e raça/etnia. Embora distintas, como se pode observar nos textos, as investigações têm em comum o interesse pelo lugar social da diferença e a abordagem das políticas públicas e direitos humanos entendidos como construções sociais, historicamente situadas, conquistadas pelas mobilizações dos vários segmentos sociais oriundos da saúde, educação, promoção social e pelo movimento social organizado.

A seguir apresentamos quatro textos produzidos por pesquisadoras vinculadas à nossa linha de pesquisa.

Patrícia Junqueira Grandino, Pedro Henrique Junqueira Martins e Priscila Coura Leme da Silva no artigo *Notas sobre os efeitos da crise econômica e política sobre a população jovem brasileira*, problematizam como a crise econômica e política que atingiu o Brasil a partir de 2014 - bem como o cenário político de 2016 - aumenta a vulnerabilidade da população jovem. A apresentação de um conjunto de indicadores demonstra de que modo a conjuntura política e a desigualdade socioeconômica do país afetam negativamente a população jovem: os dados assustadores sobre encarceramento e mortalidade dessa população mostram como está sendo negado o direito à vida especialmente aos jovens pobres e negros. A fragilidade da implementação das ações propostas nas políticas públicas de proteção à infância e à juventude e o retrocesso no acesso aos direitos básicos, agravados pelo cenário político, ameaçam o futuro de parcela significativa da população jovem do país e sinalizam para a importância da mobilização da sociedade para defesa dos direitos da juventude.

A juventude impactada pela violência também é abordada no texto seguinte, *Memória Política, Direitos Humanos: denúncia e resistência de grupos*

oprimidos contra a violência de Estado, no qual Soraia Ansara reflete sobre o tema da memória política e sua relação com direitos humanos, exemplificado com sua pesquisa que aborda as memórias de mulheres-mães de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas e de técnicos que atendem estes adolescentes. A autora apresenta memórias das pessoas sobre violações de direitos humanos abordando especialmente violações de direitos humanos e mecanismos de resistência dos grupos oprimidos. Sua investigação permite observar como as desigualdades sociais e a atuação do Estado implicam em violações sofridas especialmente por jovens pobres.

No texto *Aproximações entre Saúde da Mulher e Psicologia: reflexões a partir da experiência na formação de profissionais de saúde*, Elizabete Franco Cruz e Cláudia Medeiros de Castro problematizam algumas aproximações da Psicologia com o campo da saúde da mulher, questionando a hegemonia da dimensão da maternidade nos saberes psi e o pobre uso de categorias como gênero e raça para compreensão da saúde da mulher nesta esfera de discussão. Apresentam aspectos históricos da construção social da agenda da saúde da mulher no Brasil e indicam um descompasso entre os princípios e ações contidos nas políticas públicas para a saúde da mulher e os textos produzidos no âmbito da Psicologia que formam e informam profissionais de saúde. As reflexões são exemplificadas com resultado de levantamento da produção teórica da Psicologia em base de periódicos. Chamam a atenção para importância da inclusão das categorias analíticas que contribuem a compreensão da dimensão do social e da crítica à naturalização do lugar da mulher/mãe nos textos da Psicologia.

No último capítulo desta seção *Pesquisando (n)a prática da educação social*, Juliana P. Rodrigues, Marília Velardi, Valéria Aroeira Garcia apresentam o conceito de educação social, apontando um conjunto de questões relevantes com destaque para indagações ligadas à formação dos/das educadores/as sociais e para a realização de pesquisas que possam se sustentar em perspectivas não colonizadas de produção de conhecimento.

Estes textos aparentemente díspares são entrelaçados pelas questões da educação (tanto social como formal na Universidade) e bordam desenhos que nos ajudam a conhecer e problematizar as demandas sociais do país. São frutos de reflexões proporcionadas pelo trabalho de pesquisa e formação de profissionais voltados para o trabalho intersetorial e interdisciplinar, compromissados com a mudança social e a participação política. Oportuno aqui utilizarmos a imagem do caleidoscópio, aquele brinquedo que tínhamos na infância, no qual miçangas, pedaços de canudos e lantejoulas eram colocadas num tubo de papelão junto com um jogo de espelhos e, a cada movimento

que fazíamos, formavam um bonito desenho. Esta nos parece uma boa imagem para o conjunto de textos produzidos por essa linha de pesquisa que expressam as diferentes perspectivas de estudos configurando o caleidoscópio da mudança social.

Consideramos que a Universidade tem o papel primordial na análise e produção de conhecimento, especialmente nas esferas da saúde, educação e dos movimentos sociais, bem como na formação de profissionais graduados e pós-graduados a fim de que possamos de (re)pensar sua produção de saberes e práticas que podem nos levar a mudanças sociais que, se não superam, ao menos tencionam e resistem às desigualdades, à violência e à violação de direitos.



APROXIMAÇÕES ENTRE SAÚDE DA MULHER E PSICOLOGIA: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE

ELIZABETE FRANCO

CLÁUDIA MEDEIROS DE CASTRO

Nosso objetivo neste texto é tecer algumas reflexões sobre contribuições da Psicologia para o campo da Saúde da Mulher, pois ainda que esta comporte um leque de teorias ou perspectivas teóricas, consideramos que se mantém a hegemonia das abordagens teóricas utilizadas pela Psicologia para conceber a mulher no âmbito da saúde a partir da função reprodutiva.

Nossas reflexões tem origem na atuação acadêmica voltada para a formação de obstetrites e formação pós-graduada de pesquisadoras e pesquisadoras, cujas pesquisas estão diretamente relacionadas ou dialogam com as ações desenvolvidas no âmbito da saúde. É a partir desta experiência, como psicólogas que desenvolvem práticas contextualizadas no ensino universitário, que temos pensado sobre as contribuições da Psicologia para a formação de profissionais de saúde que atuam no SUS, particularmente os que desenvolverão atividades voltadas para a Saúde da Mulher. Neste sentido a abordagem das políticas públicas assume para nós um papel importante, pois oferece as diretrizes para as ações em saúde desenhadas em tais políticas. Por outro lado os saberes da Psicologia nesta área formam (e informam) além de psicólogas/os um conjunto de profissionais de saúde como assistentes sociais, educadoras, enfermeiras/os, fisioterapeutas, obstetrites, médicas/os e nutricionistas que também utilizam dos referenciais teóricos da Psicologia para pensar suas práticas.

Neste texto, para problematizar esta temática entrelaçamos dois fios que confluem nesta construção: inicialmente apresentamos brevemente a trajetória das políticas de saúde da mulher no Brasil e posteriormente abordaremos as contribuições de alguns estudos da Psicologia para o campo da saúde da mulher. Ao final tecemos considerações sobre a necessidade de repensar as práticas discursivas que circulam neste campo.

BREVE TRAJETÓRIA E CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A SAÚDE DA MULHER NO BRASIL

As políticas públicas voltadas para a atenção à saúde das mulheres resultam de embates entre diferentes perspectivas e interesses políticos, econômicos, sociais e conceituais e técnicos. Desta forma, modificam-se ao longo do tempo os regimes de saber-poder-verdade (FOUCAULT, 2004a) e os discursos hegemônicos nos modos de conceber as mulheres e suas necessidades.

No Brasil, desde as primeiras décadas do século XX, o interesse da sociedade e do Estado pela saúde das mulheres era voltado para a busca do bem-estar das mães e crianças, traduzido em leis protetivas e iniciativas que estimulavam a busca por assistência médica no parto, objetivando a garantia da sobrevivência dos recém-nascidos. No período, publicações destinadas ao público feminino ofereciam prescrições sobre os cuidados com a prole para que as crianças pudessem se tornar adultos saudáveis. Tais iniciativas persistiram até a década de setenta, na forma de ações e programas de saúde materno-infantil, baseados na maternidade como principal função social da mulher, cujo corpo deveria ser cuidado pela condição de portador de um bebê. O foco na assistência ao pré-natal e parto deixava de lado a observação de aspectos mais amplos da saúde das mulheres (VILLELA e MONTEIRO, 2005). Ainda nas décadas de sessenta e setenta, pressões internacionais para o controle da natalidade nos países pobres, trouxe para as mulheres outro encargo, a responsabilidade pelo controle reprodutivo¹, traduzidas no Brasil em ações de distribuição de pílulas anticoncepcionais por meio de organizações não governamentais e na abusiva realização da cirurgia de esterilização feminina, a laqueadura tubária.

Mesmo com o país vivendo sob um governo militar, feministas e profissionais de saúde passaram a criticar a insuficiência da assistência à Saúde Materno-Infantil, porque sua proposta negava a sexualidade feminina e reduzia as mulheres a um objeto reprodutivo. Tais críticas somavam-se a outras reivindicações das mulheres, como o direito às creches, proteção do trabalho formal e informal, aliadas à luta pela democracia.

Surge assim, em 1983 o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM) como uma resposta às críticas elencadas e também como uma perspectiva de mudança substancial em relação à assistência oferecida. Este Programa teve como diretriz a atenção integral que, conforme Osis (1998) significava:

1. Esta perspectiva pode ser exemplificada pelas recomendações da Conferência de Bucareste, realizada em 1974, que destacavam o controle da natalidade em países pobres.

(...) enfatizar não só a integração do colo do útero e das mamas mas também de outros aspectos não físicos da vida das mulheres. O que elas defendiam era que o integral se referisse também ao conteúdo social, psicológico e emocional das mulheres a serem atendidas. Ser completo não apenas portadora de um corpo, inserida em determinado contexto sócio econômico.²

A equidade foi outro princípio norteador do PAISM que propôs atender a todas conforme as necessidades de saúde, da adolescência até a velhice, não restringindo as ações à atenção obstétrica.

As mudanças ocorridas nas políticas públicas para as mulheres foram produzidas em um contexto histórico marcado por mobilizações no cenário político nacional que dizia respeito à luta por democracia e pelo direito à saúde. No cenário político internacional, encontros afirmavam os direitos das mulheres, como a Convenção Internacional para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher em 1979 e a Conferência Mundial de População e Desenvolvimento em 1984. Em 1994, o Programa de Ação da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento definiu direitos reprodutivos como “o reconhecimento do direito básico de todos os casais e indivíduos para decidir livre e responsavelmente sobre o número, o espaçamento e o momento de ter filhos, do direito de obter informações e meios para realizar isso e do direito de obter o melhor padrão possível de saúde sexual e reprodutiva” (UNITED NATIONS, 1994). Foi um avanço abordar a reprodução no campo dos direitos, pois trouxe a possibilidade de incluir os homens nas discussões e desenvolver ações voltadas para a contracepção. Mais tardiamente foi possível trazer ao debate as demandas reprodutivas das pessoas homoafetivas ou com dificuldades reprodutivas (BRIGAGÃO, 2011a).

Em 1988 o direito à saúde foi reconhecido constitucionalmente e foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS), que inaugurou um novo paradigma na atenção à saúde no Brasil. O SUS tem como princípios a universalidade, integralidade e equidade. Sucintamente a universalidade significa que todas as pessoas tem acesso às ações de promoção, prevenção e assistência à saúde realizadas pelos diferentes serviços que compõem a rede assistencial; a equidade diz respeito ao tratamento justo com as diferenças, atender a todos de acordo com as suas necessidades e a integralidade o atendimento à todas as dimensões da saúde das pessoas.

As décadas de 1990 e 2000 foram marcadas pela implementação do SUS e pela ampliação do acesso às ações e serviços de saúde, No âmbito da saúde

2. OSIS, 1998, p.7.

da mulher destacamos a Lei 9.263 de 1996 que regulamentou o planejamento familiar no Brasil. No que diz respeito à atenção a saúde das mulheres, em 2004 ocorreu uma importante mudança em nível governamental, passamos de um “Programa” para uma “Política” denominada Política Nacional para a Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), que tem como princípios norteadores a perspectiva de gênero e a integralidade. No documento que descreve a PNAISM há a preocupação em considerar a diversidade presente no grupo populacional denominado “mulheres”, enfatizando a necessidade do desenvolvimento de ações voltadas para diferentes sujeitos de direitos que compõe grupos com identidades específicas como mulheres negras, lésbicas e mulheres privadas de liberdade (PAZ e SALVARO, 2011).

O PAISM e a PNAISM são afirmativos no sentido de buscar atender as mulheres em suas diferentes necessidades de saúde e resultaram em ações como a ampliação ao acesso aos métodos contraceptivos, ao exame preventivo do câncer de colo (exame Papanicolau) e na atenção aos agravos resultantes das violências doméstica e sexual. Mas no documento da PNAISM a ênfase à atenção obstétrica é anunciada já no item Apresentação (Brasil, 2011). A centralidade do tema na agenda da saúde ficou evidente com a Estratégia Rede Cegonha, divulgada em 2010 como a principal ação da saúde da mulher do governo federal. A iniciativa foi muito criticada, especialmente pelas feministas pois, justamente no momento em que tivemos a primeira mulher presidenta, observamos o retrocesso com o nome “Cegonha” que nega a sexualidade, tira o protagonismo da mulher no parto e retoma a ideia da saúde materno-infantil que acreditava-se estar superada (LEMES, 2011). Ainda que a composição populacional possa ser um dos fatores que justificam tal prioridade, uma vez que a maior parte da população feminina é composta por mulheres em idade reprodutiva, há que se considerar que a construção social da maternidade como a principal função social da mulher parece ainda prevalecer no país, o que contribui para que a assistência obstétrica mantenha-se como *a* prioridade. É como se para gestores e gestoras encontrar-se em idade reprodutiva fosse traduzido como um imperativo reprodutivo.

Lamentavelmente a subordinação das outras pautas da agenda da saúde das mulheres à antiga “saúde materno-infantil” não resultou em ganhos para as mulheres, traduzidos em uma assistência obstétrica pautada no respeito aos direitos sexuais e reprodutivos. No país o parto é marcado pelo excesso de intervenções, o que pode ser ilustrado com a alta taxa de cesárea que em 2017 foi de 55%³, enquanto a Organização Mundial da Saúde recomenda em torno de 15% de cesáreas. A pesquisa Nascer no Brasil, informa que mesmo quando as mulheres desejam parto normal, não tem sua vontade respeitada: 71% das

3. Dados do SINASC. Disponível em: <www.datasus.gov.br>. Acesso em 19 dez 2018.

mulheres entrevistadas relataram que desejavam parto normal, mas 55% tiveram cesárea como desfecho final (LEAL *et al*, 2014, DOMINGUES *et al*, 2014). Soma-se ao excesso de intervenções a violência obstétrica, denunciada em estudos como a tese de Janaína Aguiar (2010) que trata de mulheres atendidas em maternidades públicas e a pesquisa conduzida pela Fundação Perseu Abramo (2010), que indica que 25% das mulheres sofreram alguma violência no atendimento ao parto, tanto em instituições públicas quanto privadas. Aquelas mulheres que se recusam a parir no hospital, muitas das quais como forma de se protegerem e ao bebê da violência e procedimentos abusivos e optam pelo o parto domiciliar, em geral são vistas com desconfiança e adjetivadas como loucas e irresponsáveis (CASTRO, 2015). A mortalidade materna segue alta no Brasil (UNICEF, 2015), entre as principais causas de morte materna o aborto figura entre a quarta e quinta causa. A morte materna é mais um dos resultados da desigualdade de gênero que existe em nosso país. Sem a ampliação das ações voltadas para a diminuição das desigualdades continuaremos a ter uma assistência à saúde restrita e insegura para as mulheres.

A SAÚDE DA MULHER NA PSICOLOGIA: AMARRAS DA GRAVIDEZ E MATERNIDADE

Implicadas na educação destinada à formação de profissionais de saúde preparados para o cuidado das mulheres, nos voltamos para a Psicologia, para tentar compreender qual a contribuição que esta tem dado neste cenário. Deparamo-nos com o mesmo marcador no que diz respeito ao lugar da mulher: diferentes perspectivas teóricas sustentam estudos voltados para a mulher que dão ênfase à maternidade, à gravidez, aos cuidados maternos com os bebês. São trabalhos ancorados especialmente na Psicanálise e na Psicologia do Desenvolvimento. Tal produção teórica, histórica e culturalmente situada, coloca a mulher em um lugar marcado por crises associadas a marcadores biológicos e propõe uma normalidade atrelada à maternidade.

A literatura sobre desenvolvimento indica que as mulheres vivem três períodos ‘críticos’ e fundamentais em seu ciclo de vida: adolescência, gravidez e climatério, períodos de mudança que “podem resultar em estados temporários de desequilíbrio, e em significativas alterações na identidade da mulher devido às grandes expectativas quanto ao papel social esperado” (AZEVEDO e ARRAIS, 2006, p.269).

Em tais perspectivas a gravidez é considerada um evento fundamental do ciclo vital de desenvolvimento das mulheres e um conjunto de descrições é desenhado sobre este período. Autoras bastante conhecidas no Brasil como

Raquel Soifer (1992) e Maria Teresa Maldonado (1997) fazem descrições das experiências psicoafetivas da gestação, destacando a ambivalência, a ansiedade relacionada ao parto e sintomas psicossomáticos característicos de cada período gestacional. Em outros trabalhos a gravidez parece ser vista como evento potencialmente ameaçador tanto para a saúde física como para a saúde mental das mulheres. Na gravidez os processos vividos pelas gestantes e seus familiares são abordados exclusivamente a partir de suas motivações inconscientes ou de suas experiências infantis ou ainda das características de personalidade, com ênfase no tom determinista. Desconsidera-se com frequência a inserção da gestante nos contextos social, cultural e econômico que também produzem intersubjetividades. Mesmo estudos da Psicologia que ao abordarem a gravidez fazem menção aos aspectos social, histórico e cultural tratam como dimensões satélites, pontos periféricos em relação à ideia de um núcleo psicológico central, que quase independe destes fatores.

Soifer ao referir-se à ansiedade da gestante aponta que em menor grau a ansiedade também afeta os que a rodeiam, como os familiares e em especial o pai. A autora aponta que em certas situações é possível fazer algumas deduções, por exemplo, “um marido extremamente angustiado e preocupado, seu nascimento se fez por cesariana” (1992, p.54). A autora segue em suas considerações preditivas que afirmam a centralidade da maternidade na vida da mulher: Em consequência, os primeiros seis meses após o parto definem, em boa medida, o futuro mental da mulher, assim como determinam e selam a relação com o filho, a família e a sociedade.⁴

Em alguns textos a mulher é alvo de um conjunto de prescrições a respeito de como ser uma boa mãe, com o objetivo de garantir o desenvolvimento saudável da criança. Além disto, na produção da Psicologia nesta área há com frequência uma naturalização da maternidade e dos sentimentos maternos. Mesmo em textos recentes há a limitação do espaço e das funções paternas. No que se refere à paternidade, por exemplo, este tipo de abordagem desconsidera vários estudos⁵ que vem debatendo as questões de gênero e a presença paterna na gravidez e no cuidado com as crianças. Na produção teórica da Psicologia há predomínio da abordagem heteronormativa, sustentada pela hierarquia de gêneros, e temas como homoparentalidade e as reconfigurações familiares são marginais.

Produzidos em contextos teóricos e tempos históricos específicos, alguns estudos que hegemonicamente circulam no âmbito da Psicologia têm contribuído para aproximação da Psicologia com Saúde da Mulher, como pode ser visto em publicações do Ministério da Saúde voltadas tanto para os

4. SOIFFER, 1992, p. 94.

5. Por exemplo Arilha et al, 1998; MEDRADO, Benedito et al 2005

gestores como para os profissionais da saúde que recomendam atenção aos aspectos psicológicos ou psicossociais na assistência ao pré-natal, no pós-parto, nas ações de planejamento familiar e na assistência às mulheres em situação de violência sexual.

Para buscar exemplificar nossas reflexões sobre como tem se dado a produção da Psicologia neste campo, realizamos uma aproximação da literatura por meio da base de dados Scielo⁶ onde procedemos à busca no período 1976-2018 que resultou nos dados que apresentamos no quadro a seguir.

Período	Palavras usadas na busca	
1995-2018	psicologia e saúde da mulher	
	20	
	<i>and</i> gênero	<i>and</i> raça/etnia
	4	0
1976-2018	psicologia e obstetrícia	
	22	
	<i>and</i> gênero	<i>and</i> raça/etnia
	1	0
1995-2018	psicologia e parto	
	55	
	<i>and</i> gênero	<i>and</i> raça/etnia
	1	0
1999-2018	psicologia e maternidade	
	73	
	<i>and</i> gênero	<i>and</i> raça/etnia
	10	0
1981-2018	psicologia e gravidez	
	75	
	<i>and</i> gênero	<i>and</i> raça/etnia
	10	0

Quadro 1 – Artigos⁷ sobre Psicologia e Saúde da Mulher, obstetrícia, parto, maternidade e gravidez - período 1976-.2018

Fonte: Scielo (BR)

6. A busca foi realizada em dezembro de 2018, no site www.scielo.br. No processo de busca a palavra Psicologia foi combinada com outras palavras: saúde da mulher; obstetrícia; parto; maternidade; gravidez. Posteriormente foram realizadas três novas buscas, uma agregando a palavra gênero às combinações anteriores e outra agregando as palavras raça /etnia, conforme apresentado no quadro 1. No item campo, selecionamos o ícone *todos os índices*.

7. Os artigos foram encontrados em periódicos sobre os temas Educação, Endocrinologia, Enfermagem, Epidemiologia, Feminismo, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Genética, Ginecologia e Obstetrícia, História, Medicina, Neuro-Psiquiatria, Pediatria, Psicologia, Psiquiatria, Saúde.

Buscamos pelas palavras *Psicologia e Saúde da Mulher* e obtivemos 20 artigos, quando acrescentamos a palavra *Gênero*, obtivemos 4 artigos; em seguida buscamos as palavras *Psicologia e Obstetrícia*, obtivemos 22 artigos, quando acrescentamos a palavra *Gênero* obtivemos 1 artigo; buscamos as palavras *Psicologia e Parto* e obtivemos 55 artigos, quando acrescentamos a palavra *Gênero* obtivemos 1 resultado; buscamos *Psicologia e Maternidade* e encontramos 73 resultados, quando acrescentamos *Gênero* obtivemos 6 resultados e por fim buscamos *Psicologia e Gravidez* e obtivemos 75 resultados, quando acrescentamos *Gênero* obtivemos 10 resultados. Os textos foram publicados entre 1976 e 2018. Quando acrescentamos as palavras raça/etnia, em todos os cruzamentos de palavras utilizados na busca, nenhum artigo foi encontrado.

Na observação destes resultados um dos pontos a destacar é a diferença quantitativa entre os extremos: foram encontrados 20 estudos sobre *Psicologia e saúde da mulher* e 75 estudos sobre *Psicologia e gravidez*. A palavra *gravidez* está presente em quase quatro vezes o número de textos existentes em *saúde da mulher*⁸.

Este resultado sinaliza a manutenção na literatura da subordinação da mulher à reprodução, de modo similar ao que expusemos no desenho das políticas públicas.

Outro aspecto relevante é o grande número de periódicos de outras áreas que publicam assuntos referentes à Psicologia, o que mostra que os saberes produzidos pela Psicologia circulam e são incorporados também por outras profissões que trabalham na área da saúde. Como apontado por Spink (2010), desde o século XIX e primeira metade do século XX a Psicologia esteve inserida no campo da saúde materno infantil. E, acrescentamos, parece permanecer muito próxima nestas primeiras décadas do século XXI.

Quando agregamos a palavra *gênero* em todas as buscas que fizemos, verificamos o escasso número de artigos. Os resultados parecem sinalizar a pequena incorporação que a Psicologia tem feito desta categoria analítica quando trata de temas como gravidez e maternidade. Numa análise do aspecto temporal pudemos observar que somente a partir de 2001, ou seja, recentemente, a Psicologia incorporou o debate sobre gênero.

8. Não é nosso objetivo neste texto analisar os discursos dos artigos encontrados na busca citada acima. Nesta oportunidade teceremos apenas alguns comentários gerais sobre os resultados descritos no quadro 1. Entretanto, em relação à busca *Psicologia e Saúde da Mulher* não pudemos deixar de partilhar uma observação que é relevante para o debate deste artigo. Mesmo quando buscamos um sentido mais amplo *Saúde da Mulher*, encontramos muitos artigos relativos ao período reprodutivo (parto, aborto, episiotomia, depressão pós parto, perda fetal). Se por um lado isto é interessante, porque tais temas foram abordados em uma dimensão mais ampla, por outro também sinaliza que a relação da Psicologia com a Saúde da Mulher está focada no âmbito da reprodução.

Bastante significativo é o fato de não localizarmos nenhum artigo que tenha dado destaque à questão de raça/etnia. Os resultados cruzados com gênero e raça/etnia nos permitem pensar que a mulher que é abordada pela psicologia hegemônica ainda é branca e portadora de uma *natureza feminina* ligada à maternidade.

Assim, a a pequena utilização destes dois marcadores sociais da diferença (gênero e raça) indica como a produção do saber psicológico por vezes fica capturada em ideias culturalmente produzidas que reduzem a dimensão da gravidez e da maternidade a uma perspectiva epistemológica que naturaliza a condição feminina e sua subjetividade. Tratam-se de construções teóricas alinhadas à perspectivas que parecem indiferentes à construção social dos sujeitos, que ao ignorar as dimensões de gênero, classe e raça/cor/etnia, contribuem para a manutenção das desigualdades (SAFFIOTI, 2004).

PSICOLOGIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E MULHERES - PARA ALÉM DA REPRODUÇÃO

A partir do exposto e de nossa experiência como docentes temos pensado que o saberes da Psicologia no âmbito da gravidez e parto se inscrevem numa discursividade tecida em diversas áreas de conhecimento que naturalizam, patologizam e controlam o corpo e as subjetividades das mulheres. Neste sentido, a Psicologia tem uma história nesta área e cabe pensar que os saberes que produz estão a serviço da normatização - com diagnósticos e prescrições - da vida das pessoas, em especial, da vida das mulheres e crianças que tem sido os principais focos de tais discursividades. É importante que a Psicologia amplie o leque de temáticas que aborda na esfera da Saúde da Mulher, mas também é relevante que, em novos temas ou naqueles em que já trabalha, incorpore mais fortemente a compreensão de outros elementos, como por exemplo, a construção das relações de gênero, das diferenças entre gerações, a perspectiva de raça/cor/etnia, classe social, dos direitos humanos, enfim, que contemple a diversidade social que possibilita permanências, rupturas e modificações na construção da própria da Saúde da Mulher como área temática.

No que diz respeito à contribuição da Psicologia para formação de profissionais para a área da obstetrícia, chamamos a atenção para um elemento que permeia muitas das construções teóricas da Psicologia: a ideia de indivíduo e natureza apartados do processo de fabricação do tecido cultural e dos regimes de

verdades⁹. A Psicologia precisa se questionar quanto à adoção de proposições universalizantes e naturalizantes. Evidentemente que este debate extrapola a interface da Psicologia com a Saúde da Mulher e a obstetrícia e implica numa reflexão mais ampla e aprofundada sobre a própria Psicologia. No entanto, não podemos desconsiderar que a produção teórica sobre gravidez acontece no interior dos debates que a Psicologia trava (ou deveria travar) consigo e da multiplicidade de práticas e visões *psi* que a constroem.

Foucault apresentou um conjunto de ferramentas conceituais importantes para a compreensão de tais produções discursivas¹⁰. Particularmente nos interessa pensar aqui que os sujeitos que descrevemos com nossos saberes não são apenas objetos de descrição da ciência, mas sim produzidos por estes saberes, a partir de um conjunto de dispositivos. Neste sentido, mais do que descrever pessoas ou criar espaços para atendê-las a Psicologia, assim como as políticas públicas, fazem parte de um processo de governo, de um grande investimento para regular corpos e populações.

Algumas autoras têm problematizado como determinados saberes, ao mesmo tempo em que oferecem suporte, se configuram como forma de controle das mulheres. Dagmar Meyer (2005) aponta como a politização da maternidade por meio de prescrições que se dão desde as políticas públicas até ações educativas, constituem redes de saber-poder que constroem significados para a relação mãe e filho, num regime de vigilância e regulação da maternidade que impactam no cotidiano. Carmem Torquinst (2002), ao comentar o parto, sinaliza a relevância da crítica ao modelo biomédico e alerta para o risco de ao retomarmos a defesa do parto normal cairmos nas armadilhas da ideia de natureza. Este é um dos importantes desafios contemporâneos, dada a solidez dos discursos que investem numa longa e cuidadosa fabricação de pessoas, tecidos em redes de poder que produzem ideias de natureza e individualidade que ecoam na construção de sentidos sobre o parto e em teorias da personalidade e do desenvolvimento. Por outro lado, e ainda utilizando analítica foucaultiana de poder, podemos pensar que nem só de capturas se desenham estes cenários e que é possível buscar e observar linhas de fuga. Jacqueline Brigagão (2011b) aponta que a interface entre Psicologia e Políticas Públicas tem sido ampliada significativamente possibilitando o crescimento de novas áreas de atuação, nas quais tanto o exercício profissional quanto a produção teórica que o sustenta se dão no espaço interdisciplinar e levam a busca de novos instrumentos de trabalho.

9. Regimes de Verdade ,*produção discursiva, sujeito, dispositivo, governo, população, produção de saber* são conceitos foucaultianos que estão no nosso horizonte quando pensamos tais questões. Estes conceitos podem ser encontrados nas seguintes obras:; Foucault, 1988; Foucault,1990;Foucault, 1999; Foucault,2003;Foucault, 2004a; Foucault, 2004b; Foucault,2013.

10. Ver nota n.9

Com base no referencial que aqui adotamos, sabemos que novos lugares, remetem a novas capturas e que, portanto, não há um lugar de “superação”, de isenção de participação neste emaranhado rizomático de práticas discursivas, não discursivas e relações de poder. Podemos contudo, observar as palavras de Cruz *et al*:

Por fim uma reflexão pós-estruturalista nos provoca a (re)pensar nos nossos sonhos e ver que um lugar paradisíaco, ideal, almejado não existe. Colocá-lo como meta é talvez uma das grandes heranças modernas do iluminismo. Ainda que um “*chegar lá*” idealizado não exista, mudar o que não está bom em nossas vidas é uma possibilidade.¹¹

Tanto a centralidade da assistência obstétrica na agenda das políticas para a Saúde da Mulher, quanto da maternidade como fator normalizador na Psicologia, é insuficiente para a garantia de direitos e da própria vida das mulheres, como já exemplificado com os dados sobre cesáreas e morte materna, pois há que se considerar outros lugares para as mulheres na sociedade, espaços capazes de romper com as amarras do lugar parcial, mutilado e inferiorizado da atual hierarquia de gêneros.

Aproximações com as discussões das relações de gênero, classe social, raça/cor/etnia, geração e ainda com a educação, a história, a política, a filosofia, as artes poderão contribuir para novas formas de conceber a mulher e a saúde, desenhando caminhos de fuga deste quadro de governança dos saberes e práticas. Sem dúvida temos que formar profissionais para compor o SUS, para a construção e implementação das políticas públicas de saúde e das profissões como a psicologia, obstetrícia, medicina, mas também podemos pensar se formamos recitadoras(es) de prescrições ou profissionais com disponibilidade cotidiana para estar “lado a lado” com pessoas e comunidades, criando relações nas quais atuamos menos como peças de máquinas e mais como exploradores da nossa potência para inventar teorias e práticas que (des) construam novos modos de vida. Não se trata de um lugar onírico que nos leve para fora do tempo e dos processos que nos constituem e nos capturam. Trata-se da abertura para tecer novos horizontes.

11. CRUZ *et al*, 2015, p. 87.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Janaína M. Violência Institucional em maternidades públicas; hostilidade ao invés do acolhimento, como uma questão de gênero. Tese (doutorado). *Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo*, 2010.

ARILHA, Margareth; UNBEHAUM, Sandra; MEDRADO, Benedito (orgs). *Homens e masculinidades, outras palavras*. São Paulo: ECOS/Ed.34, 1998.

AZEVEDO, Kátia Rosa; ARRAIS, Alessandra R. O mito da mãe exclusiva e seu impacto na depressão pós-parto. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 2006, 19(2); 269-276

BRASIL. *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher*. Brasília, Ministério da Saúde. 2004.

BRASIL. *Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde-2006*. Brasília, Ministério da Saúde. 2008.

BRIGAGÃO, Jacqueline. Isaac M.; NASCIMENTO, Vanda. L. V.; SPINK, Peter. As Interfaces entre Psicologia e Políticas Públicas e a configuração de novos espaços de atuação. *Revista de Estudos Universitários*, v. 37, p. 199-215, 2011b.

BRIGAGÃO, Jacqueline. Isaac. M. Gênero e Políticas de Saúde. In: Maria Aparecida Abreu. (Org.). *Redistribuição, reconhecimento e representação: diálogos sobre igualdade de gênero*. 1ed. Brasília: IPEA, v. 1, p. 57-66, 2011^a.

CASTRO, Cláudia Medeiros. Os sentidos do parto domiciliar planejado para mulheres do município de São Paulo, São Paulo. *Cadernos de Saúde Coletiva 2015 (no prelo)*

CRUZ, Elizabeth Franco; MORITA, Helena; ARAÚJO, Elisângela Alves de; GERVÁSIO, Mariana De Gea; SANTOS, Thiago Bonfim dos. Gênero, Saúde e Educação um convite à mudança social In. ZANIRATO, Silvia Helena. *Participação política: atores e demanda*. São Paulo PPGH, Annablume, 2015 (no prelo)

DINIZ, Carmem Simone. Gênero, saúde materna e o paradoxo perinatal. *Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 2009, 19(2), 319-326.

DOMINGUES, Rosa M.S.M. et al. *Processo de decisão pelo tipo de parto no Brasil: da preferência inicial da mulheres à via de parto final*. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 30, suplemento, S101-S116, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 6ª.edição. 1988.

_____ *Tecnologias del yo y otros textos afines*. Barcelona: Paidós, 1990.

_____ *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France*. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 382 p.

_____ *História da Sexualidade 1: a vontade de saber*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003. 152 p.

_____ *Microfísica do Poder*. 27 ed. São Paulo: Graal, 2004a

_____ *Michel Foucault - por uma vida não fascista*. Obra compilada pelo Coletivo Sabotagem, 2004b.

_____ *A Ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France*, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 23ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Pesquisa mulheres e gênero nos espaços públicos e privado*, 2010. Disponível em: <www.fpabramo.org.br>.

LARTIGUE, Teresa; MALDONADO-DURÁN, Martín; et al. Depression en la etapa perinatal. *Perinatol Reprod Hum* 22:111-131, 2008.

LEAL, Maria do Carmo et al. Nascer no Brasil. Inquérito nacional sobre parto e nascimento. Sumário Executivo Temático, 2014.

LEMES, Conceição. *Rede Feminista de Saúde alerta: A Rede Cegonha é retrocesso de 30 anos*. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/entrevistas/rede-feminista-de-saude-rede-cegonha-e-um-retrocesso-de-30-anos-nas-politicas-de-genero-saude-da-mulher-direitos-reprodutivos-e-sexuais.html>. Acesso em: 10 julho 2014.

MALDONADO, Maria T. *Psicologia da gravidez, parto e puerpério*. 14ª. edição. São Paulo: Saraiva, 1997.

MEDRADO, Benedito et al. Homens jovens no contexto do cuidado. Leituras a partir da paternidade adolescente In: ADORNO, Rubens C F; ALVARENGA, Augusta T.D.; VASCONCELOS, Maria da Penha. *Jovens, trajetórias, masculinidades e direitos*. São Paulo: FAPESP, Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

MEYER, Dagmar E. E. A politização contemporânea da maternidade, construindo um argumento. *Niterói*, v. 6, n. 1, p. 81-104, 2. sem. 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. OMS. Maternidade segura. *Assistência ao parto normal: um guia prático*. Genebra: OMS, 1996. Disponível em: http://abenfo.redesindical.com.br/arqs/materia/56_a.pdf. Acesso em: 28 Abril 2014

OSIS, Maria José MD. PAISM: um marco na abordagem da saúde reprodutiva no Brasil *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 14(Supl. 1):25-32, 1998

PAZ, Ana Paula Bazo, SALVARO, Giovana I.J. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: propostas educativas em foco. *Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID)*, Número Monográfico, Outubro, 2011, p. 121-133. Disponível em: < <http://www.revistareid.net/monografico/n1/REIDM1art8.pdf>. Acesso em: 8 julho 2015.

SAFFIOTI, Heleieth I, B. Diferença ou indiferença: gênero, raça/etnia, classe social. In: GODINHO, Tatau, SILVEIRA, Maria Lúcia. (orgs.). Políticas públicas e igualdade de São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher. *Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher*, n 8. São Paulo, 2004, p.35-42.

SOIFER, Raquel. *Psicologia da gravidez, parto e puerpério*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992

SPINK, Mary Jane P. Psicologia Social e Saúde: trabalhando com a complexidade. *Quaderns de Psicologia*, 2010, Vol. 12, No 1, 41-56.

TORNQUIST, Carmen Susana. Armadilhas da Nova Era: natureza e maternidade no ideário da humanização do parto. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2002, vol.10, n.2, pp. 483-492.

VILLELA, Wilza; MONTEIRO, Simone. *Gênero e saúde: Programa Saúde da Família em questão*. Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Arbeit Factory Editora Comunicação, 2005. UNICEF. Countdown to 2015 and beyond: Fulfilling The Health Agenda For Women And Children. Geneva: United Nations Children's Fund; The 2014 Report. UNITED NATIONS. Report of the International Conference on Population and Development. Cairo, 5-13 September 1994. Para 7.2.

PESQUISANDO (N)A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO SOCIAL

JULIANA P. RODRIGUES

MARÍLIA VELARDI

VALÉRIA AROEIRA GARCIA

No Brasil, especialmente, a partir de meados da década de 1980, muitos pesquisadores passaram a se dedicar as questões urgentes envolvendo a educação básica, a escolar (formal) em suas mais diferentes áreas. Por vezes os debates estiveram circunscritos a busca de soluções para os problemas gerados pelo longo período de ditadura militar, como iniciativas em relação ao combate do analfabetismo no Brasil e propostas¹² para superá-lo, como os processos de ensino e aprendizagem, nos aspectos da gestão escolar e necessidade de sua democratização, ou sobre particularidades da formação docente, a avaliação da aprendizagem e, principalmente, sobre a necessidade de organização de debates visando novos rumos para a educação nacional que culminou, dez anos mais tarde, com o estabelecimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996.

Nas décadas seguintes, outras demandas e temas contemporâneos, somaram-se a esses debates a ação dos movimentos sociais e dos sindicatos, diferentes instituições como organizações não governamentais, universidades públicas e instituições de pesquisa, como é o caso da ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação¹³.

A ANPED, em seus inúmeros congressos e publicações destacou as questões de caráter étnico-racial, de gênero, envolvendo a alfabetização digital, a cibercultura, as diferenças, desigualdades e equidades, o bullying e preconceito e, particularmente, a partir de 2016, voltou-se à análise crítica e desenvolvimento de pesquisas sobre a imposta “reforma do ensino médio” e o que se denominou entre os setores conservadores da sociedade, de “escola sem partido” que passaram a preocupar, sobremaneira, professores e pesquisadores.

12. Propostas desenvolvidas em período anterior ao golpe de 1964 pelo educador Paulo Freire.

13. A ANPED – é uma entidade sem fins lucrativos que congrega programas de pós-graduação stricto sensu em educação, professores e estudantes vinculados a estes programas e demais pesquisadores da área. Mais informações em: <http://www.anped.org.br/sobre-anped>

De maneira geral, esses temas estiveram e ainda estão entre os principais debates em congressos e seminários científicos tradicionais no campo da educação, nos nacionais e internacionais, realizados nos últimos anos e entre aqueles que acreditam e defendem a democracia, a liberdade de cátedra e a escola pública de qualidade¹⁴.

Entretanto, apesar do grande número de publicações e eventos científicos promotores de encontro de professores e de debates sobre o vasto campo da educação e das questões que a permeiam, as pesquisas acerca do campo da educação não formal e, particularmente, sobre a educação social no Brasil ainda aparecem em quantidade inferior se em comparação com os temas anteriormente citados.

Nesse sentido é que refletimos sobre a necessidade da realização de pesquisas que levantem, analisem, registrem e estimulem o conhecimento sobre as práticas sociais que, de diferentes formas, se relacionam com a educação social e que também dialogam com os campos da educação formal e informal e problemas sociais.

Por exemplo, nos interessa muito conhecer quem são e o que fazem os educadores que atuam no campo da educação social. E então nos perguntamos: que conhecimentos esses educadores trazem, constroem e partilham em seus cotidianos com os sujeitos que com eles dialogam? Que práticas consolidam esses conhecimentos? Quais as suas diferentes formações? Elas se dão em diferentes espaços formativos, não apenas no campo da educação formal.

Assim, considerando a importância e a emergência de coletivos culturais, dos movimentos sociais nas mais diferentes frentes, os recentes debates e os conflitos atuais e latentes em torno do processo de regulamentação profissional e da formação básica desses educadores, entendemos que pesquisas sobre a identidade, sobre as subjetividades, sobre o campo e sobre o que faz ou não faz parte dos saberes e fazeres desses educadores se tornam imprescindíveis e suscitam outras questões como:

O que cabe e o que não cabe nas práticas da educação social?

Quais são as áreas ou possíveis campos da educação social?

O que pode e o que não pode ser considerado como espaço/campo da educação social? E quem são os atores, inventores, executores de tais fazeres?

Que formação básica e/ou superior ele deve ter?

Ele, realmente, deve ter formação, certificação?

14. Revista Brasileira de Educação. Disponível em: <http://www.anped.org.br/site/rbe>

Entendemos que as respostas para esses questionamentos se voltam para propostas de pesquisas que consigam dar conta de lançar um olhar e uma escuta sensível, não técnica e nem impessoal, para o campo da educação social que está em constante movimento. E nesse movimento, nos chamam a atenção, entre os muitos fazeres, a compreensão sobre temas envolvendo a infância na rua, o viver na rua, a saúde da mulher, a psicologia e a formação e experiência de profissionais da saúde que trabalham com sujeitos a margem dos direitos sociais e sobre o contexto econômico e político atual que, cada vez mais, opta por criminalizar tais movimentos e militantes dispostos a atuar em defesa dos direitos humanos e, particularmente, pela valorização da educação social no Brasil apresentada a seguir em um breve relato.

BREVE HISTÓRICO E TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Em geral as práticas relacionadas e/ou denominadas de educação social no Brasil carregam em sua trajetória histórica uma mescla de ações e reflexões presentes na educação popular, nas lutas e conquistas dos movimentos sociais, nas instituições assistencialistas, organizações não governamentais e de coletivos da sociedade civil organizada (GARCIA, 2018). Porém, vale destacar que, no Brasil, a nomenclatura educação social começou a ser utilizada inicialmente pelos programas que se dedicavam as atividades voltadas as crianças e jovens que estavam fora do contexto da educação formal.

Segundo relatório de Garcia (2018) foi a partir dos movimentos populares de resistência à ditadura militar, no final da década de 1970, que a prática de uma série de educadores e educadoras se intensificam nas ações de exigências para o cumprimento de direitos básicos no campo da criança e do adolescente, inclusive propondo alterações na legislação.

Porém, mais adiante nos anos de 1980, particularmente a partir da redemocratização e o fim do ciclo de 21 anos de ditadura militar, com o fortalecimento dos movimentos sociais e da militância no campo dos direitos humanos, que as práticas da educação social conseguem se fortalecerem no Brasil.

Nesse contexto destacamos como de especial importância as ações da Pastoral do Menor PAMEN, fundada em 1977 e as do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua MNMMR, que teve seu início em 1982 e se constitui como entidade civil em 1985. (GARCIA; RODRIGUES; MORAES FILHO, 2017).

Portanto, faz-se importante, ao observarmos o campo de lutas dos movimentos sociais, que as demandas específicas da criança e do adolescente se destacaram das demais após a abertura política, ainda na década de 1980, sendo que nessa difícil trajetória, a formação de muitos educadores sociais se deu, de fato, na prática e se fortaleceu ao longo dos anos seguintes na luta e no envolvimento pela criação do Estatuto da Criança e do Adolescente ECA (1990). Mas, faz-se importante dizer também que, anteriormente à denominações e categorizações, diferentes grupos, desde muito tempo, já se organizaram para cuidar, proteger e lutar junto àqueles considerados mais fracos e vulneráveis e a margem dos direitos sociais.

Em geral, tais cuidados aconteciam por diferentes vieses e buscavam nesse período melhores condições e garantias nas áreas da saúde, educação, infância e juventude, alimentação, moradia, segurança. Sabe-se que, historicamente, a educação social emergiu nos países europeus no período pós-guerra por meio de práticas que olhavam e propunham ações para os mais vulneráveis em momentos de reconstrução de Estado-Nação, buscando envolver seu público nessas ações (PETRUS, 2000). Portanto a primeira compreensão e conceito sobre educação social que chega ao Brasil, vem por meio dessa mão europeia, pelos textos acadêmicos e reportagens, como também por professoras/es e pesquisadoras/es.

Com base em recente estudo Garcia, Rodrigues e Moraes Filho (2017) relatam que no caso do Brasil, levando em conta os acontecimentos históricos e a organização social no Brasil que sempre promoveu uma grande desigualdade social, os objetivos principais da educação social estiveram relacionados com as questões e preocupações que interferem na organização social de coletivos marginalizados.

Segundo os autores as ações da educação social, no Brasil, decorrem de problemáticas e conflitos sociais em razão da realidade de cada local, mas não são uniformes, pois passam por mudanças e adquirem novas fisionomias dependendo da população e do contexto em que estão inseridas.

Por isso Garcia, Rodrigues e Moraes Filho (2017) entendem que um problema em um determinado tempo histórico ou local não se reproduz, necessariamente, da mesma maneira em outro tempo e país. Isso pode ser notado na pesquisa de Garcia (2015), Trilla (1996), Sáez (1997), Quintana (1977) e (1997) e Fernandes (2017), que afirmam que as propostas educacionais de educadores que atuam com grupos que apresentam algum tipo de conflito, inadaptação e/ou vulnerabilidade social foram denominadas de educação social por possuir como característica marcante o trabalho realizado com pessoas que se encontram em situação de risco e/ou de vulnerabilidade ou indivíduos em conflito social.

Pode-se notar então que, desde os autores do final do século XIX, passando pelo final do século XX e até os dias ações da pedagogia social já foram utilizadas tanto para fazer valer o *Estado de Bem Estar Social*, como também para exercer maior controle social ou ainda como meio de exercício de propaganda ideológica. Pode-se até dizer que o campo da educação social está bastante estruturado em alguns países, principalmente na Europa que desenvolve e oferece inúmeras pesquisas acadêmicas e um considerável acúmulo de práticas e atividades profissionais, além de possuir legislação específica nessa área. (GARCIA, RODRIGUES E MORAES FILHO, 2017)

Então, ao considerarmos os estudos anteriormente citados, compreendemos a educação social como aquela que tem por função exercer ações que confluem para a melhoria da qualidade de vida da sociedade como um todo, sendo que sua atuação extrapola o campo educacional.

Dessa forma, podemos dizer que o conceito utilizado no Brasil vai/vem se difundindo sempre atrelado às práticas de educação social. E, por sua vez, as propostas e práticas vão se ampliando, se multiplicando, se modificando com o tempo e o conceito de educação social vai sendo adjetivado, até emergirem terminologias, por exemplo, como educação social de rua, educadores sociais, trabalho socioeducativo, agentes socioeducativos, entre outros termos.

Nesse cenário a prática e o conceito de educação social no Brasil, vêm se estabelecendo nos mais diferentes espaços, buscando se legitimar como um campo de saber e como uma prática política, tanto mantendo seu diálogo com a história e trajetória europeia, quanto sendo criado e recriado nos mais diferentes fazeres e cotidianos pelo Brasil.

Por isso, disputas por legitimidade também surgem desde que os fazeres começam a ser percebidos, nominados, catalogados, marcando e emoldurando suas particularidades e especificidades. Então quem é o educador social? O que ele faz?

Quando essas e outras perguntas começam a ser feitas elas nos ajudam a pensar sobre a importância de pesquisas nessa área, ao mesmo tempo em que considera e valoriza as práticas do/da educador/a social, do militante, que no Brasil estiveram, desde de seu início, atrelados às condições sociais de pobreza, miséria, precariedade das condições de sobrevivência e em ações que objetivavam alterar tais condições.

Nesses momentos e nessas circunstâncias a característica importante e fundamental para a atuação das(os) educadores sociais era, evidentemente, o envolvimento em tais ações, sendo indiferente a existência de formação escolar, certificação, seja ela em que grau fosse.

Com o passar do tempo e com a institucionalização cada vez maior da sociedade, ganham espaço discussões em torno de uma possível necessidade de formação por meio de cursos e certificação - para atuação como educador social. Assim essa necessidade já começa a aparecer e se fazerem presentes como requisito para a atuação profissional em várias instituições, associações, entidades e ONGs do país. Uma série de discussões em torno da profissionalização e regulamentação da(o) educador/a social começam a aparecer, sem muitas vezes um diálogo mais amplo e parcerias com Universidades e campos de pesquisa.

E nesse movimento fazeres e saberes que não tinham necessariamente nomes, tempos e lugares para acontecer, regras para se dar, passam a ser requisitados como importantes para que a e o educador/a social seja referendado e aceito para algumas práticas e em alguns espaços e ao mesmo tempo, passa-se a cobrar uma certa especialidade, conhecimentos singulares, saberes determinados para a realização de tais práticas. Percebe-se o aparecimento de linhas que demonstram movimentos distintos entre as militâncias e as possibilidades de profissionalização desses fazeres.

E foi entre uma série de problemáticas que vimos surgir nesses movimentos, o aparecimento da necessidade de teorias, de saberes específicos para embasar as ações do cotidiano da/do educador/a social, da/do militante, e a própria prática que começa a apresentar-se como um problema e muitas vezes até mesmo um entrave.

Assim sendo, entendemos que é nesse contexto que a pesquisa qualitativa poderá contribuir ao promover um olhar mais apurado para a prática dos educadores sociais, assim como para o campo teórico-conceitual da educação social.

A PESQUISA QUALITATIVA EM DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO SOCIAL

Há alguns parágrafos afirmamos que consideramos fundamental elaborarmos pesquisas que consigam dar conta de lançar um olhar e uma escuta sensível, não exclusivamente técnica e nem impessoal, para o campo da educação social que está em constante movimento. Para isso, cabe-nos conjecturar que no campo em movimento seja urgente uma pesquisa igualmente móvel, fluida, em ação.

Não será, obviamente, toda pesquisa qualitativa que dará conta dessa mobilidade, fluidez e ação. Para compreender melhor o que propomos é preciso esclarecer que a pesquisa qualitativa não é apenas um método específico, mas constitui-se como um campo investigativo, como propôs o estadunidense Norman Denzin (2001).

Nesse sentido, é possível entendermos como os diferentes modos de pensar, conceber e agir na pesquisa poderão ser concebidos num *continuum*, no qual, num extremo está a investigação qualitativa clássica, cunhada no cerne das diferentes epistemologias das Ciências Sociais, da Filosofia e da Psicologia, ou mesmo na Historiografia e, num outro extremo as investigações que se apoiam em outras ontologias e epistemologias não modernas, pós qualitativas, decoloniais, ancestrais, míticas ou artísticas.

Na escolha de um modo de pesquisar que seja coerente com aquilo o que se investiga e com a ontologia que é própria do conhecimento que ali se instaura, é preciso pensarmos sob quais epistemologias nos apoiaremos para realizarmos as pesquisas. Além disso, ousamos aqui lançar outra questão: nós, pessoas latino-americanas, temos vidas e identidades borradas, mergulhadas em sazonais instabilidades de contextos sociais, políticos e econômicos, como nos aponta a socióloga e historiadora nascida na Bolívia Sílvia Rivera Cusicanqui. No tempo presente, nós vivemos num período em que a nossa herança colonial, escravagista e que nos moveu na direção da quase extinção dos nossos territórios e etnias ancestrais é uma realidade, hoje mais consciente do que antes.

Ainda em 2008 Sílvia Rivera apontou o fato de que na década de 70 surgiram vigorosos processos de autoconsciência étnica e de manifestações das organizações que reclamaram para si o direito de gerarem suas próprias sistematizações ideológicas e políticas, afastando-se do rol de intermediários, os intelectuais e cientistas das diversas disciplinas.

Num tempo em que estudos pós-coloniais, descoloniais e decoloniais nos impingem uma necessidade de reflexão crítica sobre nossos contextos e territórios, quais são as estratégias de pesquisa que nos levariam a conceber formas ajustadas a nós mesmas, pessoas deste Sul eternamente adormecido? Seriam as nossas estruturas necessariamente mais dialógicas, mediadoras de reflexões e críticas que nos levassem não só a sabermos, mas a, necessariamente, promovermos espaços de reflexão, de crítica, de ação e autonomia coletiva?

Não seria plausível pensarmos na ideia de pesquisas que se constituam como jogos de construção de histórias de vida, de histórias orais sobre vidas e territorialidades, que nos levem não só a conhecer e interpretar, mas a construirmos conhecimentos sobre realidades muitas vezes desconhecidas? Descobrir-nos é, em muitos casos, uma urgência!

Nesse sentido, apropriamo-nos da ideia de Claudia Miranda, que em seu texto *O debate pós-colonial na América-Latina: contribuições de Sílvia Rivera Cusicanqui e Santiago Castro-Gómez*, que nos incita a realizarmos investigações

expedicionárias. E esse conceito implica em nos imbricarmos na busca das narrativas subalternas que, se perguntadas sobre temas verticalizados, vistos de fora, poderão até nos levar a publicar mais em periódicos bem arbitrados.

Mas essa construção nos levará a conhecer aquilo que de fato está sendo vivido? Precisamos saber também sobre seus modos de vida e observar as suas construções dialógicas que podem nos contar histórias ocultadas. E isso implica, talvez, a trilharmos caminhos não anglo ou eurocentrados...

Os conceitos freirianos de temas geradores, a ideia utópica de conversarmos à sombra de uma mangueira, a noção de teatro fórum de Augusto Boal, as cosmologias andinas e yanomamis, para citarmos apenas algumas elucubrações, tem sido inspiradoras fora do contexto latino-americano, mas ainda relutamos em nos apoiarmos sobre elas, que podem nos amparar na concepção de modos de produção de diálogos. Buscamos ainda referenciais e epistemologias em territórios onde a generalização do modo de fazer e de organização ou eleição temática é norma.

De maneira geral pensamentos tradicionalmente cunhados por homens, europeus, caucasianos, com ancestralidades e modos de vida absolutamente distintos do que experimentamos aqui, nos dizem que é possível generalizarmos formas. Conversas geradoras de conhecimento sobre aquilo que interessa e responde tanto à ciência, quanto às pessoas com as quais temos a chance de nos relacionar. Entendemos que questionar essa máxima é uma urgência.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS...

Os movimentos sociais, e as pessoas que se ocupam de práticas de educação social, especialmente as pessoas latino-americanas, desenvolveram formas de organização e de luta que, muitas vezes, não são compreendidos e conhecidos na Universidade. Nossa tendência de investigarmos a partir daqui, desse lugar acadêmico para o campo precisa ser repensada.

Pensemos, talvez, em centralidades periféricas. E assim, repensaremos e criaremos modos de operar e conduzir as pesquisas qualitativas mediadas, talvez, por valores que sejam fundamentais para a realização da nossa tarefa como pessoas pesquisadoras latino-americanas do tempo presente. O teatro fórum de Augusto Boal, as conversas à sombra das mangueiras... de modo, quem sabe, mais próximo das outras pessoas com quem dialogamos, mergulhadas, talvez, nos mesmos dilemas e contextos...

Como afirmou o economista e professor Ladislau Dowbor (2013) no prefácio do livro *À Sombra desta Mangueira* de Paulo Freire,

Todos estamos acostumados com a pancada na consciência quando passamos por crianças de rua. E já criamos as nossas defesas, de uma forma ou outra. Há tempos encontrei uma senhora idosa pedindo esmola, e me deparei espantado com a semelhança que tinha com a minha mãe. O choque foi profundo, mas pouco depois me espantei comigo mesmo: o ser humano anônimo não machuca? Na realidade, com a sociedade global, grandes distâncias e grandes números, a solidariedade deixou de ser assunto de coração, de sentimento que se gera naturalmente frente à pessoa conhecida, e passou para o intelecto, a razão que se satisfaz com racionalizações. O que globaliza separa, e as soluções passam por uma rearticulação profunda do tecido social.

No raciocínio de Paulo Freire, a racionalidade reclama racionalmente o direito às suas raízes emocionais. É a volta à sombra da mangueira, ao ser humano completo. E com os cheiros e sabores da mangueira, um conceito muito mais amplo do que esquerda e direita, e profundamente radical: o da solidariedade humana. (DOWBOR, 2013, p.14)

A educação social é por excelência uma ciência da prática. Ela não só emerge de problemas cotidianos, reais, como se fortalece e se estrutura por meio da prática. Por isso seguimos em busca de uma pesquisa qualitativa sensível, colaborativa, construída com base em valores caros aos grupos onde vivemos a pesquisa. Que esse texto possa fomentar reflexões.

REFERÊNCIAS

CUSICANQUI, S. R. Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

CUSICANQUI, S. R. El potencial epistemológico y teórico de la historia oral: de la lógica instrumental a la descolonización de la historia. In: ROSILLO MARTINEZ, Alejandro. (org). Teoría crítica dos Direitos Humanos no século XXI. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 154- 175, 2008.

- DENZIN, N.K. The reflexive interview and a performative social Science. *Qualitative Research*. 2001, vol. 1(1): 23-46.
- DOWBOR, L. Prefácio. In: Freire, Paulo *À sombra desta mangueira*. São Paulo: Paz e Terra, 11ª ed., pp.7-14, 2013.
- FERNANDES, Renata S. *Abordagens teórico-metodológicas nas pesquisas em educação não formal*. 1. ed. Holambra: Editora Setembro, 2017
- FREIRE, L. C. de. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. 1ed. São Paulo. Expressão Popular, 2018.
- GARCIA, V. A. *Educação Não Formal como Acontecimento*. Holambra: Setembro, 2015.
- GARCIA, V. A. RODRIGUES, J. P.; MORAES FILHO, N. Educación social en América Latina y algunas reflexiones sobre el contexto brasileño: diálogos y debates del XIX Congreso de maestros y educadores sociales. *RES, Revista de Educación Social*, v. I, p. 179-196, 2017.
- GARCIA, V. A. *Relatório de conclusão de Pós-doutoramento*. Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.
- MIRANDA, C. *Decolonialidade e Educação: entre teorias e práticas subversivas*. In: *Revista Interinstitucional Artes de Educar*. Rio de Janeiro, v. 3 n. 3, p. 213-232 (out/2017/jan/2018): Disponível em <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/29850/23114>>. (acessado em 20/12/2018).
- PETRUS, A. *Pedagogia Social*. Barcelona: Ariel Educación, 1997.
- QUINTANA, J. M. Antecedentes históricos de la educación social. In: PETRUS, Antonio (coord.). *Pedagogía Social*. Barcelona: Ariel Educación, 1997.
- QUINTANA, J. M. *Sociología de la educación*. Barcelona: Ed. Hispano Europea, 1977.
- SÁEZ, J. *La construcción de la pedagogía social: algunas vías de aproximación*. In: Petrus, A. (coord.). *Pedagogía Social*. Barcelona: Ariel Educación, 1997.

NOTAS SOBRE OS EFEITOS DA CRISE ECONÔMICA E POLÍTICA SOBRE A POPULAÇÃO JOVEM BRASILEIRA

PATRÍCIA JUNQUEIRA GRANDINO

PEDRO HENRIQUE JUNQUEIRA MARTINS

PRISCILA COURA LEME DA SILVA

Como categorias historicamente construídas, à infância e à juventude são prodigados cuidados característicos das condições culturais, econômicas e sociais nas quais estão inseridas. No caso brasileiro, desde a colônia, essa parcela da população recebe atenção distinta a depender da sua origem e do seu lugar social. Tradicionalmente, crianças e jovens das camadas mais abastadas contam com acesso privilegiado à educação, saúde e demais serviços, enquanto os pertencentes às camadas populares trilham o terreno acidentado da precariedade. Ademais, os jovens pobres do país têm prioridade nas políticas de correção e repressão.

A despeito dos muitos avanços observados em passado recente, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, buscaremos aqui problematizar alguns indicadores sociais que sugerem que a crise econômica e política que atingiu o Brasil a partir de 2014 e a ruptura político institucional de 2016 parecem afetar negativamente e mais diretamente a população jovem, expondo esses brasileiros, mais uma vez, a condições de vulnerabilidade preocupantes.

Nosso interesse deriva do trabalho desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Psicanálise e Interdisciplinaridade para a Infância e Juventude, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política da Universidade de São Paulo. Com o envolvimento na formação de pós-graduados que se dedicam ao estudo e à atenção direta da população jovem nos interessa problematizar e refletir sobre os desdobramentos políticos e suas incidências nas políticas públicas destinadas a essa população.

OS AVANÇOS DA REDEMOCRATIZAÇÃO DOS ANOS 1980

O processo de redemocratização pelo qual o Brasil passou em meados dos anos 1980 culminou na conquista de uma nova legislação voltada à população infanto-juvenil pautada na doutrina jurídica da proteção integral que, ao reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos de direitos em condição peculiar de desenvolvimento, rompeu com o legado segregacionista e discriminatório das leis e das políticas anteriores dirigidas a essa população.

A partir de 1990, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, a garantia dos direitos da infância e juventude passa a ter destaque político-institucional no cenário brasileiro (Grandino, 1999, Maida, 2018), inaugurando um período de elaboração, formalização e sistematização de políticas destinadas a essa população, bem como ao detalhamento e reestruturação de instituições, agências, programas e projetos que necessitaram de reordenamento para atender aos pressupostos da doutrina da proteção integral.

Destacando que tais avanços não se deram sem luta e fortes embates políticos, reconhecemos que nova conquista na garantia de direitos se observou com a promulgação, em 2013, da lei federal nº 12.852, o Estatuto da Juventude, cuja proteção contempla os cidadãos brasileiros entre 15 e 29 anos de idade.

Considerando a Constituição Federal promulgada em 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990; e o Estatuto da Juventude, em 2013, verificamos quão recente são o reconhecimento da especificidade e da necessidade de se garantir condições fundamentais ao pleno desenvolvimento das novas gerações. É um curto período para sedimentar políticas de garantia de acesso ao conjunto de direitos garantidos nessas legislações.

No Brasil, parte do processo de construção da agenda de políticas públicas para a juventude surgiu a partir de conferências, comissões e grupos técnicos¹⁵ de discussão sobre políticas públicas para a infância e a adolescência, nos quais se evidencia a necessidade de reconhecimento de sujeitos de direitos jovens para além dos dezoito anos. Assim, a Comissão Especial de Juventude¹⁶ e o Grupo Interministerial, formados em 2004/2005 e responsáveis pelo levantamento das demandas e pesquisas sobre os jovens, foram fundamentais para que, em 2005, fosse aprovado o Plano Nacional de Juventude¹⁷, que funcionou como

15. Grupo Técnico “Cidadania dos Adolescentes”

16. PL 4530/2004 acesso em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=271233>

17. Lei Nº. 4530/04 acesso em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=271233>

um guarda-chuva dos programas e das políticas públicas para a juventude formulados pela Secretaria Nacional de Juventude e pelo Conselho Nacional de Juventude¹⁸ naquele período.

Consoante ao Plano Nacional de Juventude, é aprovada, em 2010, a Emenda Constitucional nº 65, que inclui os direitos da juventude no art. 27 da Constituição Federal¹⁹, que, entre outras normas, portarias, resoluções e leis, refletiram um novo posicionamento político frente às demandas do segmento jovem da população. As inovações que surgiram a partir de 2003, com a elaboração de políticas públicas em diversos setores, produziram efeitos significativos na garantia de direitos, observados pela diminuição dos indicadores de desocupação, de mortalidade e de encarceramento da população jovem.

É possível dimensionar o impacto das iniciativas oficiais das gestões do período por meio da análise das emendas, leis, portarias e resoluções referentes à pasta da juventude no período. No período, houve uma articulação transversal das políticas públicas, o fortalecimento da participação política e a redução da extrema pobreza em 63% no País²⁰.

À título de exemplos, destacamos o Programa Nacional de Inclusão de Jovens, criado em 2005 e reestruturado em 2008²¹, que tinha como objetivo “a elevação de escolaridade, a qualificação profissional e a inclusão cidadã” de adolescentes, de jovens trabalhadores urbanos e rurais é um exemplo da transversalidade e do impacto da inovação, ao investir R\$5,4 bilhões em três anos (2007-2010) de implementação do programa, segundo pesquisa realizada pelo MEC (Ministério da Educação)²².

Além dele, as comissões interministeriais representaram o esforço político para a transversalização das políticas públicas para a juventude, garantindo, assim, uma abordagem diversificada das demandas dos jovens. Tal iniciativa foi fundamental para as discussões da política de juventude, como o COIJUV - Comissão Interministerial de Políticas para a Juventude²³, Juventude e Meio

18. Decreto Nº 7.697 acesso em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2012/decreto-7697-9-marco-2012-612531-publicacaooriginal-135483-pe.html>

19. Acesso em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

20. PNAD 2014, acesso em www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica_151230_nota_tecnica_pnad2014.pdf

21. Lei 11692/2008 acesso em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11692.htm

22. Pesquisa MEC Projovem 2012 acesso em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9902-projovem-urbano-nota-tecnica-02-2012&Itemid=30192

23. Decreto Nº 8.074 de 14/2013 acesso em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8074.htm

Ambiente²⁴, por exemplo. Contribuiu, ainda, para a execução do principal eixo de combate à mortalidade da juventude negra, o Plano Juventude Viva²⁵, que representava uma nova postura frente aos indicadores de violência que atingia a juventude negra, atuando especialmente no combate à violência e ao racismo institucional e na garantia de oportunidades e direitos.

Mencionamos também o Participatório²⁶, que consistia em um ambiente virtual para a produção de conhecimento para e pela juventude, garantindo a participação e a mobilização social em torno das políticas públicas, e da revista eletrônica Juventude e Políticas Públicas²⁷, de caráter técnico-científica para difundir produções técnicas e acadêmicas sobre juventude e políticas públicas, que foi fundamental na disseminação de conhecimento e na construção de políticas no Brasil. Além das inovações discutidas, ressaltam-se os desdobramentos locais das políticas públicas que foram descentralizadas para Estados e municípios por meio de convênios, como é o caso de Alagoas, onde a estratégia do Juventude Viva, lançada em 2012, diminuiu os índices de mortalidade da juventude, com investimento de R\$ 70 milhões, distribuídos em 30 iniciativas que integraram 25 programas do governo federal²⁸.

O processo de estabelecimento do Estatuto da Juventude constitui um exemplo das dificuldades institucionais envolvidas em temas que colidem com os setores conservadores da sociedade brasileira. Neste caso, desde o estabelecimento da carta de direitos para a juventude, em 2004, até a promulgação do Estatuto da Juventude, passaram-se 7 anos e 23 anos desde a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Ao longo desse período, como salienta Severo (2013), “as disputas no sentido de adiar ou arquivar esse projeto se deram das mais variadas e múltiplas formas”. Mesmo contando com forte lastro em marcos legais já definidos a partir da Constituição Federal de 1988, observa-se que o texto final do Estatuto da Juventude teve aspectos fundamentais alterados em favor do conservadorismo e, mesmo assim, foi aprovado com vetos. Temas como participação e protagonismo, saúde e sexualidade, acesso ao emprego, cultura e educação foram os principais pontos de conflito, bem como os principais pontos de interesse de acordo com jovens que participaram diretamente nos grupos de discussão para a formulação do estatuto (Severo, 2013).

24. Portaria Interministerial nº 319/2012 acesso em <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=3&data=20/09/2012>

25. Portaria nº 29 de 19/2012 acesso em <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=9&data=22/05/2013>

26. Portaria Nº 42/2013 acesso em <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=05/08/2013>

27. Portaria Nº 32/ 2014 acesso em <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=03/11/2014&jornal=1&pagina=4&totalArquivos=132>

28. http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4246/1/bps_n22_igualdade.pdf

EFEITOS DA CRISE POLÍTICA E ECONÔMICA

A crise institucional e política que ocorreu a partir de 2014, culminando com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, impactou profundamente essas políticas, alterando a prioridade na garantia de direitos da juventude brasileira. Após aprovação do congelamento de gastos sociais e corte nas verbas para programas e políticas que estagnou diversas áreas das políticas públicas, com a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 55/2016, conhecida como PEC dos gastos públicos, houve uma desarticulação das políticas públicas para a juventude.

As medidas adotadas a partir de então pelo governo federal reformularam a base participativa do Conselho Nacional de Juventude²⁹, desestruturando o grupo interministerial de políticas para a juventude ao revogar decretos que previam a eleição direta. A convocação das eleições passou a ser comandada pela Secretaria Nacional de Juventude, evidenciando o retrocesso na estrutura de participação, que é fundamental na preservação da força da mobilização social. É igualmente possível sinalizar o retrocesso no campo da garantia dos direitos da juventude, por exemplo, se consideramos a força com que se retomou, no Congresso brasileiro, a pauta da redução da maioria penal.

O avanço das forças conservadoras e retrógradas no país, com forte ênfase neoliberal foram decisivas no pleito presidencial de 2018. Congelar gastos sociais, aplicar uma política ortodoxa e cortar na carne da população trabalhadora formam a base desse escopo político, que são liberais na economia e conservadores nos costumes.

O desconcerto no campo da garantia dos direitos se evidencia quando, paralelamente à divulgação dos dados alarmantes sobre homicídios com armas de fogo, que atinge majoritariamente os jovens, publicado pelo Atlas da Violência³⁰, o governo eleito aponte a liberação do porte de armas como parte de seu programa de governo. Essa iniciativa do IPEA e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública informa que foram mais de 61 mil assassinatos em 2016, o que coloca o Brasil num índice de homicídios 30 vezes superior ao da Europa.

Corroborando esses dados, o relatório de Homicídios por Arma de Fogo, publicado pelo Mapa da Violência³¹, aponta que a taxa de vitimização juvenil

29. Decreto 9024/2017 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9024.htm

30. http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf

31. Homicídios por Armas de Fogo acesso em <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>

foi 59,4 em 2013 e de 59,7 em 2014 (taxa por mil habitantes), evidenciando que há sobrerrepresentação da população jovem (58%) nos assassinatos, uma vez que na população brasileira, os jovens correspondem a 26% do total. Esse dado revela que há o dobro de jovens mortos em relação à população geral, ou seja, 49.239 mil jovens mortos por arma de fogo nos anos de 2013 e 2014.

No quadro geral, a UNICEF aponta que o Brasil teve a sétima maior taxa de homicídios de jovens, em 2017³². Os dados do Atlas da Violência de 2018³³ mostram que a taxa de homicídios de jovens foi de 59,3 em 2013, subindo para 62,9 em 2014. Em 2015 verificou-se pequeno decréscimo (60,9) e aumento expressivo de 6,2, em 2016, com taxa de 65,5 homicídios por mil habitantes. No período morreram, em média, 62,1 jovens assassinados por 100 mil.

Ao analisar apenas jovens do sexo masculino, os dados são ainda mais preocupantes, já que, entre 2013 e 2016, houve uma taxa de variação de 12,9, ou seja, o dobro das mortes de jovens de ambos os sexos. Isso quer dizer que foram assassinados, em média, 115,7 jovens do sexo masculino. A taxa mostra aumento crescente no período com 109,7 (2013), 113,6 (2014), 116,9 (2015) e 122,6 (2016) em dados relativos à população jovem³⁴.

Ainda, o Atlas da Violência de 2018 destaca que o Brasil tem uma das maiores taxas de homicídios de jovens, apontando entre as causas de mortalidade que atingem essa parcela específica da população, 56,5% dos jovens do sexo masculino morreram vítimas de homicídio, em 2016. Os homicídios de jovens do sexo masculino cresceram 8%, de 2015 para 2016³⁵.

Outro indicador revelador da realidade da juventude do país são as taxas de encarceramento. O Brasil tem a terceira maior população carcerária do mundo e a maioria da população carcerária do Brasil é formada por homens jovens, negros, solteiros, que não concluíram o ensino fundamental, condenados de quatro a oito anos de prisão, com penas motivadas sobretudo por crimes de roubo e furto³⁶.

Os dados do Mapa do Encarceramento, publicado em 2015 indicam crescimento no encarceramento de jovens de 15 a 29 anos, com taxas de 592 presos em 2009, 590 em 2010, 619 em 2011 e 648 em 2012 (taxas por 100 mil).

32. Um Rosto Familiar: A violência na vida de crianças e adolescentes, em tradução livre para o português acesso em https://www.unicef.org/publications/index_101397.html

33. Acesso em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf

34. Idem

35. Idem

36. INFOPEN 2016 acesso em http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf

A taxa média dos anos de 2007 a 2012 da população jovem encarcerada é de 586,3, enquanto da população não jovem é de 194,5 por 100 mil, ou seja, a parcela de jovens é 3,01 vezes maior que a de adultos encarcerados. Ressalta-se que menos de 9% da juventude presa responde por crimes contra a pessoa, sendo majoritariamente prisões motivadas por crimes contra o patrimônio e tráfico de drogas³⁷.

Em 2014, a população carcerária jovem de 18 a 29 anos compunha 55,07% do total, enquanto essa mesma população representa 18,9% da população geral, ou seja, uma sobrerrepresentação de 36,7%, em 2014. Em 2015, a população carcerária de 18 a 29 anos subiu para 54% da população carcerária total, sobrerrepresentada em relação à população geral jovem, que é de 18%³⁸.

A juventude está triplamente representada em relação à população geral. Os dados mais recentes sobre a população carcerária são de 2016 e constam no relatório sintético produzido pelo DEPEN. A população jovem correspondia a 18% da população total e 55% da população carcerária era de jovens de 18 a 29 anos. Isso representa uma sobrerrepresentação de 37,0%³⁹.

Com relação às oportunidades de trabalho e qualificação, dados da PNAD 2017 apontam que 55% dos desempregados têm até 29 anos, 23% da população de 15 a 29 anos, ou 18 milhões de jovens nem trabalham e nem estudam. O percentual de jovens que nem trabalhavam e nem estudavam cresceu de 22,7 (2013)⁴⁰, 22,7 (2014)⁴¹, 25 (2015)⁴² e 25,8 (2016)⁴³.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados acima demonstram um cenário preocupante. A população jovem do país é diretamente afetada pelos efeitos da crise econômica e política, que compromete o futuro dessas novas gerações, bem como as condições de crescimento e desenvolvimento social do país. Assinalam que as desigualdades

37. Mapa do Encarceramento 2015 acesso em http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0010/1092/Mapa_do_Encarceramento_-_Os_jovens_do_brasil.pdf

38. INFOPEN 2014 acesso em <http://www.justica.gov.br/news/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>

39. INFOPEN 2016 acesso em http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf

40. PNAD CONTÍNUA 2018 acesso em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad_2013_v33_br.pdf

41. PNAD CONTÍNUA 2014 acesso em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94935.pdf>

42. PNAD CONTÍNUA 2015 acesso em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>

43. PNAD CONTÍNUA 2016 acesso em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101548_notas_tecnicas.pdf

e injustiças sociais afligem os mais jovens, sugerindo que o país segue numa trajetória de exclusão e discriminação de parcela significativa de sua população.

A renitência do país em maltratar seus jovens pode ser compreendida como um sintoma de uma sociedade que insiste em não investir na formação e valorização da própria população, colocando interesses corporativos e financeiros em primeiro plano.

Mas a gravidade dos dados apresentados convoca ainda mais ao compromisso dos que se alinham na defesa dos direitos e indica que serão necessários esforços significativos para sistematizar, analisar e formular proposições de suporte à população jovem do país. Apesar do momento de ruptura e do retrocesso político que se entrevê, é preciso reiterar que a constante de luta e organização social para o desenvolvimento de processos civilizatórios progressistas, que culminaram nos avanços do sistema de garantia de direitos apresentados no início desse texto conseguiu gerar frutos na institucionalização destes novos marcos legais com relativa densidade e esse conjunto forma a base de sustentação que pode garantir combate ao retrocesso.

Tais condições sinalizam a importância dos setores compromissados com a luta e a garantia de direitos de crianças e jovens sigam alertas e mobilizados para resistir a tentativas de desconstrução do que já foi alcançado. Em nosso caso específico, compreendemos que à Universidade compete fomentar os espaços de discussão, de promoção de estudos e investigações sobre a área. É espaço de formação, mas também de fortalecimento de alianças e cooperação.

MEMÓRIA POLÍTICA, DIREITOS HUMANOS: DENÚNCIA E RESISTÊNCIA DE GRUPOS OPRIMIDOS CONTRA A VIOLÊNCIA DO ESTADO

SORAIA ANSARA

Nas últimas décadas o tema da memória coletiva tem despertado o interesse de muitos pesquisadores a ponto de Andreas Huyssen (2000) afirmar que vivemos uma época de ascensão de uma “*cultura da memória*”, que segundo o autor tem sido provocada por uma multiplicidade de fatores, sobretudo por eventos políticos marcantes como o fim das ditaduras na América Latina, a queda do muro de Berlim, o colapso da União Soviética – as transformações no universo interno e externo dos regimes capitalista e comunista – e o fim do regime sul-africano do *apartheid*, bem como o crescente foco cultural nas histórias de minorias e políticas de identidade. (HUYSSSEN, 2000).

Estas transformações sociais e políticas estimularam muitos estudos sobre a memória, que em sua grande maioria enfatizam o trauma sofrido pelas vítimas dos regimes de exceção, em consequência da violência política que marcou sobremaneira a experiência latino-americana. Os estudos que versam sobre o trauma político destacam as violações sistemáticas dos direitos humanos nas últimas décadas na América Latina, especialmente nos regimes ditatoriais (MARTÍN-BARÓ, 1989; LIRA & CASTILLO, 1991; LIRA, 1993; LIRA, 1998; JELIN, 2002).

No entanto, estes mesmos estudos revelam que as violações continuam a ser praticadas em contextos democráticos. Tais estudos apontam que ainda convivemos com os legados da ditadura militar, visto que a estrutura policial permanece igual à do período militar. A polícia, ainda utiliza práticas violentas contra a população, atuando com preconceito contra negros e pobres, quase sempre considerados “suspeitos”. Apesar de existir liberdade de se manifestar publicamente, é comum o uso da repressão policial para conter manifestações, greves e despejar famílias, por meio dos batalhões de choque contra a população civil. “Essa violência bruta, típica da ação policial, é um atentado contra a democracia e fundamentalmente contra os direitos humanos”. (ANSARA, 2005, p. 384)

No que diz respeito às violações dos direitos humanos por parte do Estado, ainda nos deparamos com o uso de torturas e espancamentos por parte de policiais, por abuso da autoridade policial com ameaças, constrangimentos, agressões físicas. (Coimbra, 2001). Evidentemente, nos casos de violação por parte do Estado, a situação é ainda mais grave, já que este deveria ser o principal responsável por zelar pela integridade física e segurança dos cidadãos.

Neste capítulo, abordamos o tema da memória política e sua relação com os direitos humanos. Na primeira parte fazemos uma breve discussão sobre os estudos da memória destacando os aspectos ideológicos da memória coletiva que são fundamentais para compreendermos as memórias que vêm sendo construídas em torno da violação dos direitos humanos. Analisamos como as violações dos direitos humanos por parte Estado são naturalizadas e como estas restringem o exercício da cidadania. Na segunda parte apresentamos parte dos dados de uma pesquisa realizada com mulheres-mães de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas e com técnicos que atendem estes adolescentes, trazendo à luz as suas memórias sobre as violações dos direitos humanos, bem como os processos de resistência contra esta violação.

Os estudos da memória política foram e são fundamentais para conhecer o passado de repressão e de resistência política, denunciar as violações dos direitos humanos e as diversas formas de violência social e política, nas quais se incluem o preconceito social e as diferentes manifestações de racismo e estereotipia que têm impactos nas ações coletivas empreendidas pelas populações excluídas.

Não faltam estudos que relacionem a violação dos direitos à desigualdade social e à pobreza, que também incluem uma reflexão ampla em torno das redes de proteção social como possibilidade de garantir a realização dos direitos sociais (ABRANCHES, 1985; NERI, 2009; SOUZA, 2011).

O modo de produção capitalista alinhado com regimes neoliberais tem resultado na concentração da riqueza, beneficiando apenas um terço da humanidade, em prejuízo, especialmente, dos moradores que vivem cotidianamente situações de desigualdade e exclusão social. O aumento da violência nos pequenos e grandes centros urbanos, assim como a generalização de conflitos políticos, o crescimento da intolerância étnico-racial, religiosa, cultural, geracional, territorial, físico-individual, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de opção política, dentre outras, revelam as dificuldades de garantir a diversidade de expressões e modos de vida e o descompasso existente entre os avanços no plano jurídico-institucional e a realidade concreta de efetivação dos direitos na sociedade.

O que queremos enfatizar é que as violações aos direitos humanos não se expressam somente pela ação ostensiva do Estado, mas são evidenciadas pela desigualdade social em nível mundial, que como descreve Boaventura Souza Santos (2011), nos causa desconforto, indignação e inconformismo:

“as violações dos direitos humanos em países vivendo formalmente em paz e democracia assumem proporções avassaladoras. Quinze milhões de crianças trabalham em regime de cativeiro na Índia; a violência policial e prisional atinge o paroxismo no Brasil e na Venezuela, enquanto os incidentes raciais na Inglaterra aumentaram 276% entre 1989 e 1996, a violência sexual contra mulheres, a prostituição infantil, os meninos de rua, os milhões de vítimas de minas antipessoais, (...) a discriminação contra toxicod dependentes, os portadores de HIV ou os homossexuais, são apenas algumas das manifestações da diáspora da liberdade. (p.24)

E o que dizer da desigualdade social no Brasil? Basta olharmos para o mapa da desigualdade, da Rede Nossa São Paulo, lançado no dia 28/11/2018 publicado pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea). O mapa, com base nos indicadores raça, trabalho, renda e condições de moradia, aponta o aumento da desigualdade no país resultante das disparidades de renda e revela que os 10% mais ricos da população brasileira respondem por 51,5% da desigualdade de renda total do país, uma das mais altas do mundo.

O desemprego, a fome, a discriminação racial, sexual e religiosa, o machismo, a destruição do meio ambiente, a ausência de saneamento – frutos da desigualdade social – são formas de violência permanente que nem sempre são percebidas como violência e autoritarismo e estão diretamente vinculadas à violação de direitos sociais, pois condenam milhares de pessoas à condição de não-cidadãos.

“Numa sociedade em que a desigualdade social é gritante, em que as relações sociais são extremamente hierarquizadas, as relações políticas ainda se dão através do favor e clientelismo e na qual ainda são utilizados mecanismos repressivos para solucionar os problemas sociais, evidentemente se alimenta e se promove uma cultura de violência que atenta contra os direitos humanos”. (ANSARA, 2005, p. 384)

Aos que defendem os direitos se fomenta, por meio da mídia uma falsa ideia de que estes são sujeitos e agentes da violência (CHAUÍ, 1998). Um exemplo disto são as manifestações públicas de movimentos de grande impacto como o Movimento Sem Terra (MST) ou as manifestações que temos presenciado no Brasil, nos últimos anos. É comum responsabilizar os manifestantes como instigadores da violência eximindo a polícia desta responsabilidade, uma vez que esta se apresenta para “manter a ordem”. Nesta lógica, os sujeitos da ação coletiva, sejam sem-terras, grevistas, manifestantes são considerados como “gente perigosa”, portanto, não-pessoas. Nesta ótica, como aponta Chauí (1998) o “popular” é visto como não pertinente à ordem social. A ordem dominante produz uma ideia e um discurso de que os conflitos e as contradições “são considerados perigo, crise, desordem e a eles se oferece uma única resposta: a repressão policial e militar, para as camadas populares e o desprezo condescendente, para os opositores em geral” (CHAUÍ, 1998, p.12). Ao criar uma imagem negativa dos trabalhadores, dos sem-terra, dos movimentos sociais e daqueles que se manifestam publicamente para reivindicar seus direitos, o Estado os submete à violência com o objetivo de frear sua organização e ação coletiva.

Em nome da manutenção/ segurança da sociedade as ações e manifestações de grupos, movimentos sociais (ou qualquer forma de ativismo) são classificadas de ações terroristas que implicam a ação ostensiva e militar para contê-las. Dessa forma, inverte-se totalmente o sentido e objetivo das lutas populares “normalizando” o desrespeito aos direitos humanos e deixando de combater a violência a que estão expostos os cidadãos brasileiros, especialmente os que pertencem às camadas populares.

Tal como ocorria no regime de exceção, aos que lutam contra o autoritarismo e em favor dos direitos, a resposta é a violência política e o rótulo de que são subversivos, perigosos, comunistas e, principalmente “inimigos” que precisam ser combatidos ou eliminados da sociedade. Deparamo-nos, portanto com fortes elementos ideológicos que restringem o exercício da cidadania, impedindo as lutas em favor dos direitos humanos, legitimando ou naturalizando a violação dos direitos por parte do Estado (Cardoso, 2001).

O que estamos assistindo nos últimos anos, especialmente na atual conjuntura política brasileira, tem revelado que a memória oficial tem sido um instrumento de manutenção de um sistema ideológico que reforça o poder instituído, mantido pela lógica da repressão, violência, opressão e racismo.

Num recente artigo intitulado “Direitos Humanos e Democracia: a experiência das comissões da verdade no Brasil”, Cristina Buarque de Holanda (2018, p.

8), descreve e analisa os discursos dos comissionários entrevistados por ela, destacando e questionando este apelo ao retorno da ditadura:

“Quando o curso da entrevista conduz os entrevistados ao tema das manifestações sociais recentes em favor de caminhos autoritários para a política, o elo perfeito entre democracia e direitos humanos parece se romper. O que fazer, afinal, quando a democracia se volta contra os direitos humanos? Ou, mais precisamente, quando os direitos humanos são questionados por cidadãos no gozo de suas liberdades democráticas? (...)As pessoas hoje vão para a rua pedindo a volta dos militares. O significa o que isso? [Comissionária de Minas Gerais]. São manifestações públicas, de defesa da ditadura e retorno do golpe militar e de certa forma de banalização da violência, contra a dignidade da pessoa humana. Isso é estarrecedor. [...] Será que é um problema de descrédito da democracia? [Comissionário de Pernambuco]”

Ou será que demonstra a eficácia das estratégias e políticas de esquecimento e da memória oficial?

O apelo ao retorno da ditadura e intervenção militar que observamos atualmente revela um desconhecimento e uma negação dos acontecimentos políticos ocorridos durante a ditadura civil-militar no Brasil. As políticas de esquecimento e a difusão da memória oficial atuaram para ocultar a natureza violenta, totalitária e repressiva de nosso passado recente. As estratégias promovidas pelo regime civil-militar, que persistiram ao longo de todo processo de democratização impuseram uma memória oficial que tentou levar ao esquecimento determinados eventos políticos, naturalizando, legitimando e normalizando o político, encobrendo os acontecimentos repressivos, gerando uma esfera de normalidade, a ponto de muitos brasileiros desconhecerem os fatos e efeitos da ditadura civil-militar no Brasil e defenderem, na atualidade as ações repressivas e autoritárias (ANSARA, 2008; 2015).

Ao relacionarmos memória política e direitos humanos enfatizamos os aspectos ideológicos da memória coletiva, fundamentais para compreendermos as memórias que vêm sendo construídas em torno da violação dos direitos humanos. Percebemos que a memória funciona como ideologia quando legitima “as relações de dominação, manipula o passado e produz esquecimento por meio de mecanismos de ocultação da realidade ou elaboração de versões deturpadas dos acontecimentos” (ANSARA & DANTAS, 2015, p.207).

A memória construída sob os fundamentos da ideologia esconde as divergências sociais, criando “uma falsa impressão de identificação coletiva, uniformidade política e universalidade de propósitos, como se toda sociedade compartilhasse os mesmos interesses” (ANSARA & DANTAS, 2015, p. 221). A memória institucionalizada “produz uma falsa sensação de unidade, integração e legitimidade das estruturas sociais, gerando aceitação, silêncio e resignação” (p. 221).

Como romper com o silêncio e a indiferença a que foram e são cotidianamente submetidos determinados grupos e culturas? Como diria Boaventura Sousa Santos: “como fazer falar o silêncio sem que ele fale necessariamente a linguagem hegemônica que o pretende fazer falar?” (SANTOS, 2011, p. 30)

A hegemonia dos direitos humanos como linguagem de dignidade humana é hoje incontestável. No entanto, esta hegemonia convive com uma realidade perturbadora. A grande maioria da população mundial não é sujeito de direitos humanos. É objeto de discursos de direitos humanos. Deve, pois começar por perguntar-se se os direitos humanos servem eficazmente a luta dos excluídos, dos explorados, dos discriminados ou se, pelo contrário, a tornam mais difícil. Os grupos sociais oprimidos não podem deixar de perguntar se os direitos humanos, mesmo sendo parte da mesma hegemonia que consolida e legitima a opressão, não poderão ser usados para subverter. Ou seja, poderão os direitos humanos ser usados de modo contra-hegemônico? (SANTOS & CHAUI, 2013, p.42) (*grifos nossos*)

Os silêncios que geram o discurso hegemônico submeteram e submetem muitos grupos e culturas ao silêncio, tornando “impronunciáveis suas necessidades e aspirações”, o que nos leva a indagar: como tornar pronunciáveis as necessidades e aspirações dos grupos oprimidos que sofrem diuturnamente a violação dos seus direitos? Como desconstruir o discurso hegemônico em torno dos direitos humanos? Em que medida a (s) memória (s) construída pelas minorias e grupos oprimidos sobre as violações de direitos humanos podem evidenciar estes discursos?

Faz-se necessário perceber os mecanismos de silenciamento que a ideologia dominante produz e que submete a grande maioria da sociedade, reconhecendo que há múltiplas faces da dominação bem como múltiplos agentes que protagonizam múltiplas formas de resistência (SANTOS, 2011).

O trabalho de reconstrução da memória dos grupos oprimidos que sofrem violência tem sido uma possibilidade concreta de interrogar o passado e o

presente a partir das múltiplas versões e discursos sobre as experiências vividas por estes sujeitos privados dos seus direitos.

Os estudos que empreendemos (ANSARA, 2001, 2004, 2008A; 2008B; 2012; 2015) nos últimos anos trouxeram à luz a memória política de diferentes movimentos sociais e sindicais – grupos estes oprimidos e silenciados pela memória oficial – e nos permitiram compreender as relações de poder e o autoritarismo que proliferaram por todo o continente latino americano, em particular na sociedade brasileira. Estes estudos permitiram perceber as contradições sociais presentes na memória coletiva: o conformismo político, a submissão e a defesa da ordem que justificam a repressão e a resistência à repressão por parte dos que estão predispostos a agir contra os mecanismos repressivos.

O estudo da memória política de grupos oprimidos nos levou à discussão sobre a violação aos direitos humanos a que estão expostos adolescentes e jovens que vivem nos bairros mais pobres das grandes metrópoles e à violência praticada pelas instituições do Estado, que retira dos cidadãos ou pelo menos de grande parcela dos cidadãos a possibilidade de uma vida digna na qual seus direitos universais sejam respeitados.

Com intuito de identificar as lembranças sobre situações de violação dos direitos humanos de grupos oprimidos tais como de mulheres, jovens, idosos, pessoas com deficiência, homossexuais e negros em contextos de desigualdades econômicas e socioculturais, realizamos uma pesquisa-ação-participativa que teve por base os referenciais teórico-metodológicos da Psicologia Política (Martín-Baró, 1998) e da Psicologia Comunitária (Maritza Montero, 2004; 2006).

Como mencionamos anteriormente, trataremos de apresentar apenas parte dos dados da pesquisa de campo trazendo as memórias sobre a violação dos direitos humanos das mulheres-mães de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas e dos técnicos que atendem estes adolescentes. A pesquisa de campo, realizada em um dos bairros considerados mais violentos de São Paulo – região de Heliópolis – constituiu-se de duas etapas, as quais em alguns momentos aconteceram simultaneamente:

- a) Contatos com as lideranças desses grupos, mapeamento da região estudada e a participação dos pesquisadores nas atividades da comunidade;
- b) Realização dos Grupos Focais⁴⁴.

44. Todas as participantes foram esclarecidas sobre o sigilo de suas identidades e nossos objetivos acadêmicos com relação às informações coletadas e aceitaram participar livremente autorizando a utilização de seus relatos para fins da pesquisa, inclusive manifestando a expectativa de que a Universidade possa contribuir com as ações da comunidade na luta pelos direitos humanos. Os nomes das entrevistadas são todos fictícios.

- I. grupo de técnicos do MSE;
- II. mães de adolescentes e jovens que estão cumprindo medidas socioeducativas (MSE)

c) Entrevista semiestruturada realizada com a gestora do MSE.

Todas as mulheres que participaram do grupo focal são oriundas das camadas populares, são mães de adolescentes que praticaram ato infracional, conforme previsto no artigo 112, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 2017), e agora cumprem medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, determinadas judicialmente, sendo acompanhadas pelos técnicos que atuam no serviço de Medidas Socioeducativa (MSE) da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social⁴⁵.

Estes técnicos (assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, educadores sociais e advogados e estagiários do serviço social, da psicologia, da pedagogia e do direito) fazem parte de uma equipe multiprofissional que acompanha os adolescentes na orientação das medidas socioeducativas. São vários os técnicos que atuam neste serviço, mas participaram do grupo focal somente nove técnicos. A maioria é de Heliópolis, três deles nasceram na comunidade, alguns moram no bairro e outros já moraram por vários anos sendo que apenas três deles não são do bairro. Na entrevista com a gestora utilizamos um roteiro semiestruturado, que versou sobre os mesmos temas do grupo focal, sendo acrescentadas algumas perguntas sobre a experiência dela como gestora.

MEMÓRIAS DAS MULHERES: SEUS DISCURSOS, DENÚNCIAS E RESISTÊNCIAS

Na memória das mulheres-mães dos adolescentes estão presentes muitas situações de discriminação e preconceito, bem como, a culpa que a sociedade parece lhes atribuir pelos atos praticados por seus filhos. Os próprios profissionais da segurança pública acusam seus filhos para além do ato que praticaram, por entenderem que suas famílias não podem prover suas necessidades e por entenderem que tudo que portam é “roubado”. Seus discursos trouxeram à tona o que seus filhos praticaram ou foram acusados de praticar, bem como o sofrimento que esta situação causa a elas e a seus familiares (ANSARA, 2014).

45. O serviço de Medidas Socioeducativa (MSE) é vinculado ao Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS e mantém relação direta com a equipe técnica que acompanha os adolescentes e jovens de ambos os sexos atuando junto à rede de serviços socioassistenciais da proteção social básica e especial, com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares e outras Organizações de Defesa de Direitos e demais políticas públicas.

O medo de que os filhos sofram mais violência durante a reclusão faz com que muitas delas se calem: *“Minha irmã falou assim, não responde a elas não! Eles vão judiar dele!”*. (M4)

Suas memórias denunciam que a polícia age com muita violência disparando tiros e colocando em risco a vida de seus filhos e de outras pessoas. As versões sobre os atos de violência, construídas pela comunidade, variam nos detalhes que justamente indicam, que mesmo após terem sido rendidos, a polícia atira para matar. O extermínio de jovens é ainda hoje uma realidade e está bem presente nas suas memórias. Elas evocam lembranças da violência policial contra seus filhos, contra jovens, negros e homossexuais. As mães manifestam o medo e a insegurança que sentem de seus filhos serem assassinados, de não voltarem para casa *“Meu filho sai de casa eu fico com o coração na mão porque a polícia esta abordando mesmo! A polícia põem tudo no chão. Eu fico com o coração na mão!”* (M3).

Para estas mães a polícia não representa segurança, ao contrário traz mais insegurança pela forma como age violando os direitos mais elementares: invadindo as suas casas sem mandato de segurança, abordando com violência os jovens pobres e negros, como é o caso dos seus filhos.

A perseguição aos meninos que estão cumprindo medidas socioeducativas é recorrente, segundo o relato das mães e dos técnicos que os acompanham. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 2017), que entrou em vigor, em 1990, estabeleceu o caráter socioeducativo para o tratamento de adolescentes em conflito com a lei responsabilizando o Estado, a família e a comunidade para estabelecer ações conjuntas pela garantia de seus direitos. No entanto, este caráter socioeducativo não é reconhecido pelos agentes da segurança pública que não veem nestes adolescentes a possibilidade de se ressocializarem, o que os leva a persegui-los abordando-os arbitrariamente e com frequência, conforme denunciam estas mães e ratificam os técnicos que atendem os adolescentes e suas famílias.

VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL: SEGURANÇA PÚBLICA E ESCOLA – AGENTES DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Os técnicos contaram como é o trabalho que eles desenvolvem destacando que atuam na orientação dos adolescentes e suas famílias buscando a reparação do dano a reinserção na comunidade e o fortalecimento de vínculos com a família e com a comunidade onde eles vivem. Ao descreverem o trabalho

socioeducativo os profissionais apontaram as dificuldades que enfrentam, sobretudo em função do preconceito que existe por parte da sociedade, da escola e da polícia em relação aos meninos, que não são muito aceitos na sociedade.

Ao serem indagados sobre as situações de violação dos direitos humanos que os adolescentes enfrentam, eles foram unânimes em afirmar que um dos maiores agentes de violação dos direitos é a segurança pública:

Talvez o que a gente vive mais frequentemente de maneira muito forte de violação de direitos é a nossa relação com a segurança pública, nossa porque nós atendemos os meninos num lugar e infelizmente a polícia está contra este lugar. O que os meninos relatam constantemente é que eles são abordados sempre de uma maneira muito constante, não é uma coisa que acontece, algum evento, uma vez por ano, uma vez por mês, é constante, praticamente diariamente. (...) Os meninos se queixam muito que são, a gente tem uma carteirinha de frequência para conseguir manter os meninos minimamente organizados, então eles (os policiais) rasgam a carteirinha, tem relatos que rasgaram o RG, documento pessoal, rasgaram, quebraram o vale-transporte, porque a gente dá o bilhete único. E assim essa coisa de rasgar a carteirinha é constante, fazer engolir. Ontem fizeram ele engolir a carteirinha, mastigar e engolir. Eu entendo que essa é uma das maiores, mais difíceis da gente conduzir porque, a gente trabalhar com menino que está com medida tentando reinserir na sociedade, fazer ele acreditar, é muito difícil quando ele vem de uma vivência desta constantemente sendo violado, sendo agredido. (Melissa)

Em todos os discursos foram recorrentes os relatos das abordagens violentas praticadas pelos agentes da segurança pública e as frequentes intimidações no cotidiano dos adolescentes.

(...) eu vejo muito, por exemplo, os adolescentes nossos, os adolescentes da região, da medida socioeducativa, o direito deles violado. (...) E o que é preocupante hoje a violência é maior, que assim, às vezes parece que é normal fazer isso! O adolescente se sente fragilizado, de que instância eu vou recorrer? Como? Eles veem que tem um sistema muito maior do que ele e então, às vezes, ele prefere ficar num processo de aceitação. Acho que uma das violações piores é essa. (Miriam)

As falas revelaram que as violações provenientes das instituições que justamente deveriam oferecer proteção e contribuir para o processo de ressocialização dos adolescentes, tem sido um obstáculo. A violência policial torna visível que a violação aos direitos humanos de grupos sociais oprimidos corresponde à negação da cidadania, corroborada também pelas ações da escola, pois além da Segurança Pública, a escola tem frequentemente violado os direitos desses adolescentes.

O imaginário construído em torno do aluno pobre, sobretudo aquele que mora nas periferias e em particular em torno dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa, revelam os mecanismos de violência psicológica praticada pela escola que faz com que estes adolescentes sintam-se incapazes de compreender o que a escola deveria lhes ensinar. A escola não os inclui, não os acolhe e não trabalha com a realidade desses adolescentes, incluindo-os perversamente.

Eu acho também que a gente está num momento onde não se trabalha com realidade dentro da escola, a realidade mesmo. Porque os relatos que eles têm, os que frequentam a escola é que muitos repetem, eles sabem que vão repetir, eles frequentam porque eles precisam da frequência escolar por conta da Medida, mas esta repetência não é porque eles estão na aula é porque muitos, eles declaram aqui, eles falam que a professora fala muito rápido e eles não entendem, eles têm vergonha de falar que não entendem – com 15, 16 anos – o que está sendo feito. Então os relatos são: já sei que vou repetir. (...) Não tem um olhar da escola pra realidade atual que não é só do adolescente infrator, que é de uma gama gigante de adolescente, não precisa ser adolescente infrator. (...) Pra eles é muito frustrante você não ter uma escola, que o professor escute (...). (Tânia)

A escola, que deveria ser um dos lugares de proteção e de ressocialização desses adolescentes, os submete frequentemente à dupla violência física e psicológica. O relato de Tânia é bem emblemático e denuncia o desrespeito da escola.

Muitos relatam pra mim que eles são invisíveis. Esta semana mesmo: - Tânia o que eu faço quando o professor não me vê? - Não te viu como? - Ele já me dá falta e eu tô na aula. - Você grita. EU TÔ AQUI, EU PRECISO DA FREQUÊNCIA! Se você gritar, você vai avisar que você está lá. - Mas eu posso gritar? - Pode, pois eu vou lá na escola depois resolver

isso! Eu falei, porque ele precisa gritar que ele está lá, ele precisa da frequência e ele não está sendo visto. Eu fui conferir o diário de classe e ele estava com falta a semana inteira, indo na aula a semana inteira. - Eu sou invisível, eu não sou visto! Então é uma violação do direito à educação, é uma violação do direito à cidadania. (Tânia - grifos nossos)

Observa-se que mesmo com os avanços da legislação que constitui o Estado de Direito democrático, a cidadania é negada à população jovem e pobre. Numa sociedade democrática os direitos à vida, a liberdade, à segurança, à educação, à proteção contra detenção arbitrária, entre outros deve ser garantida a todos os cidadãos.

A democracia pressupõe um Estado de Direito que seja capaz de manter a ordem social e política, no entanto as recorrentes violações aos direitos humanos praticadas pelos policiais afrontam o Estado de Direito, mostrando que a cidadania não é universal, ou seja, não atinge a todas as camadas da sociedade. Os profissionais denunciam que os próprios órgãos, que representam o poder público e deveriam garantir o direito das crianças e adolescentes, violam cotidianamente estes direitos, apelando à polícia para solucionar as dificuldades com estes adolescentes reforçando o preconceito de que estes são criminosos e perigosos.

VIOLÊNCIA INSTITUÍDA: RESIGNAÇÃO E SILÊNCIO?

Melissa reitera que as ações da segurança pública com relação aos meninos configuram uma situação de violência instituída, tão perversa que à esta população lhe resta a resignação e o silêncio.

Na verdade aí é uma questão da violência já instituída, né, de aceitar a violência. Assim tem a questão do documento, mas no outro caso, mostra claramente que as famílias de certa forma estão resignadas, a ser violadas, a terem seus direitos violados e não correrem atrás. Por exemplo, a gente tem um adolescente que estava cumprindo uma medida e foi abordado na rua, a polícia entendeu que ele tinha o perfil que tinha ocasionado uma nova infração e ele voltou pra Fundação. Ele ficou 31 dias internado enquanto se averiguava e aí numa audiência de frente à vítima, a vítima não reconheceu disse que não era ele, o menino saiu,

mas ele passou 31 dias internado como culpado! Eu conversei com a mãe dele que ficou muito mal, 31 dias internado sem ter feito absolutamente nada, estava cumprindo a medida, estava num momento de tentar retomar as coisas e aí acontece isso! Ai eu perguntei pra ele ontem no atendimento: - o que a sua mãe pretende fazer? Você acha que a sua mãe vai mover uma ação? Como que ela vai agir nessa situação que aconteceu com você de injustiça? Não, minha mãe prefere não fazer nada porque eu já tô cumprindo a medida e ela quer que eu termine a medida e a gente esqueça isso! (Melissa)

Esquecer tamanha injustiça? De certo modo, a família, destituída de poder, de reconhecimento, com sua sabedoria negada pela lógica dominante recorrentemente, cai numa lógica fatalista, que garante a manutenção do *status quo* que não permite a emancipação. O esquecimento forçado por uma situação de medo revela a descrença na ação da justiça.

A violação aos direitos humanos, praticadas de maneira ostensiva pelos agentes policiais escancara os limites da cidadania e evidencia que a sociedade brasileira acata e aceita, muitas vezes, resignada esta violação e as ações repressivas da polícia, por medo da perseguição e da própria violência.

A DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS E RESISTÊNCIAS

Apesar das dificuldades e obstáculos enfrentados por adolescentes, suas mães e os técnicos, o trabalho destes profissionais tem buscado romper com estas formas de violência e violação de direitos humanos das quais eles mesmos são alvo. Os profissionais reconhecem que suas ações são de resistência e tem tido algum resultado. A rede de proteção social constituída por grupos e movimentos que atuam em Heliópolis, segundo a gestora do SME, tem buscado promover a defesa dos direitos humanos. A educação para os direitos humanos tem sido uma meta e um compromisso estabelecido neste bairro, que tem como lema a construção de “um bairro educador”.

Miriam aponta que a democracia brasileira avançou muito em termos da legislação, mas em termos de ações efetivas ainda não, pois a sociedade ainda se encontra no âmbito das ações de denúncia. Ela destaca que numa sociedade em que a polícia bate em crianças, expulsa-as da escola, não oferece atendimento nas especialidades de saúde e não garante o direito a todos, não se pode dizer que há democracia.

Então, como eu posso dizer que é respeitado como direito? Como eu posso dizer que já tem direitos humanos implantados quando vai uma proposta regional pra uma proposta municipal e chega lá eu tenho que fazer uma política pública de garantia de direito e de verbas políticas para implantação de alguma parceria de algum convênio com algumas políticas públicas, se eu falo: não, essa região não precisa, porque ela não está tão vulnerável quanto a outra? Como é que eu tenho que competir para garantir políticas públicas? Quando eu tenho que competir para quem está com mais ou quem está com menos? Todos têm direitos iguais. Eu acho que ainda, não sei se... eu vejo que passa pelo processo de conscientização de cidadania. Então eu acho que a própria estrutura, o próprio sistema de garantia dos direitos humanos, já me coloca numa posição de rompimento de direitos humanos. (Miriam – gestora)

A fala de Miriam corrobora com a crítica de Santos (2013) que afirma que a maioria da população mundial não é sujeito de direitos e sim objeto de discursos de direitos humanos. Sua denuncia aponta para a luta em favor dos excluídos, explorados e discriminados, como sugere o autor e nos a leva a refletir sobre a importância do papel da comunidade, que não é o de substituir o Estado, nem submeter-se a sua tutela, acatando as suas imposições, mas de se organizar de forma competente e articulada para fazê-lo funcionar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar, ressaltamos que a consolidação democrática no Brasil não alterou o perfil excludente do Estado brasileiro que se acirrou durante a ditadura militar com uma grave crise econômica e com a redução da atuação do Estado em prover e intervir na oferta de serviços. O aparato policial não sofreu nenhuma mudança em relação à estrutura policial vigente no período ditatorial e age em nome da manutenção/ segurança da sociedade silenciando, ignorando e por vezes exterminando os grupos excluídos e oprimidos por meio de ações legitimadas pelo próprio Estado e pela sociedade, normalizando assim a violação aos direitos humanos. As memórias aqui publicizadas denunciam tais ações, rompendo com o silêncio e a indiferença a que são cotidianamente submetidos crianças, adolescentes, jovens, mulheres e idosos que vivem na periferia de São

Paulo. Suas memórias e discursos revelaram suas denúncias e resistências e ao mesmo tempo criaram possibilidade de ações que fortaleçam a participação política, pois a memória tem mobilizado ações em favor dos direitos humanos e em torno de políticas públicas que garantam e efetivem os direitos sociais.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S.H. *Os despossuídos: Crescimento e pobreza no país dos Milagres*. Rio de Janeiro-RJ: Jorge Zahar ed. 1985.

ANSARA, S. Memória Coletiva: um estudo psicopolítico de uma luta operária em São Paulo. In. *Revista de Psicologia Política*. 1. (2). (pp. 29-52). Sociedade Brasileira de Psicologia Política, 2001.

ANSARA, S. *Memória Política da Ditadura Militar e Repressão no Brasil: uma abordagem psicopolítica*. Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

ANSARA, S. *Memória Política, Repressão e Ditadura no Brasil*. Curitiba, Paraná: Juruá, 2008.

ANSARA, S. Políticas de memória X políticas do esquecimento: possibilidades de desconstrução da matriz colonial. *Revista Psicologia Política*. 12 (24), p.297-311, 2012.

ANSARA, S. Direitos Humanos e Memória: A noção de direitos na memória coletiva de uma luta operária. In: Dantas, B.S.A.; Hur, D.; Sandoval, S.A. M. (Org.). *Psicologia Política: temas atuais de investigação*. 1a. ed. Campinas/SP: Alínea, 2014a, 53-75.

ANSARA, S. “Memória Política e Direitos Humanos: relatos e resistência das mulheres-mães de adolescentes em medida socioeducativa. *Revista de Psicologia*, Fortaleza, 5 (2), 7-20, 2014b.

CARDOSO, I. *Para uma Crítica do Presente*. São Paulo: Editora 34, 2001.

CHAUÍ, M.. *Ética e Violência*. Texto mimeo apresentado no Colóquio Democracia e Liberdade: Interloquções com Marilena Chauí. São Paulo: USP/ NEDIC, 1998.

- COIMBRA, C. M. B. Psicologia, Direitos Humanos e Neo-liberalismo. *Revista de Psicologia Política*. 1 (1), 139-148, 2001. Disponível em http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/psicopol/artigos_pub/artigo_9.pdf. Acesso em 04/12/2018.
- ECA - Estatuto da criança e do adolescente. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/534718/eca_1ed.pdf. Acesso em 04/12/2018.
- HOLANDA, C. B. “Direitos Humanos e Democracia: a experiência das comissões da verdade no Brasil” *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (online), 33 (96). 1 – 18, 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v33n96/0102-6909-rbcsoc-33-96-e339610.pdf>. Acesso em 02/12/2018.
- HUYSEN, A. *Seduzidos pela Memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- JELIN, E. As lutas políticas pela memória. In: *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI, p. 17-38, 2002.
- LIRA, E. Trauma Político y Memoria Social. *Psicología Política*. (6) 95-116, 1993.
- LIRA, E. Recordar es volver a pasar por el corazón. In. *Memoria Compartida: La Naturaleza social del recuerdo y del olvido*. (pp. 247-263). Barcelona: Paidós, 1998.
- LIRA, E. & CASTILLO, M. I. *Psicología de la amenaza política y del miedo*. Santiago do Chile: ILAS, 1991.
- MARTÍN-BARÓ, I. La violencia política y la guerra como causas del trauma psicosocial. *Revista de Psicología de El Salvador*. 9 (35), p. 89-108, 1989.
- MARTÍN-BARÓ, I. *Psicología de la Liberación*. Madrid: Editorial Trotta, 1998.
- MARTÍN-BARÓ, I. *Acción e Ideología: Psicología Social desde Centroamérica*. San Salvador: UCA Editores, 2001.
- MARTÍN-BARÓ, I. *Poder, Ideología y Violencia*. Madrid: Editorial Trotta, 2003.
- MONTERO, M. *Teoría y práctica de la psicología comunitaria: la tensión entre comunidad y sociedad*. Buenos Aires, Argentina: Paidós, 2004.
- MONTERO, M. *Hacer para transformar*. Buenos Aires, Argentina: Paidós, 2006.
- NERI, V. B. *O trabalho de Assistentes Sociais e Psicólogos na Política de Assistência Social – Saberes e direitos em questão*. Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

SANTOS, B.S. *A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, B.S & CHAUÍ, M. *Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2013.

SOUZA, C. G. *Empoderamento: possibilidades da prática profissional nos Centros de Referência de Assistência Social em Ponta Grossa-PR*. Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2011.



UNIDADE II
DIMENSÃO SOCIOAMBIENTAL, PATRIMÔNIO
E POLÍTICAS TERRITORIAIS



APRESENTAÇÃO

A percepção de que boa parte dos problemas que enfrentamos se deve também à forma como construímos os discursos que fazemos sobre a realidade, ou então às projeções que fazemos sobre as realidades que gostaríamos de ver construídas e/ou modificadas e entendidas, é antiga. Essa percepção constitui, inclusive, boa parte da base de toda reflexão epistemológica que tem acompanhado, não só a história das reconstruções racionais que produzem os conhecimentos e os saberes que materializam tais discursos, mas também se faz cada vez mais presente nas linhas de frente dos movimentos sociais e suas representações, que tem particularmente assistido ao recrudescimento dos problemas que genericamente caracterizamos como socioambientais. Se considerássemos apenas as últimas décadas do século passado e as quase duas que já se findam, deste novo século XXI, poderíamos reunir quase 50 anos de manifestos, exortações, referências e reflexões, com os mais variados graus de profundidade, que nos dariam bem a medida da importância que um número crescente de setores tem dado para a divulgação e o esclarecimento dessa percepção de identidades entre trajetórias cognitivo-epistemológicas e problemas socioambientais, por exemplo.

Das famosas (e esquecidas) “Carta de Veneza” e “Carta de Paris”⁴⁶, (que sugeriam ir além do universo regulado pelas disciplinas reconhecidas cientificamente; e estabelecer liames cognitivos entre arte, ciência e tradição...), aos mais recentes “Carta da transdisciplinaridade”⁴⁷ e “Manifesto pela vida”, produzidos em eventos ocorridos já na virada do século XX para o XXI, seria possível extrair

46. Referência aos manifestos produzidos por duas reuniões patrocinadas pela UNESCO em 1986 e 1991, nas cidades de Veneza e Paris, respectivamente: “Ciência e as fronteiras do conhecimento: o prólogo de nosso passado cultural” (Veneza, UNESCO, março de 1986), “Ciência e Tradição: Perspectivas Transdisciplinares, aberturas para o XXIº Século” (Paris, UNESCO, 2-6 dezembro de 1991).

47. Produzida no I Congresso Mundial de Transdisciplinaridade – Convento da Arrábida, 6 de novembro de 1994 (V. NICOLESCU, B. *O Manifesto da Transdisciplinaridade*. Lisboa: Hugin, 2000).

contundentes ilustrações que sintetizam muito bem as identidades aludidas. Nos dois primeiros itens do Manifesto essa síntese se ilustra da seguinte maneira:

La crisis ambiental es una crisis de civilización. Es la crisis de un modelo económico, tecnológico y cultural que ha depredado a la naturaleza y negado a las culturas alternas. El modelo civilizatorio dominante degrada el ambiente, subvalora la diversidad cultural y desconoce al Otro (al indígena, al pobre, a la mujer, al negro, al Sur) mientras privilegia un modo de producción y un estilo de vida insustentables que se han vuelto hegemónicos en el proceso de globalización.

La crisis ambiental es la crisis de nuestro tiempo. No es una crisis ecológica, sino social. Es el resultado de una visión mecanicista del mundo que, ignorando los límites biofísicos de la naturaleza y los estilos de vida de las diferentes culturas, está acelerando el calentamiento global del planeta. Este es un hecho antrópico y no natural. La crisis ambiental es una crisis moral de instituciones políticas, de aparatos jurídicos de dominación, de relaciones sociales injustas y de una racionalidad instrumental en conflicto con la trama de la vida.⁴⁸

Um dos signatários desse manifesto, Enrique Leff, reconhecidamente é dos que mais se notabilizou em demonstrar esse conflito de racionalidades que explicita a dimensão civilizatória e cognitiva da crise que seguimos atravessando. “A problemática ambiental – segundo ele –, mais que uma crise ecológica, é um questionamento do pensamento e do entendimento, da ontologia e da epistemologia com os quais a civilização ocidental compreendeu o ser, os entes e as coisas.” (Leff, 2003, p. 19).

Essa é uma percepção que já se difundiu entre diversos movimentos sociais, como por exemplo aqueles que mobilizam as comunidades e organizações dos povos originários da América, rebatizada de Abya Yala por suas próprias organizações⁴⁹. Luis Macas, liderança indígena-quéchua do Equador, um

48. Trechos extraídos do “Manifesto por La Vida, Por Uma Ética para la Sustentabilidad”, elaborado no Simpósio sobre Ética y Desarrollo Sustentable, celebrado em Bogotá, Colômbia, entre os dias 2 e 4 de Mayo de 2002. Disponível em <<http://www.pnuma.org/educamb/documentos/Manifesto.pdf>>. Entre outros, participaram do simpósio: Enrique Leff, Carlos W. Porto Gonçalves e Marina Silva

49. Expressão adotada pelas diversas *Cumbres* de povos originários de América, para rebatizar a denominação do continente, seguindo a tradição de alguns agrupamentos que assim identificavam suas terras antes da ocupação colonial. Abya Yala se origina da língua do povo Kuna, que vivia na Colômbia e cujos remanescentes estão hoje no Panamá. Significa “Tierra madura”, “Tierra Viva” ou “Tierra en florecimiento” e foi adotada definitivamente como denominação do território americano em 2007, na *III Cumbre Continental de los Pueblos y Nacionalidades Indígenas de Abya Yala*, realizada na Guatemala.

destacado porta-voz desses movimentos (ex-presidente da Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador – CONAIE – e ex-reitor da Universidad Intercultural de las Nacionalidades y Pueblos Indígenas «Amawtay Wasi» - casa de la sabiduría - de Ecuador) em um texto intitulado “*La necesidad política de una reconstrucción epistémica de los saberes ancestrales*”, reconhecendo o caráter cognitivo e epistemológico da crise que vivemos, em grande parte produzida pelo exclusivismo de uma racionalidade que exclui ou desvaloriza as outras racionalidades possíveis como as dos povos originários de América e África, por exemplo, propõe:

que debemos pensar en dos ejes fundamentales. Primero, en una lucha política; segundo en una lucha desde la epistemología. Es decir: ¿cómo es que ahora, cuando el mundo es mucho más difícil siquiera de comprender en su complejidad, podemos construir otros conocimientos? Desde otros aportes, desde otras existencias, desde otros pueblos. (Macas, 2005, p. 40)

Mas, importante realçar, que ao contrário daquela usual atitude discricionária praticada pelo exclusivismo da racionalidade excludente, que o sociólogo português Boaventura Souza Santos (2007) chamou de “pensamento abissal”, Macas sugere que haja na relação entre esses outros “aportes” e o pensamento prevaemente, co-presença, “diálogo ou ecologia dos saberes”, como já apregoaram Enrique Leff e o próprio Boaventura:

Hay que hacer un proceso, de re-racionalización, de re-construcción de saberes, porque no podemos despreciar el bagaje teórico, estético y ético que el mundo occidental ha creado; se trata de enriquecer el conocimiento humano, incorporando la diversidad, nuevas formas de comprender el mundo que también son legítimas porque son históricas. (*Id.*, p. 41)

Em adição a isso, Macas, evocando Catherine Walsh, que ele identifica como sendo uma intelectual militante estadunidense “que trabalhou com Paulo Freire”, repete como pergunta afirmações que diz ter colhido em suas reflexões: ¿no será que tenemos que descolonizar la producción del conocimiento? ¿No será que los intelectuales, los científicos sociales, tienen que repensar en la

producción de los conocimientos? ¿No será que todos debemos repensar los contenidos fundamentales de nuestro saber? Pensando en incorporar nuevas categorías, nuevas referencialidades, nuevos conceptos que aún están por validarse.” (*Ibid.*)

O fato é que Macas, assim como as outras pessoas mencionadas, – Leff, Boaventura e Walsh –, entre muitas mais que poderíamos aqui incluir, falam com a autoridade de quem ou por ser parte integrante das que viveram e vivem os processos de colonização/degradação, ou por serem solidários às agruras destas, conhecem os sistemas de vida que mais tem logrado sucesso na resistência à degradação socioambiental.

No artigo seguinte, Marcos B. de Carvalho aprofunda essa discussão e reflexão a respeito do diálogo de saberes que evidenciando seu papel fundamental, particularmente neste momento de crise socioambiental que, como a própria expressão que a caracteriza indica, não deveria considerada apenas de um ponto de vista biologizante mas ampliada para a percepção do protagonismo da sociedade. Esta, assim como contribui para produzir as crises, também deverá contribuir para evidenciar as alternativas de suas soluções.

A seguir essa discussão continua em tópicos específicos relacionados aos seguintes temas: Agroecologia (Diamantino Pereira), revelando os embates entre os paradigmas de uma agricultura exclusivamente cientificizada em diálogo e/ou confronto com os saberes de populações tradicionais e camponesas; Áreas Protegidas (Sidnei Raimundo) e os debates em torno das possíveis contradições (e/ou cooperações) existentes entre concepções de conservação ambiental sejam as pautadas exclusivamente nos âmbitos de visões biologizantes, sejam aquelas ampliadas pelas noções de etnoconservação e etnociência; Patrimônio (Sílvia Zanirato e Maria Letícia Ferreira), igualmente promovendo diálogos entre ciência e conhecimento tradicional, em semelhantes debates que em torno dessa questão se promovem, considerando as visões reducionistas técnicas de patrimonialização de bens e aquelas mais recentes, ligadas aos movimentos locais de resistência e manutenção patrimonial como parte necessária à reprodução e preservação de universos culturais ameaçados.

A CRISE SOCIOAMBIENTAL IMPÕE O DIÁLOGO ENTRE SABERES

MARCOS B. DE CARVALHO

O POTENCIAL CIVILIZATÓRIO DOS SABERES TRADICIONAIS E INDÍGENAS

Alguns dos principais mananciais de sociobiodiversidade, como aqueles representados no espaço amazônico ou em outros territórios latino americanos, só assim se mantêm, nessa condição biodiversa, por causa da diversidade cultural e social que as fazem existir. O reconhecimento dessa condição é que levou o antropólogo brasileiro Viveiros de Castro, a exclamar no prefácio de um livro sobre a condição socioambiental amazônica: “isto que chamamos ‘natureza’ é parte e resultado de uma longa história cultural” (*apud* Garcia dos Santos, 2003, p. 42).

O geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves, em seu texto *Amazônia, Amazônias*, propõe inclusive a reformulação do conceito que caracteriza e classifica a cobertura florestal amazônica, e de regiões similares em que se constate essa condição sociobiodiversa, para mais corretamente a elas nos referirmos, considerando-as sob a categoria conceitual de Floresta Cultural Tropical Úmida, ao invés de ‘florestas tropicais’ ou ‘equatoriais’, como costumeiramente e de forma reducionista a elas nos referimos, omitindo o fato já comprovado de que as populações indígenas contribuíram enormemente para as suas composições e existências. (Porto Gonçalves, 2001)

Ao encontro dessas constatações acode também outro pensador contemporâneo, Ignacy Sachs, reconhecido defensor do ecodesenvolvimento, ampliando o caráter ecossistêmico da relação natureza-cultura verificada em espaços como o amazônico, para indicar o potencial (bio)civilizador que daí emana:

A extraordinária biodiversidade da Amazônia a predestina a funcionar como um laboratório das biocivilizações do futuro, sem perder de vista a necessidade de alcançar o quanto antes a meta de desmatamento zero. A condição é de avançar nas propostas da exploração racional da floresta baseadas nos conceitos de agroecologia, de implantação nas áreas desmatadas de sistemas integrados de produção de alimentos, biocombustíveis e outros bioprodutos adaptados aos diferentes biomas amazônicos, e de tirar o máximo proveito da abundância das águas para fazer da Amazônia uma das pátrias da “revolução azul”, combinando a piscicultura com a criação de animais anfíbios e de algas – matéria-prima para a terceira geração dos biocombustíveis. (Sachs, 2008, p. 12)

Tal potencialidade civilizatória, baseada na interação milenar aí constatada entre populações originárias, os espaços que produzem e os territórios em que realizam seus modos de vida, amplia-se com a inclusão das atividades extrativas e camponesas realizadas por outros agrupamentos que, embora não necessariamente originários, integram-se às condições de existência típicas dos povos tradicionais que com seus conhecimentos e modos de vida igualmente mantém e reproduzem os principais mananciais de biodiversidade do planeta, quase sempre abrigados pelas Florestas Culturais Trópico-Equatoriais a que se refere Porto Gonçalves. Nestes outros agrupamentos, integrantes daquilo que alguns autores acertadamente denominam genericamente de campesinato⁵⁰, deveríamos também depositar nossas esperanças civilizatórias para facear a crise socioambiental, pois, nas palavras ainda de Sachs, estes “são capazes de fazer serviços ambientais essenciais, de ser os guardiães das paisagens e os gerentes dos recursos de que depende nossa existência – solos, águas, florestas e, por extensão, climas” (Sachs, 2009, p. 340).

Por essa razão, continua Sachs, os camponeses precisariam ser estimulados para continuar prestando esse tipo de serviço essencial e deveríamos começar “por garantir aos camponeses, que dele são privados, o acesso à terra e aos recursos naturais necessários para viverem.”, pois, do contrário, “esses prisioneiros de estruturas fundiárias desiguais terão de se apropriar de modo predatório do mínimo de recursos indispensáveis para sua sobrevivência, ou de emigrar para as favelas” (*Ibid.*).

Nesse encadeamento exposto pelas ideias de Sachs estão alguns dos princípios básicos da construção de outro e necessário processo civilizatório, que

50. Thomaz Jr, identifica o campesinato como um conjunto composto por “identidades diversas que se constroem na luta social, (...) tais como os assentados; os povos da floresta; os posseiros, os ribeirinhos; os pescadores artesanais lavradores; os foreiros; os parceiros; os castanheiros, os açazeiros, os arrendatários não capitalistas, os cessionários, os povos indígenas camponeizados...” (Thomaz Junior, 2008, p. 281)

implicaria, inclusive, na revisão dos nossos conceitos e perspectivas para as relações campo-cidade. Sachs, por exemplo, é um dos pensadores que na atualidade insiste fortemente na necessidade de envidar esforços, especialmente nos países tropicais, em “um novo ciclo de desenvolvimento rural”, pois estes, mais do que os outros, e assim como aqueles antigos que produziram as grandes “civilizações do vegetal”, de que falava o geógrafo Pierre Gourou (aliás o inspirador confesso de Sachs para sua proposta de biocivilização), estariam “bem colocados para construir civilizações modernas do vegetal, movidas a energia solar captada pela fotossíntese e situadas num nível muito superior da espiral do conhecimento.” (*Id.*, p. 334).

Considerando os compromissos socioambientais de quem está preocupado não com as crises do mercado e do seu padrão de acumulação, mas com as condições de vida da maioria das pessoas, ameaçadas diante do esgotamento dos ciclos urbano-industriais que cedem lugar para uma economia *high-tech* que pouco contrata, apoiada nos ganhos de produtividade e nos jogos das multiplicações do mercado financeiro, Sachs expõe da maneira como se segue, os imperativos decorrentes e ao mesmo tempo justificadores dessa perspectiva que impõe revisões na nossa concepção de desenvolvimento:

Que fazer, então, com a maioria silenciosa do mundo – os camponeses tropicais –, dois a três bilhões de homens, mulheres e crianças? As estatísticas indicam que atualmente cerca de metade da humanidade vive nas cidades e outra metade nos campos, ou se já, um pouco mais de três bilhões de cada lado. No próximo meio século a população mundial aumentará um pouco mais de 50%. Se a população rural tivesse de permanecer estacionária, sem absorver parte do crescimento demográfico, seria preciso, no espaço de 50 anos, dobrar a capacidade das cidades, aí receber três bilhões de novos moradores, encontrar-lhes um trabalho decente, moradias corretas e garantir as condições de exercício efetivo da cidadania. Sem isso, eles não serão urbanizados. Amontoá-los nas favelas e condená-los a consumir tesouros de engenhosidade para fabricar estratégias de sobrevivência? Não. Mais vale se render à evidência. Assim, encetar um novo ciclo de desenvolvimento rural parece um imperativo social. Esse se desdobra num imperativo ecológico... (*Id.*, p. 339).

Nesses imperativos – social e ecológico, nas palavras de Sachs –, ou socioambientais, se preferirmos, considerando as preocupações, referências

e potencialidades que revelam, é que residem a base e o argumento para a construção da “biocivilização”. Esta, no entanto, não deve ser vista nem como panaceia, para todos os nossos males, nem tampouco entendida como proposta de retrocesso ou de abolição das inúmeras conquistas promovidas pelas sociedades urbano-industriais modernas. Trata-se, antes, de civilizar o que há de predatório e discricionário nelas.

Brasil e demais países da América Latina, nesse aspecto, desfrutam de posição privilegiada. Poderiam comandar, se quisessem, esse processo de reversões. Iniciando por reconhecer o choque de paradigmas que a tensão agronegócio-campesinato promove, e fortalecendo o polo de biocivilização que compõe essa tensão, em detrimento do polo de (bio)destruição que ainda comanda o processo. Daqui é que poderemos extrair, inclusive, a forma de conduzir as nossas atitudes e referências com relação a todos os outros fatos que poderiam ser agrupados muito mais nesse segundo polo, do que no primeiro.

Nutridos pelos imperativos da necessidade, das solidariedades ecológicas e socioambientais, em praticamente todos esses países desenvolvem-se fortes movimentos de engajamento camponês e indígena, – mas não só (porque há os movimentos urbanos muito identificados com aqueles, também).

Aqui ainda há um contexto bastante propício e favorável à construção e fortalecimento de um outro sistema de valores, ou de um outro conjunto de referências e de subordinações que se apresente como opção àquele que tem vigido até aqui. A possibilidade de optarmos, de fato, por uma trajetória distinta daquela via única que nos tem sido indicada pelo atual padrão de acumulação global, e dos “combustíveis” que o alimentam, é real, e pode configurar-se em novo patamar de in(ter)dependências e cooperações, libertando-nos do exclusivismo das dimensões que na atualidade ainda realmente nos governam, e das fontes das quais se nutrem.

Não são muitos os lugares em que, como aqui, ambientes favoráveis para a produção de alternativas e de respostas a esses fatores todos, poderiam ser encontrados.

Particularmente essa porção meridional e latina do mundo, é fértil nas opções de fontes para realizar transições energéticas e também nos exemplos de como lidar adequadamente com os componentes socioambientais, e com a manutenção dos espaços de diversidade (biológica e cultural). Essa fertilidade, porém, para se desenvolver e permitir que conjugemos as condições subjetivas e objetivas potencialmente existentes aqui, depende no mínimo de que adotemos uma postura predisposta a criticar e a incomodar o atual padrão global (e sua pretensa “inevitabilidade”) com aquelas outras referências, que a sociobiodiversidade da qual ainda somos portadores, pode oferecer.

Se não se trata de pregar rompimentos exclusivamente radicais com uma ordem da qual temos sido inclusive beneficiários, ao menos uma inversão nos padrões de subordinação e na eleição dos valores que os definirão, com consequências práticas para a economia-política mundial, deveria ser seriamente considerada.

Claude Raffestin e Roderick Lawrence (1990), em texto pouco conhecido, embora escrito já a quase trinta anos, acerca das vantagens que a *Ecologia Humana*, enquanto área do saber e estrutura conceitual, oferece como instrumento cognitivo e também operativo para as complexas e problemáticas realidades socioambientais que hoje nos envolvem, argumentam que tais vantagens residem precisamente na compreensão e “interpretação integrada, dos processos, produtos, arranjos e fatores que regulam os ecossistemas naturais e humanos em todas as escalas da superfície terrestre e da atmosfera” que ela nos proporciona, sobretudo ao considerar a realidade do mundo como sendo a de um macro-sistema resultante das inter-relações não hierarquizadas de variados ingredientes movidos pelas seguintes três lógicas: “a bio-lógica, ou os arranjos dos organismos biológicos; a eco-lógica, ou os arranjos dos componentes inorgânicos (água, ar, terra e o sol); a antro-po-lógica, ou os arranjos culturais, sociais e individuais dos fatores humanos”. Para os autores, “esse macro-sistema das três lógicas regula o mundo. Consequentemente, é inapropriado enfatizar qualquer uma delas em detrimento das outras”.

Aquela “epistemologia do Sul”, indicada por Souza Santos, que mesmo pressionada e às vezes sufocada, dá-nos mostras de sua persistência (e existência), através dos espaços comuns e das paisagens que ajuda a produzir, dentre os quais as Amazônias ocupam lugar de destaque, já comprovou, por isso mesmo, sua competência e habilidade para lidar com a gestão desse “macro-sistema”, considerando as necessidades de respeito equitativo exigido pelas três lógicas que o compõem. Apresenta-se, portanto, como esperança de fundamento biocivilizatório, capaz de substituir a centralidade dogmática conferida ao mercado mundial, por outra mais respeitosa, porque consideradora do “ecossistema terrestre” e do conjunto de seus ingredientes e necessidades. Segundo Raffestin e Lawrence (*op. cit.*), “a partir dessa perspectiva, a geografia política ou a geopolítica podem tornar-se eco-políticas”. E isso, poder-se-ia acrescentar, indicaria a possibilidade de outro quadro de subordinações, ao qual valeria a pena pertencer, uma vez que essa perspectiva, ao menos questionaria e incomodaria as velhas estruturas geopolíticas que, nascidas há alguns séculos no norte ainda conduzem os limites de nossos esquemas de vida e ainda estabelecem as subordinações que tanto no âmbito das relações internacionais, como no âmbito das perversidades nacionais, determinam as

direções dos privilégios e das tragédias socioambientais, com os quais não precisaríamos mais conviver.

Segundo alguns dos pensadores nos quais estamos nos apoiando, a interrupção desse processo, implicaria, no mínimo, “despirmo-nos da arrogância intelectual ocidentalocêntrica” (Morin, 2011, p. 48) e promovermos o que Souza Santos denominou de “pensamento pós-abissal” para combater o “epistemicídio”, que provocou nos últimos cinco séculos o desperdício “de uma imensa riqueza de experiências cognitivas”, perpetrado pelo mesmo processo geopolítico que nesse período subordinou o mundo, também com “o policiamento das fronteiras do conhecimento”, comandado pela hegemonia das “epistemologias abissais do Norte global”, assim denominadas por Souza Santos (*op. cit.*, p. 91), por causa daquela mesma postura arrogante, a qual se refere Morin. Postura esta, que além do seu horizonte admitido de conhecimentos e de percepções, nada valoriza, nada considera. Para além desses horizontes, haveria apenas um imenso abismo, destinado a tragar e a remeter ao vazio todos aqueles que neles se aventurassem.

Porém, como aqui busca-se argumentar, será justamente da “riqueza cognitiva”, sobrevivente do epistemicídio mencionado e estampada na profusão de paisagens, representadas pelos mananciais de sociobiodiversidade presentes sobretudo do hemisfério sul, que se alimentará a esperança de inversão das lógicas abissais mantenedoras do padrão global de acumulação que nelas se apoiou. Daí, dessas riqueza e esperança, sintetizadas na ideia de uma “epistemologia do sul”, portanto, é que se poderá abrir o caminho propício ao desenvolvimento e implantação de uma lógica “invertida”, em relação ao que tem prevalecido até aqui, mas com fundamento epistêmico que finalmente seja capaz de conferir primazia à vida, à sua diversidade e aos ambientes culturais que lhes garantem plenitude e reprodução.

Ou seja, entre outras possibilidades, a perspectiva que aqui também se alimenta é a de uma correção epistêmica que seja capaz de atingir aquilo que, segundo Susan George, com sua autoridade de veterana militante da causa socioambiental, que já pertenceu aos quadros dirigentes do Greenpeace e atualmente preside o conselho do *Transnational Institute*, que ajudou a fundar em 1974, com sede em Amsterdã, estaria no cerne dessa questão. Segundo ela:

“O *logos* é a palavra, mas é também o princípio diretor. Em uma sociedade normal o princípio diretor do domínio ou da casa [*oikos*] deveria ser mais importante que as regras, que o *nomos*. Mas, em realidade no mundo moderno atuamos como se *nomos* prevalecesse sobre o *logos*, e isto se traduz pela supremacia outorgada à economia sobre a ecologia.” (George, 1996)

Sendo assim, situações reais e concretas que pudessem nos colocar na rota de solução da crise gerada por essa inversão [da] lógica, só poderiam ser produzidas por formulações que fossem de encontro ao sistema e ao padrão de acumulação que criou e se alimenta dessa “modernidade”. Mas, mesmo que não ocorram rupturas drásticas, como aqui já se alertou, e sim construções cotidianas e paulatinas, seria importante que as táticas para esse novo “choque de perspectivas civilizatórias” explicitassem desde sempre as estratégias de que são tributárias. Como aqui também já se demonstrou, atitudes por si só revolucionárias, por vezes as encontramos entre os confrontos epistemológicos, promovidos pelos diálogos entre saberes, pela resistência pós-abissal, pelos expedientes e predisposições inter e transdisciplinares, capazes de promover encontros e respeitos cognitivos e, sobretudo, a des-hierarquização entre saberes.

Do ponto de vista das perspectivas estratégicas com as quais interessa comungar, nessa condição de tributários das ideias e princípios que aqui se defendem, há mais duas que vale a pena mencionar, pois delas também se valem as abordagens que se verão mais à frente desenvolvidas, nos âmbitos da conservação ambiental e de criação de áreas protegidas, do cuidado com o patrimônio e das práticas agroecológicas.

DECRESCIMENTO: IDEIA QUE SUBVERTE A REALIDADE DO MUNDO

Tratar de soluções reais para a crise socioambiental implica necessariamente tratar da inversão não só das lógicas cognitiva e epistemológica que presidem a organização de nosso mundo, mas realizar e incentivar ações e perspectivas que confrontem a economia-política atual, pois se choca frontalmente com esta imaginar a possibilidade de inversão dessas relações e o estabelecimento de condições em que a economia seria absorvida pela ecologia, como, por exemplo já apregoavam alguns dos pais da “teoria decrescentista”, ou do “decrecimento”, por meio de um de seus mais reconhecidos porta-vozes, o economista romeno Nicholas Georgescu-Roegen, em alguns de seus clássicos textos, reunidos em “*O Decrecimento: entropia, ecologia e economia*” (2012).

Para muitos destes, – os adeptos dessa teoria –, a perspectiva do “decrecimento” (que, diga-se de passagem, só pela denominação já seria outra inversão na lógica de um sistema que se alimenta de produção e crescimento incessantes) deveria prevalecer não só por causa do estrangulamento a que estamos sendo conduzidos pelas hegemonias economicistas que presidem as sociedades atuais, em sua volúpia predadora de recursos humanos e materiais, mas também

como perspectiva de contraposição aos valores e paradigmas civilizacionais de re(produção) de injustiças socioambientais que norteiam tais sociedades, pautadas nas economias de alta emissão de carbono tributárias da civilização do petróleo.

Das características utópicas e epistêmicas, ao conteúdo abrangente, que promove o encontro entre as perspectivas de justiça social e ambiental, as ideias, as teorias e as práticas desenvolvidas em torno do “decrescimento” permitem sintetizar muitos dos aspectos que se debatem aqui.

Para aquilatar essa potencialidade sintetizadora da proposta do “decrescimento”, particularmente em sua capacidade de intervenção propositiva na crise socioambiental contemporânea, considerando, por um lado, sua possível inevitabilidade e, por outro, as perspectivas que essa tese embute de retomada de projetos coletivos pautados nas utopias igualitaristas, promotoras de justiça sociais e ambientais, capazes de deslocar o antropocentrismo arrogante para o “ecocentrismo”, importante inicialmente considerar que se é fato que Georgescu-Roegen notabilizou-se por um certo pioneirismo na divulgação e exposição das teses do “decrescimento” (desenvolvida também por pensadores como François Partant, Serge Latouche, Joan Martínez Alier e Juan Manuel Naredo, entre outros), a formulação dessa perspectiva a devemos em grande parte, no entanto, aos pais da chamada “ecologia profunda”, como o norueguês Arne Næss, e o austríaco, radicado na França, André Gorz (ou Michel Bosquet), invariavelmente associado também à “ecologia política”. É a este último, aliás, que se deve atribuir a formulação da própria expressão “decrescimento”, ou “*décroissance*”, como apareceu grafado em um artigo seu publicado em 1972 no periódico francês *Le Noveul Observateur*⁵¹.

Em texto que faz parte de uma clássica coletânea da época, intitulado *Ecologia, caso de vida ou de morte*, publicado em 1973, Gorz-Bosquet vaticinava que a “visão de uma sociedade pós-capitalista é a única compatível com a gestão e atribuição racionais dos recursos globais, com a revolução econômica, que supõe a ‘revolucionarização’ das relações entre o homem e a natureza, reclamada pelos ecologistas” (Bosquet, 1973, p. 32).

A ecologia de que então se falava era, na palavra desses próprios autores, uma “disciplina fundamentalmente anticapitalista e subversiva” (*ibid.*), por causa dos novos parâmetros que introduzia no cálculo econômico e por causa da subversão nas determinações e subordinações que esse “cálculo” preconizava.

51. A expressão aparece pela primeira vez em um artigo em que Gorz assinou como Michel Bosquet, em *Nouvel Observateur* n° 397 du 19 juin 1972 : « L'équilibre global, dont la non-croissance - voire la décroissance - de la production matérielle est une condition, cet équilibre est-il compatible avec la survie du système. » Fonte: <<http://dictionnaire.sensagent.leparisien.fr/>>

As teses do decrescimento viabilizariam tal subversão, com a introdução, por exemplo, da bioeconomia proposta por Georgescu. Essa bioeconomia, por sua vez, poderá encontrar hoje guarida naquelas ideias de biocivilização, inspirada nas formulações de Sachs (apoiado, como vimos, pelos estudos do geógrafo Pierre Gourou), ou nas teses da “economia ecológica” de José Manuel Naredo e, também, nas referências e horizontes epistemológicos proporcionados pelo pensamento pós-abissal ou pela ecologia de saberes preconizados por pensadores como Souza Santos, Leff e Morin, ou pelos difusores das epistemologias e do pensamento “decoloniais” (como Macas e Walsh, já mencionados, ou Quijano, Quintero e Wallerstein, aos quais ainda se fará alguma referência).

A questão do decrescimento, ou, no mínimo, do “crescimento zero” das economias estacionárias, está na pauta das discussões internacionais há algum tempo e tem aproximadamente a mesma idade que costumamos conferir às discussões que na segunda metade do século passado, especialmente em seu último quartel, desenvolveram-se em torno das questões ambientais⁵². Clube de Roma, relatório Meadows, os “limites do crescimento”, “crescimento zero”, Estocolmo/Eco 72 etc., são as indicações, eventos, palavras-chave e/ou sugestões que se transformaram nas referências obrigatórias de quem se propõe a contar a história, ao menos a recente, dessas preocupações.

Seja no âmbito das referências mais institucionais, ou naquelas mais vinculadas ao amplo movimento social que paralelamente também tiveram lugar nesse mesmo período, essa é uma história por demais conhecida e não seria o caso de repeti-la aqui. Mas vale a pena ao menos essa lembrança, pois, se por um lado, houve uma espécie de consagração da vertente institucional dessa história com a publicação do Relatório Brundtland (Nosso Futuro Comum, 1987)⁵³ e a divulgação da ideia de “desenvolvimento sustentável”, escudada no apoio de uma simpática solidariedade geracional e em um novo eufemismo que fosse capaz de garantir o prosseguimento (ou o respaldo) do “desenvolvimento” / “crescimento” (econômico), por outro lado, os questionamentos com potencialidades mais radicais acerca dos efeitos nefastos do padrão de acumulação, levemente acenados, por exemplo, pelo Clube de Roma e similares, permaneceram em outros meios protagonizados pelo movimento social, por pensadores independentes da comunidade acadêmica e científica ou por organizações não governamentais. Destes últimos, é que,

52. Em Zanirato, 2015, no capítulo ‘Decrescimento e Bioeconomia: Imperativos social e ecológico’, essa questão já tratamos (em artigo de produção coletiva) mais extensivamente.

53. Publicado no Brasil em 1988 pela Fundação Getúlio Vargas: *Nosso Futuro Comum/ Comissão Mundial Sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: FGV (c/ prefácio da presidente da Comissão, Gro Harlem Brundtland).

na verdade, originam-se tanto a ideia de sustentabilidade (“desenvolvimento econômico ambientalmente sustentável”) como a ideia de “decrecimento”. A primeira pode ser creditada a Lester Brown quando da formação do *Worldwatch Institute*; a segunda, ao já mencionado André Gorz naquele artigo do importante jornal que ajudou a fundar: *Le Noveul Observateur*. Tratam-se de expressões/propostas mais ou menos contemporâneas que partiram de pressupostos semelhantes, percorreram rumos um pouco distintos, pelo menos no que diz respeito às simpatias/antipatias angariadas, por uma e outra, no âmbito do mencionado *establishment* e que, de alguma maneira, dão mostras de se reencontrar, pelo menos no âmbito das constatações de realidade que impõem a reapropriação de seus significados originais, segundo manifestações mais ou menos recentes de seus próprios autores.

Em um de seus textos mais recentes, Lester Brown, após constatar o “beco sem saída” a que estamos sendo conduzidos por uma economia que se orgulha de crescer a taxas insustentáveis – “desde 1950, a economia global cresceu sete vezes, aumentando a produção de bens e serviços de US\$ 6 trilhões para US\$ 43 trilhões, em 2000” (Brown, 2003, p. 6) [e já multiplicou por dois esses valores nessas duas décadas ainda não concluídas do novo século] – afirma que nesse início de século XXI é fato constatado que a economia, como “*ora é estruturada*” (destaque do próprio autor) está destruindo todo o seu sistema de apoio, relacionado ao que ele chama de “poupança de capital natural”, “suplantando a produção sustentável dos ecossistemas”, e isso, segundo ele, impõe uma mudança de mentalidade que não só reconheça a economia como parte do ecossistema da Terra, mas aponte que “o desafio preeminente da nossa geração é planejar uma eco-economia que respeite os princípios da ecologia” (*Id.*, p. 33)

Na base dessa eco-economia, estaria uma “mudança copérnica”, assim denominada por Brown, pois esta deslocaria do centro os imperativos da economia, para dar lugar às determinações impostas pelos limites dos sistemas ecológicos, atendendo, de certa maneira, aos apelos que já fizeram outros autores, dentre eles Susan George, há pouco mencionada.

Essa eco-economia, no entanto, apesar das inversões que sugere, não impediria o prosseguimento de um certo “progresso econômico”, nem afetaria o sistema de mercado, desde que esse considerasse adequadamente o “capital natural”:

Quando ajudei a criar o conceito de desenvolvimento econômico ambientalmente sustentável, cerca de 27 anos atrás, no recém-formado *Worldwatch Institute*, tinha uma ideia geral de como seria a nova economia. Hoje, podemos ver muito mais detalhes. Poderemos construir uma eco-economia com as tecnolo-

gias existentes. Seria economicamente viável se conseguíssemos que o mercado nos informasse o custo total dos produtos e serviços que compramos. A questão não é quanto irá custar para realizar essa transformação, e sim quanto custará se falharmos. Øystein Dahle, Vice-Presidente aposentado da Esso (Noruega e Mar do Norte), observa: “O socialismo ruiu porque não permitiu que os preços falassem a verdade econômica. O Capitalismo poderá ruir porque não permite que os preços falem a verdade ecológica. (Brown, 2003, p. 36)

André Gorz, por sua vez, no último de seus textos, foi mais enfático acerca da necessidade das reversões apregoadas por Brown, reproduzindo o que ele mesmo havia já afirmado quando da criação da expressão “decrecimento”. Segundo ele “o decrecimento é um imperativo de sobrevivência. Mas supõe outra economia, outro estilo de vida, outra civilização, outras relações sociais.”⁵⁴

Nesse seu derradeiro artigo, publicado meses antes de sua morte, Gorz reflete principalmente acerca da condição do trabalho, analisado à luz da crise global do sistema e nos âmbitos macro e microeconômicos, observando particularmente os desequilíbrios provocados no sistema em função da radical “mudança técnico-científica que introduz uma ruptura no desenvolvimento do capitalismo e arruína, com suas repercussões, a base do seu poder e sua capacidade para reproduzir-se” (*Ibid.*).

Tal ruptura, segundo Gorz, é que provocou crescimento exponencial do capital financeiro em detrimento do capital produtivo, que experimentou forte regressão nos últimos períodos. Após fornecer alguns dados ilustrativos dessa condição, o autor aponta que prova disso é o fato de que “500 empresas do índice *Standart & Poors* dispõem de 631 bilhões de reservas líquidas, a metade dos benefícios das empresas americanas provém de operações nos mercados financeiros...” (*Ibid.*). E esse fenômeno, que segundo Gorz, ameaça de forma inédita o emprego, as relações de trabalho e os próprios fundamentos do sistema, como o conhecíamos até agora, é mundial e se configura em um quadro onde “a massa de capital que a indústria financeira drena e gestiona supera desde logo a massa de capital que valoriza a economia real (o total dos ativos financeiros representa 160 trilhões de dólares, o que quer dizer, três a quatro vezes o PIB mundial)” (*Ibid.*).

Em síntese, arremata Gorz, “a economia real se converte em um apêndice das bolhas especulativas sustentadas pela indústria financeira”. E essa situação

54. Gorz, 2008, s/n. As citações e menções seguintes do texto de André Gorz, foram extraídas do artigo disponível no site da revista que o publicou, sem indicação de página <<https://ecorev.org/spip.php?article566>>

potencialmente crítica, torna-se muito mais complexa e explosiva quando a ela se adiciona a consideração das consequências ambientais, uma vez que “a “reestruturação ecológica” só pode agravar a crise do sistema”, considerando, por exemplo, o fato de que seria impossível “evitar uma catástrofe climática sem romper de maneira radical com os métodos e a lógica econômica que impera há 150 anos” (*Ibid.*).

Corroborando essa mistura explosiva entre o capital especulativo e as tragédias ambientais anunciadas, Edgar Morin, também em um de seus textos mais recentes – no já mencionado *A Via* – não só explicita a relação aí existente, que está longe de ser um encontro fortuito, como a caracteriza da seguinte maneira:

O capital financeiro mundial, cujo dinamismo coproduz a globalização, agrava a crise ecológica. Conduz à superexploração dos recursos naturais em todo o mundo, principalmente no hemisfério sul, [estimulando] a agricultura de exportação em detrimento da agricultura de subsistência, das florestas e sua biodiversidade. A crescente escassez de recursos naturais estimula o espírito especulativo, daí o aumento dos preços, que nada mais faz do que acrescentar dificuldades às famílias pobres do mundo rico, que se sobreendividaram incitadas pelo mesmo capital financeiro. E daí, finalmente, a crise de 2008, a “primeira crise socioecológica do capitalismo financeiro e bursátil, a primeira na qual influenciaram a diminuição dos recursos e os danos ecológicos” (Jean Gadrey, economista, professor da Universidade de Lille). (Morin, 2011, p. 80)

A todos esses autores, e outros mais, poder-se-ia ainda recorrer, mencionando os inúmeros fatos e processos a que aludem para justificar os prognósticos e análises um tanto sombrios que proporcionam e as propostas que elaboram para contorná-los. Não faltariam dados acerca das projetadas perdas de biodiversidade, das ameaças aos reservatórios hídricos e às florestas, e, conseqüentemente, acerca dos problemas climáticos que nos espreitam, das poluições, da perda de solo, da desertificação, dos aumentos de moléstias e doenças infecciosas etc. O fato é que a utilização dos solos, das águas e das florestas se fazem em um ritmo que os processos de regeneração e reposição naturais são incapazes de regenerar, e, o que é pior, hoje nem mesmo as possibilidades de reposição tecnológica proporcionariam isso. E todos os autores que estamos examinando são unânimes nessas constatações. Ou seja, os programas de reflorestamento ou de compensação existentes e praticados são inócuos.

Taxas de desertificação como as verificadas em certas regiões da África, de 500 km²/ano, assim como a redução de 1,5m/ano nos lençóis freáticos de

vastos trechos da América e Ásia, ou índices de encolhimento de florestas que se indicam em torno de 9 milhões de hectares/ano (Brown, 2003), impõem perdas irreversíveis, sobretudo observando-se as consequências em termos dos desastres socioambientais (que alguns ainda chamam de ‘naturais’) que tais números e índices proporcionam.

O rebatimento disso tudo nas perspectivas apontadas para as condições climáticas globais, que sugerem algo em torno de 85% na redução das emissões de CO₂, antes de 2050, para evitar a situação irreversível de aquecimento global a 2° C, não são mais alentadoras (Gorz, 2008). Da mesma forma, como também não são nada alentadoras, as referências mais comuns às taxas de extinção de espécies, que indicam ser estas, na atualidade, conforme artigo recentemente publicado na revista *Science* (Pimm et al., 2014), mil vezes mais veloz do que aquelas que os fluxos naturais promoveriam. E isso, segundo Brown, ameaça de extinção 25% das espécies de mamíferos e um terço das espécies de peixes.

Mas, talvez, todos esses dados, sobejamente conhecidos, amplamente divulgados e que aqui rapidamente, uma vez mais são expostos, poderiam ser substituídos por um dos mais recentes e preocupantes alarmes dados para o principal manancial de biodiversidade do planeta, e que também é, e não por mera casualidade, o principal reservatório de água doce, além de território de imensa diversidade sociocultural.

Em recente artigo publicado no editorial da Revista *Science Advances*, assinado por Thomaz Lovejoy e Carlos Nobre (2018), reconhecidos investigadores do tema, reavaliaram o antigo índice de desmatamento, que era considerado limite para que a Floresta Amazônica atingisse um ponto de inflexão: 40%. Antes, dessa reavaliação, considerava-se que ao atingir esse nível de desmatamento da cobertura original, o sistema amazônico entraria em colapso, deixando de ser dominado pela floresta e cedendo lugar a uma paisagem de savana, degradada, com vegetação rala e esparsa e com baixa diversidade. Agora, esse ponto foi alterado para um limite sem muita precisão, mas situado entre 20% e 25%. Acontece que o desmatamento da Floresta já atingiu índices próximos de 20%. Segundo Nobre: “Apesar de não sabermos o ponto de inflexão exato [entre 20 e 25%], estimamos que a Amazônia está muito próxima de atingir esse limite irreversível. A Amazônia já tem 20% de área desmatada, equivalente a 1 milhão de quilômetros quadrados, ainda que 15% dessa área [150 mil km²] esteja em recuperação” (Fapesp, 2018)⁵⁵.

A alteração do limite de inflexão de 40% para algo em torno de 25%, segundo Lovejoy e Nobre se deveu ao fato de que o ciclo do sistema amazônico,

55. As declarações de Nobre foram colhidas em matéria sobre o artigo que ele fez em parceria com Lovejoy e publicado em Fapesp, 2018.

impactado desde sempre pelo desmatamento, passou a sofrer também as consequências das mudanças climáticas e do uso indiscriminado do fogo que os agropecuaristas passaram a utilizar nas últimas décadas para eliminar árvores e limpar áreas destinadas à lavoura e às pastagens.

Segundo esses autores, as oscilações verificadas em anos recentes no comportamento do sistema amazônico, alternando grandes períodos de secas (em 2005, 2010 e entre 2015 e 2016) e grandes inundações (em 2009, 2012 e 2014), já seriam indícios fortes da proximidade desse ponto de inflexão.

Para contornar tal situação, os autores sugerem controle do desmatamento, que não só deveria ser zerado, como diminuído, com procedimentos de reflorestamento, para que se tenha uma margem de segurança em relação aos limites de inflexão: “Se for zerado o desmatamento na Amazônia e o Brasil cumprir seu compromisso de reflorestamento [c/ Acordo Climático de Paris, em 2015], em 2030 as áreas totalmente desmatadas na Amazônia estariam em torno de 16% a 17%”, afirma Nobre (Fapesp, 2018).

Considerando o que afirmam e demonstram Lovejoy e Nobre, estamos diante de uma situação em que o imperativo do decrescimento se impõe. E isso, necessariamente, implicaria em superar as atividades econômicas tributárias dos padrões típicos do capitalismo, que subordina a floresta e povos da floresta (os amazônidas) aos imperativos da economia-política que os ameaçam, cedendo lugar para uma outra condição de centralidade, onde a prevalência da territorialidade indígena, das reservas extrativistas e dos espaços de povos tradicionais e do sistema florestal que produzem, enfim, subordinasse as possíveis outras atividades (mesmo aquelas remanescentes, que possam inclusive ser identificadas como típicas do capitalismo), que em escalas compatíveis com a reposição e sobrevivência do sistema amazônico, ali ainda permanecessem sendo desenvolvidas.

Para alguns pensadores, muitos deles aqui já referidos, a promoção de um possível encontro entre as ideias do decrescimento e as do *Buen Vivir* poderia pavimentar os caminhos necessários para os diálogos entre saberes capazes de facear a situação crítica que aqui se descreve.

DECRESCIMENTO E *BUEN VIVIR* PARA RESISTIR À DESTRUÇÃO

Serge Latouche, importante pensador contemporâneo, talvez o principal divulgador atual das ideias decrescentistas e da obra de Georgescu-Roegen, e que se diz identificado com a vertente ecossocialista, inaugurada por Gorz

e outros, em passagem mais ou menos recente pelo Brasil, convidado para ministrar conferência em um simpósio internacional declarou:

Eu definiria o decrescimento como o projeto ecossocialista, a saber, com a dupla dimensão ecológica e socialista. Antes de mais nada, o decrescimento é um *slogan*, *slogan* provocador... Se quisermos ser rigorosos, poderíamos falar não de decrescimento, mas de a-crescimento, com o prefixo grego “a”, de privação, como o que colocamos em “ateísmo”. Aliás é disso que se trata, se trata de sair da religião do crescimento, de nos tornarmos ateus da economia e agnósticos do progresso. Então, o Brasil deveria mudar sua divisa “Ordem e Progresso” para “Ordem e *Buen vivir*”⁵⁶

Evocando o *Buen Vivir*, Latouche conecta o projeto ecossocialista do decrescimento a um conjunto de ações e reflexões protagonizadas por inúmeros movimentos de resistência e por seus pensadores, particularmente aqueles vinculados aos “indígenas” e aos povos originários da América, em suas lutas por reconhecimento cultural, de seus saberes, seus territórios e de libertação de uma mentalidade eurocentrada que, segundo alguns desses pensadores, superou o colonialismo, mas segue subordinada a uma certa colonialidade de ideias e atitudes que tendem a considerar como não dotado de “razão” todo o pensamento, proposta e/ou ação que se oponha aos padrões do mercado e do pensamento único global (“globalitarismo”, como o denominou Milton Santos). Segundo um dos grandes porta vozes dessas lutas contra a colonialidade eurocentrada, também denominada de luta *decolonial*⁵⁷, Aníbal Quijano:

56. Trechos da palestra “Natureza: problemáticas econômicas e antropológicas”, ministrada por Serge Latouche, da Universidade de Paris XI. A palestra ocorreu entre os dias 10 e 12 de novembro de 2011, no “Simpósio Internacional Merleau-Ponty”, Universidade Federal do Mato Grosso. Vídeo disponível em <<http://www.ufmt.br/ufmt/tvu/galeria/index/0/68?anterior=http://www.ufmt.br/ufmt/tvu/programa/videos/14/30>>

57. Quem nos explica essa forma de referência é a linguista norte americana radicada no Equador, Catherine Walsh em livro organizado por ela (Walsh, 2013): “Dentro de la literatura relacionada a la colonialidad del poder, se encuentran referencias —incluyendo en este mismo libro— tanto a la descolonialidad y lo descolonial, como a la decolonialidad y lo decolonial. Su referencia dentro del proyecto de modernidad/colonialidad inicia en 2004, abriendo así una nueva fase en nuestra reflexión y discusión. Suprimir la “s” es opción mía. No es promover un anglicismo. Por el contrario, pretende marcar una distinción con el significado en castellano del “des” y lo que puede ser entendido como un simple desarmar, deshacer o revertir de lo colonial. Es decir, a pasar de un momento colonial a un no colonial, como que fuera posible que sus patrones y huellas desistan en existir. Con este juego lingüístico, intento poner en evidencia que no existe un estado nulo de la colonialidad, sino posturas, posicionamientos, horizontes y proyectos de resistir, transgredir, intervenir, in-surgir, crear e incidir. Lo decolonial denota, entonces, un camino de lucha continuo en el cual se puede identificar, visibilizar y alentar “lugares” de exterioridad y construcciones alter-(n)ativas.” (Walsh, 2013, p. 24-25)

No es por accidente histórico que el debate sobre la Colonialidad del Poder y sobre la Colonialidad / Modernidad / Eurocentrada, haya sido producido, en primer término, desde América Latina. Así como no lo es que la propuesta de Bien Vivir provenga, en primer término, del nuevo movimiento de los “indígenas” latinoamericanos. (...) América Latina y la población “indígena” ocupan, pues, un lugar basal, fundante, en la constitución y en la historia de la Colonialidad del Poder. De allí, su actual lugar y papel en la subversión epistémica / teórica / histórica / estética / ética / política de este patrón de poder en crisis, implicada en las propuestas de Des / Colonialidad Global del Poder y del Bien Vivir como una existencia social alternativa. (Quijano, 2014, p. 857, 858)

Para Quijano, essa primazia resistente que se consolida entre os descendentes dos povos originários da América, deve-se às condições históricas e até mesmo físico-naturais que proporcionaram tanto o desenvolvimento do processo colonial (de colonialidade/ modernidade/eurocentrada) por aqui, como a compreensão, por parte da população vitimada por esse processo de que “lo que está en juego ahora no es sólo su pobreza, como su sempiterna experiencia, sino, nada menos que su propia sobrevivencia.” Dessa forma, prossegue Quijano:

Tal descubrimiento entraña, necesariamente, que no se puede defender la vida humana en la tierra sin defender, al mismo tiempo, en el mismo movimiento, las condiciones de la vida misma en esta tierra. De ese modo, la defensa de la vida humana, y de las condiciones de vida en el planeta, se va constituyendo en el sentido nuevo de las luchas de resistencia de la inmensa mayoría de la población mundial. Y sin subvertir y desintegrar la Colonialidad Global del Poder y su Capitalismo Colonial / Global hoy en su más predatorio período, esas luchas no podrían avanzar hacia la producción de un sentido histórico alternativo al de la Colonialidad / Modernidad / Eurocentrada. (*Id.*, p. 856)

Sintonizados com essa compreensão, os movimentos *decoloniais* expressam em suas bandeiras, conforme já vimos e nos informam algumas de suas importantes lideranças, como o mencionado Luis Macas, o caráter epistêmico e político de suas lutas.

Quando cotejamos o conjunto dessas ideias, com aquelas que se podem verificar nas reflexões e propostas dos que se reivindicam como ecossocialistas

e decrescentistas, de Gorz a Latouche, vemos, portanto, que há grande convergência entre elas. Como para Latouche, por exemplo, todas as formas de crescimento revelaram-se como antropocêntricas, etnocidas, tóxicas, violentas e imperialistas, obviamente, quando se fala em decrescimento não se está propondo apenas uma redução nas atuais taxas de crescimento, nem um crescimento negativo, muito menos um crescimento “sustentável”, mas trata-se antes de um programa mais amplo de libertação dos padrões e das racionalidades que sustentam e/ou viabilizam o tipo de sociedade que tem se desenvolvido até aqui, e com os efeitos danosos e críticos mencionados, e isto requisitará, em primeiro lugar, uma “descolonização das mentalidades” para “sair da economia” ou do reducionismo que impõe a monetização de tudo, até das boas ações, para que sejam valorizadas, como apregoa o autor em um de seus livros ainda inédito em língua portuguesa e apropriadamente intitulado *Survivre au développement. De la décolonisation de l’imaginaire économique à la construction d’une société alternative*⁵⁸.

Decrescimento, co-presença, convivialidade, buen vivir, decolonialidade, são as palavras-chave que encontraremos ao examinarmos as possibilidades de saídas civilizadas para a condição crítica que aqui se indicou. E talvez tudo isso se resuma com a definição de Quijano para “buen vivir”:

Lo que aquí propongo es abrir una cuestión crucial de nuestro crucial período histórico: Bien Vivir para ser una realización histórica efectiva, no puede ser sino un complejo de prácticas sociales orientadas a la producción y a la reproducción democráticas de una sociedad democrática, un otro modo de existencia social, con su propio y específico horizonte histórico de sentido, radicalmente alternativos a la Colonialidad Global del Poder y a la Colonialidad / Modernidad / Eurocentrada. Este patrón de poder es hoy aún mundialmente hegemónico, pero también en su momento de más profunda y raigal crisis desde su constitución hace poco más de quinientos años. En estas condiciones, Bien Vivir, hoy, sólo puede tener sentido como una existencia social alternativa, como una Des/ Colonialidad del Poder. (Quijano, 2014, p. 847-848)

Bien vivir ou *Buen Vivir*, grafam-se das duas formas e isso é indiferente, segundo Quijano e outros. O que importa é que, na atualidade, esses são alguns dos termos mais difundidos entre os auto-denominados povos originários da América,

58. Trata-se de livro publicado em 2004. Algumas das ideias presentes nesse texto foram reproduzidas pelo autor em artigo intitulado “Convivialidade e Decrescimento” (Latouche, 2012). É de lá que algumas referências aqui feitas foram extraídas.

conforme definição estabelecida em diversas *Cumbres de Los Pueblos de América*, para sintetizar a projeção de uma “existência social diferente a la que nos há impuesto la Colonialidad del Poder” (*Ibid.*). Essa expressão e essa perspectiva, segundo nos informa ainda Quijano, mencionando a escritora peruana Carolina Ortiz Fernandez, é provavelmente a formulação mais antiga da resistência “indígena” contra a “Colonialidade do Poder”, e foi cunhada, segundo a escritora em 1615. O fato dessa perspectiva já ter sido incorporada nos aparatos constitucionais de alguns países da América Latina, como Equador, Bolívia e Colômbia, por exemplo, incluindo a referência a essa origem remota⁵⁹ de resistência ao padrão de vida e organização social que o capitalismo europeu impôs aos povos da América, reativa esperanças de horizontes pós-capitalistas, civilizados (como sugeririam Gorz, Latouche e outros), posto que referenciados em alternativas não mais nem eurocentradas, nem privilegiadoras da economia em detrimento da vida e dos ambientes que a mantém e que são por ela produzidos. Pelo contrário, os “direitos da natureza”, ou a natureza como sujeito de direitos (como de maneira explícita e pioneira se refere à *Pacha Mama* a constituição do Equador e vários institutos legais da Colômbia) estão consagrados nessas constituições, sugerindo, que pelo menos nos textos que estruturam as instituições conformadoras desses Estados, a construção de eco-economias, bioeconomias, biocivilizações e outras variações vinculadas às propostas decrescentistas, podem se viabilizar.

REFERÊNCIAS

BROWN, L. *A Economia e a Terra*. EPI - Earth Policy Institute / UMA, 2003.

FAPESP, Desmatamento na Amazônia está prestes a atingir limite irreversível. *Boletim Fapesp [on line]* – 21 de fevereiro de 2018. Disponível em: <<http://agencia.fapesp.br/desmatamento-na-amazonia-esta-prestes-a-atingir-limite-irreversivel/27180/>>

GARCIA DOS SANTOS, L. *Politizar as novas tecnologias*. São Paulo: Editora 34, 2003.

59. Na constituição do Equador, tanto no Preâmbulo como em diversos outros artigos, a evocação ao Buen Vivir faz referência à expressão quechua de sua origem – *sumac kawsay* – e no sétimo parágrafo desse preâmbulo se lê: “[Decidimos construir] Una nueva forma de convivencia ciudadana, en diversidad y armonía con la naturaleza, para alcanzar el buen vivir, el *sumak kawsay*”. Disponível em: <http://cancilleria.gob.ec/wp-content/uploads/2013/06/constitucion_2008.pdf>. Na constituição da Bolívia, ao consagrar os princípios éticos-morais do estado plural (estado plurinacional, divergente do nacional) faz-se referência ao “*suma qamaña*” – *vivir bien* – de origem aymará. Disponível em <<https://bolivia.infoleyes.com/norma/469/constitucion-pol-ADtica-del-estado-cpe>>. E na Colômbia, decisões recentes de sua Corte Constitucional, (proferidas em 2016, disponíveis em <<http://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/2016/T-622-16.htm>>), a natureza e seus integrantes foram elevados à categoria de “sujeitos de direitos” e já há rios, por exemplo, que adquiriram a condição de reconhecimento como seres vivos.

- GEORGE, S. Liberalismo económico. Marginación del Tercer Mundo y de la naturaleza. In: MIRES, F .et alii. *Ecología Solidaria*. Barcelona: Ed.Trotta, p.39-53, 1996.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. *O decrescimento: entropia, ecologia e economia*. São Paulo: editora Senac, 2012.
- GONÇALVES, C.W.P. *Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidades*. Disponível em (março de 2017): <www.geopolitica.ws> (Observatorio Latinoamericano de Geopolítica).
- GORZ, A. La sortie du capitalisme a déjà commencé. In: *EcoRev'*, Nº 28, 2008.
- LATOUCHE, Serge. *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. Tradução Claudia Berliner. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.
- LATOUCHE, S. Convivialidade e Decrescimento. *Cadernos IHU Ideias*. Nº 166, São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2012. Disponível em http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/166_cadernos_ihu_ideias.pdf
- LEFF, E. Pensar a complexidade ambiental. In: LEFF, Enrique (Coord.). *A Complexidade Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2003, p 15-64.
- LOVEJOY, T. E., NOBRE, C. Amazon Tipping Point. In: *Sciences Advances*, 4, 2018.
- MACAS, L. La necesidad política de una reconstrucción epistémica de los saberes ancestrales. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- MARTINEZ-ALIER, J Environmental justice and economic degrowth: an alliance between two movements. *Capitalism Nature Socialism*, v 23, nº1, p.51-73, 2012.
- MEYER, G. et alii. Decrescimento e bioeconomia: imperativos social e ecológico. In: ZANIRATO S.H.(org). *Participação Política : Atores e Demandas*. São Paulo : ProMuSPP e AnnaBlume, 2015. p. 215-229.
- MORIN, E. *La Via para el futuro de la humanidad*. Barcelona: Paidós, 2011.
- NAREDO, J.M. Bases Sociopolíticas para una Ética Ecológica y Solidaria. In *VI Jornadas Internacionales de Derechos Humanos*, Sevilla, 2003. Disponível em: <https://polis.revues.org/5430>
- PIMM, S. L. et al. The biodiversity of species and their rates of extinction, distribution, and protection. *Science*: Vol. 344 no. 6187, 30 May 2014
- PRIGOGINE, I & STENGERS, I. *A Nova Aliança/ Metamorfose da Ciência*. Brasília: UNB, 1997.

- PORTO-GONÇALVES, C. W. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2001.
- QUIJANO, Aníbal. Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. - 1a ed. - Buenos Aires: CLACSO, 2014
- QUINTERO, P. Desarrollo, modernidade y colonialidad. *Revista de Antropologia Experimental*, v. 13. P 67-83, 2013
- RAFFESTIN, C. & LAWRENCE, R. Human ecology and environmental policies: prospects for politics and planning. *Political Geography Quarterly*, 9 (2), 1990, p. 103-107.
- SACHS, I. Amazônia — laboratório das biocivilizações do futuro. *Le Monde Diplomatique*, 11/2008, disponível em www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=2793>
- SACHS, I. A terceira Margem. Em busca do ecodeenvolvimento. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.
- SANTOS, M. O País Distorcido: O Brasil, a Globalização e a Cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.
- SOUSA SANTOS, B. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos/ CEBRAP*. São Paulo, SP, nº 79, p. 71-94, nov. 2007.
- THOMAZ Jr, A. A classe trabalhadora no Brasil e os limites da teoria — qual o lugar do campesinato e do proletariado. In: *FERNANDES (2008)*, pg. 275-302, 2008.
- WALLERSTEIN, I. M. *World-systems analysis*. Duke: University Press, 2005.
- WALSH, C. Lo pedagógico y lo decolonial: Entretejiendo caminos. In Walsh, C (ed.) *Pedagogías decoloniales. Prácticas insurgentes de resisitir, (re) existir y(re) vivir*. Tomo I. Serie Pensamiento Decolonial. Quito: Abya Yala, 2013.
- ZANIRATO S. H. (org.). *Participação Política: Atores e Demandas*. São Paulo: ProMuSPP e AnnaBlume, 2015.

AGRURAS AGROCULTURAIS: A AVENTURA DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

DIAMANTINO PEREIRA

A história e a cultura nas quais estamos imersos e que fazem parte de nosso ser são eminentemente eurocêntricas a ponto de não nos assustarmos com a menção de que a América teria sido descoberta e somente a partir disso passado a existir. Parece até que a história teria começado a contar aqui na América somente depois desse episódio.

Sobretudo a partir do século XVI, (a Europa) conseguiu impor ao resto do mundo as suas concepções de passado e de futuro, de tempo e de espaço. Com isto, impôs os seus valores e instituições e transformou-os em expressões da excepcionalidade ocidental, ocultando assim continuidades e semelhanças com valores e instituições vigentes noutras regiões do mundo. (Santos, 2009)

Na época do desembarque, a produção agrícola europeia passava pela denominada “Primeira Revolução Agrícola” onde progressivamente deixavam de existir as terras de pousio e começava a se praticar a rotação de culturas com cereais e forrageiras, especialmente leguminosas, recuperando uma tradição já conhecida e praticada muito antes no antigo Egito. Com isso incrementou-se a possibilidade de criação de animais e a consequente produção de estrume, o que resultou em maior produtividade das plantas para a alimentação humana, ao mesmo tempo em que se colocavam em produção os campos que ficavam anteriormente em “descanso” por períodos superiores a um ano.

Esse quadro não era homogêneo em toda a Europa, mas concentrava-se principalmente nas áreas de economia mais dinâmica, enquanto nas demais predominavam latifúndios, na maior parte das vezes, improdutivos e

estagnados. Em Portugal especificamente, enquanto essa realidade podia ser vista no Alentejo, ao norte a pequena propriedade camponesa predominava nas paisagens com a dura realidade das famílias conseguirem viver da terra que tinha vindo se parcelar em áreas de pequena dimensão, sobretudo em função das partições por herança.

Nesse quadro de chegada dos portugueses ao Brasil, qual o aporte que eles efetivamente poderiam trazer relativamente à prática agrícola? Primeiramente, a cessão da terra aos colonizadores era efetuada através de doações por parte das autoridades do reino, evidentemente para aqueles que tinham algum tipo de influência política para conseguir tal doação. Para os demais, a opção era a posse, se bem que se tratava de uma opção problemática, pois não se tratava de uma propriedade regularizada.

A lei de Terras de 1850 estabeleceu em seu artigo primeiro que ficavam “proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra” (Brasil, 1850) ao mesmo tempo em que se revalidavam as sesmarias e doações de terras, assim como as posses existentes até então. Mas, a partir daí a forma seria apenas a da compra.

Com essa abertura em termos de legalização de posses e doações anteriores, é corrente que se iniciou uma grande corrida por parte de muitas pessoas no sentido de tentar provar ao governo que eram detentores de parcelas de terra de acordo com as disposições da legislação e que, portanto, requeriam sua regularização. Muitos recorriam inclusive a falsificação de documentos nessa empreitada, nascendo aí outra forma de acesso à terra (desde que se tivesse sucesso) que passou a ser denominada como grilagem.

Toda essa movimentação em torno aos direitos sobre as terras brasileiras pressupunha que a população indígena não deveria ser levada em consideração. Na verdade, essa população era simplesmente ignorada, passando-se a impressão de que as terras que viriam a constituir o território brasileiro eram desocupadas ou pelo menos escassamente povoadas. O denominado “vazio demográfico” ou a “terra nullius” abrigava na verdade uma população que variava entre 4 e 10 milhões de pessoas (dependendo da estimativa e da fonte) e a miríade complementar era que predominava nesses territórios o “meio natural”, sobretudo as florestas densas e exuberantes, praticamente desprovidas do “elemento humano”. E quando se identificava essa presença, o menosprezo quase sempre era evidente:

Essa vasta extensão de terras ricas e férteis, abrangendo uma área de milhares de quilômetros quadrados, está ainda coberta de mata virgem e habitada apenas por algumas tribos nômades de índios selvagens. Provavelmente assim permanecerá por muitas futuras gerações (...) até que a própria região passe para as mãos de um povo mais empreendedor. (Bigg-Wither, 2008)

É justamente em função dessa afirmação que (Bonnici, 2012) coloca que a descrição e posicionamento do “viajante-agrimensor britânico se encaixa nos conceitos de terra nullius e no contexto da ‘missão civilizadora’ do homem branco justificando a ideologia colonial” muito comum na época retratada e com ecos muito audíveis até hoje.

A noção de “Terra Nullius” trafega diretamente para a noção de desconsideração não só da população que aqui habitava, mas também de todas as suas concepções de mundo com suas regras morais, relações sociais e modo de vida relegados à categoria de exotismos, despidos, evidentemente, da racionalidade do colonizador.

Mas essas noções talvez tivessem algum sentido para os seus praticantes. As diversas nações indígenas presentes no território brasileiro conviveram com seus ambientes específicos durante milhares de anos e, nesse tempo, não foram apenas servos de uma “natureza exuberante,” mas foram decisivos agentes da constituição dessa exuberância. Quando se coloca alguma referência ao modo de vida das nações indígenas, o máximo que se costuma afirmar é que seriam coletividades seminômades, praticando sobretudo a coleta e caça e uma agricultura “primitiva” com a utilização de queimada (a coivara). E, claro, não podia faltar a sabedoria de afirmar que a queimada prejudicava a microbiologia do solo empobrecendo-o e tornando-o improdutivo.

Mas para começar, o tal seminomadismo não significa que eles simplesmente saiam andando a esmo, mas que se deslocavam em áreas conhecidas e de seu domínio (não de propriedade, mas domínio cognitivo).

A caça, a pesca e a coleta dos produtos da floresta eram complementados por uma agricultura de roçado que poucos se preocuparam em avaliar na forma como era praticada na realidade territorial de então. Há outra maneira de pensar, portanto:

a cultura itinerante sobre queimadas, é também a mais adequada à fragilidade dos solos tropicais, na medida em que permite tirar proveito da fina camada de húmus beneficiada pelas cinzas das queimadas. (...) Ao cabo de três ou quatro anos, todavia, as fortes chuvas e a radiação solar eliminam todos os elementos nutritivos do solo e a plantação é abandonada. A floresta coloniza a clareira e se reconstitui naturalmente ao cabo de uns trinta anos. Ao contrario dessa técnica tradicional perfeitamente adequada à ecologia da floresta tropical, o desmatamento maciço empreendido para abrir plantações e pastagens não permite que a floresta se regenere. O solo se degrada rapidamente por erosão e laterização, tornando-se impróprio a qualquer cultura permanente. (Descola, 1999)

A realidade territorial da não existência da propriedade e da baixa densidade demográfica permitiam esse movimento e, portanto, tínhamos uma agricultura perfeitamente adaptada às condições ambientais vigentes. Além de produzir alimentos, o próprio movimento de abertura de clareiras, plantio de diferentes espécies e posterior abandono servia como um elemento de dinamismo no manejo da floresta.

Nas plantações abandonadas havia mais de quarenta anos eram duas vezes mais ricas em espécies silvestres úteis do que as porções vizinhas de floresta primária, da qual no entanto não se distinguiam à primeira vista. (...) A fisionomia atual da floresta amazônica é em parte resultado de vários milênios de ocupação humana, que a transformaram profundamente. Essa natureza só é virgem na imaginação ocidental. (Descola, 1999)

Essa atividade de produção agrícola mesclada à de manejo da floresta, não era inerente apenas aos povos da Amazônia, havendo inúmeros relatos e pesquisas que apontam essas características como sendo muito abrangentes em todo o território que veio a constituir o Brasil. Por exemplo, existem apontamentos de que em “sítios do sul e do planalto meridional, a expansão das florestas de pinhais presentes nestes ambientes também é resultado das praticas de manejo das populações originárias das famílias Jê há pelo menos 3000 AC.” Também foi observada a relação entre as “populações Jê e a presença de evidências de plantio do milho (*Zea mays*) e da mandioca (*Manihot*) em Botucatu há ±2900 AC. Noelli (1999-2000), citado por Lacerda, referenciou “mais de 300 itens vegetais que podiam compor a dieta Guarani, além das plantas de roça nas

quais os Guarani cultivavam uma média de 39 gêneros, subdivididos em pelo menos 159 cultivares” (Lacerda, 2018).

Essa população indígena imensa espalhada pelo território, vivendo da coleta e da caça, manejando as florestas e também praticando a agricultura de roçado em equilíbrio com o meio ambiente, além de ser desconsiderada em seu modo de vida e concepções de mundo, caracterizada como selvagem e exótica, iria ser dizimada nos séculos subsequentes. Darcy Ribeiro estima que a população indígena em 1500 seria de aproximadamente 5 milhões (a título de comparação, a população de Portugal na época girava em torno de um milhão) e 3 séculos depois esse número tinha decaído para apenas um milhão de indígenas, o que pode nos dar a perfeita dimensão do genocídio sofrido por esses povos (Ribeiro, 2002).

O modelo agrícola implantado pelos conquistadores baseava-se na grande produção agrícola de exportação com a utilização da mão de obra escrava, tanto indígena quanto de africanos. Essa estrutura foi alterada significativamente com a descoberta de ouro em Minas Gerais, quando, praticamente da noite para o dia “nela se concentraria uma população que, crescendo rapidamente, atingiria 320 mil habitantes em 1776.” (Castro, 1971).

Esse contingente populacional, debruçado em sua atividade principal da lavra do ouro constitui-se em um mercado interno dinâmico, sobretudo de produtos alimentares e animais de carga, além de vários produtos manufaturados.

A decadência da mineração provocou a diáspora em direção ao interior de uma grande parte dessa população envolvida anteriormente com a epopeia mineira e se espalharam na forma de ocupações de forma dispersa e com uma atividade produtiva quase autárquica, com o comércio se restringindo a números ínfimos. Nessa circunstância, essa população que tinha se espalhado por grandes extensões territoriais do Centro Sul, procurou dar conta dentro de suas posses, da produção de produtos alimentares agrícolas variados, animais, leite, ovos, além de seu beneficiamento. É o que (Ribeiro, 2002) denomina como civilização caipira.

Esse mundo caipira foi desarticulado pelo advento da monocultura de café e cana, no Centro-Sul, e pelas fazendas de gado, assim como pela urbanização crescente e pela luta e grilagem das terras. A pequena propriedade caipira acabou, em grande parte foi incorporada pela grande propriedade e somente conseguiu subsistir em nichos onde a mecanização agrícola não pode avançar, como nas áreas montanhosas da Mata Atlântica e da Serra do Mar. (Diegues, et al., 2000)

Esse caipira, um dos tipos da população rural brasileira, segundo Darcy Ribeiro e Antonio Cândido, que pratica a agricultura tradicional em pequena propriedade utilizando ainda muitas vezes a queimada como forma de limpeza do terreno de plantio, vai ser estigmatizado como o tipo rural indolente e preguiçoso, que não teria as noções mínimas de higiene e, por causa disso, sua casa é primitiva e sua produção agrícola o mantém na miséria. Essa imagem do pequeno trabalhador agrícola do interior do Brasil é tão marcante no imaginário social brasileiro que nas comemorações atuais das festas juninas, tanto nas escolas quanto nas paróquias e nas organizações populares, o homem do campo, o Jeca, é representado por uma pessoa esfarrapada, com chapéu desfiado e com alguns dentes faltando. É a celebração do preconceito na forma do folclore e da comemoração.

Qual a solução para essa situação do caipira? A adoção de técnicas modernas na agricultura e hábitos saudáveis de higiene para vencer a preguiça e a indolência e transformar-se em um fazendeiro próspero e moderno. Essa foi então a pregação cultural, a ideologia da modernização do campo e da estigmatização do pequeno produtor agrícola.

A AGRICULTURA MODERNA

A destruição das pequenas produções agrícolas e o rompimento com o saber acumulado há séculos pelos agricultores começou a sofrer um impacto fenomenal com a Segunda Revolução Agrícola dos tempos modernos nos dizeres de (Mazoyer & Roudart, 2010). Até a virada do século XIX para o XX, principalmente nas áreas economicamente mais dinâmicas da Europa, a produção agrícola tradicional caracterizava-se pela integração entre a lavoura e a pecuária. A criação de animais tinha a função de produção de esterco e também a sua utilização como animais de tração. Como a fertilização dependia da agregação contínua de material orgânico no solo, a extensão da área plantada deveria ser proporcional ao plantel de animais que a propriedade dispunha. E ter animais implicava em ter que cuidá-los, abrigá-los e também reservar áreas para o plantio de forragem e leguminosas para a sua alimentação.

A equação, portanto, era que se o produtor não tinha animais, não tinha também esterco e nem animais de tração, o que redundava em baixíssima produtividade e inviabilização da produção agrícola até mesmo para a subsistência.

Quando as formulações de Liebig começaram a ganhar corpo com a negação de que a fertilidade do solo teria origem na matéria orgânica e sim nos

elementos minerais presentes no solo, a integração existente até então começou a esmorecer. Apesar da importância reconhecida atualmente do material orgânico para o solo, seguidores do químico alemão afirmam ainda hoje que “a matéria orgânica não é indispensável para as culturas. As plantas podem ser cultivadas usando-se apenas produtos químicos” (Lopes, 1989).

Com a adoção dos adubos químicos, deixou de ser necessária a permanência de um plantel de animais nas fazendas para a produção de esterco, mas ainda eram necessários para tração. Entretanto, os animais de tração foram sendo substituídos paulatinamente pelas máquinas movidas com motor à explosão, fruto da evolução tecnológica da denominada “Segunda Revolução Industrial”. Esses processos foram caracterizados por (Mazoyer & Roudart, 2010) como de quimificação e motorização.

Com eles, a produção agrícola adquiriu a sua feição moderna de monoculturas, já que a rotação de culturas passou a não ser mais necessária para os processos de fertilização e o combate às pragas e doenças passou a ser feito com os agrotóxicos (produtos químicos também). Não era mais necessário resevar áreas para abrigar o gado e nem para plantar forragens para a sua alimentação. No seu lugar vicejam agora na imensidão monocultural os fertilizantes químicos, os agrotóxicos e as máquinas agrícolas.

Na década de 60 do século passado, vicejou a denominada “Revolução Verde”, também chamada de “Terceira Revolução Agrícola”. Ela se estabeleceu sobre os parâmetros da Segunda Revolução Agrícola, mas agora dando papel de imenso destaque para o avanço das biotecnologias, sobretudo as relacionadas com o desenvolvimento de sementes híbridas de alto rendimento, ampliando o desenvolvimento dos cultivares para as plantas de áreas tropicais, inicialmente sobretudo o arroz e o milho.

Entretanto, essas sementes só apresentam alto rendimento em condições ótimas de condução e, nessas condições, a produtividade é ótima apenas na primeira safra, devendo o agricultor comprar novas sementes toda vez que for efetuar o plantio. As condições ótimas a que me refiro estão relacionadas com a disponibilidade adequada de água e adubos químicos, pois agora as sementes passaram a ser desenvolvidas não apenas para a sua adaptação a uma “determinada região e tipo de solo” mas sobretudo para dar uma melhor resposta aos fertilizantes para elas indicado, especificamente para conseguir boa resposta às “elevadas quantidades de adubos suportados pelas culturas, o que tornou as variedades plantadas completamente dependentes das técnicas agrícolas e de seu uso programado” (Primavesi, 2016).

Submetidas a um processo de crescimento intenso, as plantas potencializam o efeito provocado pelas doses cavalares de fertilizantes, que, no entanto,

são muitas vezes administrados de forma desequilibrada. “Aplicando apenas 3 elementos (NPK), enquanto a planta utiliza em torno de 46 (...) ocorre o desequilíbrio dos outros nutrientes” (Primavesi, 2016). Todo esse processo, aliado à intensa homogeneidade das sementes híbridas incrementa a fragilidade das plantas e facilita o ataque de pragas e a proliferação de doenças que causariam imensas perdas. Por isso, paralelamente ao desenvolvimento de sementes e da adubação química, os agrotóxicos também tiveram que ser inseridos e potenciali

Esse tipo de agricultura foi desenvolvido e propagado no mundo inteiro a partir da década de 60 do século passado e significava uma mudança substancial nas práticas de uma parte considerável dos agricultores ao redor do mundo, na medida em que, com a nova metodologia, grande parte daquilo que era produzido na propriedade pelo próprio produtor, como sementes e adubos, passou a ser comprado, o que amplia a necessidade de comercialização e torna a produção muito mais subordinada ao mercado.

Tanto isso é verdade, que o Estado, em vários países do mundo e também com muita intensidade no Brasil, incentivou a implementação desses novos processos com recursos subsidiados através do crédito rural numa intensidade tal que corresponde a quatro vezes (relativo ao total de produção de grãos) o volume de financiamento que foi realizado em toda agricultura brasileira em 2014. E esses recursos eram direcionados, sobretudo para a adoção das novas tecnologias que compreendiam a compra do kit de sementes, adubos e agrotóxicos, além de máquinas e equipamentos.

MAS, E O ORGANISMO AGRÍCOLA?

Esse processo de transformação da agricultura que descrevemos gerou contrapontos desde o seu início, com a formulação de alternativas a esse modelo sendo propostas ainda no início do século XX. A primeira delas foi a agricultura biodinâmica, formulada por Rudolf Steiner no âmbito da Antroposofia, também proposta por ele. Não desenvolveremos todos os aspectos das agriculturas alternativas neste texto e, quem quiser informações mais detalhadas a respeito da agricultura biodinâmica, pode acessar a dissertação de mestrado de Carlos Lobo (Lobo, 2018). Nesse texto, Lobo afirma que a proposta de Steiner apresenta

um caráter de complementaridade àquelas práticas que há muito tempo vêm sendo utilizadas na agricultura tradicional, como adubação verde, rotação de cultivos, pousio, policultivos, entre outras, excluindo-se, é claro, toda e qualquer utilização de insumos químicos sintéticos. (Lobo, 2018)

Steiner concebe a agricultura como um organismo que estaria relacionado com as forças cósmicas, a crosta terrestre, o mundo animal e vegetal, além é claro dos seres humanos, não sendo possível conceber um desses elementos isolado dos outros.

A ideia de organismo agrícola da agricultura biodinâmica gerou a formulação do termo “agricultura orgânica” e não apenas de um determinado tipo de agricultura utilizar apenas a matéria orgânica para adubação. O organismo agrícola proposto por Steiner divide-se nos âmbitos físico, vital ou etéreo, anímico ou astral e o âmbito do Eu. Este é considerado o central na agricultura biodinâmica, pois, de acordo com a concepção proposta, os seres humanos deveriam construir uma espécie de vínculo pessoal com tudo o que interessa à agricultura, considerando que seres vivos (vegetais, animais, o homem e o solo) são sensíveis à qualidade dos sentimentos, pensamentos e ações que se desenvolvem num ambiente. (Ávila, 2001; Lobo, 2018)

A proposta de Agricultura orgânica foi formulada um pouco depois da biodinâmica, também no contraponto da agricultura agroquímica.

Considera-se que a agricultura orgânica tenha sido formulada como um sistema agrícola no início do século XX por Albert Howard (Ehlers, 1999) a partir de suas experiências com agricultores tradicionais da Índia. Entretanto, essa inspiração para a formulação do sistema deixa claro que Howard não formulou nada, apenas sistematizou a experiências de agricultores tradicionais e seu manejo da terra através das experiências seculares acumuladas.

As práticas agrícolas tradicionais reconheciam a importância da presença da matéria orgânica, independente de ter conhecimento de explicações científicas para esse fato. Tratava-se então de reconhecer esse conhecimento secular dos camponeses e buscar seus fundamentos científicos ou simplesmente desclassifica-lo como um conhecimento obsoleto e arcaico. (Pereira, 2017)

A agricultura orgânica tem se consolidado como uma das agriculturas alternativas na medida em que a agricultura convencional agroquímica tem se mostrado problemática em relação à contaminação de ambientes e pessoas, sobretudo os trabalhadores agrícolas acometidos por intoxicações agudas ao manusear os agrotóxicos e também os consumidores dos produtos agrícolas que se preocupam com as notícias da presença de resíduos desses agrotóxicos nos alimentos, mesmo que as autoridades insistam em afirmar que esses níveis de contaminação não causariam problemas, ou nas palavras da Anvisa, “a quantidade máxima que podemos ingerir diariamente, durante toda a vida, sem que soframos danos à saúde decorrentes desta ingestão”.

Com a discussão de toda essa problemática e com o apoio das diversas formas de agricultura alternativa ao modelo agroquímico que foram formuladas ao longo de todo o século XX, acabou se constituindo a Agroecologia, que entre seus princípios busca estabelecer uma relação entre o conhecimento milenar dos agricultores e os avanços científicos de várias áreas como a agronomia, a química, biologia e a ecologia no estudo e prática da agricultura.

El uso contemporáneo del término agroecología data de los años 70, pero la ciencia y la práctica de la agroecología son tan antiguos como los orígenes de la agricultura. A medida que los investigadores exploran las agriculturas indígenas, las que son reliquias modificadas de formas agronómicas más antiguas, se hace más notorio que muchos sistemas agrícolas desarrollados a nivel local, incorporan rutinariamente mecanismos para acomodar los cultivos a las variables del medio ambiente natural, y para protegerlos de la depredación y la competencia. Estos mecanismos utilizan insumos renovables existentes en las regiones, así como los rasgos ecológicos y estructurales propios de los campos, los barbechos y la vegetación circundante. (Hecht, 1997)

Claro, existem várias concepções do que seja a agroecologia e qual seriam seus aspectos principais, por exemplo, afirmações de um de seus expoentes colocando que trata-se de uma “ciência que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, manejar e avaliar agroecossistemas” (Altieri, 2004) ou também que poderia ser considerada como a “aplicação de conceitos e princípios ecológicos no manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis” (Gliessman, 2000).

Enquanto alguns autores apresentam uma concepção mais restritiva, afirmando que “se entendermos a Agroecologia como um enfoque científico”,

não podemos confundi-la com uma prática, uma tecnologia, um sistema de produção ou um estilo de agricultura (Costabeber & Caporal, 2004), outros admitem vários sentidos, como

uma nova forma de produzir e, nessa esfera, se releva a produção propriamente dita, mais voltada ao mercado especializado de produtos orgânicos. É entendida também enquanto movimento social, no Brasil bastante organizado e expressivo em suas várias regiões (...) é também assumida como uma nova área da ciência. (Costa, 2017)

Concepções mais ou menos amplas, mas todas ligam a agroecologia ao conceito de agroecossistema, na medida em que consideram a atividade agrícola como uma intervenção antrópica que não deveria ser analisada por ela mesma mas sim como um ambiente ecológico que sofreu uma intervenção humana. Daí podem abrir-se várias perspectivas, desde as de cunho mais agrônômico ou as mais amplas, no sentido de abranger as dimensões socioeconômicas, culturais e políticas necessárias para compreensão da constituição e evolução desses agroecossistemas (Guzmán, 2001).

DIÁLOGO DE SABERES?

Um dos princípios da agroecologia é justamente partir do conhecimento tradicional dos agricultores acumulado secularmente e potencializa-lo com a agregação do conhecimento científico atual. Isso já aconteceu antes mesmo de se falar em agroecologia com o avanço do conhecimento da biologia no século XIX que permitiu o desmonte da teoria da fertilização química do solo e da ilusão de essa fertilidade poderia conseguida apenas administrando ingredientes químicos às plantas. Aconteceu antes, pode acontecer agora novamente, dependendo sobretudo da formulação de linhas de pesquisa que busquem relacionar esses dois tipos de conhecimento.

Mas para isso é necessário primeiramente vencer o preconceito que grande parte dos pesquisadores científicos tem em relação ao conhecimento popular. Estou falando uma novidade? Já não falamos do preconceito contra o conhecimento dos indígenas e dos caipiras? Esse preconceito continua forte e firme na atualidade e eliminá-lo não significa passar a considerar que todas as práticas agrícolas implementadas pelos povos tradicionais como indígenas,

caboclos, sertanejos, ribeirinhos, caiçaras, pantaneiros, quilombolas etc. seja possível de ser aplicado nas condições em que na atualidade se pratica a agricultura. Entretanto, esse conhecimento deve ser pelo menos identificado.

Passos iniciais nesse sentido estão em curso por iniciativa da FAO (organização da ONU para a alimentação e agricultura) com o programa Globally Important Agricultural Heritage System - GIAHS (Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial) que são Sistema Agrícolas Tradicionais que se caracterizam por “um conjunto de saberes, mitos, formas de organização social, práticas, produtos, técnicas/artefatos e outras manifestações que compõem sistemas culturais manejados por povos e comunidades tradicionais” (FAO, 2018).

Até 2018, 50 sistemas agrícolas históricos de 20 países já foram tinham sido reconhecidos pela FAO como GIAHS. Podemos destacar dois desses sistemas na América Latina. Um deles localiza-se nos Andes Centrais, onde os Aymara e Quechua domesticaram aproximadamente 180 variedades de batata em um sistema indígena ancestral que inclui terraços, campos de altitude, sistemas de irrigação local e ferramentas agrícolas tradicionais. O outro é o sistema agrícola chinampas no México, que é formado por um conjunto de ilhas artificiais flutuantes construídas de forma tradicional desde os tempos dos astecas. (FAO, 2018).

No Brasil, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) em conjunto com a FAO, a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) promoveu o prêmio BNDES de boas práticas para sistemas agrícolas tradicionais. O primeiro colocado foi sistema agrícola tradicional do Rio Negro (Amazonas) cuja especificidade é constituída pelas “riquezas dos saberes, a diversidade das plantas, as redes de circulação, a autonomia das famílias, além da sustentabilidade do modo de produzir que garante a conservação da floresta” (BNDES, 2018).

É um pequeno passo em relação à campanha massacrante do agronegócio que é “POP” e supimpa nas campanhas globais, mas passos são passos e se for para a frente, talvez dê para construir alguma coisa de futuro inspirado nesses destaques.

A limitação desses passos positivos, entretanto, talvez seja a de considerar os conhecimentos tradicionais como um elemento fixo, coisa do passado que ali foi criado e nunca mais foi e nem será mudado, coisas de museu, só que a céu aberto por comunidades resistentes ao “progresso”. Entretanto, esse conhecimento deve continuar a se reproduzir de modo dinâmico, na medida em que as condições de sua produção, elaboração e socialização permaneçam relativamente estáveis como

“a presença de relações familiares e de vizinhança, onde os saberes e objetos são trocados livre e gratuitamente (...), a disponibilidade de terras e recursos naturais (...), ou ainda a convivência e o aprendizado intergeracional que possibilita a transmissão dos saberes e a sua renovação. (Pantoja, 2016).

Por isso, a preservação de territórios, a demarcação de terras e a aceitação de perspectivas culturais e econômicas diferentes são extremamente importantes. Muitas vezes a “civilização ocidental urbano industrial” só aprende isso no confronto com essas maneiras diferentes de conceber o mundo (se essas concepções tiverem força para resistir e se manifestar). Bem, quem se manifesta não são as concepções, mas as pessoas que as empunham, como foi o caso de Chico Mendes e o grupo de seringueiros que fez ver ao Brasil e ao mundo a importância de se manter a floresta em pé. O seu assassinato, assim como de tantos outros, não calou a sua voz, que segue ecoando em vários cantos do mundo.

Também, não devemos entender o conhecimento tradicional como senso comum, ou seja, uma coisa que todos sabem. Não se trata disso, mas sim de pessoas dedicadas a uma determinada atividade e que no seu envolvimento com ela testam, criam e domesticam espécies, verificam formas, métodos, aspectos alternativos de realizar os mesmos processos e com os resultados reciclam seu conhecimento que é, então, socializado na sua rede de relações. Evidentemente, não vai interessar a todos, mas principalmente àqueles envolvidos com a mesma atividade, aqueles a quem chamaríamos hoje de “especialistas” naquela área de interesse (Pantoja, 2016).

Pantoja (2016) identifica diversos pontos de contato entre a dinâmica do conhecimento tradicional e o científico. Claro, existem diferenças entre os dois. David Bohm, físico consagrado, afirma que a ciência e as teorias científicas são “basicamente modos de olhar o mundo como um todo (isto é, como visões de mundo), e não como o conhecimento absolutamente verdadeiro de como as coisas são.” (Bohm, 1992). Cunha afirma, referenciando-se em Lévi-Strauss que o “saber tradicional e o conhecimento científico repousam ambos sobre as mesmas operações lógicas e, mais, respondem ao mesmo apetite de saber” (Cunha, 2007) mas, enquanto o primeiro se liga à lógica das qualidades sensíveis, das percepções, o outro se liga à lógica do conceito. (Cunha, 2007).

O diálogo de saberes não se dará pela via da condescendência na qual o saber científico, do alto de sua prepotência e arrogância, do alto de sua investidura como a única possível leitura da realidade, apenas valide o saber tradicional, quem sabe afirmando nos bastidores: está certo então, depois de intensas

pesquisas científicas, consideramos que esse saber específico tem algum fundamento em algumas circunstâncias. Obrigado, mas isso não basta. “É necessário o reconhecimento de que os paradigmas e práticas de ciências tradicionais são fontes potenciais de inovação da nossa ciência” (Cunha, 2007).

Quando se convive com as sociedades tradicionais e se toma contato com outras racionalidades e perspectivas, não se trata de necessariamente de assumi-las, mas dar uma chance a essas perspectivas, “à questão não é acreditar, mas impactar-se com o novo continente descoberto, que precisa ser (...) reconhecido justamente pelo que impõe de diferença e relevância. Pelo que nos faz pensar, e repensarmo-nos”. (Cunha, 2007)

REFERÊNCIAS

- Altieri, M., 2004. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: UFRGS.
- Altieri, M. & Nicholls, C. I., 2003. Agroecologia: resgatando a agricultura orgânica a partir de um modelo industrial de produção e distribuição.. *Ciência & Ambiente*, julho/dezembro, 14(27), pp. 141-152.
- Bigg-Wither, T., 2008. O vale do Tibagi, Brasil. In.: G. Arruda, ed. *A natureza dos rios: história, memória e territórios*. Curitiba: EdUFPR, p. 20.
- BNDES, 2018. *Sistemas Agrícolas Tradicionais (SAT)*. [Online] Available at: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/sat-sistemas-agricolas-tradicionais [Acesso em 01 2019].
- Bohm, D., 1992. *A totalidade e a ordem implicada*. São Paulo: Cultrix.
- Bonnici, T., 2012. Ecocrítica e pós-colonialismo: o fitar de Bigg-Wither na Floresta Atlântica do Paraná. *Intersemiose – Revista Digital*, 1(2), p. 185.
- Brasil, 1850. http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/legislacao/lei_601.aspx. [Online] [Acesso em Novembro 2018].
- Carvalho, Y. M. C., Zuchiwschi, E., Ferreira, S. E. & Frabetti, G. L., 2005. Perspectivas para a agricultura da Bacia do Alto Tietê. *Negowat*, Issue 15, p. 18.
- Castro, A. B., 1971. *7 ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Forense.
- Costabeber, J. A. & Caporal, F. R., 2004. *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA.

- Costa, M. B., 2017. Agroecologia no Brasil: história, princípios e práticas. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular.
- Cunha, M. C., 2007. Relações e dessenssões entre saberes tradicionais e saber científico. *Revista da USP*, Issue 75, p. 8.
- Descola, P., 1999. A selvageria culta. In:: A. Novaes, ed. *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 16.
- Diegues, A. C., Arruda, R., Silva, V. C. & Andrade, D., 2000. *Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil*. São Paulo: Ministério do Meio Ambiente.
- Ehlers, E., 1999. O que se entende por agricultura sustentável?, São Paulo: USP.
- FAO, 2018. *Globally Important Agricultural Heritage Systems (GIAHS)*. [Online] Available at: <http://www.fao.org/giahs/en/> [Acesso em 01 2019].
- Gliessman, S. R., 2000. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 1ª ed. Porto Alegre: UFRGS.
- Guzmán, S. E., 2001. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, 01, 2(1), p. 11.
- Hecht, S., 1997. La evolución del pensamiento agroecológico. In:: *Agroecología: Bases científicas para una agricultura sustentable*. La Habana: Consorcio Latino Americano sobre Agroecología y Desarrollo. Asociación Cubana de Agricultura Orgánica, p. 16.
- Lacerda, R., 2018. Populações humanas na Mata Atlântica: a longa duração de manejos e cultivos agroflorestais na região do Alto Ribeira - SP, São Paulo: USP.
- Lévi-Strauss, C., 1989. *O pensamento selvagem*. Campinas: Papyrus.
- Lobo, C., 2018. Do pensar ao fazer: perspectivas filosóficas, conceituais e práticas acerca da agricultura biodinâmica no Brasil, São Paulo: USP.
- Lopes, A. S., 1989. *Manual de Fertilidade do Solo*. São Paulo: ANDA/POTAFOS.
- Mazoyer, M. & Roudart, L., 2010. História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Unesp.
- Pantoja, M. C., 2016. Conhecimentos tradicionais?: uma discussão conceitual.. Rio Branco, s.n., p. 15.

- Pereira, D., 2017. *Agricultura Orgânica e Agroecologia..* [Online]
Available at: www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal16/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/02.pdf.
- Primavesi, A., 2016. *Manejo ecológico de pragas e doenças*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular.
- Primavesi, A., 2016. *Manual do solo vivo*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular.
- Ribeiro, D., 2002. *O Povo Brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Santos, B. S., 2009. Um Ocidente não ocidentalista? A filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal. In: B. S. Santos, ed. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina.

VISÕES DA NATUREZA COMO INSTRUMENTO DE CRIAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS

SIDNEI RAIMUNDO

Este tópico pretende discutir as abordagens e entendimentos sobre a proteção da natureza, caracterizado numa polissemia que se aplica aos critérios de criação e manejo de áreas protegidas. Uma abordagem interdisciplinar e integrada merece ser considerada para um entendimento mais amplo da relação sociedade x natureza que rebateu (rebate) nas formas de considerar a natureza para a criação de áreas protegidas.

Para compreender as práticas atuais de conservação da natureza é necessário recuar a períodos históricos anteriores, até da Antiguidade e da Idade Média. Quer dizer, o imaginário e o simbólico sobre natureza (e meio ambiente) dessas sociedades anteriores não foram totalmente encerrados com os avanços tecnológicos e científicos posteriores, mas seus mitos e crenças se transformaram em neomitos (MORIN, 1991⁶⁰) adquirindo re-significações na sociedade contemporânea.

Nesse sentido, o mito do paraíso perdido, construído como um dos mitos judaico-cristãos fundadores do mundo ocidental reaparece atualmente como elemento qualificador e definidor de natureza e meio ambiente bem conservados. Bauman (2003, p. 09) aponta que

Paraíso perdido ou paraíso ainda esperado; de uma maneira ou de outra, não se trata de um paraíso que habitemos e nem de um paraíso que conheçamos a partir de nossa própria experiência. Talvez seja um paraíso precisamente por essa razão. A imaginação, diferente das duras

60. Para Morin (1991), há persistência do pensamento mitológico em regiões rurais distantes e atrasadas, mas também há ressurgência de mitos no mundo urbano. De um lado, ainda que a antiga mitologia esteja morta no plano da crença nas sociedades modernas, seus paradigmas se encontram vivos na experiência afetiva, na poesia e na arte.

realidades da vida, é produto da liberdade desenfreada. Podemos “soltar” a imaginação, e o fazemos com total impunidade – porque não teremos grandes chances de submeter o que imaginamos ao teste da realidade.

No imaginário do mundo ocidental, o Paraíso transformou-se em sinônimo de natureza e de meio ambiente equilibrado como indicado no artigo 225 da Constituição Federal de 1988. Não existiam problemas no jardim do Éden, momento mítico em que a natureza estava ao dispor, subordinada, da sociedade (de Adão e Eva).

Contudo, no imaginário medieval, entendiam-se as cidades e demais ambientes produzidos pelo Homem como espaços do sagrado; e as florestas, praias, mares, montanhas, entre outras, como ambientes profanos (TUAN, 1980). Nesse contexto fortemente religioso Corbin (1989) aponta que o mar era considerado um grande abismo, lugar de mistérios insondáveis, massa líquida sem pontos de referência, imagem do infinito, do incompreensível, sobre o qual pairava o espírito de Deus. Isso tudo gerava um sentimento do terrível, não existia mar no Jardim do Éden. Mas no início da Era Moderna essas visões sobre a natureza vão mudar radicalmente. No dizer de Thomas (1988):

as montanhas em meados do século XVII eram odiadas como estéreis ‘deformidades’, ‘verrugas’, ‘furúnculos’, ‘monstruosas excrescências’, ‘refúgio da terra’, mas tinham se transformado cerca de um século depois, em objetos da mais elevada admiração estética. (THOMAS, 1988, p. 307)

Já no século XIX, os ideais românticos, reforçaram o gosto pela natureza, conforme aponta Thomas (op. cit.),

em fins do século XVIII a antiga referência por paisagens cultivadas e dominada pelo homem conhecia uma contestação radical. Encorajadas pela sua facilidade para viajar e por não estarem diretamente envolvidas no processo agrícola, as classes educadas vieram a atribuir importância sem precedentes à contemplação da paisagem e à apreciação do cenário rural. (THOMAS, 1988, p. 316-317)

A chegada de espécies exóticas na Europa, oriundas do novo mundo contribuiu para essa mudança de visão da natureza. Os esforços para catalogar plantas e animais e as coleções em museus, jardins zoológicos e botânicos aumentaram o gosto do europeu acerca da natureza desconhecida e fizeram surgir as primeiras ideias a respeito de conservação de espécies (Thomas, 1988).

Essas mudanças de visão da natureza das classes abastadas europeias do século XIX, podem ser explicadas por quatro fatores associados: 1) os melhoramentos dos meios de transporte, que tornaram as montanhas e outros locais de difícil acesso mais próximas dos moradores da cidade, tornando-as menos proibitivas para estes; 2) os avanços da ciência e melhorias de técnicas de navegação que desmistificavam os temores do homem em relação aos oceanos e à praia; 3) o gosto e uma difusão pela jardinagem, paisagismo e outras formas de representar a natureza, notadamente com a chegada de espécies exóticas oriundas da América recém-descoberta; 4) e as artes e literatura, que reforçavam o imaginário do europeu da idade moderna e ao longo do século XIX pelas paisagens pouco humanizadas. Destaca-se nos EUA desse período a figura de John Muir, que poderia ser considerado o primeiro ativista e ambientalista desses novos tempos. Muir passou cerca dos últimos 40 anos de sua vida (de 1870 a 1910) lutando pela proteção da natureza de Sierra Nevada, no estado da Califórnia.

Muir publicaria uma dúzia de livros e mais de trezentos artigos que fizeram o estadunidense comum apaixonar-se pela natureza. Muir queria que eles contemplassem, admirados, as paisagens das montanhas e árvores imponentes. Na busca de seu objetivo, Muir podia ser engraçado, charmoso e sedutor. Ele assumiu a responsabilidade pela natureza escrevendo [...] uma combinação de pensamento científico com respostas emocionais da natureza [...]. “A própria natureza” era “um poeta” disse Muir – ele simplesmente precisava deixar a natureza falar através de sua pena. (WULF, 2016, p. 459)

E a pena de Muir era célere para usar os argumentos de éden ou paraíso perdido como fundamentos para preservação da natureza e criação de reservas ou santuários dedicados a contemplação desse momento idílico e mítico da natureza expressa na bíblia. Em seus escritos formadores de argumentos para preservação da Sierra Nevada destaca-se,

Sierra Nevada é “um Éden de uma ponta a outra”; O ar da montanha é “doce o suficiente para ser o hálito dos anjos”; Os picos brancos de Sierra são “como a muralha de uma cidade celestial” As quedas d’água parecem “jorrar diretamente do céu” Frases do John Muir extraídas de Wulf, (2016, pp. 449-450)

A natureza passa a ser apreendida de maneira diferente pelo mundo ocidental moderno/contemporâneo, com a atribuição de valores e sentimentos até então não experimentados: a mudança de gosto pela observação e sensação de espaços abertos, onde predominavam o inculto, que davam ao apreciador a sensação de liberdade. Há assim, um movimento de retorno ao campo pouco transformado que estará nas bases da conservação da natureza e criação de parques e demais áreas protegidas.

McCormik (1992) aponta que a criação dos primeiros parques nacionais nos Estados Unidos esteve associada a esse movimento de valorização da natureza, pois as cidades em industrialização e urbanização crescentes não podiam mais oferecer ambientes naturais adequados. E, mais que isso, nos EUA a criação desses parques obedeceu a uma visão da sociedade urbana, cujo objetivo era oferecer locais nos quais o cidadão pudesse de periodicamente admirar e reverenciar a natureza (DIEGUES, 1998).

Assim, os parques americanos passaram a ser intensamente visitados, para reforçar os ideais de construção da nação americana e também como santuários da vida silvestre. Por outro lado, não frearam os processos de uso e ocupação – o avanço das frentes pioneiras, rurais e urbanas – sobre espaços ainda pouco ou nada alterados. No dizer de Acot (1990),

como não se sabe restaurar os equilíbrios potencialmente comprometidos, e como não se trata de designar os responsáveis, uma vez que a degradação da natureza acompanha ‘fatalmente’ as atividades industriais ou agrícolas, encerram-se relíquias em santuários, a fim de preservar, com nostalgia, alguns restos do paraíso perdido. (ACOT, 1990, p. 127)

É com essa mudança na visão de natureza da sociedade de 150 anos atrás que surgem as primeiras unidades de conservação. Nos Estados Unidos do século XIX, pensadores como Aldo Leopold e John Muir lançaram as bases da conservação da natureza como a conhecemos presentemente. Essa visão idealizada na Europa e reforçada e tornada referência nos EUA, com a ideia de proteger a vida selvagem (*wilderness*) ameaçada,

segundo Diegues (1993), determinou como se deveria proteger a natureza, afastando-a do homem. Seriam ilhas de natureza cercadas por outras formas de usos, para que o homem moderno pudesse admirá-la e reverenciá-la.

Constituiu-se num modelo que considerava a natureza “pura”, intocada, como aquela que fosse afastada da sociedade, necessitando ser conservada, principalmente na forma de Parques Nacionais. A natureza teria um valor estético e simbólico para a sociedade com a permissão da visitação, reforçando os ideais românticos como destacados anteriormente. Para Rodman (1973) a criação de parques obedeceu então, uma visão antropocêntrica, na medida em que beneficiava as populações urbanas e valorizava, principalmente, as motivações estéticas, religiosas e culturais dos habitantes das cidades.

Nesse sentido, a religião teve um papel importante de aproximação das pessoas com a natureza. Meyer-Arendt (2004, p. 479) aponta que os Metodistas realizavam “reuniões no campo” para converter habitantes rurais isolados e para reafirmar a fé e a individualidade de Deus, sendo que estas reuniões eram realizadas com frequência, em pequenas matas. As florestas remanescentes entre campos cultivados foram transformados em “campos recreativos” e, para estes grupos religiosos, a natureza tornou-se fortemente associada aos equivalentes naturais dos pináculos das igrejas (MEYER-ARENDRT, 2004).

Importante destacar que a criação de parques nesse período também estava atrelada, ou subordinada, ao sistema econômico vigente. Boyd (2004) argumenta que os locais destinados à criação de parques eram aqueles que não tinham valor comercial. Tanto o primeiro parque criado nos EUA – Yellowstone, assim como o de Yosemite, na Califórnia tinham características excepcionais da natureza, para sua valorização estética, religiosa e cultural, mas ao mesmo tempo, elementos que limitavam a ocupação para atividades econômicas: gêiseres, lagos de enxofre, penhascos íngremes de granito, daí o raciocínio de que não tinham valor comercial (BOYD, 2004). No dizer desse autor,

Tongarino, o primeiro parque nacional da Nova Zelândia, foi estabelecido em 1887, consistindo em três vulcões centrais da ilha norte [...] Embora o núcleo do terreno tenha sido transferido para a Coroa em 1887, só em 1894 é que o parque foi legalmente constituído. A demora entre a transferência do terreno e o estabelecimento do parque se deveu na preocupação do governo em verificar o terreno sem valor comercial para o estabelecimento do parque e em chegar à certeza absoluta de que o terreno adicionado ao parque não tinha valor econômico. (BOYD, 2004, p. 528)

No Brasil a discussão sobre áreas protegidas é contemporânea desta discussão nos EUA e Europa, remontando ao início do século XIX, a partir de problemas relacionados ao crescimento das cidades e aos impactos de atividades ligadas à expansão agrícola, notadamente no sudeste brasileiro. Em 1861, com o objetivo de garantir a qualidade da água no Rio de Janeiro, D. Pedro II convocou o botânico Major Manuel Gomes Archer para reflorestar as matas ciliares do Maciço da Tijuca, na então periferia da cidade. Cem anos depois, em 1961, com a paisagem contendo uma floresta regenerada, foi criado o Parque Nacional da Tijuca (SANTOS, 2004). Urban (1998) lembra que em 1876 o engenheiro André Rebouças, em seu artigo chamado “Parque Nacional”, motivado pela criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos EUA, propôs a criação de duas áreas no Brasil, a Ilha de Sant’Anna, do Bananal ou de Carnonaré, na Amazônia, e a do Guaiá, abrangendo desde as Sete Quedas até o Salto do Iguaçu, na divisa do Brasil com Argentina e Paraguai.

Apesar dessas propostas, o primeiro parque brasileiro foi decretado apenas em 1937, o Parque Nacional de Itatiaia, no Estado do Rio de Janeiro que, segundo Diegues (1993), fez o Brasil herdar o modelo norte-americano de implantação de unidades de conservação, ou seja, de natureza intocada sem a presença humana. Porém, desde antes de sua criação os legisladores do país desenvolveram um arcabouço normativo relativo à proteção do meio ambiente e às áreas protegidas no Brasil. Diversas leis foram criadas para estabelecer normas para diferentes categorias de áreas protegidas. Exemplos disso são: as Cartas Régias de 1796 e 1797, que declarava de propriedade da Coroa todas as matas e arvoredos à borda da costa, ou dos rios que desemboquem imediatamente no mar e por onde as jangadas se possam conduzir as madeiras cortadas, até as praias (URBAN, 1998). Importante destacar que esses diplomas legais não tinham a conservação das áreas como principal objetivo, mas sim o controle mais efetivo da Coroa Portuguesa. De depois do Império Brasileiro, em locais estratégicos para fiscalização e dominação do território da colônia.

Os ideais de conservação começam a se aproximar dos objetivos das áreas protegidas brasileiras apenas no século XX, com a implementação do Serviço Florestal em 1926, para produção de mudas para reflorestamento, estudos biológicos das essências e da flora; o Decreto Federal nº 23.793/1934, que aprova o primeiro Código Florestal do país, que já previa a figura dos Parques Nacionais; a Lei Federal nº 4.771/1965, que institui o Código Florestal e prevê a criação de Parques, Reservas Biológicas e Florestas; a Lei Federal nº 6.902/1981, que dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental; a Lei Federal nº 6.938/1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente e prevê a criação de Áreas de Proteção Ambiental, Áreas de Relevante Interesse Ecológico e Reservas Extrativistas (GUATURA, 2000).

Essa visão vai se encerrar com o fim dos grandes impérios no advento da I Guerra Mundial. As ideias sobre proteção da natureza e criação de áreas protegidas voltam a ganhar força nos anos 1920, como um sentimento de renovação, diante da insatisfação gerada pela modernidade e pela guerra, fatos que impactaram os defensores da natureza também. Nessa linha, em 1928 ocorre um congresso de botânica em Londres, cujos resultados destacam a necessidade de proteção da natureza. Não mais baseada nos ideais românticos, que a I guerra tratou de sepultar, mas numa nova racionalidade, apoiada nos novos conhecimentos e aportes das ciências naturais.

No Brasil não foi diferente, e os eventos ao longo dos anos 1920 e 1930 atestam essa preocupação. Tratou-se de um avanço nas ideias sobre conservação da natureza, sem descartar os ideais românticos, mas os incorporando a novos olhares sobre a proteção da natureza. Como apontam Franco; Schittini; Braz (2015, p. 242)

A realização da Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, em 1934, demonstra o grau de mobilização social e institucional gerado pelo tema naquele momento. Na Conferência, e no Brasil dos anos 1920-1940, as justificativas para a proteção da natureza se apoiavam, basicamente, em três pontos: a) a necessidade de exploração racional dos recursos naturais, no interesse das gerações atuais e futuras; b) o reconhecimento do mundo natural como objeto da ciência e da necessidade de pesquisa para o seu conhecimento; c) o reconhecimento da importância das paisagens naturais como objeto de contemplação e apreciação estética.

Como visto, os pontos “a” e “b” desta citação são os novos olhares que as ciências naturais traziam para o debate e o “c” a visão anterior que permaneceu como mote de proteção da natureza e de criação de áreas protegidas.

Mas novamente esses ideais tiveram que esperar mais uma década para serem discutidas com mais profundidade, pois o advento da II guerra mundial interrompeu todas as discussões nesse sentido. O fim da II guerra inaugurou outro momento, com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e seus braços auxiliares, como a UNICEF, UNESCO, FAO, entre outras. Assim, junto dessas organizações de apoio a ONU, foi criada em 1948 a IUPN – União Internacional de Preservação da Natureza que, em 1952, foi rebatizada para IUCN, União Internacional de Conservação da Natureza. O organograma da IUCN é dividido em seis grandes comissões, sendo uma delas a de Áreas Protegidas.

A IUCN incentiva a produção de conhecimento sobre tecnologias e metodologias para o manejo de áreas protegidas. Ao longo dos anos 1950 e 1960, com a crise ambiental que se anunciou, a IUCN sistematizou o conhecimento das ciências naturais para testar modelos de manejo de UCs. Tal produção foi fortemente usada nos manejo de áreas protegidas, sendo um trabalho pioneiro deste período os estudos sobre Biogeografia de ilhas de Mac Arthur e Wilson (1963). “Resumidamente, [essa] teoria foi elaborada para prever o número de espécies [de animais ou vegetais] que uma ilha de determinado tamanho poderá suportar, baseando-se no balanço entre a extinção e imigração” (PÉRICO *et all*, 2005, p. 2339), e considerando o tamanho da ilha e sua distância do continente. Assim,

Segundo a Teoria da Biogeografia de Ilhas, áreas maiores apresentam maior diversidade que menores, bem como áreas mais próximas de locais que poderiam fornecer migrantes [chegada de espécies por dispersão ou outras formas][...]. Além do tamanho da área, fatores como a presença de bordas e a configuração geral da paisagem são importantes. (idem, p. 2340)

A importância deste trabalho foi a possibilidade de aplicar conhecimentos adquiridos em ambientes mais controlados, como as ilhas, para áreas continentais, que sofrem pressão de desmatamentos, resultando em fragmentação de remanescentes desses ambientes originais. Assim, os fragmentos, ou remanescentes, podiam se equiparar a ilhas, considerando os fatores “tamanho” e “distância” de áreas não impactadas. A riqueza de uma comunidade insular depende de equilíbrio dinâmico entre as taxas de extinção e de imigração, que, por sua vez, são influenciadas pela área e isolamento da ilha (MAC ARTHUR E WILSON, 1963).

Os trabalhos das ciências naturais desse período, 1960 e 1970, também tinha um componente de militância, pois envidavam esforços para aquisição de terras para criação de parques e outras áreas protegidas, assim como realização de trabalhos técnico-científicos em áreas com baixas interferências antrópicas e de grande biodiversidade. Tratava-se de uma luta contra o tempo daqueles que se esforçam para conservar a biodiversidade do planeta (TERBORGH; van SCHAIK, 2002). A visão cientificista e tecnológica era bastante forte nessa corrente de pensamento, sendo que elas deveriam apontar os problemas e soluções das interferências da sociedade na natureza e no uso de recursos naturais. Nesse contexto, a expansão do modelo de parques norte-americanos e de controle da população, cujo crescimento era considerado como maior

fator de destruição da natureza, passou a fazer parte do dogma da Ecologia Profunda (DIEGUES; ARRUDA, 2001). A Ecologia Profunda não construiu um método de trabalho do que se dispunha a discutir, constituía-se mais numa base filosófica, ou visão de mundo, de entendimento da sociedade e a natureza.

A abordagem metodológica da Ecologia Profunda veio a ser pensada e desenvolvida ao longo da década de 1980 com a idealização da “Biologia da Conservação”. A ênfase dessa corrente, baseada nos pressupostos da Ecologia Profunda era a proteção, ou conservação da natureza. Soulé (1985), um dos precursores dessa corrente, indicava que a Biologia da Conservação é uma ciência multidisciplinar que foi desenvolvida como resposta à crise com a qual a diversidade biológica se defrontava. Na mesma linha, Primack; Rodrigues (2001) indicavam que a Biologia da Conservação é uma disciplina científica que foi desenvolvida para impedir os avanços da destruição de espécies no mundo. Para os autores, a Biologia da Conservação reúne pessoas e conhecimento de várias áreas para combater a crise da biodiversidade. “No futuro, as pessoas poderão olhar para nossa época como um período em que poucas pessoas determinadas salvaram inúmeras espécies e comunidades biológicas da extinção” (PRIMACK; RODRIGUES, 2001, p. 02). Para esses autores (p.6), a Biologia da Conservação possui dois objetivos: primeiro, entender os efeitos das atividades humanas nas espécies, comunidades e ecossistemas; e, segundo, desenvolver abordagens práticas para prevenir a extinção de espécies e, se possível, reintegrar as espécies ameaçadas ao seu ecossistema funcional.

Baseada também no modelo de biogeografia de ilhas, a Biologia da Conservação procura desenvolver seus estudos com a noção de equilíbrio dinâmico da riqueza das espécies (LÉVÊQUE, 1999) destacando, assim, a frequência e a amplitude dos processos de colonização e de dispersão de espécies de fauna e flora que tendem a aumentar a riqueza em espécie de um local e, por outro lado, dos fenômenos de extinção e de emigração que tendem, pelo contrário, a reduzir a riqueza de espécies (LÉVÊQUE, 1999, p. 58). Nesse sentido, a Biologia da Conservação tem desenvolvido pesquisas referentes às espécies para determinar áreas de tamanho ótimo a fim de evitar a extinção dessas (DIEGUES; ARRUDA, 2001).

Assim, esses estudos apontam que para a determinação de uma população mínima viável (PMV) de uma determinada espécie é necessário um estudo demográfico detalhado da população e uma análise ambiental (sobre a degradação) da área. Alguns autores, como por exemplo, Pires (s.d.)⁶¹ apontam que para vertebrados é necessária uma população entre 500 e 1000 indivíduos, enquanto que para invertebrados e plantas anuais, uma população de 10.000 indivíduos. Ou o trabalho

61. Disponível em: Pires, sd., <http://slideplayer.com.br/slide/1797595/>, acesso em 28/12/2016.

de Hoffman (2011) que estudando a área de vida do pássaro papa-moscas-de-costas-cinzentas (*Polystictus superciliaris*), uma espécie endêmica dos topos de montanha do leste do Brasil, concluiu que o tamanho da população mínima viável varia de 5.500 a 9.800 indivíduos, necessitando de uma área de habitat favorável de 21.070 a 23.650 hectares. (Hoffman, op. cit, p. 46). Esse último aspecto dá suporte para o estabelecimento do tamanho e limites de unidades de conservação.

Os estudos de biologia da conservação que enfocam as áreas mínimas indicam que, por exemplo, para mamíferos de pequeno porte, uma área adequada para perpetuação das espécies deveria ser algo entre 10.000 e 100.000 hectares. Outros estudos de biologia da conservação, como o de Green et al. (2014), focando também o tamanho da área, indicam que protegendo-se 30% da área de cada ecossistema existente numa região, garante-se a conservação de pelo menos 80% das espécies nele inseridas. Admitindo-se essa informação, Machado *et all* (2004) apontam, por exemplo, que se mantendo as taxas de desmatamento no Cerrado e o modelo de desenvolvimento adotado, o do agronegócio com plantações extensas, este bioma teria em 2004 cerca de “34%, [...] assumindo que as unidades de conservação e terras indígenas atualmente existentes serão mantidas no futuro” (MACHADO et all, 2004, p. 1).

Para o caso da Mata Atlântica o quadro é mais assombroso, pois embora os dados do INPE/SOS Mata Atlântica (2018, p. 31) apontem uma “redução de 56,8% na taxa de desmatamento” dos 17 Estados brasileiros do Bioma Mata Atlântica, a situação ainda é dramática, sendo que no Estado de São Paulo remanescem **16,3%** de florestas e ecossistemas associados desse Bioma (idem, ibidem, p. 50, grifo nosso).

A partir desses estudos de biologia da conservação, em 1985 surge o conceito de biodiversidade. Este conceito foi idealizado por Walter G. Rosen, do National Research Council / National Academy of Sciences (NRC/NAS), enquanto planejava a realização de um fórum sobre diversidade biológica (FRANCO, 2013, p. 22). Assim, o termo

biodiversidade surgiu para dar conta de questões relacionadas com os temas fundamentais da ecologia e da biologia evolutiva, relacionados com a diversidade de espécies e com os ambientes que lhe servem de suporte, ao mesmo tempo que são suportados por ela e que são, simultaneamente, o palco e o resultado – sempre inacabado – do processo evolutivo. Biodiversidade e diversidade biológica tornaram-se de amplo uso nos meios científicos e entre os ativistas da conservação. (idem, p. 25)

Depois disso, o termo biodiversidade passou a fazer parte das discussões sobre manejo de áreas protegidas área de trabalho e de atuação de especialistas das ciências naturais. Presentemente, seus conhecimentos são utilizados pelos órgãos de gestão de áreas protegidas junto com outros conhecimentos oriundos das ciências da natureza.

Contudo, a crítica da biologia da conservação e do conhecimento pautado nas ciências naturais no manejo de áreas protegidas, colocava a “sociedade” como responsável pelos problemas ligados a crise ambiental. Primack; Rodrigues (2001, p. 82) apontavam seis grandes problemas para a biodiversidade: destruição, fragmentação, degradação do habitat (incluindo poluição), superexploração das espécies para uso humano; introdução de espécies exóticas; e aumento de ocorrência de doenças. Segundo os autores, as causas desses problemas era o aumento da população mundial. “Essas seis ameaças à diversidade biológica são causadas pelo uso crescente de recursos naturais por uma população humana em expansão exponencial” (idem, p. 82).

Há, nesse olhar, um entendimento da sociedade como um ente homogêneo e que causa problemas a natureza. Nessa abordagem, parte-se do pressuposto que a sociedade, independente de suas características, produz impactos negativos no ambiente. Não são consideradas, portanto, as distinções entre as várias formas de organização da sociedade – os seus modos de produção -, tais como indígenas, tradicionais, urbano-industrial, entre outras (VIANNA, 1996).

Nesse olhar, o processo de criação e manejo de áreas protegidas deveria afastar a natureza da sociedade. Essa forma dicotômica de conceber a relação sociedade x natureza, gerou conflitos ambientais; agravados notadamente na América Latina, África e Ásia, pois a maioria das áreas com remanescentes de ambientes originais que foram transformadas em áreas protegidas possuíam (e possuem) pessoas morando em seu interior (AMEND; AMEND, 1992). Essas, geralmente ainda praticam uma forma de agricultura, ou outra atividade tradicional, fugindo aos padrões de tecnologia existentes em áreas com maior produtividade econômica.

O modelo norte-americano de criação dessas unidades de conservação, reforçado pelos princípios da Biologia da Conservação, não avalia ou considera os usos ou conhecimentos produzidos por moradores tradicionais. Para enfrentar esse problema, aparecem estudos como o de “*forest based people*” apresentada por Chao (2012). Nesta visão, comunidades tradicionais se constituem de pessoas que vivem e desenvolvem modos de vida e conhecimentos tradicionais adaptados aos ambientes florestais, estabelecendo uma dependência primária da floresta para sua subsistência e geração de

renda, por intermédio da pesca, caça, agricultura itinerante, coleta de produtos florestais e outras atividades (RAIMUNDO; HONORA, 2017).

Essa visão busca compreender como comunidades tradicionais “desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos”, havendo ênfase no apoio mútuo já que seus modos de vidas são baseados em “cooperação social e formas específicas de relações com a natureza” com base no “manejo sustentado do meio ambiente” (DIEGUES *et al*, 2001, p. 22).

A própria IUCN, que valorizava a produção do conhecimento das ciências naturais ao manejo de áreas protegidas, precisou repensar suas estratégias. E já

em sua 11^a assembleia geral, celebrada em Banff, no Canadá, em 1972, incorporou oficialmente o princípio do zoneamento à definição de parque nacional. Esta decisão foi ratificada no II Congresso Mundial sobre Parques Nacionais e Áreas Protegidas, realizado em Yellowstone no mesmo ano. A anexação do zoneamento ao conceito de parque nacional trouxe consigo o reconhecimento de que comunidades humanas com características culturais específicas faziam parte dos ecossistemas a serem protegidos, na figura das “zonas antropológicas”. (BARRETO F^o, 2007, p. 112)

O III Congresso Mundial de Parques Nacionais e Áreas Protegidas, realizado em Bali, na Indonésia, em 1982, reafirmou os direitos das sociedades tradicionais à sua determinação social, econômica, cultural e espiritual. Os resultados desse congresso recomendavam

que os responsáveis pelo planejamento e manejo das áreas protegidas investigassem e utilizassem as habilidades tradicionais das comunidades afetadas pelas medidas conservacionistas, e que fossem tomadas decisões de manejo conjuntas entre as sociedades que tradicionalmente manejavam os recursos naturais e autoridades das áreas protegidas. (DIEGUES, 1996)

Assim, começaram a ser desenvolvidos estudos técnicos e pesquisas oriundas das ciências humanas, para o entendimento da relação de um dado grupo social, dito tradicional, com o meio em que vive e as necessidades e aspirações deste grupo frente à utilização de recursos naturais. Foca-se assim principalmente

nos atributos socioculturais e nos valores ligados ao imaginário e ao simbolismo que os elementos da natureza desempenham para estes povos, assim como nas estratégias de gestão e governança entre os atores.

Do ponto de vista científico, pesquisadores das ciências humanas começaram a trabalhar com o manejo de áreas protegidas Na Geografia foram retomados trabalhos em um ramo até então discriminado, chamado Geografia Cultural. O desenvolvimento tecnológico, a partir da segunda metade do século XX, contribui para a crise e quase desaparecimento da Geografia Cultural. Claval (2001, p. 48-49) indica que a Geografia Cultural entra em declínio porque desaparece a pertinência dos fatos da cultura para explicar a diversidade das distribuições humanas.

Contudo, o desaparecimento programado para Geografia Cultural não aconteceu, pois a homogeneização total não ocorreu (McDOWELL, 1996). Nesse contexto, Claval (2001, p. 50) indica que as técnicas tornaram-se demasiadamente uniformes para deter a atenção; e são as representações, negligenciadas até então, que merecem ser estudadas, daí resultam os “estudos dos papéis”. A reconstrução da Geografia Cultural, segundo Claval (2001), passa, portanto pela busca do sentido dos lugares e da percepção que os povos que os habitam têm deles, ou seja, o espaço vivido.

Nessa linha, outra técnica desenvolvida pela Antropologia é a “descrição densa” de Clifford Geertz (2012), como recurso importante para entendimento das mudanças ocorridas no local estudado e suas perspectivas futuras, a partir das visões de quem os habita ou usa. Aplicada ao manejo de áreas protegidas, seu intuito é analisar o olhar, do ponto de vista interpretativo, da comunidade local (comunidades, associações, gestores, instituições governamentais, lideranças, entre outros) que faz emergir uma teia de significados, como propõe Geertz (2012), de onde se permitiria relacionar os usos, os conflitos e as aspirações dos atores, especificamente sobre a conservação da natureza.

A descrição densa constitui-se, portanto, em uma técnica importante para analisar os papéis e representações dos grupos sociais, possibilitando verificar conflitos e enlaces internamente ao grupo e nas suas relações com agentes externos.

Numa abordagem similar, mas diretamente ligada ao tema da conservação ambiental, destaca-se o papel de outro campo do conhecimento, assemelhando-se ao objeto de estudo da Geografia Cultural e da Descrição Densa e que foi construído no campo interdisciplinar do conhecimento. Trata-se da Etnociência e da Etnoconservação.

Para Diegues (2000, p. 16) pode-se falar em etno-biodiversidade, isto é, a “riqueza da natureza, da qual participam os humanos, nomeando-a, classificando-a, domesticando-a”. Para esse autor, a biodiversidade pertence tanto ao domínio do natural e do cultural, mas é a cultura enquanto conhecimento que permite que as populações tradicionais possam entendê-la, representá-la mentalmente, manuseá-la e, frequentemente, enriquecê-la. O autor continua:

o que se propõe é a criação de uma nova ciência da conservação que incorpore o conhecimento científico e tradicional[...] [A Etnoconservação] é o estudo do papel da natureza no sistema de crenças e a adaptação do homem a determinados ambientes, enfatizando as categorias e conceitos cognitivos utilizados pelos povos em estudo. Pressupõe-se que cada povo possua um sistema único de perceber e organizar as coisas, os eventos e os comportamentos. (DIEGUES, 2000, p. 18-19)

Como complementação às ideias sobre biodiversidade, estes estudos considerando os pressupostos da Etnociência e da Etnoconservação lançam as bases da sociodiversidade.

Diegues (2000, p. 20) alerta que a Etnoconservação, como nova prática conservacionista, não é de domínio exclusivo de determinados cientistas nem do Estado, mas de um movimento que reúne cientistas de diversos campos, tanto das ciências naturais como das sociais, de lideranças das comunidades locais (tradicionais) e de representantes de várias organizações não governamentais a fim de implantar uma conservação real das paisagens, de proteger a diversidade biológica e também sociocultural.

Nesse sentido, a Etnoconservação, a Geografia Cultural e a Descrição Densa são similares em suas buscas e objetivos. Poder-se-ia pensar em uma semelhança entre ambas no sentido de que a Etnoconservação procura refletir e incorporar as necessidades, o conhecimento e os desejos das comunidades locais, ditas tradicionais. A Geografia Cultural assemelha-se a esse enfoque na busca das representações - sua tendência mais recente -, procurando entender e espacializar os fenômenos ligados à construção dos lugares e das identidades dos povos. E a descrição densa traz um conjunto de procedimentos apropriados para alcançar isso.

A Etnoconservação, contudo, é um campo do conhecimento mais “aplicado”, com foco nas questões ambientais e na valorização das culturas; enquanto a Geografia Cultural e a Descrição Densa procuram desvendar as

características das representações das comunidades (culturas) sobre o meio, sem necessariamente ter preocupações a respeito da conservação da natureza.

Há estudos que se tem utilizado das premissas da Geografia Cultural e da Etnoconservação. Maldonado (2001), Merlo (2000) e Calvente (1997), por exemplo, estudaram o comportamento, as crenças, os valores, as necessidades e aspirações da comunidade caiçara de Ilhabela, no litoral norte do Estado de São Paulo, frente aos embates de conservação da natureza e dos avanços da especulação imobiliária. Rodrigues (2003, 2002) analisou o processo de planejamento participativo quando da elaboração do plano de manejo do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, no litoral sul de São Paulo. Apesar das dificuldades e conflitos relatados por Rodrigues (op. cit.), tratou-se de uma das primeiras experiências de planejamento de áreas protegidas no Estado de São Paulo que considerou e materializou os interesses das comunidades humanas. Quando da elaboração do plano de manejo da UC em 2000-2001, as lideranças do bairro do Marujá, o mais populoso da Ilha, conseguiram fazer valer suas aspirações e necessidades. Áreas para roças anuais, para extrativismo, para pesca e para atividades turísticas foram consideradas para o estabelecimento do zoneamento do Parque, como preconizava a IUCN, desde o congresso de 1972.

Concluindo esse tópico, o manejo de áreas protegidas é uma das atividades mais complexas, pois põe a prova os valores e crenças de como conservar a natureza. Não se pode pensar tal manejo apenas a partir de um dos campos do conhecimento aqui apresentados. Estes podem ser o ponto de partida das análises, mas, em seguida confrontos de ideias com os outros campos do conhecimento merecem ser executados.

Os ideais românticos do século XIX é algo a ser considerado, mesmo que aparentemente possa estar ultrapassado. Ele ainda é importante, pois faz parte do imaginário do cidadão. Não se trata de descartá-la, nem de enaltecê-la, mas de considerar as áreas protegidas como elemento importante de reencontro ou religação da sociedade contemporânea com uma natureza perdida, que, por exemplo, o setor turístico se utiliza bastante.

E, do ponto de vista científico, os conhecimentos das ciências naturais em torno do tema “biodiversidade” e dos pressupostos da Biologia da Conservação se entrelaçariam aos entendimentos das ciências humanas a partir do tema “sociodiversidade” e da Etnoconservação, resultando num diálogo de saberes de uma análise eminentemente interdisciplinar e integrada para o manejo de áreas protegidas, ou seja, a busca por uma “sociobiodiversidade” de proteção da natureza materializada na criação das áreas protegidas.

REFERENCIAS

- ACOT, Pascal. História da Ecologia. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- AMEND, S.; AMEND, T. 1992 (coord.). Espacios sin habitantes? Parques Nacionales de America del Sur. Caracas: Editorial Nueva Sociedade/IUCN.
- BARRETO FILHO, Henyo T. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. Sustentabilidade e políticas de desenvolvimento, Copyrightby Foxit Software Company, 2004 – 2007. Disponível em file:///C:/Users/User/Downloads/Populacoes_tradicionais_introducao_a_cri.pdf
- BAUMAN, Zygmunt. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual, tradução Plínio Dentzien. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003
- BOYD, Stephen. Parques Naturais: vida selvagem e cultura. In: LEW, A.; HALL, C. M.; WILLIAMS, A. M. Compêndio de Turismo, tradução de Luis Couceiro Feio et al., Lisboa: Instituto Piaget, 2004 pp. 527-540, (coleção Ciência e Técnica).
- CALVENTE, Maria Del Carmen M. Ilhabela: turismo e território. In: Diegues, A C. (org.) Ilhas e sociedades insulares. São Paulo, Nupaub-USP. 1997, pp 93-110.
- CHAO, Sophie. Forest Peoples. Numbers across the world. 2012. Disponível em <http://www.forestpeoples.org/sites/fpp/files/publication/2012/05/forest-peoples-numbers-across-world-final_0.pdf>. Acesso em 02 mai. 2017.
- CLAVAL, Paul. 2001. A geografia cultural; tradução de Luiz Fugazzola Pimenta & Margareth de Castro Pimenta, 2 ed., - Florianópolis: Ed. da UFSC, 453 p
- CORBIN, Alain. O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental, tradução Paulo Neves, São Paulo: Cia das Letras, 1989, 385p.
- DIEGUES, Antonio Carlos S. et al. Populações tradicionais e biodiversidade na Amazônia: levantamento bibliográfico georreferenciado. In: CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro et al. Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo, Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001.
- DIEGUES, A. C. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec, 1996.
- DIEGUES, Antônio C.; ARRUDA, Rinaldo. Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001, 176 p. (Biodiversidade n 4).

DIEGUES, Antônio Carlos S. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: Diegues, A. C. (org.). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Ed. Hucitec, 2000a, 290p

DIEGUES, Antônio Carlos S. Populações tradicionais em unidades de conservação: o mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Nupaub-USP, série documentos de pesquisa, nº 1, 1993. 66p.

DIEGUES, Antônio Carlos S.. As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais. In SERRANO, C.; BRUHNS, H. (orgs.). Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente. Campinas: Papyrus, 1998, pp. 85-102.

FRANCO, José Luiz de Andrade. O conceito de biodiversidade e a história da biologia da conservação: da preservação da wilderness à conservação da biodiversidade. História (São Paulo) v.32, n.2, p. 21-48, jul./dez. 2013 ISSN 1980-4369 21.

FRANCO, José Luiz de Andrade; SCHITTINI, Gilberto de Menezes; BRAZ, Vivian da Silva. História da conservação da natureza e das áreas protegidas: panorama geral. *Historiæ*, Rio Grande, 6 (2): 233-270, 2015.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas: por uma teoria interpretativa da cultura. In: A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2012.

GUATURA, Inah Simonetti. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC – Lei nº 9.985, de 18/07/2000. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, II, 2000, Campo Grande, Anais: Vol. I Conferências e Palestras. Campo Grande: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2000, p. 26-35.

HOFFMANN, Diego. Distribuição potencial e viabilidade de uma população de *Polystictus superciliaris* (Aves, Tyrannidae), no sudeste do Brasil - Belo Horizonte, 2011. 89 p.: Il.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE); FUNDAÇÃO SOS Mata Atlântica. ATLAS DOS REMANESCENTES FLORESTAIS DA MATA ATLÂNTICA PERÍODO 2016-2017, disponível em https://www.sosma.org.br/link/Atlas_Mata_Atlantica_2016-2017_relatorio_tecnico_2018_final.pdf, acesso em 14/08/2018.

LÉVÊQUE, Christian. A biodiversidade; tradução: Valdo Mermesstein. Bauru, SP: Edusc, 1999, 46 p

MaCARTHUR, Robert H; WILSON, Edward O. The Theory of Island Biogeography. Princeton University Press. 1963 ISBN: 9781400881376.

MACHADO, R.B., M.B. RAMOS NETO, P.G.P. PEREIRA, E.F. Caldas, D.A. GONÇALVES, N.S. SANTOS, K. Tabor e M. STEININGER. 2004. Estimativas de perda da área do Cerrado brasileiro. Relatório técnico não publicado. Conservação Internacional, Brasília, DF.

MALDONADO, Wanda. T. P. de V. Da mata para o mar: a construção da canoa caiçara em Ilhabela/SP. (Dissertação de Mestrado). PROCAM - Interunidades em Ciência Ambiental/USP. 2001, 152p.

McCORMICK, John. Rumo ao Paraíso: A História do Movimento Ambientalista. Tradução de Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992, 214p.

McDOWELL, Linda, A transformação da geografia cultural. In: Gregory, Derek; Martin, Ron & Smith, Graham (orgs.) Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social, tradução de Mylan Isaack. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1996, pp.159-178.

MERLO, Márcia. 2000. Memória de Ilhabela: faces ocultas, vozes no ar. São Paulo: EDUC: Fapesp.

MEYER-ARENDT, Klaus. O turismo e o ambiente natural. In: LEW, A.; HALL, C. M.; WILLIAMS, A. M. Compêndio de Turismo, tradução de Luis Couceiro Feio et al., Lisboa: Instituto Piaget, 2004 pp. 475-488, (coleção Ciência e Técnica).

MORIN, E. La méthode 4. Les idées, leur habitat, leur vie, leurs moeurs, leur organization. Paris, Seuil. 1991

PÉRICO, Eduardo; CEMIN, Gisele; LIMA, Daiane Fátima Batista de; REMPEL, Claudete. Efeitos da fragmentação de habitats sobre comunidades animais: utilização de sistemas de informação geográfica e de métricas de paisagem para seleção de áreas adequadas a testes. Anais XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Goiânia, Brasil, 16-21 abril 2005, INPE.

PRIMACK, Richard B.; RODRIGUES, Efraim. Biologia da conservação. Londrina: E. Rodrigues, 2001, 328 p.

RAIMUNDO, S.; HONORA, A. C. C. . Território de direitos: abordagens interdisciplinares para a mediação de conflitos socioambientais entre comunidades tradicionais e unidades de conservação. In: Diamantino Pereira. (Org.). Estudos e ações transdisciplinares em mudança social e participação política. 1ed.São Paulo (SP): Annablume, 2017, v. 1, p. 189-200.

RODMAN, J. "What is living and what is dead in the political philosophy of T.H. Green", *The Western Political Quarterly* 26, (1973). pp. 566-586.

RODRIGUES, Carmem L. Conflitos territoriais e Gestão Participativa. In: Rojas J.R.. (Org.). Diez experiencias de cogestión entre Municipalidades, Áreas Protegidas y Sociedad Civil em América Latina. 1ed. Granada: UIM, 2002, v. 1, p. 149-163.

RODRIGUES, Carmem L. Na safra do Turismo. In: Adyr A. B. Rodrigues. (Eds.). Ecoturismo no Brasil: Possibilidades e Limites. São Paulo: Contexto v. 1, 1º Ed. 2003, PP. 89-99

SANTOS, Rosely Ferreira dos. Planejamento ambiental: teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

SOULÉ, Michel. What is conservation biology? *BioScience* 35:727-734, 1985.

TERBORGH, John; van SCHAIK, Carel. Por que o mundo necessita de parques? In: Tornando os parques eficientes: Barel Spengel; John Terborgh... [et al.] (orgs.). Curitiba: Ed. UFPR / Fundação O Boticário, 2002, pp. 25-51.

THOMAS, Keith. Homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação as plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo : Companhia das Letras, 1988, 454 p.

TUAN, Yi-fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente, tradução de Livia de Oliveira. São Paulo / Rio de Janeiro: Difel, 1980, 288p

URBAN, Teresa. Saudades do Matão: relembando a história da conservação da natureza no Brasil, Curitiba: Editora da UFPR; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza; Fundação MacArthur, 1998. 374p.

VIANNA, Lucilia P. Considerações críticas sobre a construção da idéia de “População tradicional” no contexto das Unidades de Conservação. (Dissertação de mestrado). Depto de Antropologia, FFLCH-USP, 1996. 232p.

WULF, Andrea. A invenção da Natureza: as aventuras de Alexander Von Humboldt (tradução de Renato Marques), 1º Ed., São Paulo: Planeta, 2016, 587p.



PATRIMÔNIO INSTITUÍDO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

SÍLVIA HELENA ZANIRATO

MARIA LETÍCIA MAZZUCCHI FERREIRA

O texto tem por propósito discorrer sobre a instituição do patrimônio cultural como uma ação do Estado destinada à conservação de objetos, lugares e práticas em sua relação com a participação social. Com esse propósito inicia deixando claro de que patrimônio se fala; a seguir, se volta para o histórico da criação desse patrimônio, no qual se veem ao menos dois momentos distintos em relação ao destinatário do ato patrimonial: a nação e a comunidade. Na sequência, é discutida a divisão na gestão dos bens patrimonializados e as motivações que levam diferentes agentes a se envolverem com a causa do patrimônio. Ao final, indaga a respeito da difícil identidade social com o patrimônio instituído pela ação do Estado e os desafios para que possa haver, de fato, uma participação mais ampla nas ações destinadas a salvaguardar objetos, lugares, práticas sociais.

DE QUE PATRIMÔNIO FALAMOS?

A palavra patrimônio remete tanto aos regimes de ação, que constroem sentidos sociais de pertencimento, quanto ao direito privado e administrativo, vinculado à propriedade privada. Pode-se falar ainda em patrimônio por apropriação social, valorado por sentimentos, por significações construídas na relação com o tempo, com a continuidade e em patrimônio instituído por uma ação pública, que altera o status de objetos e lugares (BONFIL-BATALLA, 1997, RAUTENBERG, 2010, DAVALON, 2012 e 2014 e HEINICH, 2014).

O patrimônio cultural ou natural aqui tratado é o patrimônio instituído por uma ação de Estado ou um conjunto específico de ações institucionais que se aplicam a elementos ou lugares considerados acervo da sociedade (ARIÑO,

2007). Objetos, lugares e práticas quando convertidos em patrimônio passam a ter um sentido particular e são submetidos a um modo específico de gestão (POULOT, 2009). Nesse processo se vê uma mudança de status, de repertório de significados e de usos (RAUTENBERG, 2010). Essa mudança é denominada pela socióloga francesa Natalie Heinich como artificação, ou seja, alterações pelas quais os objetos ou lugares patrimonializáveis passam e que são de natureza semântica, jurídica, cognitiva. Para isso, eles são extraídos ou deslocados de seu contexto inicial (um pré-requisito para a artificação), alterados terminologicamente (passam a ser conceituados como monumento histórico, ou obra-prima, ou ainda unidade de conservação), normatizados por dispositivos jurídicos (acautelados pelo poder público por instrumentos como registro, chancela, tombamento, demarcação de Espaços Especialmente Protegidos) e inseridos em discursos que reiteram sua excepcional condição (SHAPIRO e HEINICH, 2013).

Esse processo recorre ainda a significados relacionados à memória. Para Davallon (2012), a patrimonialização, processo pelo qual o status de patrimônio é outorgado ao objeto, é como uma espécie de estágio intermediário entre a memória - campo afetivo e de significações e a operação performativa de reconhecimento e outorga de valor.

A ação é considerada por Rautemberg (2003) como de “ruptura patrimonial”, ou seja, é fundada na ideia de um hiato (ou esquecimento) da memória, que se empenha em compartilhar sentidos do passado dentro de um determinado conjunto social, por isso, para ele, o patrimônio “afronta o passado, deformando-o”.

A patrimonialização, tal como a define Jean Davallon (2014), envolve “gestos patrimoniais”, diferentes etapas que esquematizam um processo não linear, não progressivo, mas sincrônico e retroalimentado no interior de si próprio. Esse autor apresenta como gestos fundantes a identificação e caracterização do objeto patrimonial, etapa na qual são outorgados valores ao elemento, lugar, prática, que não necessariamente coincidem com os anteriores. Esse seria o momento de enunciação do caráter patrimonial, ou ato performativo pelo qual o objeto passa de um mundo, a outro, da singularidade, ao coletivo. A essa etapa segue-se a de fazer incidir sobre o objeto os saberes técnicos para a conservação, a estabilização no tempo em prol de sua transmissão, função primordial da patrimonialização que se completa numa terceira etapa, a do acesso coletivo ao objeto patrimonial em base na ideia de uma comunidade de destino ou de beneficiários.

As condições sociais de constituição do patrimônio, as modalidades de sua produção, o lugar de sua enunciação e as razões simbólicas e políticas

que o fundamentam e explicam, de certa forma, as discontinuidades que igualmente se traduzem no patrimônio. Nesse sentido, as observações feitas por Andreas Huyssen (2000) sobre um presente que secreta o passado sob a forma do ato patrimonial e memorial é esclarecedora de um tempo de ruptura (RAUTEMBERG, 2003; NORA, 1993), no qual a representação do passado através do patrimônio seria um antídoto ao que Gaetano Ciarcia designa como “a perda durável” (2006). A isso acrescentaríamos que essa orientação em direção ao passado, representada pelo patrimônio, define-se menos pela nostalgia ou recordação e mais pelos usos que se possa fazer no presente, demarcando territórios, identidades e, perigosamente, fronteiras.

A patrimonialização ou ativação patrimonial “depende fundamentalmente dos poderes políticos” (PRATS, 2005, p. 20). É uma ação do Estado e de agentes relacionados às instâncias governamentais que têm o poder de instituir o patrimônio e que “sempre estão definindo... as regras do jogo” (PRATS, 2005, p. 20). No processo de ativação são destacadas a excepcionalidade, qualidade, especificidade ou a riqueza cultural e biodiversa do objeto, do lugar ou da prática, na expectativa de que haja o reconhecimento, por um grupo ou pela sociedade, daquilo que se constituirá no patrimônio ativado (PRATS, 2006).

A ativação compreende não só a seleção, mas o inventário, a proteção, promoção, conservação e difusão do patrimônio assim instituído.

A PRODUÇÃO INSTITUCIONALIZADA DO PATRIMÔNIO CULTURAL NUM PRIMEIRO MOMENTO: MATERIAL, HISTÓRICO E ARTÍSTICO

A patrimonialização a qual nos referimos é uma prática história e dinâmica e nela se veem ao menos dois momentos distintos sobre os quais nos detemos.

O primeiro momento remete à conjuntura da França de 1837, que instituiu a primeira Comissão dos Monumentos Históricos para cuidar dos objetos patrimonializáveis, fundamentalmente a arquitetura, cuja seleção era definida por critérios que privilegiavam a materialidade, a monumentalidade, a ancianidade; os valores históricos, artísticos, técnicos e científicos de bens. Nesse entendimento o olhar se voltava para as edificações remanescentes da Antiguidade e da Idade Média: abadias, catedrais, castelos, fortificações, símbolos do poder, tidos como expressão da genialidade criativa dos antepassados e que mostravam a cultura ilustrada, o processo evolutivo da sociedade rumo à civilização (CHOAY, 2001). A proteção pública a esses bens era feita em nome do povo, “destinatário eminente e, ao mesmo tempo, o derradeiro responsável por essa herança” (POULOT, 2009, p. 26).

A seleção dos objetos vinha ao encontro de um entendimento da disciplina História, centrada em fatos singulares e excepcionais, nos personagens da elite, nas minúcias dos grandes acontecimentos, capazes de mostrar a evolução das ações humanas, seu aprimoramento e seu caminhar em direção à civilização, ao progresso. Como lembra Poulot (2009, p. 71), a História era a “narrativa feita com arte; descrição, narração consistente, ininterrupta e verdadeira dos fatos mais memoráveis e das ações mais célebres”. A eleição do que seria patrimonializado também levava em consideração a Arte, cuja história se tornara uma disciplina científica, concebida a partir de critérios que priorizavam a beleza plástica, as formas (GOMBRICH, 1999). Com esse arcabouço elementos e lugares foram convertidos em monumentos, objetos de dilação estética e também de interesse e classificação científica, selecionados a partir de critérios de autenticidade, integridade e excepcionalidade.

Para perpetuar sua permanência, os elementos elevados à condição de bem patrimonial eram isoladas do uso e disponíveis apenas para a contemplação. O mesmo juízo se aplicava aos espaços urbanos portadores de uma arquitetura considerada histórico/artística, vistos como monumentos que não podiam ser utilizados, mas apreciados para garantir sua integridade. Sua função era propedêutica, um testemunho das ações do homem no passado; por isso a preocupação era a de “preservar os conjuntos urbanos antigos como se conservam os objetos de museus”, ou seja, com restritos usos (CHOAY, 2001, p. 191).

O patrimônio visto nos monumentos, nas artes, era responsabilidade, ao menos discursiva, de todos os bons cidadãos, que deviam vigiar contra o vandalismo e ajudar a conservar esse legado para a posteridade (POULOT, 2009; CHOAY, 2001). Abade Grégoire e Alexandre Lenoir encarnam o dilema sob a égide do qual surge a noção moderna de patrimônio, o de resgatar os objetos da destruição e a eles conferir outro status: o de representantes de uma nação, ideia fortemente simbolizada pela constituição do Museu dos Monumentos da França (NEYRET, 2004).

Assim concebido, o patrimônio foi apresentado como uma herança do povo, na acepção de algo público (independente de ser propriedade de alguém), extensivo a todos (independentemente da representação majoritária dos bens de elite, do processo de gestão de tais bens, e dos limitados usos), e destinado à preservação para o futuro (ARIÑO, 2007). A proteção pública era o requisito para conservação não só para os contemporâneos, mas para as gerações futuras. Por isso, a preocupação com a integridade física, com ações de preservação e restauro, mediante a especialização científica.

Na conjuntura revolucionária da França e de surgimento dos Estados-nação, a ação patrimonial buscou a legitimidade, apelando para a identidade nacional, ainda que esse sentido possa ter sido o de uma “comunidade imaginada”, de acordo com a designação de Benedict Anderson (2008). A nação foi pensada como um conjunto horizontal, independentemente de diferenças e desigualdades sociais e econômicas. Essa comunidade foi também considerada a detentora desse patrimônio, aquela para quem a ativação patrimonial se fazia (CHOAY, 2001, GONZALES-VARAS, 2003, POULOT, 2009 e 2012). O discurso a ela dirigido dizia que os museus, o Phantéon, os jardins, os depósitos ou conservatórios pertenciam à nação. A catedral de Amiens, na França, por exemplo, foi considerada “um dos mais belos monumentos da Europa..., uma obra-prima da arquitetura”, que não pertencia somente à Amiens, mas “à França inteira”. Ainda assim, ela não podia ser conservada em bom estado pelos cidadãos, mas pelo governo (POULOT, 2009, p. 115). A proteção pública era uma medida cívica, feita em nome do povo, logo, “percorrer os objetos nacionais, tal qual um proprietário, tornava-se, para o cidadão, um ato político – uma prova de civismo” (POULOT, 2012, p. 32).

Desta forma, o patrimônio congregou os três valores fundamentais para a formação da nação: a identidade (que não considera as diferenças sociais e culturais), a continuidade (que concebe a nação permanente ao longo de sua história e na qual o passado adquire sentido) e a unidade (que pressupõe a unidade de todos seus membros) (FRANÇOIS, 2000).

Tal modo de compreender permaneceu ao longo do século XIX, influenciou procedimentos em outros países ocidentais que, seguramente, até a metade do XX, consideraram a patrimonialização com base em critérios estéticos e/ou históricos e sempre referidos como portadores dos signos de identidade de uma nação. Na maioria desses países não se viu a inclusão das criações culturais oriundas das classes populares, em especial o material de uso cotidiano, tampouco a participação de setores sociais não formados por especialistas e conhecedores da arte, da história, da arquitetura. Mas, não se pode esquecer, a esse movimento de valorização patrimonial dado por referentes europeus seguiu-se outro, nos cenários americano e africano, e em sentido inverso: o da perda de objetos rituais, artísticos, culturais, de populações nativas, por saque ou destruição.

A forma de instituir o patrimônio como um bem público resultou em ausência de clareza a respeito do que é patrimônio, da elitização de bens conservados; de um entendimento de identidade restritivo; do distanciamento da população em relação às razões, normas e condições para a proteção do patrimônio; da separação entre materialidade e imaterialidade e exclusão dos sentidos plurais

que a materialidade contém e dos limites da ação pública, centrada na obra física, que omitia a problemática social subjacente aos bens patrimonializados.

O SEGUNDO MOMENTO DA PRODUÇÃO INSTITUCIONAL DO PATRIMÔNIO:
NATUREZA E CULTURA, MATERIALIDADE E IMATERIALIDADE, COMUNIDADE E
MERCADO

Ainda que as ações de conservação do patrimônio remontem a tempos anteriores, é na segunda metade do século XX que “aparecem e se definem os conceitos-chave de patrimônio cultural” (ARIÑO, 2007, p. 74). Nesse momento se cristalizam sentidos comuns, expressos em normas e técnicas definidos por legislação e acordos nacionais e internacionais para a gestão dos elementos ativados como patrimônio.

Uma instituição produto e produtora desse sentido é Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, criada em 1946, a quem coube formular diretrizes, definir critérios e prioridades para a proteção do patrimônio cultural em escala internacional. As disposições da UNESCO expressaram as mudanças de entendimentos de cultura, arte, história e cidade que favoreceram a que os bens considerados patrimônios deixassem de ser referidos como “monumento” e tivessem uma concepção mais ampla (GONZALES-VARAS, 2003, PEREIRO, 2003).

A cultura, antes tida como um atributo de eruditos, passou a ser vista como “um sistema de concepções herdadas, expressa em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem o seu conhecimento e as atitudes perante a vida” (HUNT, 1992, 97). A arte deixou de ser considerada exclusivamente como a criação da elite, resultante do aprendizado formal, para ser vista como uma forma de expressão das relações humanas. Como lembra Ernest Gombrich “nada existe realmente a que se pode dar o nome de Arte. Existem somente artistas (...). Arte, com A maiúscula, não existe” (1999, p. 3). A escrita da História se voltou para os estudos antropológicos e passou a contemplar todos os atores sociais e todos os campos nos quais se expressa a atividade humana. Como referido por Jacques Le Goff “onde o homem passou, onde deixou qualquer marca de sua vida e de sua inteligência, aí está a História” (LE GOFF, 2003, p. 530). A aceleração da urbanização no decorrer do século XX fez com que a cidade histórica deixasse de ser pensada como um museu e passasse a ser compreendida como um tecido vivo, no qual se veem arquiteturas, praças, ruas, formas de sociabilidade; um espaço não homogêneo

e articulado, mas um mosaico, muitas vezes sobreposto, que expressa tempos e modos diferenciados de viver (ZANIRATO e RIBEIRO, 2006).

Essas mudanças de entendimentos foram expressas em documentos da UNESCO, mais particularmente na Convenção do Patrimônio Mundial de 1972, na qual se considerou como patrimônio as obras do homem e da natureza e a importância de integrar esse patrimônio na vida coletiva e integrar sua proteção nos programas de planificação geral (UNESCO, 1972).

A preocupação se voltou para as obras conjugadas do homem e da natureza, que deveriam ser conservadas para a humanidade. A inclusão da natureza como patrimônio é resultante de um duplo movimento: primeiro, da constatação de seu papel na vida das sociedades, pois a cultura, fruto da criação humana, a emprega e a transforma, uma vez que toda cultura se desenvolveu em relação com as características de seu entorno natural; o tipo de território que ocupa cada povo e as condições climatológicas com influências nas particulares formas de vida, no tipo de moradia, de vestimenta, de alimentos, de práticas agrícolas, etc. Segundo, da constatação da escassez de bens naturais e da necessidade da proteção de lugares que constituíssem habitat de espécies animais e vegetais, ameaçadas de extinção.

A Convenção de 1972 fez referência a outros destinatários do patrimônio. A humanidade era a quem ele se destinava e quem deveria cuidar de sua conservação, ainda que se criasse, pela mesma Convenção, um comitê intergovernamental para a tomada de decisões do que seria alçado à condição de patrimônio da humanidade.

A definição do destinatário, construção discursiva que justifica a transmissão, ficou mais evidenciada em 1985, quando o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS (associação não governamental que assessora a UNESCO na definição de critérios para o patrimônio cultural e natural em nível mundial), emitiu a Declaração do México conferindo destaque à identidade cultural em sua relação com o patrimônio comum da humanidade, dando ênfase à diversidade de identidades e à importância da defesa dessa diversidade. Segundo esse documento, a identidade cultural de um povo se enriquece em contato com a tradição expressa no patrimônio necessariamente constituído pelas “obras de seus artistas, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular” (ICOMOS, 1985).

O povo como destinatário final do patrimônio aparece novamente referido na Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular da UNESCO de 1989, que deu destaque à cultura tradicional e popular, integrante do patrimônio universal. A cultura foi considerada como “o conjunto de criações

que emanam de uma comunidade... expressão de sua identidade cultural e social”. A proteção dessa cultura era responsabilidade dos Estados-membros da UNESCO, que deveriam envidar esforços para esse fim (UNESCO, 1989).

A incorporação das “criações do povo” como patrimônio cultural se efetivou em 2003, com a consideração dos bens de diversas culturas expressos em saberes e fazeres que informam a dimensão imaterial da criação humana. No texto da Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial constou a importância da proteção desse tipo patrimonial que compreende:

as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. (UNESCO, 2003)

Em acordo com o documento citado, trata-se de um patrimônio

que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (UNESCO, 2003)

O texto da Convenção explicitou a importância da diversidade cultural e afirmou que toda cultura se desenvolve em relação com as características de seu entorno natural; que influencia as particulares formas de vida e geram sentimento de identidade. A conservação desse patrimônio se faria mediante um inventário do patrimônio cultural imaterial presente no território de cada Estado-parte. Para isso, deveria ser assegurada a participação “mais ampla possível das comunidades, dos grupos e dos indivíduos que criam, mantêm e transmitem esse patrimônio e associá-los à gestão do mesmo” (UNESCO, 2003).

A abertura de possibilidades indicava tanto a ampliação do que poderia ser ativado como patrimônio, quanto os destinatários desse ato e suas responsabilidades na gestão. A importância de conservar o patrimônio e a indicação de gestão participativa estavam postas.

Ainda que tenha havido ampliação dos sentidos de patrimônio instituído, com uma representação maior dos bens ativados e dos considerados destinatários dos bens ativados, há dificuldades em inserir efetivamente as comunidades detentoras dos bens ativados em sua conservação, o que leva a indagar as razões para esse distanciamento. Aclarar essas razões requer um olhar mais atento aos sentidos da patrimonialização, que podem sugerir a democratização da prática patrimonial tanto pela ampliação dos bens possíveis de ser patrimonializados, quanto pelo chamado à participação social, o que leva uma vez mais a considerar a associação patrimônio-identidade e a verificar em que medida a participação social no processo é efetivamente aplicável.

A diversidade expressa visões diferenciadas quanto às motivações e expectativas de usos sociais do patrimônio ativado. Mas, essa diversidade compreende aqueles que têm motivações e expectativas claras para a ação patrimonial e não engloba, por suposto, o contingente dos sujeitos que pouco compreende as regras do jogo e que ficam alheios ao processo, ainda que possam ser detentores ou envolvidos com os bens que são ativados. Essa assertiva remete retomar a evocação das identidades nos processos de ativação patrimonial e às formas de participação nele contida.

A SEPARAÇÃO DE INSTÂNCIAS RESPONSÁVEIS PELA ATIVAÇÃO PATRIMONIAL

A forma de conceber a gestão do patrimônio instituído foi adotada sem questionamentos nos países não europeus e chegou ao Brasil em meados do século XX, quando se iniciou, entre nós, as ações públicas para a proteção do que então se compreendia como patrimônio público. Do mesmo modo, quando o patrimônio instituído foi adotado, o referencial para a seleção dos bens se apoiou no modelo europeu: o monumento é aquele que expressa a história, a arte, a arquitetura europeia. Esse bem é valorado a partir dos critérios definidos pelos países europeus e não deixa de ser uma forma de valorar também a memória do colonizador. Não por acaso os patrimônios da humanidade no Brasil e em quase toda a América latina são signos da vitória do colonizador.

A ativação patrimonial expressa ainda a separação cultura e natureza como elementos antagônicos (essa separação é analisada neste livro por Sidnei Raimundo no capítulo Visões da natureza como instrumento de criação de Áreas Protegidas).

As instituições públicas para a proteção da cultura não são as mesmas para a

proteção da natureza, o que faz com que, inúmeras vezes a proteção pretendida fique claudicante, uma vez que, na prática as criações se dão de forma conjunta. Isso se expressa na UNESCO, que atua no campo internacional com ações em prol da proteção das criações humanas ou criações conjuntas do humano com a natureza e no PNUMA e IUCN que atuam em relação à proteção de espaços protegidos.

No Brasil, não é diferente. Ao MINC cabe a responsabilidade de propor e gerir a política do patrimônio cultural por meio do IPHAN e ao MAM a política de ativação do patrimônio natural, tanto pelo ICMBio quanto pelo IBAMA.

Não bastasse isso, ainda que ambos os Ministérios não se configurem no âmbito da política brasileira como os mais importantes, há diferenças fundamentais no (re)conhecimento da importância da política defendida por seus órgãos executores.

Isso se viu particularmente ao final de 2018, diante de ameaças de fusão do MMA, com o ativismo urgente de grupos associados a esse Ministério. Houve a imediata chamada à formação de grupos de trabalho, “Em defesa do ativismo e da gestão ambiental brasileira”. Funcionários do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) associados a ONGs como o Instituto Socioambiental, a SOS Mata Atlântica, a WWF e redes que reúnem centenas de outras organizações, como a Rede Mata Atlântica, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e o Observatório do Clima. Consta ainda Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) Centro de Trabalho Indigenista (CTI) Conectas Direitos Humanos, saíram em defesa da política ambiental, acompanhados ainda pela Coordenação das Organizações Indígena da Amazônia Brasileira (Coiab) Federação das Reservas Ecológicas Particulares do Estado de São Paulo (FREPESP) Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD) Greenpeace Grupo Ambientalista da Bahia (Gamba) GT Infraestrutura Instituto Centro de Vida (ICV) Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé) Instituto Ethos Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPAN) Instituto Socioambiental (ISA) Observatório do Clima Operação Amazônia Nativa (OPAN) Rede Cerrado Rede de Cooperação Amazônica (RCA) Rede de ONGs da Mata Atlântica (RMA) SOS Mata Atlântica Terra de Direitos WWF-Brasil.

A mesma ameaça de fusão se colocava em relação ao MINC, mas se viu pouca ou quase nenhuma reação, com exceção de artistas que se organizaram para defender sua visão de cultura. Nos primeiros dias de 2019 o MINC foi extinto e o IPHAN continua sob ameaça de perda de seus poucos poderes. Mas, isso

não parece ser merecedor da atenção da sociedade mais ampla, o que nos leva ao próximo ponto de reflexão que é o de pensar na participação social nos atos de institucionalização do patrimônio.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL, PATRIMÔNIO, DEMOCRACIA: QUESTÕES EM ABERTO

A participação social implica em colocar em debate na ágora pública, todas as decisões que reverberam no social (AVRITZER, 2003; DAGNINO, 2002). A institucionalização do patrimônio, como destacado nos itens anteriores, se fez *top down*, com pouquíssima participação social, e por isso é mais adequado considerar grupos que se envolvem na tomada de decisões a respeito da ativação patrimonial, como se dá esse envolvimento, em quais espaços de decisão e com quais interesses.

A participação social no processo de ativação patrimonial, conforme os entendimentos de Nestor Garcia Canclini (1997) e Xerardo Péres Pereiro (2003) compreende diferentes interesses, que podem ser agrupados em:

- ✓ Tradicionalista ou folclorista. Para sujeitos que têm essa forma de conceber o patrimônio, ele é algo material, edificado e constituído por um conjunto de bens que representam a identidade nacional e que remetem ao passado. O patrimônio natural, por sua vez é aquele que expressa a singularidade das formações biológicas, as formas excepcionais da natureza, a biodiversidade. A finalidade da patrimonialização em ambos entendimentos é a preservação, independentemente de seu uso, pois ele é tido como um suporte da memória e da biodiversidade.
- ✓ Participacionista. A conservação do patrimônio é considerada por sujeitos que o veem em correlação com as necessidades sociais. Ela implica na participação social, em múltiplas identidades com o bem patrimonializado, em usos sociais dos bens e espaços protegidos e busca a não monumentalização ou “coisificação” de objetos. Nessa visão, é importante pensar nas pessoas e nos bens culturais ou naturais e concebê-los de forma associada.
- ✓ Produtivista ou mercantilista. Estes concebem o patrimônio em geral, cultural ou natural, material ou imaterial como uma nova forma de produção para “os outros” (ex.: turistas, mercado). A ativação é defendida com argumentos de salvar e explorar a

biodiversidade, de ajudar a solucionar o desemprego, de revitalizar o consumo e de atrair o turismo. Esta postura considera, desde uma lógica de mercado, o patrimônio como uma mercadoria que deve satisfazer as necessidades de consumo contemporâneo, daí os processos de interpretação que transformam recursos em produtos, ou mercadorias necessárias para o funcionamento da economia e do desenvolvimento local.

- ✓ Construtivista. Para esse grupo o patrimônio cultural é composto por um conjunto de bens culturais e naturais, fruto de um processo de construção social, isto é, segundo as épocas e os grupos sociais dominantes, valorizam-se, legitimam-se e conservam-se uns bens e não outros. Os critérios de seleção e valoração mudam de tempos em tempos, pela influência de determinados grupos. Nessa perspectiva, o patrimônio é uma representação ideológica dessas identidades, um instrumento de coesão e disputa ideológica que produz uma série de símbolos para a sua identificação (local, nacional, internacional, transnacional, etc.).

A ativação presente em espaços naturais protegidos tem como pressuposto a proteção de áreas para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos, de beleza cênica e de características geológicas, geomorfológicas, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural, e também de uso sustentável dos recursos naturais para as populações residentes nas áreas que se quer proteger.

Em se tratando de ações dessa natureza, pode-se dizer que há ao menos 2 formas de pensar:

- ✓ Ecocêntrica: sob o prisma da “sacralidade” do meio ambiente, que defende a criação de Unidades de Conservação preferencialmente isoladas da ação humana. O argumento de retirada de populações tradicionais e de suas práticas de extração e uso dos recursos naturais dos espaços protegidos é o de que essas ações impactam negativamente os ecossistemas; como exemplo. Como agentes do ativismo sem gente podem ser citadas as ongs como a FUNATURA, BIODIVERSITAS, Fundação O Boticário de Proteção à Natureza e a REDER PRO-UCS.
- ✓ Tecnocêntrica: ou visão romantizada, expressa no “mito do bom selvagem”, segundo a qual as UCs são passíveis de serem protegidas com a permanência da população local, desde que se adotem práticas compatíveis com a manutenção e continuidade

dos recursos biológicos desses espaços. A defesa da presença de populações tradicionais emprega argumentos de que a sua retirada poderia prejudicar a dinâmica dos ecossistemas onde estão inseridas. Como expressão dessa forma de pensar encontram-se o Instituto Socioambiental, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia IPAM, Instituto Homem e Meio Ambiente da Amazônia e GT Amazônico (BRASIL et al, 2003).

A diversidade de motivações e de formas de compreender a política patrimonial expressa visões diferenciadas quanto às motivações e expectativas em relação ao patrimônio ativado e não engloba, por suposto, os sujeitos que pouco compreendem as regras do jogo e que ficam alheios ao processo, ainda que possam ser diretamente afetados pela ativação patrimonial.

Mas, ainda que haja tantos interesses envolvidos isso não quer dizer que eles sejam contemplados nas decisões dos órgãos públicos sobre o que e porque patrimonializar. Pensamos que o conteúdo abaixo ajuda a entender os limites à participação.

PATRIMÔNIO E IDENTIDADE: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL?

Para que a proteção social ocorra é necessário que a sociedade detentora do bem a ser ativado participe do processo como um todo: identificar, documentar, promover, difundir; o que remete não somente a critérios técnicos, como também políticos. Se o que se pretende é a proteção dos bens, é necessário fundir esses sentidos; se a instituição patrimonial não consegue abarcar o reconhecimento público, não consegue a proteção pública e, se isso ocorre não se pode afirmar, sem as devidas ressalvas, que o patrimônio cultural instituído expresse a identidade.

Não se pode esquecer que a ampliação do que passou a ser ativado como patrimônio - objetos, lugares, saberes e práticas - ao longo da segunda metade do século XX e início do XXI teve desdobramentos sociais, políticos e administrativos. Primeiro, implicou em deslocamento da ideia de identidade nacional para a de “identidade coletiva”, considerando as culturas múltiplas que alimentam e confortam as identidades plurais. Segundo, na ampliação de discursos acerca da participação social na escolha, valoração e gestão patrimonial, vistas como fundamentais para a conservação pública. A expectativa passou a ser a de que a gestão ocorresse em cooperação com as comunidades, que fosse fruto da interação de todas as partes envolvidas com o

bem, de forma a garantir que todos entendessem os valores, objetivos, metas, regras, custos e benefícios da patrimonialização.

Essa expectativa foi historicamente construída e expressa em documentos como a Recomendação de Nairóbi de 1976, sobre a salvaguarda de conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea, ao recomendar como meio para a salvaguarda, que as autoridades tomassem “a iniciativa de organizar a consulta e a participação da população interessada” (UNESCO, 1976).

O mesmo se viu na Carta de Washington para a Salvaguarda das Cidades Históricas, de 1987, ao considerar que a participação e o envolvimento dos habitantes da cidade são imprescindíveis ao sucesso da salvaguarda. Elas devem ser procuradas em todas as circunstâncias e favorecidas pela necessária tomada de consciência de todas as gerações. Nunca se deve esquecer que a salvaguarda das cidades e bairros históricos respeita, em primeiro lugar, aos seus habitantes (ICOMOS, 1987).

Não muito diferentes foram os argumentos da Carta do Patrimônio Vernacular Construído de 1999, ao constar que o êxito na apreciação e proteção desse patrimônio “depende do suporte da comunidade, da continuidade de uso e sua manutenção” (ICOMOS, 1999), ou da Carta de Cracóvia, de 2000 ao expressar que “cada comunidade, tendo em conta a sua memória coletiva e consciente do seu passado, é responsável, quer pela identificação, quer pela gestão do seu patrimônio” (CARTA DE CRACÓVIA, 2000).

A Convenção de 2003 igualmente dispôs sobre a importância da participação dos envolvidos no processo de definição do patrimônio imaterial e em 2011 o ICOMOS definiu os Princípios de Valeta para a salvaguarda e gestão das populações e áreas urbanas históricas e considerou que “a implementação de um plano de gestão... deve ser feito mediante um processo participativo” (ICOMOS, 2011).

Não obstante, esses mesmos documentos trazem os limites da participação ao afirmarem que os estudos preliminares ao planejamento e execução das obras devem ficar a cargo de especialistas em conservação e restauração, incluídos os historiadores de arte; - arquitetos e urbanistas; - sociólogos e economistas; - ecólogos e arquitetos paisagistas; - especialistas em saúde pública e bem estar social; e em geral, todos os especialistas em disciplinas relacionadas com a proteção e realce dos conjuntos históricos (UNESCO, 1976).

Também se afirma nesse documento que “a conservação do Patrimônio Vernacular construído deve ser levada a cabo por grupos multidisciplinares de especialistas” (ICOMOS, 1999).

Hoje se lê na página web da UNESCO que “o patrimônio é o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. Nosso patrimônio cultural e natural é fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade” (UNESCO, 2018).

Todavia, conforme Llorenç Prats, o patrimônio cultural se constrói mediante um complexo processo de atribuição de valores, que sacraliza discursos em torno da identidade, seja de carácter nacional ou regional. A patrimonialização, afirma o autor citado, evidencia que tanto o conceito quanto as práticas dele decorrentes expressam e sacralizam não as identidades, mas os discursos identitários (PRATS, 2006).

Semelhante compreensão é apresentada por Paulo Peixoto para quem a equação patrimônio/identidade é muitas vezes um recurso retórico, um recurso metonímico nos processos de patrimonialização, pois não considera a pluralidade e o carácter mutável das identidades. Para ele, a ativação patrimonial emprega esse conceito em busca da legitimação de seus argumentos (PEIXOTO, 2004). Essa forma de ver é também partilhada por José Reginaldo Gonçalves ao considerar que a “identidade é um recurso”, um instrumento para o reconhecimento social e político do patrimônio cultural (GONÇALVES, 2015, p 225).

As dificuldades de conservação com os bens ativados como patrimônio e o clamor da UNESCO para a participação social no processo são os mais claros indicativos de que a identidade não está posta nessa ação. O estímulo para a participação na conservação do patrimônio requer pensar nos usos sociais, usos adequados às demandas e necessidades da população, algo pouco usual nos assuntos de patrimonialização.

Sendo assim, para que a identidade possa melhor se expressar nos processos de ativação patrimonial, é preciso:

- ✓ a compreensão de que o patrimônio cultural é uma criação institucional;
- ✓ A desartificação do processo, ou seja, a realocação do bem ao seu contexto inicial, o reconhecimento das suas inúmeras nomenclaturas, a flexibilização e explicação das razões para a normativa jurídica a ele incidentes (SHAPIRO e HEINICH, 2013).
- ✓ a participação social na seleção e gestão do bem protegido;
- ✓ o reconhecimento das inúmeras possibilidades de percepção e utilização de um objeto, ou de um lugar patrimonializado;

- ✓ o entendimento de que os elementos que estão em risco de desaparecimento podem ser conservados por inúmeras razões, entre as quais por sua simples existência;
- ✓ sua desvinculação da condição de mercadoria, que só pode ter sentido se propiciar retorno econômico.

Nessa perspectiva, há dois caminhos para a efetividade da associação patrimônio/identidade:

- ✓ Reconhecer que a democratização patrimonial é um mito da sociedade moderna ocidental e não passa pela ação institucional;
- ✓ Manter a ação institucional e abri-la para a sociedade. Isso requer dar transparência às formas políticas de ativação patrimonial de modo a orientar os processos de patrimonialização e salvaguarda de bens culturais para que os sujeitos atuantes nesses processos estejam claramente identificados; em considerar a dimensão social e intangível dos elementos; os múltiplos valores que eles detêm (entre esses, os valores de existência e de opção); os efeitos sociais consubstanciais ao processo de patrimonialização e/ou de desaparecimento de tais bens; a articulação das políticas de ativação do patrimônio com as demais políticas públicas (ambiental, econômica, social) para viabilizar a conservação. Nessa perspectiva está também a ampliação de usos do patrimônio, uma condição para a identificação e a participação social na proteção do bem. Sem essas condições, a identidade com o patrimônio, em concordância com Paulo Peixoto, continua a ser um “recurso metonímico dos processos de patrimonialização” (PEIXOTO, 2004, p. 183).

Essa ideia encontra ainda ressonância no que Jean-Louis Tornatore define como “proliferação patrimonial” (2017), referindo-se à ampliação, transbordamento do conceito e lugar do patrimônio; às inúmeras e diferentes formas de apropriação, usos e significados, o que bem caracteriza os últimos decênios do século XX seguindo-se pela contemporaneidade. Avançando para o campo específico do patrimônio imaterial, Cyril Isnart tomando como base de reflexão estudos sobre práticas patrimoniais denominadas como “ordinárias”, identificadas em vários lugares do continente europeu, remete-se à ideia defendida por David Harvey de

que “heritage is more a verb than a noun” (2012, p. 5), logo, ao sair do campo institucional e dos saberes e expertises patrimoniais, observa-se uma florescente disseminação de práticas patrimoniais que surgem às margens das instituições, forjando-se nas vivências sociais e na natureza performática do patrimônio.

Estas novas disseminações/multiplicações do campo patrimonial apontam, portanto, para uma revisão do próprio conceito ou a relativização das formas como concebemos a ação patrimonial até o momento. Esse será, sem dúvida, um dos maiores desafios a que profissionais do patrimônio serão confrontados nos tempos que virão e para o qual deverão surgir respostas amplas, mas não generalizantes e simplificadoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimônio como herança social é por natureza complexo. O patrimônio como exercício de uma ação institucional também o é. Ambos têm dinâmicas nos processos de manter, transformar, perder. A patrimonialização, da forma como se dá, tem indicado a insuficiência da ação, colocando em risco tanto o que é selecionado pelas instituições de poder, quanto o que é significativamente relevante para a sociedade.

Pensar em ações que caminhem em outra direção requer aclarar o processo, produzir outras narrativas diferentes das que têm sido efetivadas para legitimar as ações institucionais, certas arquiteturas e histórias. Isso também pressupõe outras razões para a defesa da permanência dos referentes identitários, que não se adéquam ao patrimônio instituído.

Nesse mundo de individualização, privatização e globalização, inseguro e precário, “sem lugar”, necessitamos inverter as políticas de identidade como refúgio; num mundo onde já não se pode haver tradição como forma de reprodução sociocultural, necessitamos do patrimônio para relacionar-nos com o passado e estabelecer o cimento da continuidade social (ARIÑO, 2007, p. 81/82).

Prestar atenção a isso tudo pode nos ajudar a compreender os âmbitos nos quais se articula a ativação patrimonial, não exclusivamente em aspectos formais, mas em conteúdos, em projetos, intervenções e políticas patrimoniais.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. R. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARIÑO, Antonio. La invención del patrimonio y la sociedade del riesgo. In: RODRIGUEZ MORATÓ, Arturo. La sociedad de la cultura. Barcelona, Ed Ariel, 2007. p. 71-88.

AVRITZER, L. O orçamento participativo e a teoria democrática: um balanço crítico. In: AVRITZER, L. e NAVARRO, Zander (Orgs.). A inovação democrática no Brasil. São Paulo: Cortez, 2003. p. 13-60.

BONFIL BATALLA, G. Nuestro patrimonio cultural: un laberinto de significados. In FLORESCANO, E. (coord.) El patrimonio nacional de México. México, FCE, CONACULTA, 1997. p. 28-56.

BRASIL, M. V. O. et al. Os paradigmas do desenvolvimento sustentável. Organizações e Sustentabilidade, Londrina, v. 3, n. 1, p. 190-218, jan./jun. 2015.

CARTA DE CRACÓVIA. Princípios para a conservação e o restauro do património construído. 2010. Disponível em: <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>. Acesso em 10 de agosto de 2018.

CHOAY, F. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2001.

CIARCIA, Gaetano. La perte durable. Etude sur la notion de “patrimoine immatériel”. *Les carnets du Lahic*, n°1, 2006.

DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, E. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 279-301.

DAVALLON, Jean. Comment se fabrique le patrimoine: deux régimes de patrimonialisation IN: KHAZNADAR, Cherif (sous la direction de) *Le patrimoine, oui, mais quel patrimoine?*, Paris: Maison des Cultures du monde, 2012. P. 41-57.

DAVALLON, Jean. À propos des régimes de patrimonialisation : enjeux et questions, colloque Patrimonialização e sustentabilidade do património. *Reflexao e prospectiva*, Lisbonne, nov. 2014, halshs-01123906.

FRANÇOIS E. Les mythologies historiques des nations européennes. Publics et projets culturels: un enjeu des musées en Europe, C. Ballé éd., Paris,

L'Harmattan, 2000, p. 126-136.

GARCÍA CANCLINI, N. El patrimonio cultural de México y la construcción imaginaria de lo nacional. In FLORESCANO, E. (coord.) El patrimonio nacional de México. México, FCE, CONACULTA, 1997. p. 57-86.

GONÇALVES, J. R. S. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. *Estudos Históricos*, vol. 28, no 55, p. 211-228, janeiro-junho 2015.

GONZALES-VARAS, I. Conservación de bienes culturales. Madri, Catedra, 2003.

GOMBRICH, E. A História da arte. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

HEINICH, N. O Inventário: um patrimônio em vias de desartificação? PROA – Revista de antropologia e arte, n. 5, 2014.

HUNT, L. A nova história cultural. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

ICOMOS Declaração do México, 1985. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=255>>. Acesso em: 01/08/2018.

ICOMOS. Carta del Patrimonio Vernáculo Construído. 1999. Disponível em http://www.icomos.org/charters/vernacular_sp.pdf Acesso 06 de agosto de 2018.

ICOMOS. Carta de Washington. Carta internacional para a salvaguarda de cidades históricas. 1986. Disponível em:<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ Carta%20de%20Washington%201986.pdf>>. Acesso em 10 de agosto de 2018.

ICOMOS, Principios de La Valeta para la salvaguardia y gestión de las poblaciones y áreas urbanas históricas. 2011. Disponível em https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/.../Valletta_Principles_Portugese.pdf. Acesso em 28 de agosto de 2018

ISNART, Cyril. Les patrimonialisations ordinaires. Essai d'images ethnographiques. *Ethnographiques.org*, n.24, juillet 2012. [http:// www.ethnographiques.org/2012/Isnart](http://www.ethnographiques.org/2012/Isnart)

LE GOFF, J. História e Memória. Campinas: Unicamp, 2003.

NEYRET, Regis. Du monumento isole au “tout patrimoine”. *Géocarrefour*, vol. 79, n.3, 2004. <http://journals.openedition.org/geocarrefour/746>

NORA, P. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10, 1993.

PEIXOTO, P. A Identidade como recurso metonímico dos processos de

patrimonialização. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 70, Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2004, pp. 183-204.

PEREIRO, P. X. Patrimonialização e transformação das identidades culturais, em Portela, J. e Castro Caldas, J. (coords.). Portugal, Chão. Oeiras: Celta editora, 2003. pp. 231-247.

POULOT, D. Uma história do patrimônio no Ocidente. São Paulo, Estação Liberdade, 2009.

POULOT, D. A razão patrimonial na Europa. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n. 34, 2012.

PRATS, L. Concepto y gestión del patrimonio local. *Cuadernos de Antropología Social*, Buenos Aires, n. 21, p. 17-35, 2005.

PRATS, L. La mercantilización del patrimonio: entre la economía turística y las representaciones identitarias. *PH. Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, n. 58, maio de 2006, pp 72-80.

RAUTENBERG, M. Patrimônio, continuidade ou ruptura no uso e nas representações dos lugares? *Jornades Nacionais de Patrimoni Etnològic*, 2010. Disponível em: http://www20.gencat.cat/docs/CulturaDepartament/CULTURA_POPULAR_nova_web/05_Publicacions_i_recursos/02_recursos_i_documents/01_documents_jornades/documents/arxiu/SD_JNE_01.pdf. Acesso em 25 de novembro de 2016.

RAUTENBERG, M. *La rupture patrimoniale*. A la croisée, 2003.

SHAPIRO, R. e HEINICH, N. Quando há artificação. *Sociedade e estado*. Vol. 28 no.1 Brasília. Jan./Apr. 2013.

TORNATORE, Jean-Louis. Patrimoine vivant et contributions citoyennes. Penser le patrimoine «devant» l'Anthropocène, Disponível em <http://journals.openedition.org/insitu/15606>. Acesso em março de 2017.

UNESCO. Convenção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural. Paris, 1972.

UNESCO. Recomendação de Nairóbi: Recomendação Relativa à Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e sua função na vida contemporânea. 19ª Sessão da UNESCO, 26 de outubro à 30 de Novembro de 1976.

UNESCO. Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular. 1989. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%201989.pdf> Acesso em: 10 agosto 2018.

UNESCO. Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial,

2003. Disponível em www.unesco.org Acesso em 25 de novembro de 2016.

UNESCO. Representação da UNESCO no Brasil. O patrimônio: legado do passado ao futuro. 2018. Disponível em <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/>. Acesso em 15.02.2018.

ZANIRATO, S. H.; RIBEIRO, W. C. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. *Revista Brasileira de História*, v. 26, n. 51, p. 251-262, 21 dez. 2006.



UNIDADE III
POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO PARTICIPATIVA



APRESENTAÇÃO

Em tempos de transformações políticas, econômicas e sociais, em um período de turbulências nas agendas dos direitos humanos e garantias constitucionais mínimas, onde ocorre a criminalização dos movimentos sociais, e que o fazer-se ser político, tornou-se palavra suja, propomos uma leitura destes tempos de crise institucional para colocar o político no devido lugar que é o do discutir o bem público, no acesso ao conhecer, e somente ao conhecer entender, compreender e participar da dinâmica das ações sociais e culturais que movem o saber político e do funcionamento da política.

Para isso nesta terceira parte do livro, o tema fundamental será as políticas públicas e sociais na área de educação, cultura, esporte e saúde.

Em primeiro lugar é bom lembrarmos que estamos discutindo as políticas públicas no Brasil, conhecido como um país com um sistema político federativo e uma economia de mercado ainda dependente da exportação de commodities agrícolas e matérias-primas.

Desde a constituição da República (1889), o país apresenta um histórico de alternância entre períodos democráticos e ditatoriais, com a presença constante de sistemas políticos clientelistas, protagonistas políticos populistas e personalistas (Bresser-Pereira, 2014), uma elite patrimonialista e violenta (Maricato, 2006), e uma parcela expressiva da população privada de garantias mínimas de cidadania (Vasconcellos, 2014).

A última Constituição do Brasil, de 1988 (CF/88), institui no país um Estado Democrático de Direito, que vigora até os dias de hoje. A versão atual da CF/88 também estabelece importantes direitos universais ao povo brasileiro, como o direito à saúde, à educação, ao trabalho, ao lazer e à moradia digna, o que, por sua vez, determina diretamente no desenvolvimento de políticas públicas para cada dimensão.

A virada do século XX para o século XXI ratifica a assunção de uma ideologia política que prioriza os fatores macroeconômicos enquanto constrói um acordo social que melhora as condições básicas de vida da população mais pobre sem que sejam comprometidos os privilégios da minoria poderosa que historicamente comandou o país (Singer, 2009).

Sem a devida formação política, a centralidade dos interesses do capital financeiro e a inserção cidadã pelo consumo reforçou a perspectiva de um “*modus vivendi*” fatalista e alienado, com o estabelecimento de rotinas centradas no trabalho intenso, escassos períodos de tempo livre e a consolidação de uma concepção coletiva de necessidade de adquirir produtos, com limitadas oportunidades para a vivência de ações políticas como ferramenta de transformação social. Esta conjuntura política e econômica teve forte influência sobre o desenvolvimento das políticas públicas e ações governamentais. Buscamos discutir as políticas públicas dentro do cenário apresentado, propondo a produção de um documento que tenha como eixo as discussões de políticas públicas.

O texto que inaugura esta unidade discute a questão da educação, ***Educação inclusiva é educação para todos? uma análise das contradições na política de estado***, as pesquisadoras Mara A. C. Lopes e Maria Eliza M. Bernardes, analisam “os limites e possibilidades da educação inclusiva a partir da gestão de política pública para o exercício da ação pedagógica do professor e do professor assessor frente a proposta de um contexto educacional específico”. As autoras propõem uma visão crítica das políticas instituídas buscando identificar as contradições para promover a autotransformação e a transformação da própria sociedade.

Ursula D. Peres e André G. Costa, no texto ***Financiamento e interfaces societais na política municipal de esporte da cidade de São Paulo*** propõem uma investigação das políticas municipais de esportes em São Paulo, em especial as interfaces sócio-estatais na estrutura da Secretaria Municipal de Desporto, Lazer e Recreação. Uma questão relevante deste capítulo é salientar que, apesar de todo o esforço da comunidade epistêmica em torno da construção do esporte como direito em 1988, a definição de um comando institucional para essa área, por meio da criação do Ministério do Esporte em 1995 e da busca pela consolidação de leis que expressassem essas conquistas a reorganização da estrutura da política pública de esportes, a partir da formação da criança, do jovem e do cidadão num espírito esportivo comum, não logrou o êxito desejado. Nesse cenário, uma preocupação comum no que diz respeito às políticas públicas de esporte trata-se da capacidade de durabilidade das mesmas, sendo que há uma longa tradição de produção de políticas no campo do esporte de forma pontual e que trazem benefícios a poucos indivíduos.

Marco Bettine e Guilherme Meyer discutem, no texto *As políticas públicas do não direito à habitação*, os movimentos populares de direito à moradia, o papel do Estado na produção de habitação de interesse social no Brasil e como as lutas sociais perpassam a sua institucionalidade e são por ele neutralizadas em função dos interesses de classe presentes na ação estatal.

Jorge Machado e Gisele Craveiro, *Inovação em políticas públicas: uma análise dos portais e ferramentas para disseminação*, propuseram a avaliação da disseminação da informação em portais relevantes sob a ótica da interoperabilidade e aplicação de tecnologias / formatos / licenças abertas. Suas análises apontam que portais de transferência de política não possuem um protocolo comum, não se comunicam entre si, não seguem um padrão de publicação e não possuem uma política de dados que permita a reutilização de conteúdo. Em resumo, eles não usam o potencial da web, não seguem os padrões mais básicos de publicação e têm funcionalidades muito limitadas.

O texto, *Participação política na gestão dos resíduos sólidos: programa lixo zero em Guarulhos-SP*, discute a participação política e os stakeholders em políticas ambientais. Ana Paula Fracalanza, Mariana Gutierrez Arteiro da Paz e Marina Gonzalbo Cornieri discutem a participação e o controle social no setor do saneamento básico. Buscando compreender o estabelecimento das fases de elaboração, implementação e monitoramento de uma política municipal de gestão de resíduos sólidos.

O texto, *Políticas públicas e participação social: o caso do plano de bairro do Jardim Lapenna como um caminho da democracia para um território de direitos*, de Andreilissa Teresa Ruiz e Marcelo Vilela de Almeida, analisa o documento do Plano de Bairro do Jardim Lapenna. Apresentam as análises societais e o consideram um marco na participação cidadã, na coesão de um território em torno de interesses comuns, na conexão entre diversas instâncias de participação e nos diversos setores da sociedade (sociedade civil, academia e poder público).



EDUCAÇÃO INCLUSIVA É EDUCAÇÃO PARA TODOS? UMA ANÁLISE DAS CONTRADIÇÕES NA POLÍTICA DE ESTADO

MARA APARECIDA DE CASTILHO LOPES

MARIA ELIZA MATTOSINHO BERNARDES

Nos últimos anos, nas escolas brasileiras têm sido cada vez mais comum o discurso da educação inclusiva, da maneira como está vem sendo imposta pelas políticas públicas brasileiras. De forma repentina, e sem prévia reflexão sobre tal fato, diversas ações surgem no contexto da escola, a pretexto de inclusão, mas que se revelam como excludentes em sua essência e, principalmente, em suas consequências.

O conceito de educação inclusiva nos remete à igualdade de oportunidades para que todos os indivíduos tenham acesso aos diferentes espaços educativos, sobretudo à escola - enquanto espaço formal de transmissão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade. Neste contexto, podemos compreender que existe um propósito de educação para todos implícito nesse conceito.

Entretanto, temos visto que a ideia de educação inclusiva nem sempre é considerada dessa forma. O termo *inclusão* - sobretudo na escola - tem sido cada vez mais utilizado no contexto de inserção de pessoas com deficiência em classes e escolas regulares. Distancia-se, portanto, da ideia de uma educação para todos, ao tratar, especificamente, de uma forma particular de ensino, destinada a estudantes que apresentem uma particularidade específica, que é a deficiência.

Assim sendo, alguns fatores têm sido problematizados nas pesquisas acadêmicas que tratam da educação desse alunado, tais como os serviços oferecidos pelas escolas, ou a formação dos professores para o ensino na diversidade. No Grupo de Estudo e Pesquisa Educação, Sociedade e Políticas Públicas: concepções da teoria histórico-cultural - GEPESPP USP, a temática da educação inclusiva tem sido contemplada nas pesquisas acadêmicas, quando buscam-se identificar as condições concretas em que tais políticas são implantadas nas escolas públicas e as contradições que emanam da realidade em movimento.

O método de investigação nas referidas pesquisas tem como ponto de partida a realidade concreta, considerada difusa e caótica, uma vez que a mesma é a expressão da cotidianidade compreendida em sua aparência. A análise desta realidade e dos determinantes sociais e históricos que a produz, gera abstrações que se integram aos fatos históricos da ciência, possibilitando maior capacidade de compreensão e explicação da realidade pelo pensamento. Trata-se de investigar a realidade caótica por meio de abstrações que nos permitem explicar a realidade em sua totalidade, com maior grau de consciência a partir do pensamento teórico. Dialeticamente, tal processo de produção de conhecimento sobre a realidade é compreendido em movimento contínuo, que a transforma, assim como transforma os sujeitos que a produzem. Os fundamentos teórico-metodológicos anunciados são considerados a base científica para as pesquisas citadas a seguir.

Na pesquisa *Educação Inclusiva ou educação para todos: contribuições da teoria histórico-cultural para uma análise crítica da realidade escolar* (BATISTÃO, 2013), foram analisados os limites e possibilidades da educação inclusiva a partir da gestão de política pública para o exercício da ação pedagógica do professor e do professor assessor frente a proposta de um contexto educacional específico. Constatou-se, a partir dos eixos de análise, a *dimensão tarefa na ação pedagógica*, a *imediatez na realidade concreta* e a *governança do tempo e do espaço* no conjunto das ações na educação inclusiva; são identificadas contradições que promovem objetivações fragmentadas no processo de escolarização de crianças em processo de inclusão.

Na tese de doutorado, *Ensinar: “então, é função de quem?”*: atuação do professor interlocutor na educação de surdos da rede estadual paulista (LOPES, 2015), problematiza-se a contratação de professores interlocutores na rede estadual de ensino de São Paulo, uma vez que a mesma tem gerado dúvidas sobre sua função no processo educacional de estudantes surdos, pois os documentos estaduais não delimitam sua atuação de forma explícita. A contradição entre as políticas estaduais de São Paulo e as políticas federais é identificada como a unidade de análise, que identifica que, apesar de se considerar que o significado social da atividade do professor interlocutor é ser professor, os dados evidenciam que tal significado não é compartilhado entre os profissionais que ocupam o cargo. A cisão entre o significado social e o sentido pessoal da função do professor e de sua atividade dominante evidencia o processo alienado instituído no contexto educacional em análise.

A pesquisa *Os processos formativos do professor de alunos com transtorno do espectro autista: contribuições da teoria histórico-cultural* (PEREIRA, 2016)

analisa a fragmentação entre o significado social e o sentido pessoal dos processos formativos de professores que atuam na educação de alunos com diagnóstico de autismo, no âmbito das Políticas de Educação Inclusiva. As contradições analisadas vinculam-se à fragmentação entre o significado e o sentido das formações oferecidas aos professores de uma rede municipal de ensino, caracterizando a alienação nos processos formativos. Contatou-se na pesquisa que os processos formativos que desencadeiam transformações nas práticas pedagógicas são aqueles cujas ações pedagógicas possibilitam a significação da finalidade do ensino envolvendo alunos com Transtornos do Espectro Autista, sustentada pela concepção de educação como instrumento mediador no processo de desenvolvimento humano e pela compreensão do papel da constituição da linguagem.

A análise da realidade nas pesquisas citadas, emerge de alguns questionamentos que norteiam a reflexão sobre a temática da educação inclusiva: *Quais seriam os motivos responsáveis por tais ações se perpetuarem ao longo do tempo?* Por que diferentes ações destinadas à promoção da *educação para todos* parecem beneficiar o ensino de apenas alguns, deixando a maioria dos estudantes fora desse processo? *De que maneira as políticas públicas contribuem para a permanência de tal situação no país?*

Em busca de responder a tais questionamentos, o presente capítulo tem a finalidade de apresentar uma síntese sobre o movimento histórico da educação inclusiva, da compreensão de escola como espaço original de formação e dos processos de inclusão e exclusão que coexistem no espaço escolar, e, finalmente, comentar as contradições presentes nas políticas públicas e o impacto desse fenômeno na perpetuação da exclusão na sociedade contemporânea.

O MOVIMENTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O conceito de educação inclusiva enquanto pressuposto educacional que compreende a inserção de pessoas com deficiência em classes e escolas regulares origina-se de um movimento norte-americano que se tornou popular na década de 90, conhecido como *mainstreaming* (MENDES, 2006).

Aranha (2001) discute esse movimento como uma evolução observada na relação da sociedade com as pessoas deficientes ao longo da História: inicialmente, partindo-se de uma abordagem totalmente excludente, exterminando os indivíduos que nasçam com alguma deficiência; posteriormente, preservando a vida de tais indivíduos, porém segregando-os

do convívio social; e, finalmente, as primeiras tentativas de integração dessas pessoas à sociedade, após a ampliação de serviços direcionados à eliminação/diminuição dos desvios orgânicos, que pudessem caracterizar qualquer tipo de limitação ao sujeito para sua plena integração.

Ainda de acordo com a mesma autora, a mudança nos paradigmas observados nessa relação da sociedade com a deficiência apresenta-se, atualmente, na passagem do paradigma da integração para o paradigma da inclusão. Nessa mudança, a principal diferença que se observa no paradigma atual, em relação ao anterior, é o foco que mantém nas adaptações que devem ser realizadas: se anteriormente se falava unicamente em promover mudanças no próprio sujeito, a fim de que este se adapte à sociedade, atualmente já são exigidas adequações e transformações também nos próprios espaços sociais, a fim de que se tornem ambientes inclusivos.

Essas transições no pensamento da época também contribuíram para as primeiras reflexões sobre o conceito de inclusão e quem deveria ser, portanto, incluído. Tem-se, dessa forma, as primeiras aproximações entre os conceitos de educação inclusiva e educação para todos – observadas nas ações políticas realizadas a partir de então: em 1990, a Declaração de Jomtien sobre educação para todos estabelece a universalização do ensino como objetivo a ser atingido no mundo todo; logo após, em 1994, a Declaração de Salamanca apresentou os princípios para a educação das pessoas com deficiência – ou quaisquer outras condições que pudessem ser compreendidas como *necessidades especiais*. Em tal documento, verifica-se o princípio fundamental da escola inclusiva, que é o de que todas as crianças aprendam juntas.

No Brasil, o movimento histórico da educação inclusiva segue a tendência internacional, que compreende a inclusão como uma forma de atendimento especializado, destinada aos que apresentem, portanto, uma condição denominada *especial*. Nesse direcionamento, o Brasil determina como deve ser a educação das pessoas com deficiência na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), no Artigo 4º, caracterizando esse processo enquanto “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino”.

O termo “preferencialmente” que se lê no documento anterior, o qual sugere a ideia de que o ensino especial poderia substituir o ensino comum, oferecido nas escolas regulares, foi posteriormente confirmado pela Resolução CNE/

CEB n. 2, de 2001 (BRASIL, 2001). Nesse documento, a educação especial é concebida como um *processo* educacional, a qual deve contemplar recursos e serviços capazes de complementar, suplementar ou, ainda, substituir os serviços educacionais comuns, em alguns casos.

No entanto, após alguns anos, esse caráter substitutivo que a educação especial trazia foi paulatinamente sendo modificado, devido à popularidade e influência norte-americana com o *mainstreaming*. Essa tendência, que já vinha sendo compartilhada por autores brasileiros como mais adequada para a integração social das pessoas com deficiência, ganha consistência e *status* oficial com a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Em tal documento, a educação especial já é apresentada como modalidade de ensino, a qual deve perpassar todos os níveis e etapas da educação escolar; nesse contexto, a educação especial se caracteriza, portanto, como parte integrante da escola, atuando de forma articulada com o ensino comum, assumindo o papel de apoio ao ensino, mas sem substituí-lo.

Na presente análise, poderíamos afirmar que essa modalidade educativa tem, portanto, a finalidade de criar possibilidades alternativas de desenvolvimento para as crianças com deficiência, através de processos compensatórios para suas limitações biológicas; integra-se, dessa forma, ao atual paradigma de inclusão, o qual admite a necessidade de transformação tanto nos sujeitos quanto no próprio ambiente em que se inserem.

No entanto, ao longo dos anos, prevalecem as visões educacionais em que a responsabilidade de transformação deve centrar-se unicamente no sujeito, sendo este quem deve adaptar-se ao ambiente – ou conformar-se à sua situação de exclusão. Nesses termos, a ideia de educação inclusiva acarreta, atualmente, a tarefa de educar sujeitos que estejam fora dos padrões de normalidade, com os quais a escola sempre esteve habituada a trabalhar.

Um fator característico desse pensamento, recorrente nos discursos atuais do espaço escolar, é a própria utilização do termo *inclusão* para designar uma situação atípica de ensino – e não uma condição inerente ao espaço escolar, que teria como propósito garantir o acesso de todos os alunos ao conhecimento escolar; um *aluno de inclusão* traz, assim, a ideia de um sujeito que não pertence a esse espaço, o que evidencia o fato de que *educação inclusiva* não é sinônimo de *educação para todos*. Porém, se a escola não é um espaço destinado a todos, a quem ela se destina? Discutiremos tais aspectos a seguir.

A ESCOLA COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO

A partir da teoria pedagógica atualmente conhecida como Pedagogia Histórico-Crítica, compreende-se o espaço escolar como lugar de apropriação do conhecimento, a partir da mediação da cultura objetivada na organização sistemática dos processos de ensino, a fim de promover a transmissão dos conceitos teóricos para as novas gerações. Tal processo se caracteriza, em sua totalidade, como expressão da atividade de trabalho essencialmente humana, na qual o produto dessa atividade não se separa do ato de produção – uma vez que pressupõe a existência de uma aula produzida por um professor e consumida por um aluno, ao mesmo tempo (SAVIANI, 1991; 2013).

Ao imaginar a origem desse espaço de transmissão de conhecimento na História, pode-se conceber que os primeiros processos educativos tenham sido iniciados ainda nas sociedades primitivas, a fim de reproduzir as formas de uso dos instrumentos, da divisão do trabalho, bem como da própria organização social. Ao longo da História, esses processos se desenvolveram até atingir um caráter institucionalizado – a escola.

Nessa concepção, a função da escola consiste, portanto, na “socialização do saber sistematizado” (SAVIANI, 2013, p. 14), ou seja, o conhecimento produzido pela humanidade ao longo de sua trajetória histórica. Em tal perspectiva, dois aspectos poderiam ser identificados como essenciais: a) identificação dos elementos culturais que consistem no conjunto desse conhecimento; b) as formas mais adequadas para que as novas gerações consigam se apropriar de tais elementos.

Outrossim, o papel da escola também se compreende pela mediação da relação entre os alunos singulares e a cultura humana, em um processo que deve possibilitar a passagem do saber espontâneo para o saber sistematizado - ou seja, a apropriação do saber historicamente produzido pelas novas gerações (PARO, 1997).

Na compreensão de que a escola é o espaço social em que essa apropriação do saber historicamente produzido deve ocorrer de forma intencional, cabe à educação escolar promover o desenvolvimento daqueles que estiverem inseridos nesse espaço. Para tanto, o ensino devidamente organizado (VIGOTSKI, 1989)⁶² deveria se converter em um processo consciente, orientado para tal finalidade.

62. O ensino devidamente organizado é indicado por Vigotski (1989) como aquele que promove desenvolvimento das funções psíquicas superiores dos sujeitos em atividade. Trata-se de ações de ensino que vão além do que a criança consegue fazer sozinha (desenvolvimento atual) e dentro do conjunto de possibilidades do que a criança consegue fazer com ajuda de outros (zona de desenvolvimento próximo). Caso o ensino não se insira neste campo de possibilidades, ou o ensino não promoverá mudanças no desenvolvimento dos alunos ou, certamente, fracassará por estar além ao que é possível de aprender no momento.

No entanto, conforme afirma Saviani (1991; 2013), no decorrer dos últimos anos, o que tem se observado é uma contínua descaracterização da função apriorística do espaço escolar, na medida em que ganham força os recentes discursos de democratização da escola. Com isso, o espaço escolar hoje já se apresenta enquanto um espaço que muitos opinam sobre sua função social, e até mesmo sobre o quê, de fato, deve ser aprendido e por quem.

Nesse sentido, o espaço que outrora esteve ocupado apenas por educadores e educandos hoje deu lugar a diversos outros tipos de dinâmicas, as quais, embora revestidas de teor educativo, são incapazes de promover transformações reais nos sujeitos envolvidos, para além da certificação, de caráter meramente tecnicista.

O conceito de *democracia* que se percebe nesse contexto evidencia, portanto, uma visão semelhante à utilizada por Saes (1987), ao explicar a existência de um padrão de organização interna das atividades estatais, caracterizado pela relação que se estabelece entre os funcionários estatais e a classe dominante. No contexto do modo de produção capitalista, a democracia é tão somente uma das expressões do Estado burguês, que apresenta a função de manter a divisão de classes e a própria exploração de uma classe sobre a outra. Ora, se na escola o conceito de democracia também é utilizado para decidir as ações que devem ou não acontecer, também na escola a divisão de classes se perpetua, travestida por um discurso meritocrático.

Segundo Duarte (2006), o lema que melhor define a descaracterização do espaço escolar como ambiente de transmissão do conhecimento é o “aprender a aprender”, fundamentado nas teorias construtivistas de aprendizagem e nos princípios do neoliberalismo. Nessas teorias, o conhecimento é visto como algo indefinido e inconstante, pois depende das demandas do mercado de trabalho, em uma lógica empresarial de educação.

Ainda de acordo com esse autor, nessa concepção de escola a transformação que se pretende realizar com o processo educativo centra-se no próprio sujeito e na sua adaptação ao meio. Assim, aprender a aprender traduz-se na “capacidade de encontrar novas formas de ação que permitam melhor adaptação aos ditames do processo de produção e reprodução do capital” (DUARTE, 2006, p. 42).

Em tal dimensão, a escola afasta-se de sua função histórica de instituição de transmissão de conhecimento para assumir a função de preparação para o trabalho – e não qualquer trabalho. Na análise realizada por Duarte (2006), trata-se do trabalho que atende ao que a sociedade capitalista estabelece como

necessário, aquele que possa ocorrer em qualquer posto, pelo tempo que for do interesse do próprio mercado. Assim são formados os indivíduos, para que consigam aprender qualquer coisa, desde que útil para sua adaptação ao meio.

De que maneira uma educação orientada para a adaptação dos sujeitos ao meio contribui para a manutenção da divisão de classes? A resposta para esse questionamento está no fato de que nem todos os processos educativos se propõem a esse fim, mas apenas aqueles que se destinam à educação das massas.

Nos primórdios da organização social atual, a exploração do trabalho proporcionou o surgimento de um grupo elitizado com tempo ocioso, que precisaria ser ocupado em algum lugar. Origina-se, assim, o termo *escola* – oriundo do grego, “lugar do ócio” (SAVIANI, 1991; 2013). Assim sendo, a escola estava, desde o seu início, destinada à elite.

Apenas com o aparecimento da indústria, da burguesia e dos novos meios de produção é que a escola passa a aceitar, em seu interior, a classe operária, a qual precisa adquirir um mínimo de instrução para adaptar-se às necessidades do novo modelo social. Paralelamente, os discursos de universalização do ensino contribuem para mascarar as reais intenções da elite, ao permitir o ingresso da classe explorada no espaço escolar.

É nesse momento que o propósito de adaptação dos sujeitos ao meio começa a ser evidenciada na divisão social da escola em dois setores, conforme explica Saviani (1997): um ensino primário, destinado ao preparo para as profissões manuais; e um ensino que proporcionasse mais domínio teórico, a fim de formar os filhos da elite para as profissões intelectuais, com maior possibilidade de influência social e liderança. Esse propósito, de acordo com Bueno (2001), teve êxito na educação escolar do Brasil até os anos 30, quando as grandes taxas de evasão e repetência nas séries iniciais se ocupava em impedir o avanço das camadas populares às séries escolares.

No entanto, com o discurso da universalização do ensino, que já começava a circular na década de 70, os filhos da classe explorada passaram a ter mais acesso ao espaço da escola. Entretanto, o movimento que se percebe a partir de então é o da migração dos filhos da elite para as escolas da iniciativa privada, deixando a escola pública como espaço destinado às classes sociais menos favorecidas (SAMPAIO, 1998; MENDONÇA, 2007).

Em consequência disso, também o ensino ofertado na escola pública foi se tornando cada vez mais empobrecido em relação ao ensino nas escolas particulares, resultado de cortes subsequentes nas verbas destinadas aos gastos

com a educação, sobretudo a partir da década de 90 (PRIETO, 2006). Além disso, o fato de que a responsabilidade pelo ensino foi sendo paulatinamente outorgada aos Estados e Municípios também resultou em progressiva fragmentação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o que limita sua utilização decorrente investimento no ensino.

Em meio a esse fenômeno, a influência internacional pelo *mainstreaming* e as políticas nacionais em defesa de uma educação inclusiva encontram respaldo na ideia de uma escola pública para todos; entretanto, na medida em que esse alunado é composto majoritariamente pelos representantes da classe explorada da sociedade, de que modo essa inclusão poderia acontecer na escola? Ou, ainda, seria possível que tal espaço - já segregado em sua essência pelo próprio movimento histórico de universalização do ensino para as massas - contemple, assim, uma proposta de inclusão? Explicitamos melhor tais aspectos a seguir.

A INCLUSÃO E A EXCLUSÃO NA ESCOLA

Diante do que já foi exposto, verificam-se condições instituídas socialmente que evidenciam os motivos pelos quais a exclusão historicamente se faz presente no contexto da escola pública. No entanto, como as políticas públicas se relacionam com a característica excludente de ações que, a princípio, são criadas com a finalidade de promover a inclusão e a chamada *educação para todos*?

Se pensarmos na educação inclusiva sob o enfoque da deficiência - compreendendo-se que o conceito de inclusão abrange também todas as demais minorias sociais que atualmente se encontram excluídas - percebemos que essa temática consiste em espaço de muitas contradições.

Conforme anteriormente mencionado, o atual paradigma da sociedade em relação às pessoas com deficiência preconiza a existência de suportes e adaptações existentes no próprio ambiente, a fim de que este possa ser considerado inclusivo; tais adequações não dispensam, todavia, formas alternativas de desenvolver no próprio sujeito as compensações necessárias ao seu desenvolvimento, tal como aponta Vigotski (2012).

No entanto, as práticas educacionais que se verificam nas escolas e nos discursos dos profissionais que atendem esse alunado se mostram contrárias a essa visão, atribuindo sempre ao próprio aluno com deficiência a responsabilidade pelo

seu sucesso ou fracasso escolar; essa visão, fundamentada em uma concepção médico-clínica sobre a deficiência, fortalece a ideia da adaptação dos sujeitos ao meio, de modo que os que não conseguirem se adaptar à escola possam ser negligenciados, com base nessa justificativa.

Dessa forma, de acordo com a análise feita por Barroco (2012), a escola tem conseguido se esquivar da responsabilidade pelo ensino de muitas crianças, simplesmente rotulando-as com os mais diversos diagnósticos médicos. Assim, a responsabilidade de encontrar respostas para o problema da criança com algum tipo de deficiência ou problema de aprendizagem é transferida para profissionais da área da saúde, para que possam ser medicalizados e *normalizados*, pois somente assim conseguiriam se adequar ao ambiente escolar.

Com isso, evidencia-se que a inserção de alunos com deficiência em escolas comuns baseia-se muito mais em uma política da tolerância; ou, ainda, do que hoje se possa chamar de politicamente correto – uma vez que se fundamenta em convenções legais – mas que não refletem uma real aceitação da diversidade. Nesse direcionamento, cabe destacar que o próprio conceito de “diversidade” hoje vem sendo muito mais utilizado em referência às minorias sociais do que ao próprio fato de que os indivíduos são diferentes, mesmo quando pertencem a um mesmo agrupamento socioeconômico.

Outro aspecto que evidencia a contradição presente nos discursos concernentes à educação inclusiva refere-se ao próprio conceito de adequação; se, inicialmente, tal medida seria necessária e importante para garantir a inserção e permanência dos sujeitos em ambientes propícios para a sua inclusão, hoje o termo adequação vem sendo manipulado e aplicado como justificativa para a relativização do que os sujeitos podem ou não acessar em determinado espaço – sobretudo na escola.

Na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) já é possível observar a afirmação de que o currículo deve ser adaptado às necessidades das crianças que apresentem necessidades educacionais especiais. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares (BRASIL, 1998, p. 33), essas adaptações são descritas como ações que visam definir “o que o aluno deve aprender; como e quando aprender; que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem; como e quando avaliar o aluno”.

Porém, atualmente já é possível perceber que, com o pretexto de adequação curricular, muitos alunos permanecem sem acessar os conteúdos curriculares originalmente organizados para todos os estudantes; além disso, o princípio da adequação tem sido aplicado para outras circunstâncias – além do ensino de estudantes com alguma deficiência ou condição específica. Com a justificativa

de trazer o currículo para a realidade dos estudantes (DUARTE, 2006), o ensino de muitas escolas permanece restrito ao conhecimento empírico e naquilo que já está ao alcance dos alunos, contribuindo para que essa realidade nunca seja modificada. Klein e Silva (2012) alertam para o perigo oculto na adequação do currículo, quando esta se restringe a uma mera acomodação às limitações dos estudantes; o currículo torna-se, assim, superficial e frágil.

No mesmo direcionamento, a pretexto de adequação, também se defende, atualmente, currículos adaptados à realidade dos alunos; sob essa justificativa, aqueles que mais se encontram distanciados dos elementos culturais produzidos pela humanidade, devido às condições sociais em que se encontram, vão permanecendo sem acesso aos mesmos na escola, de maneira proposital; com isso, evidencia-se que, embora exista acesso ao espaço escolar, ainda há muitas barreiras dificultando o acesso ao conhecimento que deveria estar sendo transmitido nesse espaço (MENDONÇA, 2007).

À essa exclusão camuflada, escondida por um discurso democrático, Bourdieu (1997) denomina “exclusão do interior”. As práticas excludentes que observamos no contexto escolar atual refletem a estrutura social capitalista, que não comporta qualquer tipo de inclusão, visto que se mantém da exploração do trabalho e da divisão de classes (CARVALHO; MARTINS, 2012).

No mesmo direcionamento, Eidt e Cambaúva (2001) afirmam que a escola tem, ao mesmo tempo, um duplo papel: a capacitação da mão de obra para as exigências do mercado de trabalho – mas sem permitir que os trabalhadores se apropriem do conhecimento de forma aprofundada, pois isso diminuiria as possibilidades de perpetuação da exploração.

De que maneira a escola poderia, então, reverter a situação atual de exclusão? Como as práticas escolares poderiam contribuir para que a educação inclusiva seja, de fato, uma educação para todos? Saviani (1991; 2013) indica tal possibilidade ao afirmar que a escola deveria ser um espaço de transformação social e reflexão, orientadas para o fim da exploração e da desigualdade de classes.

Tais pressupostos já estavam indicados na Declaração de Salamanca, quando pontua que as mudanças indicadas no mesmo documento se aplicavam a todos os estudantes, não apenas os que apresentassem necessidades educacionais especiais.

A educação para todos não se concretiza, portanto, com a mera inserção de todos os alunos em um mesmo espaço. Desse modo, também seria necessário repensar se esse modelo atual de educação inclusiva corresponde, de fato, à proposta de *inclusão* originalmente idealizada e desejada.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

De modo geral, verifica-se que os problemas concernentes ao tema da educação inclusiva estão concentrados no despreparo docente e nas próprias limitações dos estudantes, a fim de justificar as dificuldades percebidas no atual formato de educação inclusiva.

Apesar desses fatores, a inserção de estudantes com deficiência em escolas comuns continua aumentando, sem maiores reflexões ou questionamentos sobre como isso está ocorrendo.

Percebe-se, ainda, que o conceito de educação para todos permanece ocultando um amplo fenômeno de exclusão daqueles que não conseguem aprender nos moldes da atual escola. Ademais, na dificuldade de compreender como ações inclusivas ocultam práticas de ensino excludentes, a responsabilidade pelo insucesso acadêmico recai sempre sobre o aluno.

Por outro lado, a função social da escola enquanto espaço de transmissão do conhecimento historicamente produzido ainda deve ser recuperada, além de compartilhada entre todos aqueles que são responsáveis por garantir que a escola cumpra sua função. Na medida em que o objetivo da escola se tornar consciente pelos professores, poderemos pensar em propostas adequadas para o ensino de todos os estudantes.

Reivindica-se, portanto, o movimento contínuo do exercício de crítica sobre as políticas públicas instituídas, para além da sua aparente coerência, fundamentada em princípios que nos permitam compreender a realidade em sua dimensão histórica.

Cabe, ainda, identificar as contradições presentes em tais políticas e promover mediações na formação de professores e alunos, de tal modo que a consciência sobre a realidade concreta os capacite a agir de modo intencional, visando a sua transformação. Trata-se um movimento consciente de autotransformação e de transformação da própria sociedade, dialeticamente constituído.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. *Revista do Ministério Público do Trabalho*, São Paulo, ano XI, n. 21, p. 160-173, Março, 2001.

BARROCO, S. M. S. Sala de recursos e linguagem verbal: em defesa do desenvolvimento do humano no aluno. In: FACCI, M. G. D.; MEIRA, M. E. M.; TULESKI, S. C. (Orgs.). *A exclusão dos “incluídos”*: uma crítica da Psicologia da Educação à patologização e medicalização dos processos educativos. 2. ed. Maringá: Eduem, 2012. p. 277-298.

BATISTÃO, S. P. S. *Educação Inclusiva ou Educação para todos?*: contribuições da teoria histórico-cultural para uma análise crítica da realidade escolar. 2013. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BOURDIEU, P. *A miséria do mundo*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRASIL. MEC. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.

_____. *Parâmetros curriculares nacionais*: adaptações curriculares. Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998.

_____. Parecer n. 17, de 3 de julho de 2001. *Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica*. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____. *Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BUENO, J. G. S. Função social da escola e organização do trabalho pedagógico. *Educar em Revista*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2001, n. 17, p. 101-110.

CARVALHO, S. R.; MARTINS, L. M. A sociedade capitalista e a inclusão/exclusão. In: FACCI, M. G. D.; MEIRA, M. E. M.; TULESKI, S. C. (Orgs.). *A exclusão dos “incluídos”*: uma crítica da Psicologia da Educação à patologização e medicalização dos processos educativos. 2. ed. Maringá: Eduem, 2012. p. 19-32.

DUARTE, N. *Vigotski e o “aprender a aprender”*: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2006. EIDT, N. M.; CAMBAÚVA, L. G. Capitalismo, pós-modernidade, neoliberalismo e a subjetividade fragmentada. In: FACCI, M. G. D.; MEIRA, M. E. M.; TULESKI, S. C. (Orgs.). *A exclusão dos “incluídos”*: uma crítica da Psicologia da Educação à patologização e medicalização dos processos educativos. 2. ed. Maringá: Eduem, 2012. p. 33-51.

KLEIN, L. R.; SILVA, G. L. R. Armadilha da inclusão: contraposições entre deficiência, diferença e desigualdade social. In: BARROCO, S. M. S.;

LEONARDO, N. S. T.; SILVA, T. S. A. (Orgs.). *Educação especial e Teoria Histórico-Cultural: em defesa da humanização do homem*. Maringá: EDUEM, 2012, p. 23-39.

LOPES, M. A. C. *Ensinar: “então, é função de quem?” - Atuação do professor interlocutor na educação de surdos da rede estadual paulista*. 2015. 208 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 33, p. 387-405, 2006.

MENDONÇA, S. R. D. *Trajetórias socioeducacionais de adultos surdos: condições sociais, familiares e escolares*. 2007. 210 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

PARO, V. H. *Gestão democrática da escola pública*. São Paulo, Ática, 1997.

PEREIRA, E. C. *Os processos formativos do professor de alunos com transtorno do espectro autista: contribuições da teoria histórico-cultural*. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

PRIETO, R. G. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: ARANTES, V. A. (Org.). *Inclusão escolar: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2006. p. 31-73.

SAES, D. *Democracia*. São Paulo: Ática, 1987.

SAMPAIO, M. M. F. *Um gosto amargo de escola: relação entre currículo, ensino e fracasso escolar*. São Paulo: EDUC, 1998.

SAVIANI, D. A função docente e a produção do conhecimento. In: *Educação e Filosofia*, n. 11, v. 21 e 22, Jan/Jul e Jul/Dez. 1997. p. 127-140

SAVIANI, D. *Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações*. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2013. Original de 1991.

UNESCO. *Declaração de Salamanca*. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Salamanca, Espanha, 7 - 10 de junho de 1994. Editado pela Unesco.

VIGOTSKI, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

VIGOTSKI, L. S. *Obras escogidas*. Madrid: Machado Libros, 2012. v. 5.

FINANCIAMENTO E INTERFACES SOCIETAIS NA POLÍTICA MUNICIPAL DE ESPORTE DA CIDADE DE SÃO PAULO

URSULA DIAS PERES

ANDRÉ GALINDO DA COSTA

O município de São Paulo é a capital do estado de São Paulo e constitui-se no principal centro financeiro do Brasil e da América do Sul. São Paulo é composto hoje por uma população estimada de mais de 11 milhões de pessoas, tendo um PIB de R\$ 499 bilhões (IBGE, 2015). O orçamento previsto pela prefeitura de São Paulo para o ano de 2015 foi de R\$ 51 bilhões. No mesmo ano, o total estimado de recursos orçamentários destinados à Secretaria de Esporte, Lazer e Recreação da Prefeitura de São Paulo (SEME) foi de R\$ 539 milhões, 1,05% do total dos recursos orçamentários do município (SÃO PAULO, 2014).

A cidade é destaque pelo seu grande potencial cultural, econômico e científico, sendo todos os anos sede de diversos eventos esportivos nacionais e internacionais. São Paulo ficaria ainda mais em evidência depois de ter sido escolhida como sede de dois grandes eventos esportivos nacionais: a Copa do Mundo do Brasil de 2014, a qual a cidade foi uma de suas sedes, e os Jogos Olímpicos de Verão de 2016 do Rio de Janeiro, a qual a cidade figura como subsede.

Em relação às interfaces socioestatais da SEME, podemos destacar algumas, entre elas a Ouvidoria, criada em 2013 pela Portaria nº 0005/SEME.G/2013. Tal portaria estabeleceu como atribuição da ouvidoria a apuração de denúncias por atos ilegais cometidos pelos servidores da secretaria ou por entidades conveniadas à secretaria, garantindo sempre o sigilo dos denunciadores (SÃO PAULO, 2015).

Outro instrumento importante como interface socioestatal no âmbito da SEME é o Conselho Municipal de Esportes, Lazer e Recreação, criado em 2008, na gestão do então prefeito de São Paulo Gilberto Kassab. O conselho foi constituído como órgão colegiado da secretaria, tendo caráter consultivo e

propositivo na política municipal de esporte, lazer e recreação. O conselho tem caráter consultivo e é responsável formal pela institucionalização da relação entre administração pública e setores da sociedade civil ligados à área do esporte (SÃO PAULO, 2015).

O conselho tem como presidente o secretário municipal de esportes, lazer e recreação e é composto por (SÃO PAULO, 2008, ART. 4º):

II - 1 (um) representante de cada uma das seguintes Secretarias Municipais, indicado pelo respectivo Titular:

- a) Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras;
- b) Secretaria Municipal de Educação;
- c) Secretaria Municipal de Participação e Parceria;
- d) Secretaria Municipal de Cultura;
- e) Secretaria Municipal da Saúde;

III - 2 (dois) servidores municipais, efetivos ou comissionados, lotados na Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação, indicados pelo titular desse órgão;

IV - 1 (um) representante indicado por cada uma das seguintes instituições:

- a) Sindicato dos Clubes do Estado de São Paulo - SIN-DI-CLUBE;
- b) União das Federações Esportivas do Estado de São Paulo - UFEESP;
- c) Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região - CREF4/SP;
- d) Panathlon Club de São Paulo;

Em 2014, já sob o governo do prefeito Fernando Haddad, com o intuito de fortalecer e dar maior capacidade de gestão ao conselho foi criada a Secretaria de Apoio do Conselho Municipal de Esporte, Lazer e Recreação (SÃO PAULO, 2015).

Cabe destacar também que, no ano de 2010, a SEME, com o apoio do Ministério do Esporte, organizou a III Conferência Municipal de Esportes. A mesma contou com a participação de 1800 pessoas e teve o seguinte tema: Plano Decenal de Esporte e Lazer 10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais. Das discussões resultaram ações e metas específicas

para o município ligadas a dez diferentes linhas estratégicas, as quais são (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2010):

- Sistema Nacional de Esporte e Lazer;
- Formação e valorização profissional;
- Esporte, lazer e recreação;
- Esporte, saúde e qualidade de vida;
- Ciência, tecnologia e inovação;
- Esporte de alto rendimento;
- Futebol;
- Financiamento do Esporte;
- Infraestrutura esportiva;
- Esporte e economia.

FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DE 2010 A 2014

A CF/88 não foi apenas um marco importante para a organização de espaços participativos, mas também trouxe importantes contribuições no que diz respeito ao planejamento público, sobretudo o planejamento associado às despesas. A Carta Magna foi um importante divisor de águas nas atividades de planejamento financeiro e orçamentário, na medida em que criou o sistema orçamentário composto por três instrumentos legais: Lei Orçamentária Anual (LOA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Plano Plurianual de Ações (PPA). Com o passar dos anos, essas ferramentas têm se aperfeiçoado tanto do ponto de vista técnico quanto legal e hoje configuram, desde a etapa de planejamento até a sua efetiva execução, como importantes meios de monitoramento das políticas públicas. Uma das questões mais relevantes do campo orçamentário, e que permite tal atividade, são os avanços em publicidade e transparência, permitidos tanto pela evolução de tecnologia da informação quanto da legislação (ABRUCIO; LOUREIRO, 2004).

O orçamento público do município de São Paulo e sua respectiva execução, quando analisados entre os anos de 2010 e 2014, demonstram importantes particularidades que ajudam na compreensão sobre as políticas públicas de esportes no município. As observações, nesse estudo, ficam direcionadas à

evolução e à composição dos gastos públicos na área. Porém, quando feitas algumas comparações ou destacadas algumas características específicas, é possível realizar algumas inferências importantes, como a continuidade na estrutura econômica das despesas e a baixa transversalidade da política de esportes em outros órgãos municipais, como será demonstrado adiante.

Ano	Município Orçamento inicial	Desporto e Lazer Orçamento inicial	Orçado Esporte/ Orçado Município (%)	Município Valor Empenhado	Desporto e Lazer Valor Empenhado	Empenhado Esporte/ Empenhado Município (%)
2010	35.432	264	0,75%	36.529	265	0,73%
2011	42.530	344	0,81%	38.138	256	0,67%
2012	43.649	363	0,83%	41.018	315	0,77%
2013	44.732	388	0,87%	41.640	309	0,74%
2014	50.569	663	1,31%	41.660	280	0,67%

Tabela 1: Relação percentual de valores orçados e empenhados do município em relação a função de Desporto e Lazer entre 2010 e 2014. Valores em R\$ milhões.

Fonte: Produzido pelos autores a partir de dados e informações da Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico de São Paulo.

As apreciações referentes ao orçamento, com enfoque para as despesas na área de Desporto e Lazer⁶³, iniciam-se com uma característica muito importante, conforme pode ser visto na tabela 1 acima. Tal característica é a de que os gastos na área de Desporto e Lazer representam um percentual muito pequeno frente ao orçamento do município de São Paulo. Isso pode ser identificado quando, por exemplo, encontramos que, entre 2010 e 2014, os valores percentuais destinados à função Desporto e Lazer no orçamento foram inferiores a 1% do total previsto no orçamento, com exceção do ano de 2014, quando o valor percentual foi de 1,31% do total do orçamento do município. Nesse mesmo ano, a quantidade orçada para a função de Desporto e Lazer também teve importante variação quando comparada ao ano anterior em valores reais. Para 2013, o valor orçado foi de R\$ 388.663.301,71, já em 2014 foi de R\$ 663.684.092,00, ou seja, de um ano para outro houve um aumento percentual de 71% do valor orçado.

63. Conforme a Portaria MOG 42/99, que estabeleceu a classificação funcional das despesas, a função da área das políticas públicas em esportes é denominada como Desporto e Lazer.

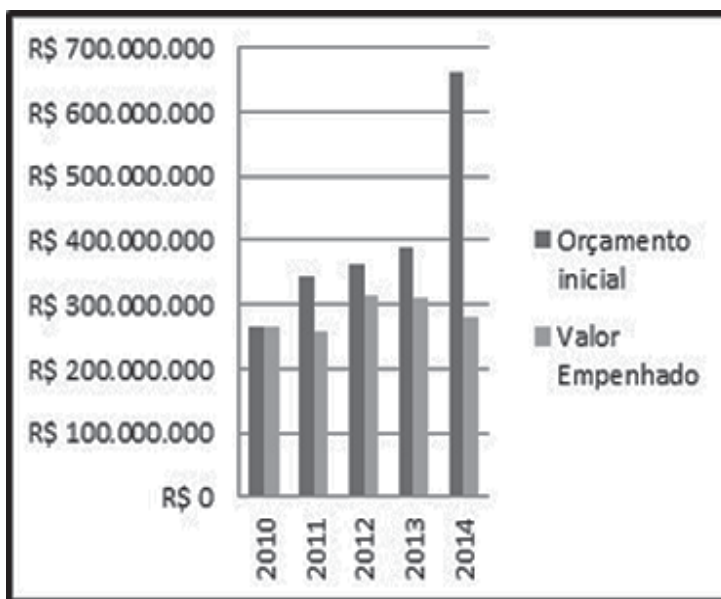


Gráfico 1: Comparação entre os valores orçados e empenhados na função Desporto e Lazer.

Fonte: Produzido pelos autores a partir de dados e informações da Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico de São Paulo.

Porém, quando analisados os valores executados, considerando como tal os empenhos efetivamente realizados, os valores da área são ainda menores. Isso se dá já que no período do total empenhado pelo município a função Desporto e Lazer representou no máximo 0,77% no ano de 2012. Os anos de 2011 e 2014 alcançariam os piores resultados durante o período analisado, já que nos dois anos executou-se apenas 0,67%. Isso faz com que, enquanto o ano de 2014 teve uma importante melhora em relação a valores orçados, isso não se refletiu nos valores empenhados. Em valores reais, empenhou-se da função Desporto e Lazer R\$ 309.519.433,17 em 2013 e R\$ 280.771.065,32 em 2014, tendo, então, uma redução de R\$ 9,29% de um ano para o outro. O gráfico 1 abaixo sintetiza a imagem de baixa execução orçamentária na função Desporto e Lazer; neste, percebe-se que a exceção do ano de 2010, em todos os outros anos, os valores empenhados foram inferiores aos orçados.

Entre os anos de 2010 e 2014, do total de despesas empenhadas referentes à função Desporto e Lazer houve uma grande concentração na SEME, que

correspondeu a um percentual de 92% do total, como pode ser observado no gráfico 2 a seguir.

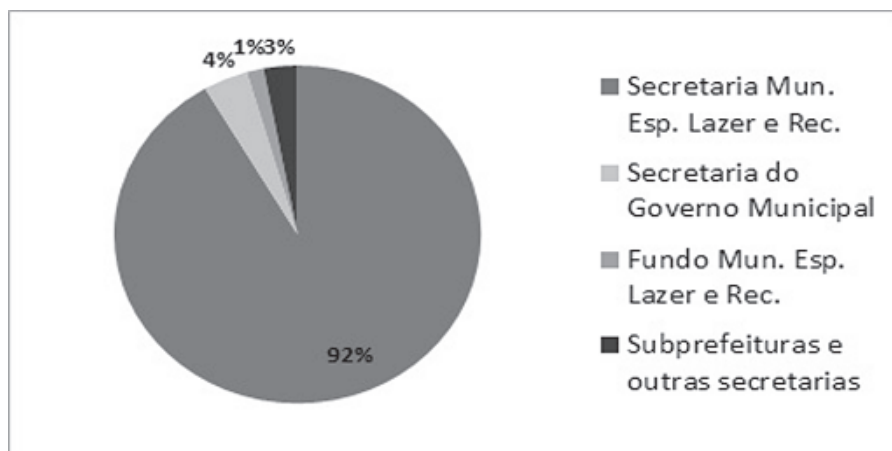


Gráfico 2: Total empenhado em Desporto e Lazer nos diferentes órgãos entre 2010 e 2014.

Fonte: Produzido pelos autores a partir de dados e informações da Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico de São Paulo.

A Secretaria do Governo Municipal foi responsável pela execução de 4% do total das despesas empenhadas no período, e as subprefeituras e outras secretarias foram responsáveis pela execução de 3% do total das despesas. Chama a atenção o fato do total da execução orçamentária referentes ao Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação corresponderem a apenas 1% do total. Isso gera a necessidade de novas pesquisas que pensem qual tem sido o papel do fundo desde a sua criação até os dias de hoje, além de refletir sobre se efetivamente tem tido uma importância na promoção do esporte no município. Cabe destacar que o Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação foi criado pela Lei 13.790/04 e regulamentado pela Lei 50.248/08, as quais preveem que seus recursos devem ser destinados ao estímulo de atividades físicas e recreativas e em eventos, desde que estes tragam contribuições econômicas ou de qualidade de vida.

A partir do gráfico 3 a seguir, que apresenta as despesas por categoria econômica, pode-se observar como, entre os anos de 2010 e 2013, as despesas correntes foram superiores às despesas de capital.

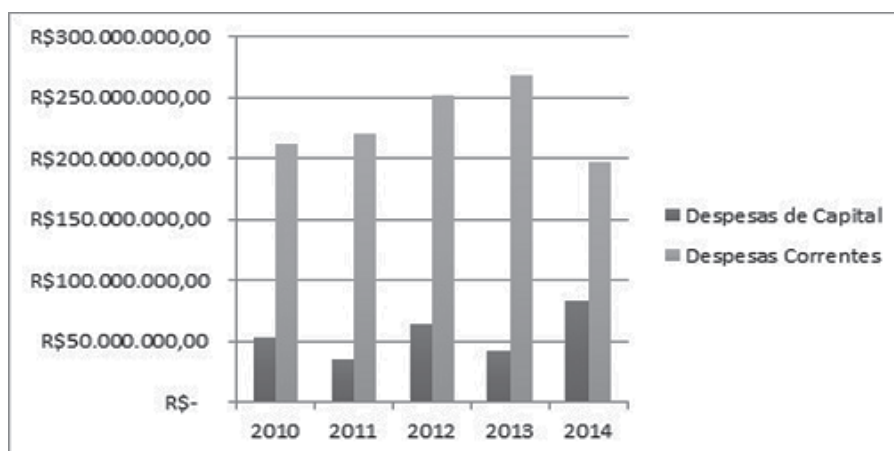


Gráfico 3: Despesas empenhadas com a função Desporto e Lazer por categoria econômica.

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico de São Paulo.

Outro ponto marcante é que as despesas correntes em valor real tiveram uma tendência de aumento constante entre os anos de 2010 e 2013. Essa lógica sofreu uma inversão no ano de 2014 quando as despesas correntes tiveram uma redução acompanhada de um aumento das despesas de capital.

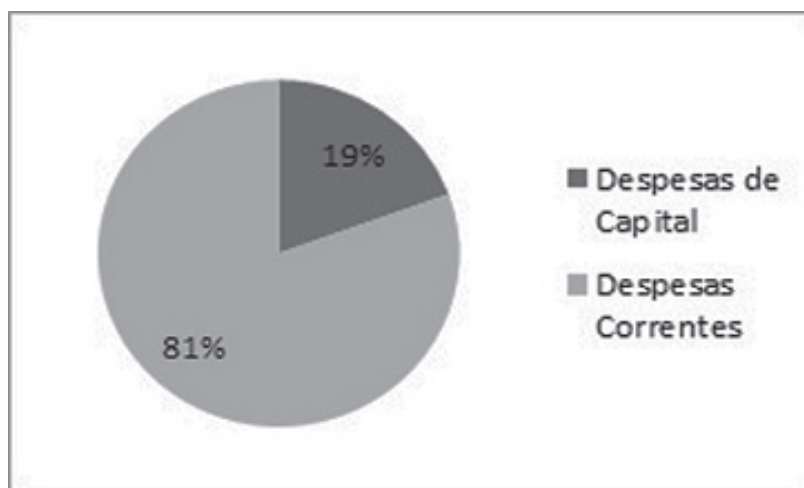


Gráfico 4: Totais percentuais de despesas de capital e de despesas correntes empenhadas das despesas da função Desporto e Lazer entre 2010 e 2014.

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico de São Paulo.

Quando visto o gráfico 4, a premissa de maior concentração de despesas correntes frente às despesas de capital se reforça, já que, entre os anos de 2010 e 2014, da totalidade de despesas empenhadas da função Desporto e Lazer 81% foram na forma de despesas correntes, restando assim 19% para as despesas de capital em todo o período estudado.

Quando as despesas classificadas conforme a categoria econômica são desmembradas na subclassificação por grupo de natureza econômica, novos elementos importantes surgem, como mostra o gráfico 5.

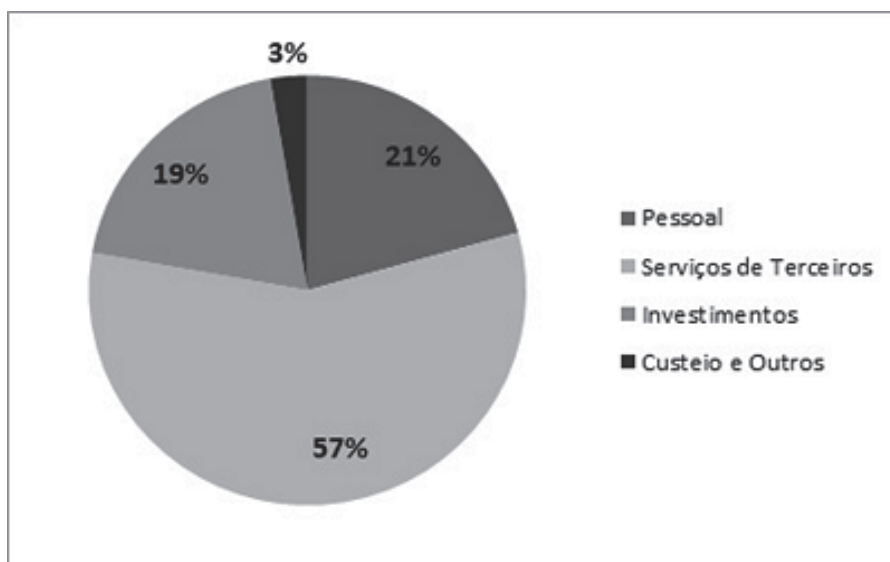


Gráfico 5: Valores percentuais de despesas empenhadas em Desporto e Lazer por grupo de natureza da despesa entre 2010 e 2014.

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico de São Paulo.

Entre eles, está o fato de que de 2010 a 2014 as despesas empenhadas concentraram-se em serviços de terceiros, que correspondeu a 57% do total empenhado na função Desporto e Lazer no período. As despesas com pessoal corresponderam a 21% das despesas empenhadas no período e os custeio e outras despesas a apenas 3%.

ANO	Pessoal	Serviços de Terceiros	Investimentos	Custeio e Outros	TOTAL ANO
2010	51.218	151.645	53.292	8.877	265.035
2011	59.988	152.999	35.162	7.866	256.016
2012	62.327	179.679	63.643	9.788	315.438
2013	63.379	196.236	41.975	7.927	309.519
2014	58.060	134.591	83.600	4.518	280.771
TOTAL	294.975	815.151	277.673	38.978	1.426.779

Tabela 3: Despesas em Desporto e Lazer por natureza da despesa entre 2010 e 2014. Valores em R\$ mil.

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico de São Paulo.

Através da tabela 3 acima, é possível perceber que, entre os anos de 2013 e 2014, houve uma importante redução nos valores das despesas empenhadas com pessoal, serviços de terceiros e custeio e outros. A mesma foi acompanhada de um aumento no valor dos investimentos. Destaque para as despesas com serviços de terceiros que eram de R\$ 196.236.395,82 no ano de 2013 e passaram para R\$ 134.591.619,00 em 2014, redução de 31,4%. Já os investimentos, que eram no valor de R\$ 41.975.613,42 em 2013, passaram para R\$ 83.600.106,25 no ano de 2014, aumento de quase 100% quando comparado ao ano anterior.

Analisando as características das análises orçamentárias da SEME temos um conjunto fértil de reflexões e suposições. Apesar da evolução normativa e institucional das últimas décadas, as políticas públicas de esporte ainda carecem de demarcações e diretrizes mais claras, assim como garantias para sua continuidade. A cidade de São Paulo, frente a sua complexidade, grande extensão territorial, populacional e importância nacional, apresenta particularidades ainda mais relevantes nesse contexto. Associar a política de esportes ao desenvolvimento da criança e do jovem como pressuposto nas propostas dos Centros Educacionais Unificados teria possibilitado a associação das atividades esportivas ao lazer e, principalmente, à educação, como ocorre em diversos países da OCDE. No entanto, com o passar dos anos, diversos fatores, dentre eles a alternância de governos, fizeram com que tal objetivo não fosse integralmente atingido.

O modelo clubista, no qual o esporte é desenvolvido, dissociado da educação e outras políticas públicas, atrapalha o desenvolvimento de uma política pública de esporte inclusiva. Esse modelo baseia-se no fato de que tradicionalmente no Brasil recursos públicos são destinados a organizações

privadas, que, apesar de figurarem sem fins lucrativos, tem grandes dimensões patrimoniais e aporte de receitas e limitam-se à promoção de esporte profissional de alto rendimento ou aos seus associados. Exemplo clássico disso são os clubes de futebol. Ao optar pelo desenvolvimento de atividades esportivas nos Centros Desportivos Municipais (CDM's), por meio da contratação de serviços terceirizados, a municipalidade reforça esse modelo. Soma-se a esse aspecto outra importante característica SEME paulistana, trata-se da ausência de estrutura de recursos humanos efetiva e especializados em política esportiva na prefeitura de São Paulo. Há a necessidade de pessoal capaz de atuar, sobretudo, em políticas públicas que buscam a promoção do esporte-lazer e do esporte-educação, políticas essas que teriam um caráter transversal e intersetorial e apresentasse interfaces com secretarias municipais como a de saúde e de educação.

Como apresentado, uma das características das despesas da função Desporto e Lazer é sua concentração na SEME, o que dificulta a transversalidade da política. Outro ponto relevante é que 57% dos recursos entre os anos de 2010 e 2014, como apresentado no gráfico 5, pertencem ao grupo de Serviços de Terceiros, enquanto as despesas de pessoal representam apenas 21% do total. Isso vai ao encontro de outro problema apontado, que é a necessidade de estruturação de um quadro de pessoal preparado para os desafios das políticas de esportes na cidade de São Paulo. Isso se dá já que boa parcela desses serviços contratados faz com que eles configurem como responsáveis como implementadores das políticas públicas na área, sem que haja uma conexão adequada com os tomadores de decisão e as diretrizes estratégicas para a área. O quadro apresentado abre a possibilidade de dois estudos necessários para o aprofundamento da questão. O primeiro é uma investigação que busque entender os limites e potencialidades dos prestadores de serviços, sobretudo as organizações sociais, e o segundo que demonstre qual o papel que essas prestadoras de serviço têm diante do Conselho Municipal de Esportes, Lazer e Recreação e outras interfaces socioestatais existentes na estrutura organizacional da SEME

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como principal intuito apresentar algumas facetas da política de esportes enquanto preocupação do Estado, no contexto da Prefeitura de São Paulo, com enfoque para dois aspectos: as interfaces socioestatais e o seu financiamento. Quanto às interfaces, foi possível

perceber que elas passaram a ter uma presença mais significativa na última década no governo federal. Na Prefeitura de São Paulo não foi diferente, já que hoje dentro da estrutura da SEME existem também espaços participativos permanentes, como o Conselho de Esportes, Lazer e Recreação, e esporádicos, como as Conferências Municipais. O que essa pesquisa não alcançou e que deixa como proposta de novas atividades investigativas é a compreensão dos limites e potencialidades dos mesmos e compreender como se dão os conflitos e relações de forças dentro deles, sobretudo no que tange às organizações sociais que atuam na área.

Quanto ao financiamento dessas políticas, foi possível identificar algumas características comuns no contexto brasileiro, como, por exemplo, uma maior concentração de recursos na forma de despesas correntes, quando comparado às despesas de capital. Isso reflete em gastos com custeios superiores aos gastos com investimentos em bens patrimoniais. Quando levado em conta que a maior parte desses recursos, no período estudado, foi destinado a serviços de terceiros, destaca-se a opção por uma política na qual a postura do governo municipal é mais de coordenação e regulação de organizações prestadoras de serviços, com baixo aparato efetivo de recursos humanos na área de esportes. Tal característica implica a necessidade de aprofundamento da pesquisa sobre os tipos de relações geradas entre o Estado e essas organizações terceirizadas, e quais os impactos disso para as políticas públicas de esportes do município.

Outro ponto de destaque para futuras pesquisas é o levantamento das características programáticas da área de Desporto e Lazer no período e seus respectivos projetos e atividades. Tal levantamento é de extrema importância para que se tenha uma melhor representação e detalhamento de como foram realizados os gastos na área de esporte.

Por fim, vale destacar que essa pesquisa representa um passo inicial na compreensão do universo das políticas públicas de esportes na cidade mais populosa do Brasil. Mesmo assim, teve o potencial de demonstrar quantas carências existem nesse contexto, apesar da estruturação evolutiva na política esportiva. Também foi capaz de nos mostrar como as decisões tomadas no nível da União geram regras institucionais que condicionam e influenciam a atuação em nível local, e que, por mais que se queira construir uma concepção mais universal, educativa e democrática das políticas de esportes, interesses particularidades e movimentos com magnitudes internacionais apresentam-se como agentes conflitantes e que aumentam a complexidade da busca por esse ideal.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz; LOUREIRO, Maria Rita. Finanças públicas, democracia e *accountability*: debate teórico e o caso brasileiro. AVARTE, Paulo; BIDERMAN, Ciro. Economia do setor público no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 75 – 102, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>, acesso em: 20 de junho de 2015a.

BRASIL. Lei Federal de Incentivo ao Esporte. Lei nº 11.438/06. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11438.htm>, acesso em: 20 de dezembro de 2015b.

BRASIL. Normas Gerais de Direito Financeiro. Lei 4.320 de 1964. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320compilado.htm> Acesso em 16 de novembro de 2015c.

IBGE. IBGE Cidades@ São Paulo. Disponível em :<http://cidades.ibge.gov.br/download/mapa_e_municipios.php?lang=&uf=sp>. Acessado em : 28 de setembro de 2015.

MINISTÉRIO DE ORÇAMENTO E GESTÃO. Portaria de nº 42 de 1999. Discriminação das Despesas por Funções. Disponível em: < <http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/portaria42.pdf>> Acesso em: 03 de junho de 2015.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. II Conferência Nacional do Esporte: Documento Final. 2006. Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br/conferencianacional/conferencia2/documentoFinal.jsp>>. Acessado em: 28 de setembro de 2015.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. III Conferência Nacional do Esporte: por um time chamado Brasil. Documento Final. 2010. Disponível em: <<http://www2.esporte.gov.br/conferencianacional/default.jsp>>. Acessado em: 28 de setembro de 2015b.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. Conferência Nacional do Esporte: Documento final. Brasília: Ministério do Esporte, 2004.

POLÍTICA NACIONAL DO ESPORTE. Ministério do Esporte. 2005. Disponível em: < <http://www2.esporte.gov.br/arquivos/conselhoEsporte/polNacEsp.pdf>> Acesso em: 02 de junho de 2015.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento da Política Nacional do Esporte. São Paulo: Secretária de Imprensa e Porta-voz, 2005.

SÃO PAULO. Decreto 50.212 de 12 de novembro de 2008. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2008.

SÃO PAULO. Lei 16.099/14. Lei Orçamentária Anual da Prefeitura de São Paulo de 2015: promulgada em 30 de dezembro de 2014. São Paulo : Câmara Municipal de São Paulo, 2014.



INOVAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DOS PORTAIS E FERRAMENTAS PARA DISSEMINAÇÃO

JORGE MACHADO

GISELE CRAVEIRO

A disseminação⁶⁴ e a replicação de políticas públicas exitosas têm sido historicamente um objetivo perseguido por gestores e estudiosos da área (ROSE, 1991, 1993; DOLOWITZ & MARSCH, 1996; WALKER, 1969; EVANS & DAVIES, 1999; MARSH & SHARMAN, 2009, BENSON & JORDAN, 2011). A replicação de métodos, tecnologias e técnicas sociais constitui componente-chave de iniciativas que buscam introduzir práticas mais inovativas e efetivas para melhorar a gestão pública (STONE, 1999; UDESA, 2006, GRAY, 1975; GRUPP & RICHARD, 1973). Isso pressupõe a busca por melhores fórmulas ou modelos atendam a problemas relacionados aos mais diversos aspectos da vida social cuja percepção é comum em diferentes agrupamentos humanos.

No centro disso está a concepção que boas políticas (ou “boas práticas”⁶⁵) podem ser aplicadas em diferentes contextos. Para DOLOWITZ (2003) embora sistemas políticos estrangeiros possam ser interessantes laboratórios de inovação política, o problema é como compartilhar/reusar/adaptar a experiência e o conhecimento de boas políticas produzida ao redor do mundo. Se vemos o conhecimento como um “bem público global” cuja circulação é chave para promover o desenvolvimento humano, como Joseph Stiglitz (STIGLITZ, 1999) propõe, é crucial o desenvolvimento de sistemas, modelos e protocolos que permitam o melhor uso da informação disponível. Por outro

64. As definições de difusão de políticas públicas na literatura são distintas e basicamente focadas: i) no processo (DOLOWITZ & MARSH, 1996), ii) nas causas (SIMMONS, DOBBIN e GARRETT, 2008) ou iii) na forma de comunicação (ROGERS, 1962). Para outros, a disseminação da informação é principalmente por relações de proximidade ou vizinhança (WALKER, 1969, GRUPP & RICHARDS, 1975; LIGHT, 1978, BERRY & BERRY, 1990).

65. No documento “Report of the Preparatory Committee for the United Nations Conference on Human Settlements”, apresentado à Assembleia Geral da ONU, “best practices” são entendidas como práticas que: (1) têm um impacto visível e tangível na melhoria da qualidade de vida das pessoas; (2) são o resultado de parceria efetiva entre os setores público, privado e sociedade civil e (3) são social, econômica e ambientalmente sustentáveis - UN, 1995, A/50/37, cf. ALBERTI & BERTUCCI (2006: 17).

lado, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável⁶⁶ propõe metas e objetivos que podem ser melhor alcançados através de um compartilhamento eficiente de práticas e conhecimentos. A proposta deste estudo é avaliar a forma que se dá a disseminação de informações em portais relevantes sob a perspectiva da interoperabilidade e da aplicação de tecnologias / formatos / licenças abertas, a fim de permitir a reutilização da informação. Para essa tarefa, fazemos uma comparação de diferentes iniciativas de transferência / disseminação / replicação de políticas usando critérios modernos relacionados aos protocolos mais eficientes, abertos e eficientes, formatos de arquivos, metodologias que fomentam a colaboração, participação e reutilização e disseminação de informações.

A expansão da infraestrutura de telecomunicações gerou um ambiente favorável à inovação com base no compartilhamento e melhor utilização da informação produzida em diferentes lugares. O exemplo mais conhecido é o software *open source* / livre, que surgiu em 1983, com o lançamento do projeto GNU-Linux (STALMANN, 1983). Desde a década de 90, têm sido desenvolvidas formas de inovação com base em modelos e protocolos comuns de difusão que facilitam o processamento, tratamento e reutilização da informação. O software livre é baseado em quatro princípios (ou “liberdades”) – de executar o software para qualquer propósito, de estudar como o programa funciona, de redistribuir cópias e de melhorar o programa e liberar os seus aperfeiçoamentos para o público (FSF, 2015) –, garantidas legalmente por um modelo de licenciamento aberto - licenças GPL (Gnu Project License). O desenvolvimento baseado em código aberto é através de um sistema de feedback que permite corrigir erros e compartilhar rapidamente as melhorias de código (RAYMOND, 1999) e que ao mesmo tempo é totalmente auditável.

Inspirados pelo movimento do software livre, surgiram outros movimentos “abertos”: Inovação Aberta (“Open Innovation”), Acesso Aberto (publicações técnicas e científicas), Dados Abertos⁶⁷ (informação primária), governo aberto

66. A Agenda 2030 das Nações Unidas inclui 17 objetivos e 169 metas integradas em três dimensões do desenvolvimento sustentável: o econômico, social e ambiental. Ver <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld>

67. Hoje em dia, para serem considerados “dados abertos”, um banco de dados ou informação tem de seguir oito princípios: completos (todos os dados públicos são disponibilizados), primários (tal como recolhidos na fonte, com o mais alto nível possível de granularidade, não de forma agregada ou modificados), oportunos (tão rapidamente quanto necessário para preservar o valor dos dados), acessível (disponível para a mais ampla gama de usuários para a mais ampla gama de propósitos), processável por máquinas (devem ser razoavelmente estruturados para permitir processamento automatizado), não-discriminatório (disponível para qualquer pessoa, sem a exigência de inscrição), não-proprietário (em um formato sobre o qual nenhuma entidade tem controle exclusivo) e sob licença livre (não sujeitos a qualquer direito autoral, patente, marca registrada ou regulamento segredo comercial; e com proteção de privacidade razoável – podem ser permitidas restrições de segurança e de privilégio. Para mais detalhes, consulte OPENDATAGOV, 2015.

(abertura e participação nos governos) e Open Spending (dados orçamentários) – para citar alguns dos principais. Apoiadas pelo contínuo desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação (CASTELLS, 1996, BENKLER, 2005), essas comunidades têm em comum umas com as outras a meta de facilitar a divulgação e a partilha de informação. A grande vantagem desses sistemas é de garantir um círculo virtuoso de inovação.

Entretanto, não há um modelo de inovação aberta aplicado à políticas públicas. A maior parte das iniciativas atuais são baseadas na criação espontânea de bases de dados descritas como “boas práticas” (UNPAN, 2015; NATIONAL LEAGUE OF CITIES, 2015; CANADIAN BEST PRACTICES PORTAL, 2015). As bases mais importantes⁶⁸ não possuem um protocolo comum, não se comunicam umas com as outras, não seguem um modelo de publicação e não possuem uma licença de conteúdo que permita o reuso da informação, mesmo sendo esta gerada por ente público. Em geral, elas não oferecem informação técnica ou primária sobre as políticas, extremamente importantes a gestores e pessoal técnico. Tais bases, em geral, também não têm um sistema que permita avaliação independente, incluindo a possibilidade de inserir, comentários, feedback e notas. Na maioria dos casos, a informação disponível é produzida pelos próprios proponentes das políticas – havendo aí uma ausência de autocritica. Em suma, elas têm suas funcionalidades bastante limitadas no sentido de cumprir seu propósito de promover e divulgar boas políticas públicas.

Para tratar de inovação na política pública, tomamos como referência a definição clássica de Rogers para a inovação. Para ele, a inovação são ideias, práticas ou objetos que são percebidos como novo por um indivíduo ou organização. Assim, não importa se a ideia já existe em outro lugar: mas sim que não tenha precedente para seus potenciais adotantes (ROGERS, 1962).

Para Rogers (1962), a aceitação de uma inovação depende das seguintes características: a) vantagem comparativa: na medida em que a inovação é percebida como melhor do que uma prática anterior; b) compatibilidade: o grau em que a inovação é percebida como consistente com os valores, experiências e necessidades dos potenciais adotantes; c) complexidade: dificuldade de compreender e utilizar a inovação; d) possibilidade de testar: a chance do usuário de provar a inovação antes de aderir a ela; e) observação: medida em que os benefícios da inovação são visíveis. Neste sentido, a inovação na política pública deve ser percebida pela vantagem comparativa em relação ao que será substituído, a sua visibilidade aos potenciais interessados, a possibilidade de ser testada, a sua compatibilidade com o ambiente e a chance de ser adotada.

68. Em uma pesquisa preliminar para o projeto, foram pesquisadas bases de dados nas línguas inglês, espanhol e português.

Além da concepção de Rogers, surgiu o conceito de Open Innovation. Promovido em primeiro lugar por Henry Chesbrough (CHESBROUGH, 2003) – professor e diretor do Center for Open Innovation da Universidade da Califórnia (Berkeley) –, o termo *open innovation* tem como ideia central o desenvolvimento de fontes internas e externas de informação num contexto onde o conhecimento é amplamente distribuído para gerar oportunidades de inovação. Isso pode ser traduzido por uma mudança no uso, manejo e emprego de propriedade intelectual, nos aspectos técnicos envolvidos e na forma como a investigação é produzida para gerar conhecimento.

Na seção seguinte, apresentamos a relação entre o potencial de disseminação de políticas públicas e as modernas tecnologias e protocolos abertos. Na terceira parte, descrevemos, comparamos e analisamos algumas iniciativas relevantes de portais de transferência de políticas baseadas no uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Finalmente, concluímos este estudo com algumas recomendações para melhorias das iniciativas e seus portais relacionados.

O USO DAS TICs PARA PROMOVER INOVAÇÃO: O MODELO DO SOFTWARE LIVRE

A expansão da infraestrutura de telecomunicações gerou um ambiente favorável à inovação, baseado no compartilhamento e melhor aproveitamento da informação produzida em diferentes territórios. O modelo mais conhecido é o desenvolvimento colaborativo de software livre de código aberto (FLOSS), surgido em 1983 com o lançamento do projeto GNU-Linux (Stalman 1983). O software livre é baseado em quatro princípios (ou “liberdades”): i) executar o software para qualquer propósito, ii) estudar como o programa funciona, iii) redistribuir cópias e melhorar o programa, e iv) liberar suas melhorias para o público (FSF 2018), garantido legalmente por um modelo de licenciamento aberto - licenças GPL. O desenvolvimento baseado em código aberto é através de um sistema de feedback que permite corrigir erros e compartilhar rapidamente as melhorias de código (veja Raymond 1999), que são completamente auditáveis.

O fato de o código-fonte de um software estar disponível gratuitamente atrai outros desenvolvedores, colaboradores e usuários em potencial. Com isso, grupos de pessoas são formados para colaborar e compartilhar informações entre si que, com o tempo, podem se tornar uma comunidade colaborativa de desenvolvimento de software.

O software livre geralmente usa padrões abertos. Não é apenas fundamental para o desenvolvimento de software, mas também garante acesso futuro aos

dados. Caso contrário, com um código proprietário, não é possível saber como funciona a futura plataforma de computação e como ela poderia operar com um formato de arquivo desconhecido que, devido a qualquer problema, pode não existir mais e / ou ainda estar sob uma licença restritiva.

Nos últimos anos, inspirados no FLOSS, foram desenvolvidos, em diferentes campos, formas de inovação baseadas no compartilhamento de informações que facilitam o processamento, tratamento e reutilização de informações. Exemplos provêm do Acesso Aberto (publicações técnicas e científicas), Dados Abertos (informação primária) e Gastos Abertos (orçamento), Ciência Aberta (produção científica aberta, incluindo dados primários, cadernos de pesquisa, etc.), Recursos Educativos Abertos (material educativo, incluindo formação de professores), Governo aberto (transparência, abertura e participação), Open Data (dados abertos, especialmente públicos), Open Bank⁶⁹ (acesso a registros de transações bancárias para combater fraude, corrupção e lavagem de dinheiro), Open Development⁷⁰ (cooperação internacional e desenvolvimento), Open GLAM (acesso ao património cultural de museus, bibliotecas e arquivos), Open Archivess⁷¹ (abertura e integração de repositórios institucionais), Open Transport (transporte e mobilidade urbana), Open Sustainability (abertura de bases de dados e informação sobre sustentabilidade), Política Aberta (acesso, coleta e análise de dados eleitorais, registros públicos de gastos e atividades de políticos), apenas para nomear alguns das principais vertentes desse universo “open”⁷².

Algumas organizações desempenham um papel importante na promoção da interoperabilidade global. O World Wide Web Consortium (W3C), um consórcio de organizações mundiais responsáveis pelo desenvolvimento de padrões abertos para garantir o crescimento de longo prazo da Web, padroniza, por exemplo, dois formatos amplamente utilizados na Internet, Hypertext Markup Language (HTML) e Extensible Hypertext Markup Language (XHTML). Por outro lado, a Organização para o Avanço dos Padrões de Informações Estruturadas (OASIS) padroniza documentos de escritório como textos, planilhas, apresentações e gráficos e apresentações por meio do OpenDocument Format (ODF). O ODF também é um padrão mundial reconhecido desde 2006 pela ISO. A ODF Alliance foi criada com a missão de promover o uso de padrões abertos e o

69. Ver: <https://openbankproject.com/>.

70. Sobre Open Development, ver SMITH & RAILLY (2013).

71. O objetivo da Open Archives Initiative consiste em desenvolver normas de interoperabilidade, a fim de facilitar uma difusão eficaz dos (OPEN ARCHIVES, 2018).

72. Em geral, essas comunidades têm as seguintes características em comum: i) advogar pela abertura de informação ou acesso a obras intelectuais, especialmente se estiverem sob o controle do Estado; ii) apoio ao desenvolvimento de aplicações para cruzamento, análise e visualização de informação; iii) advogar pela reutilização, distribuição e produção de obras derivadas de conteúdo por meio de políticas para a adoção de licenças livres; iv) atuar em rede para apoiar a ação política de outras organizações com finalidades semelhantes.

formato OpenDocument. Formada por governos, empresas e organizações da sociedade civil, a ODF Alliance apoia a interoperabilidade e o desenvolvimento colaborativo de padrões abertos. O ODF tem semelhanças com os protocolos TCP / IP, cuja abertura da especificação dos protocolos TCP / IP permitiu o crescimento explosivo da Internet.

Existem duas maneiras de definir “aberto” para informações. O mais antigo e mais rigoroso é a definição de código aberto do Open Source Institute (OSI 2007). Com um escopo mais amplo, a definição aberta⁷³, da Open Knowledge Foundation⁷⁴ (OK 2018). Fornecendo princípios e orientações para todas as coisas relacionadas com “aberto”, esta definição inclui acesso, redistribuição, reutilização, legibilidade de máquina, modificação, ausência de restrições tecnológicas (como DRM), não-discriminação (em relação a grupos, pessoas ou área de aplicação), o uso para qualquer finalidade, mas também a possibilidade de dois tipos de restrições: citação de fonte e / ou a obrigação de publicar dados legíveis por máquina, permitir conteúdo derivado e licenças com permissão para uso, redistribuição, modificação, separação, compilação, propagação, aplicação a qualquer propósito sob a mesma licença original (o já mencionado efeito “viral”)⁷⁵. Tomamos como referência neste estudo o OK Open Definition, porque é a definição mais precisa e tem ampla aceitação mundial entre os movimentos de informação aberta.

Como referência prática deste estudo, utilizamos o documento Melhores Práticas de Dados na Web (W3C 2017). Aprovado em 2017, este documento é um padrão das melhores práticas de publicação na Web do World Web Consortium (W3C). O objetivo do documento é desenvolver o ecossistema de dados abertos, permitindo uma melhor comunicação entre desenvolvedores e editores; fornecer orientação para melhorar a consistência na maneira como os dados são gerenciados, promovendo a reutilização dos dados; e “fomentar a confiança nos dados entre os desenvolvedores, independentemente da tecnologia que escolherem usar, aumentando o potencial de inovação genuína” (W3C 2017). Este documento inclui orientação sobre o uso de diferentes meta-dados, identificadores, vocabulários, padrões web de API, licenças, informações de versão e de proveniência, entre outros critérios.

73. See <http://opendefinition.org/od/2.1/en/>.

74. Open Knowledge (OK) é uma organização internacional sem fins lucrativos que trabalha em cada país como uma espécie de centro de projetos e iniciativas de ativistas e organizações da sociedade civil, a fim de promover a abertura, criação e compartilhamento de conhecimento (<https://okfn.org/>).

75. Para detalhes, ver: <http://opendefinition.org/licenses/>.

DADOS ABERTOS

Para serem considerados “dados abertos”, os bancos de dados ou informações devem seguir oito princípios: completo (Todos os dados públicos são disponibilizados), primários (conforme coletados na origem, com o nível mais alto possível de granularidade, não agregados ou modificados formulários), oportuno (tão rapidamente quanto necessário para preservar o valor dos dados), acessível (disponível para a mais ampla gama de usuários para a maior variedade de propósitos), processável por máquina (razoavelmente estruturado para permitir o processamento automatizado), não-discriminatório (disponível para qualquer pessoa, sem exigência de registro), não proprietário (em um formato sobre o qual nenhuma entidade tem controle exclusivo) e livre de licença (os dados não estão sujeitos a nenhum regulamento de direitos autorais, patente, marca registrada ou segredo comercial. Privacidade razoável, segurança e restrições de privilégio podem ser permitidas) (OPENDATAGOV, 2018).

Em 2013, os líderes dos países do G8 assinaram o documento “Carta de Dados Abertos do G8” (ou “ODC” em inglês), além de um documento técnico para orientar melhorias na governança, prestação de contas, promoção do desenvolvimento e inovação (Gov.uk, 2013a e 2013b). O ODC define cinco princípios para a ação estratégica neste campo pelos membros do G8. Estes incluem a expectativa de que todos os dados do governo serão publicados abertamente como padrão, juntamente com melhor qualidade, maior quantidade e a possibilidade de reutilização. Os membros do G8 também identificaram 14 áreas prioritárias - da educação ao transporte, saúde, justiça e crime.

O objetivo por trás do ODC é garantir que os dados estejam livremente disponíveis e legíveis tanto para seres humanos quanto para máquinas. Espera-se que isso aumente a transparência, torne a governança mais eficiente e estimule a inovação social por meio do uso de informações públicas. A expectativa é que todos os dados governamentais dos países signatários sejam abertos por padrão a partir do final de 2015. Os dados também serão publicados em um portal nacional para que possam ser facilmente localizados e baixados. Ele também fornece um registro de dados com listagens dos arquivos, metadados e uma interface de programação de aplicativos (API) para desenvolvedores.

Com relação às licenças, os dados devem ser liberados sob licenças abertas para evitar bloqueios ou restrições à reutilização de informações. Outros princípios do ODC incluem o uso de meta-dados consistentes para descrever os dados reais e o mapeamento dos dados. Os parceiros da ODC também devem fornecer um sistema de feedback do usuário em seus portais.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA OFERTA DE INFORMAÇÕES DAS INICIATIVAS ATUAIS DE TRANSFERÊNCIA DE POLÍTICAS

Selecionamos algumas plataformas para avaliar a eficiência da disseminação de informações, aplicando uma combinação dos critérios emergentes da Recomendação W3C, Princípios de Dados Abertos e Definição Aberta. Esses critérios estão relacionados ao uso de protocolos patrocinados, abertos e eficientes ao acesso, que promovem uma melhor qualidade dos dados, bem como metodologias que estimulem a colaboração, participação e reutilização e disseminação da informação publicada.

Para selecionar as plataformas mais relevantes, pesquisamos na web por “portal de transferência de políticas”, “disseminação de políticas”, “melhores práticas”, “soluções de cidades”, usando apenas o idioma inglês. É importante dizer que não há muitos portais com um banco de dados estruturado focado na transferência de políticas em larga escala. Então, não houve dificuldade para alcançar os cinco portais acima.

Os portais avaliados são:

- **City Solutions Database**⁷⁶ - Banco de Dados de Práticas da Cidade da Liga Nacional das Cidades (NLC, em inglês). O Portal oferece exemplos de iniciativas e projetos sobre uma variedade de tópicos implementados em cidades e vilas. A NCL (EUA) é uma organização americana de defesa que representa cerca de 19 mil cidades, vilas e aldeias e abrange 49 ligas municipais estaduais. A NLC fornece treinamento para funcionários municipais e fornece assistência às cidades em questões educacionais.
- **Canadian Best Practices Portal**⁷⁷ - Portal orientado para os tomadores de decisão de saúde pública. Oferece uma compilação de múltiplas fontes de recursos e soluções para planejar programas de promoção da saúde e prevenção de doenças para populações e comunidades. O Portal é uma iniciativa da Agência de Saúde Pública do Canadá.
- **Connective Cities**⁷⁸ - De acordo com o Website, é uma “comunidade internacional de práticas para o desenvolvimento urbano sustentável. A iniciativa oferece exemplos de boas práticas e aceita contribuições de

76. Ver <http://www.nlc.org/city-solutions-database>

77. Ver <http://cbpp-pcpe.phac-aspc.gc.ca/>

78. Ver <https://www.connective-cities.net/en/good-practices/>

usuários para o site. O projeto (ver Figura 3) é coordenado pela Agência Alemã de Cooperação para o Desenvolvimento (GIZ) e pela Associação Alemã de Cidades (Deutscher Städtetag).

- **The Policy Transfer Platform**⁷⁹ - “Portal de aprendizado e networking para praticantes, especialistas e pesquisadores urbanos” que oferece documentos sobre “projetos e políticas inovadores que as cidades podem tomar como inspiração e orientação”. Além disso, o portal é uma iniciativa da Associação Mundial das Grandes Metrôpoles, cujo desenvolvimento é liderado pela cidade de Berlim.
- **United Nations Network on Public Administration and Finance (UNPAN)** - Possui um diretório de melhores casos⁸⁰ na administração pública. O diretório é muito simples e oferece acesso gratuito a documentos em pdf e alguns links com vídeos. Além disso, a UNPAN possui uma segunda base de dados⁸¹ de estudos de caso em TIC / eGov, que possui as mesmas limitações. Os bancos de dados da UNPAN parecem não ter sido alimentados nos últimos anos.

Tomamos os itens listados na Tabela 1 como critérios de avaliação, uma vez que são um consenso de grandes comunidades, e cujo objetivo é facilitar a comunicação e disseminação de informações, utilizando protocolos e formatos comuns com metodologias de alta qualidade e colaborativas. Alguns critérios são auto-explicativos, mas outros explicam nas páginas seguintes.

Alguns itens apontados na Tabela 1 são fundamentais para a identificação de conteúdos publicados na web, como metadados, resumo, identificadores, vocabulários. Outros estão associados à qualidade, acesso, uso, reutilização, preservação de dados e aprimoramento do banco de dados, como formatos, API existente, sistema de feedback, URL e licenças com permissões adequadas. Uma explicação mais detalhada sobre a metodologia de avaliação de cada item pode ser encontrada no documento citado elaborado pelo W3C (2017).

79. Ver <http://policytransfer.metropolis.org/>

80. Ver <http://www.unpan.org/Library/SearchDocuments/tabid/70/ctl/DocumentDetails/mid/985/did/34374/Default.aspx>

81. Ver <https://publicadministration.un.org/en/casestudies2>

ANÁLISE DOS DADOS

É importante destacar a necessidade do uso de licenças gratuitas, que nos permitem oferecer aos usuários mais liberdade em comparação com o uso de obras protegidas por direitos autorais, tornando o padrão pré-Internet de “todos os direitos reservados” mais flexível.

As licenças CC podem ser aplicadas a bancos de dados. Eles são usados até mesmo por muitos portais de dados abertos, como as cidades de Barcelona, Berlim, Montreal e países como Austrália, Alemanha e Nova Zelândia, entre outros. Há também licenças projetadas para dados, como Open Data Commons para bancos de dados (OdbL⁸²), Open Data Commons para dados (ODC⁸³) e Licença de Domínio Público Open Data Commons (PDDL⁸⁴), que é equivalente ao domínio público. Os dois primeiros têm variações para permitir ou proibir o uso comercial e o efeito viral. Embora as licenças OdbL, ODC e PDDL sejam adequadas para dados, as licenças CC são mais funcionais por dois motivos: além dos dados, elas incluem qualquer tipo de conteúdo e são mais conhecidas pelos usuários.

Um problema comum é a publicação dos documentos em formato pdf. A publicação de dados deve ser feita em formatos adequados para melhor atender aos oito princípios de dados abertos. Temendo pela integridade dos documentos disponíveis na rede, o formato PDF é usado para impedir alterações nos dados. No entanto, uma imagem encapsulada em um PDF não substitui o documento original que a gerou. Esse tipo de arquivo, além de não garantir segurança, cria uma barreira para a reutilização de informações. Isso causa mais custos, devido à necessidade de conversão de arquivos, correção de falhas de extração e aumento de custos de armazenamento, processamento de informações e transmissão de dados.

Nenhum dos portais cumprem com requisitos básicos para a disseminação da informação, como dados de formatos, identificadores e vocabulários. Também não oferecem URI e os dados setes ou oferecem informações para a republicação dos dados.

No que se refere a licenças de uso, possibilidade de reuso da informação e versionamento dos documentos, somente o Canadian Best Practices tinha implementação parcial. A oferta de dados primários foi um item apenas cumprido pela Policy Transfer Platform e a Canadian Best Practices Portal.

82. Ver <http://opendefinition.org/licenses/odc-odbl>

83. Ver <http://opendefinition.org/licenses/odc>

84. Ver <http://opendefinition.org/licenses/odc-pddl>

Somente a Policy Transfer Plataforma oferecia API e um sistema de feedbacks aos usuários. A qualidade dos dados para leitura automatizada é um problema em todos os portais, que publicam a maior parte das informações em PDF.

Como podemos ver na tabela, o Portal que mais atende aos requisitos das melhores práticas de informação é a Plataforma de Transferência de Políticas (44%). Próximo a ele, está o Canadian Best Practices Portal (34%). Além do fato de ser um Portal muito antigo, precisando de uma atualização urgente, o Diretório de Melhores Práticas da UNPAN não foi tão ruim (24%) na avaliação. O City Solutions Database (21%) e o Cidades Connective Cities - Portal de Boas Práticas (apenas 16%) são os piores e não cumprem a maioria dos requisitos. Essa era uma plataforma única que estava implantando também um sistema de avaliação para os estudantes de informática, promovendo assim algum grau de interação.

Em geral, existe um grande potencial para compartilhar eficientemente informações importantes para o interesse público e para uma melhor qualidade de vida. Mas as condições sob as quais essas informações são oferecidas na Internet são muito ruins, não são fáceis de usar e não incentivam a reutilização dos dados. Informações primárias, por exemplo, como dados técnicos, relatórios e regulamentações legais, são vitais para gerentes públicos de governos locais com equipes pequenas e com falta de habilidades. Trabalho duplicado, por exemplo, através da extração de informações fechadas, é desnecessário na “era da informação” e na “economia compartilhada”. Muita informação não está disponível, embora em portais e plataforma com a missão de promover a transferência de informação - então onde supostamente deveríamos estar disponíveis. Além disso, muitos conteúdos não têm permissão para reutilização, o que parece ser um contrassenso.

Plataformas e sistemas que seguem padrões abertos - opostos ao modelo proprietário de criação de documentos - podem ser uma garantia de interoperabilidade e de um ótimo uso / reuso da informação.

Organização	National League of Cities (USA)	Public Health Agency of Canada	Connective Cities	World Association of Major Metropolises	United Nations Network on Public Administration and Finance (UNPAN)
Nome do Portal / CRITÉRIOS*	City Solutions Database	Canadian Best Practices Portal	Connective Cities – Good Practices	Policy Transfer Platform	Best Practices Directory
Meta-data	sim	sim	não	sim	sim
Sumário	sim	sim	sim	sim	não
Proveniência dos dados	parcialmente	parcialmente	parcialmente	parcialmente	sim
Dados Completos	não	não	não	sim	sim
Dados Primários	não	sim	não	sim	não
Qualidade dos dados (legível por máquinas)	parcialmente	parcialmente	parcialmente	parcialmente	não
Formato dos dados	não	não	não	não	não
Identificadores dos dados	não	não	não	não	não
Vocabulários dos dados	não	não	não	não	não
Accessibilidade	sim	sim	sim	sim	sim
API	não	não	não	sim	não
Sistema de Feedback	não	não	não	sim	não
Sistema de avaliação	não	não	não	parcialmente	não
Informação sobre licença dos dados	não	parcialmente**	não	inapropriado	parcialmente*
Permissão de reuso	não	parcialmente	não	não	não
Preservação dos dados (URI ²³)	não	não	não	não	não
Versionamento dos dados	não	parcialmente***	não	não	não
Data “ricos” (conjunto de dados)	não disponibiliza	não disponibiliza	não disponibiliza	não disponibiliza	não disponibiliza
Republicação (oferece feedback para editores)	não	não	não	não	não
Nível de conformidade %	21	34	16	44	24

práticas de informação

* Todos os critérios aplicados a dados sobre as melhores práticas da Web (W3C), além de “sumário”, “dados primários”, “dados completos”, “sistemas de avaliação” e “permissão de reutilização”. ** Apenas site. *** “Última atualização”.

Fontes: national league of cities, 2018; Canadian best practices portal, 2018; World association of major metropolises, 2018; UNPAN, 2018; Connective cities, 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto da Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030, os portais de divulgação de políticas públicas desempenham um papel fundamental na geração de conhecimento e compartilhamento de experiências. Eles podem aproveitar o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação para melhorar o bem-estar e as condições de vida de bilhões de seres humanos. Formas eficientes de comunicação, disseminação de informações, avaliação e uso de protocolos comuns e licenças apropriadas são alguns dos elementos-chave para aumentar o impacto da disseminação de boas práticas e modelos inovadores de políticas públicas.

Este estudo propôs a avaliação da disseminação da informação em portais relevantes sob a ótica da interoperabilidade e aplicação de tecnologias / formatos / licenças abertas. Os portais de transferência de política avaliados, não possuem um protocolo comum, não se comunicam entre si, não seguem um padrão de publicação e não possuem uma política de dados que permita a reutilização de conteúdo. Na maioria dos casos, eles não fornecem informações primárias e técnicas sobre as políticas. Por outro lado, os portais não possuem um sistema que permita avaliação independente, incluindo a possibilidade de inserir comentários, feedback e classificações. Em muitos casos, a informação disponível é produzida pelos proponentes das políticas - subjacente à ausência de autocritica. Em poucas palavras, eles não usam o potencial da web, não seguem os padrões mais básicos de publicação e têm funcionalidades muito limitadas.

A maioria das iniciativas atuais de divulgação baseia-se na criação espontânea de bancos de dados descritos como “melhores práticas” ou simplesmente compartilhando plataformas. Há uma falta de política de dados que possa configurar como padrão a disponibilidade de todos os documentos técnicos relacionados a políticas públicas em formatos e protocolos abertos. O design dos portais poderia permitir um feedback participativo que pudesse refletir melhor a realidade de uma implementação de políticas públicas. A disponibilidade de classificação de comentários e comentadores deve estimular uma colaboração / participação mais qualificada, incluindo um melhor engajamento dos gestores públicos, da sociedade civil e dos cidadãos em geral. A oferta de dados técnicos (inclusive planilhas, arquivos de formas, desenhos, imagens e outros documentos técnicos) pode ser especialmente útil para os governos locais, que possuem equipes técnicas pequenas e recursos limitados. Os dados abertos permitem também estudos sobre a transferência de políticas através da informação produzida, bem como a possibilidade de produzir e trabalhar com indicadores para avaliar a efetividade das políticas públicas.

Formatos de documentos ODF, bem como padrões web definidos pelo W3C, já são amplamente aceitos não contexto internacional. Esses padrões não estão sujeitos a restrições de patente e podem ser implementados sem qualquer ônus por fornecedores e plataformas. Por essas razões, eles são ideais para uma política de dados. A adoção de formatos e padrões abertos por órgãos administrativos traria muitas vantagens técnicas, econômicas e sociais para a sociedade como um todo. Ativando a cópia, compartilhamento, distribuição e modificação / remix por meio de uma política de licenças gratuitas, bem como uma referência cruzada, processamento automatizado, processamento de dados e estudos e análises mais detalhados dos dados disponíveis. Também poderia criar um ambiente propício para um ambiente colaborativo de desenvolvimento de políticas públicas, por meio de um sistema de revisões abertas de políticas que incluam as diferentes perspectivas dos atores: gestores públicos, sociedade civil e especialistas (acadêmicos e especialistas).

Um uso mais efetivo da informação pública na forma como ela é disseminada, replicada e avaliada pode transformar o campo da transferência pública, a fim de melhorar a informação da cadeia de valor em favor do aumento do bem-estar social e da qualidade de vida e da solução do problema. problemas comuns que afetam diferentes grupos humanos.

REFERÊNCIAS

ALBERT, A.; BERTUCCI, G. Replicating Innovations in Governance: An Overview. In DESA - Department of Economic and Social Affairs, United Nations. Innovations in Governance and Public Administration: Replicating what works. New York, 2006. Disponível em: <http://unpan1.un.org/intrdoc/groups/public/documents/UN/ UNPAN021963.pdf> (visitado em 20 de dezembro de 2018)

BENSON, D.; JORDAN, A. What Have We Learned from Policy Transfer Research? Dolowitz and Marsh Revisited. *POLITICAL STUDIES REVIEW*, VOL 9, 366–378, 2011. Disponível em <http://core.ac.uk/download/pdf/2780413.pdf> (visitado em 20 de janeiro de 2019)

BERRY S.; BERRY, W. D. State Lottery Adoptions as Policy Innovations: An Event History Analysis. *American Political Science Review*. Vol. 84, No. 2, Jun., 1990, pp. 395-415. Disponível em: https://www.unc.edu/~fbaum/teaching/PLSC541_Fall08/berry_berry_1990.pdf (visitado em 20 de dezembro de 2018)

CANADIAN BEST PRACTICES PORTAL Disponível em: <http://cbpp-pcpe.phac-aspc.gc.ca/> (visitado em 20 de dezembro de 2018)

CONNECTIVE CITIES “Background”, 2018. Disponível em <http://www.connective-cities.net/en/about-us/background/> (visitado em 20 de dezembro de 2018)

DOLOWITZ, D. Policy-makers Guide to Policy Transfer. *The Political Quarterly*, Volume 74, Issue 1, pages 101–108, January, 2003.

DOLOWITZ, D.; MARSCH, D. Learning from Abroad: The Role of Policy Transfer in Contemporary Policy-Making, in *Governance: An International Journal of Policy and Administration*, vol. 13, nº 1, January, 2000. (pp. 5-24).

EVANS, M; DAVIES J. Understanding Policy Transfer: A Multi-level, Multi-disciplinary Perspective, *Public Administration*, 77 (2), 361–85, 1999.

FSF – Free Software Foundation. What is Free Software - The Free Software Definition. Version 1.153, 2018 Disponível em <http://www.gnu.org/philosophy/free-sw.en.html> (visitado em 20 de dezembro de 2018)

GRAY, V. Innovation In The States: A Diffusion Study. *American Political Science Review* 67:1174-85, 1973.

GRUPP, F. W. Jr; RICHARDS, I. R. Variations in Elite Perceptions of American States As Referents for Public Policy Making, *American Political Science Review* 69:850-5, 1975.

LIGHT, A. R. Intergovernmental Sources of Innovation in State Administration, *American Politics Quarterly* 6:147-65, 1978.

MARSCH, D.; SHARMAN, J. C. (2009) Policy Diffusion and Policy Transfer, *Political Studies*, 30 (3), 269–88, 2009.

NATIONAL LEAGUE OF CITIES. City Solutions and Applied Research, 2018. Disponível em: <http://www.nlc.org/find-city-solutions/city-solutions-and-applied-research> (visitado em 20 de dezembro de 2018)

OPENDATAGOV.ORG The Annotated 8 Principles of Open Government Data, 2018. Disponível em: <http://opengovdata.org/> (visitado em 20 de dezembro de 2018)

OPEN ARCHIVES. Open Archives Initiative – Home, 2018. Disponível em: <https://www.openarchives.org/> (visitado em 20 de dezembro de 2018)

RAYMOND, E. *The Cathedral & the Bazaar*. Sebastopol: O’Reilly, 1999. Disponível em <http://www.catb.org/esr/writings/cathedral-bazaar/cathedral-bazaar/> (visitado em 20 de dezembro de 2018)

- ROGERS, E. The diffusion of innovation. New York. Free Press, 1962.
- ROSE, R. Lesson Drawing across Nations, *Journal of Public Policy*, 11 (1), 3–30, 1991
- _____. Lesson-Drawing in Public Policy. Chatham: Chatham House Publishers, 1993.
- SIMMONS, B.; DOBBIN F.; GARRET, G. The Global Diffusion of Markets and Democracy. New York: Cambridge University Press, 2008.
- SMITH M. L.; REILLY, K. M. A. Open Development - Networked Innovations in International Development. The MIT Press. Cambridge, Massachusetts; London, England, 2013. Disponível em: <https://idl-bnc.idrc.ca/dspa> (visitado em 20 de dezembro de 2018)
- STALMANN R. GNU Operational System - Initial Announcement. September 27, 1983. Disponível em: <https://www.gnu.org/gnu/initial-announcement.html> (visitado em 20 de dezembro de 2018)
- STONE, D. Learning Lessons and Transferring Policy across Time, Space and Disciplines, *Politics*, 19 (1), 51–9, 1999.
- STIGLITZ, J. Knowledge as a Global Public Good. In GRUNBERG, I; STERN, M A (Eds) *Global Public Goods International Cooperation In The 21st Century*. The United Nations Development Programme (UNDP). New York Oxford, Oxford University Press, 1999.
- UDESA *Innovations in Governance and Public Administration: Replicating what works*. Publication No.: ST/ESA/PAD/SER.E/72. United Nations, New York, 2006
- UNITED GLOBAL NETWORK OF CITIES. “Action Learning”, 2018. Disponível em: <https://www.learning.uclg.org/> (visitado em 20 de dezembro de 2018)
- UNPAN InnovMed Programme. *Best Practices Directory*, 2018. Disponível em <http://www.unpan.org/innovmed/background.html> (visitado em 20 de dezembro de 2018)
- W3C. W3C Recommendation 31 January 2017. *Data on the Web Best Practices*. URL: <https://www.w3.org/TR/2017/REC-dwbp-20170131/> (visitado em 20 de dezembro de 2018)
- WALKER J. L. The Diffusion of Innovations among the American States. *American Political Science Review* 63:880-99, 1969.

WIKIPEDIA. Uniform Resource Identifier (URI), 2018. https://en.wikipedia.org/wiki/Uniform_Resource_Identifier. (visitado em 20 de dezembro de 2018)

WORLD ASSOCIATION OF MAJOR METROPOLISES. Policy Transfer Platform. “About Us”, 2018. Disponível em <http://policytransfer.metropolis.org/about-metropolis> (visitado em 20 de dezembro de 2018)



AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO NÃO DIREITO À HABITAÇÃO

GUILHERME MEYER

MARCO BETTINE

O objetivo desse capítulo é identificar o lugar conflituoso da habitação na cidade, ou seja, como ela é fundamental tanto para a reprodução da força de trabalho, como para a acumulação do capital. Além disso, pretende-se identificar o papel do Estado na produção de habitação de interesse social no Brasil e como as lutas sociais perpassam a sua institucionalidade e são por ele neutralizadas em função dos interesses de classe presentes na ação estatal. O foco específico serão as experiências de alguns movimentos sociais latino-americanos que propõem a autogestão das moradias, visando identificar as contradições presentes no campo da autogestão habitacional, mas também apontar os movimentos, em si, como um momento pedagógico para a sociedade e como possíveis lugares de constituição das mulheres e homens como sujeitos históricos.

Dentro do contexto mais amplo do processo de urbanização, discute-se o processo de produção do espaço da metrópole e a intensificação da desigualdade socioespacial, pois a transformação do espaço em mercadoria conflita com as necessidades de concretização da vida urbana. Assim, o espaço como valor de uso, confronta-se com aquele do valor de troca. Na essência do acesso à metrópole como uso está a propriedade privada, primordialmente o solo urbano. O processo de produção da metrópole capitalista torna-a mercadoria que, fragmentada pela existência da propriedade privada da terra, é comercializada em fragmentos no mercado imobiliário.

HABITAÇÃO E AS POLÍTICAS URBANAS

O padrão histórico de moradia no Brasil sempre foi o da autoconstrução em loteamentos precários nas periferias ou as ocupações de terrenos públicos e

privados vazios, as favelas. Durante o período de transição democrática (décadas de 1980 e 1990), cresceram de forma significativa o número e a proporção de moradores em favelas nas principais cidades brasileiras. Por exemplo, a proporção da população favelada na cidade de São Paulo era pouco relevante até a década de 1980. A prefeitura de São Paulo realizou um levantamento em 1973 que indicava cerca de 70 mil habitantes (1% da população do município à época). Contudo, para o ano de 1991, estimativas baseadas no Censo indicaram uma população favelada de 900 mil habitantes (9% da população total). Em 2000, o número de habitantes em favelas corresponderia a 1,2 milhão (11% da população municipal). A proporção manteve-se praticamente a mesma em 2010 (11% da população total). Além do adensamento das favelas, nos últimos anos houve um crescimento acentuado, em várias cidades brasileiras, de ocupações organizadas de terrenos e edifícios vazios (tanto em terrenos periféricos como em edifícios vazios em áreas centrais), evidenciando a crise habitacional e tornando corriqueiras cenas de reintegração de posse (ordenadas pelo Poder Judiciário e executadas pela Polícia Militar, muitas vezes com uso da violência) (ROLNIK, 2015).

Nos países capitalistas periféricos, uma proporção da população urbana, tem que buscar acesso à moradia com seus próprios e precários recursos, pois é excluída do direito à cidade e do mercado formal capitalista. Nesse sentido, Maricato (2015) discute como essa população constrói suas habitações: sem o apoio de conhecimento técnico, sem o financiamento formal e sem o respeito à legislação fundiária, urbanística e edilícia. A autora ressalta que esta prática de autoconstrução foi central para o rebaixamento do custo da força de trabalho nacional (contribuindo para a acumulação capitalista durante o período da industrialização, particularmente, de 1940 a 1980), pois o custo da moradia não estava incluído no salário (e continua como um aspecto central na globalização neoliberal, pois os trabalhadores, apesar de incluídos no sistema produtivo capitalista, estão excluídos do mercado residencial privado, que tem alcance restrito, além de socialmente excludente e especulativo). As alternativas de habitação demandadas pela população, que incluem serviços urbanos e infraestrutura, não estão disponíveis no mercado e nas políticas públicas. Para a moradia de grande parte da população “sobram” as áreas ambientalmente frágeis, pois não interessam ao mercado legal, acarretando um conjunto de sérias consequências socioambientais (assim como a urbanização dispersa, decorrente da expulsão da população pobre para a periferia): enchentes, banalização de mortes por desmoronamentos, poluição de recursos hídricos e mananciais.

Segundo Carlos (2009), a parcela mais miserável da população vai se localizar exatamente nos lugares onde a propriedade privada da terra não vigora, ocupando áreas do Estado (portanto, áreas públicas, várias delas localizadas em áreas de proteção de mananciais, produzindo o que alguns pesquisadores denominam “cidade informal”, “cidade ilegal” etc.). Da perspectiva da ação do governo (por sua intervenção direta ou pelas políticas urbanas), o orçamento público é, prioritariamente, direcionado para os espaços capazes de garantir a reprodução do capital de modo a fortalecer o papel econômico da metrópole de São Paulo na rede global das cidades. Assim, deixa de beneficiar a população mais pobre que vai ocupar essas áreas que, em princípio, não poderiam ser ocupadas, pois constituem, dentre outras questões, o lugar do abastecimento de água da cidade. Essa população que vive em condições degradantes (seja no que se refere à habitação, quanto à concretização das necessidades básicas da vida), é duplamente penalizada no processo, pois tem uma participação limitada à riqueza socialmente produzida e é estigmatizada como sem consciência ambiental devido à ocupação dessas áreas. A dialética espacial integração/desintegração dos diferentes espaços da metrópole à dinâmica da globalização evidencia os paradoxos sociais do processo de reprodução do espaço urbano, ou seja, esse processo expressa a contradição essencial da produção do espaço urbano entre produção social e apropriação privada. Portanto, não é a falta de planejamento que configura o que se costuma denominar de “caos urbano”, mas a própria lógica do planejamento urbano em uma sociedade capitalista e dependente, como a brasileira.

As únicas opções à autoconstrução para a população pobre foram os conjuntos habitacionais financiados pelo Estado e construídos pela iniciativa privada, dentro de um regime de gestão tradicional imposto pelas empreiteiras, onde predominava a precariedade das condições de trabalho. Assim como a prática da autoconstrução, estes conjuntos também foram construídos na periferia das cidades, com acesso precário a infraestrutura urbana e de serviços públicos. Em contraposição a este modelo (estatista dos anos 1960 e 1970 e ao novo modelo de oferta privada e subsidiada à demanda nos anos 1990 e 2000), destacam-se as iniciativas de produção habitacional autogestionária dos movimentos sociais urbanos em vários países da América Latina (USINA, 2012). Dentre estas iniciativas, a experiência uruguaia da FUCVAM (Federação Uruguaia de Cooperativas de Habitação por Ajuda Mútua) tem um papel histórico central por influenciar a luta por moradia e autogestão em outros países, assim como possibilitar que o cooperativismo se tornasse uma das principais formas de produção habitacional no Uruguai. A experiência da FUCVAM foi fundamental para a luta por habitação no Brasil, especialmente, para os mutirões autogeridos realizados na cidade de São Paulo nas décadas de 1980 e 1990 (BONDUKI, 1992; USINA, 2012).

Por exemplo, segundo Tatagiba e Teixeira (2016), no primeiro ano da gestão de Luiza Erundina (PT) na prefeitura da cidade de São Paulo, de 1989-1992, foi elaborado o FUNAPS Comunitário (Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal), um programa habitacional para a população de baixa renda que foi uma grande inovação, pois, pela primeira vez, o mutirão autogestionário convertia-se de fato em programa habitacional e os movimentos sociais eram reconhecidos como atores no processo de implementação da política (o que havia anteriormente eram apenas os mutirões ou a autoconstrução, sem que os recursos fossem geridos pelos movimentos, ou seja, antes os futuros moradores eram apenas mão-de-obra). As autoras observam que este programa era baseado no financiamento público, gestão dos recursos pelas organizações populares e responsabilidade da obra pelas assessorias técnicas. Segundo Ferreira (2012), a experiência emblemática do FUNAPS viabilizou 93 convênios com grupos organizados de famílias em associações comunitárias para a construção de 12.000 unidades habitacionais por mutirão e autogestão, ampliando e potencializando a organização autogestionária dos movimentos de moradia na cidade.

A autogestão na habitação não pode ser confundida com a autoconstrução, prática que dominou as periferias das grandes cidades latino-americanas e que representa uma das formas mais precárias de habitação da classe trabalhadora (consumindo seu tempo de lazer e prejudicando outros gastos básicos, como alimentação, saúde e educação). Além disso, geralmente, a autoconstrução, não gera a organização de coletividades e pressupõe outras formas de precariedades como o acesso irregular a terra. Em contraposição, a luta pela produção e gestão autogestionária da habitação, nos diversos países latino-americanos, ocorre como um movimento pela reforma urbana, acesso aos fundos públicos, assistência técnica, projeto e planejamento da obra, qualidade urbana e fortalecimento político comunitário, constituindo-se como experimentação prática de outra forma de produção da vida social (USINA, 2012).

A partir da Constituição Federal de 1988, surgiram inovações como o direito à moradia e a regulamentação da função social da propriedade e da cidade. Este arcabouço legal confronta-se com o projeto neoliberal de desregulação do mercado provocando uma nova contradição urbana. O conflito e as contradições no âmbito das políticas urbanas ampliam-se a partir de 2003, devido à crescente alocação de recursos públicos federais para formas associativas de produção habitacional, assim como, dialeticamente, a crescente absorção dessas experiências coletivas pela racionalidade hegemônica da valorização imobiliária (LAGO, 2015). Isto significa que a conquista de recursos públicos pelos movimentos sociais para a produção autogestionária da moradia, não está sendo acompanhada por uma significativa alteração na correlação de forças que define as regras de distribuição desses recursos.

Por exemplo, pode-se citar a inoperância dos governos locais quanto às políticas regulatórias de uso e ocupação do solo, principal recurso para a democratização do acesso à terra urbanizada e como o controle da especulação fundiária.

Tatagiba e Teixeira (2016) ao estudar a União Nacional por Moradia Popular (UNMP) perceberam que muitos programas foram exitosos por não mexer em um conflito central: a propriedade privada da terra, ou seja, não afetaram os interesses do mercado da construção civil e do setor imobiliário. Nesse sentido, as autoras ressaltam que, apesar das demandas, do ponto de vista ideológico, serem potencialmente disruptivas (propriedade da terra para os mais pobres; empreendimento subsidiado pelo Estado e não por meio de empréstimo no mercado financeiro; construção autogestionária; e a propriedade coletiva, que ainda não foi conquistada, mas segue como demanda), os programas de habitação autogestionários se tornaram uma política pública residual e de pouca visibilidade.

Segundo Rolnik (2015), o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) que, inicialmente, foi elaborado como pacote de salvamento de incorporadoras financeirizadas (quando estourou a crise hipotecária e financeira nos Estados Unidos), transformou-se na política habitacional do país (baseada no modelo único de promoção da casa própria, acessada via mercado e crédito hipotecário). A autora observa que, conseqüentemente, abortou-se a incipiente construção de uma política habitacional diversificada, que respeitasse as especificidades locais e estivesse sob controle social, aposta dos movimentos sociais de moradia e reforma urbana no início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O MCMV que, por um lado, foi desenhado para incentivar empresas privadas a se comprometerem com a produção de habitação para moradores de baixa renda, por outro, permaneceu altamente dependente de recursos públicos, mobilizados para subsidiar a aquisição da propriedade por compradores de baixa e média renda. Este arranjo financeiro ambíguo implica a transferência de riscos para as instituições públicas e mantém os lucros (geralmente aumentados por subsídios indiretos) com atores privados, reiterando os padrões históricos de apropriação de fundos públicos.

RADIOGRAFIA DOS PROGRAMAS DE AUTOGESTÃO HABITACIONAL

As experiências de produção habitacional por autogestão coletiva ganharam um impulso na última década em todo o país, com a implantação de três programas federais voltados para o financiamento desta forma de produção: Programa Crédito Solidário (2004), Ação de Produção Social (2008) e o

Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades (2009) (FERREIRA, 2012; LAGO, 2015). A criação de alguns programas de habitação de interesse social voltados à autogestão, respondendo a uma demanda construída desde a década de 1990 (a partir de experiências pioneiras realizadas em várias capitais do país), foi possível devido à articulação entre movimentos de moradia e organizações do campo da reforma urbana (organizados em rede e atuando em diferentes instâncias). Nenhum dos programas pode ser considerado como ação prioritária do Estado, mas como respostas tímidas às reivindicações dos movimentos nacionais de moradia. Os recursos federais alocados desde 2005 para a produção autogestionária financiaram 3% do total dos contratos para a compra da casa própria, evidenciando a força política das grandes empresas construtoras na disputa pelos fundos públicos (porém, esses 3% impulsionaram a produção associativa, tanto em áreas urbanas quanto em áreas rurais, de cerca de 60 mil unidades habitacionais) (LAGO, 2015).

Segundo Lago (2015), três formas associativas de gestão e produção dos empreendimentos merecem destaque, dentro de um conjunto de práticas que apresenta muitas diferenças e contradições (entre as regiões e organizações sociais gestoras) e cuja produção é para o autoconsumo (as cooperativas são formadas por famílias sem moradia própria, com renda máxima de três salários mínimos). A primeira forma, segundo a autora, está mais próxima do modelo praticado no Uruguai (tendo a FUCVAM como paradigma), no qual os participantes da cooperativa protagonizam todas as etapas de idealização e gestão da produção, assim como parte da execução das obras (que é complementada pela contratação muitas vezes informal de mão de obra externa à organização social). Apesar dos cooperados também serem os protagonistas nas etapas de idealização e gestão, na segunda forma de produção parte ou a totalidade das obras são realizadas por uma empresa contratada, geralmente, de médio ou pequeno porte. Esta prática é controversa e gera debates, pois há casos nos quais as empresas construtoras têm elevada autonomia na execução das obras, evidenciando um processo de terceirização das funções da cooperativa, ou seja, os empreendimentos “autogestionários” idealizados por cooperativas habitacionais acabam transformando-se em um nicho de mercado para o capital imobiliário. Por fim, na terceira forma de produção, lideranças comunitárias protagonizam a idealização e gestão do projeto, reduzindo os cooperados a uma adesão meramente formal à cooperativa. Nesse sentido, reproduz-se uma histórica prática assistencialista e distante do caráter coletivo das decisões quanto à elaboração e realização do projeto. Nesse caso, as obras são terceirizadas para empresas construtoras ou executadas por trabalhadores autônomos contratados precariamente.

As reivindicações e estratégias dos movimentos nacionais de moradia foram sendo reelaboradas de acordo com o percurso de conquistas e derrotas acumuladas. Lago (2015) observa que, nesse processo, marcado por conflitos de projetos e por contradições na experiência prática, duas reivindicações evidenciam princípios contra hegemônicos. O primeiro é o “direito ao centro” como formulação estratégica, pois ocupar imóveis vazios e introduzir o conflito no centro das cidades significa enfraquecer o domínio territorial das classes dominantes, reafirmando o direito ao uso dos imóveis subutilizados (a cidade dispersa, marcada pela segregação dos trabalhadores em espaços homogêneos, é entendida como a negação da própria cidade, ou seja, os imóveis ocupados e reformados por movimentos sociais com recursos públicos autogeridos pelos próprios ocupantes representam uma ação importante na luta por outro modelo de cidade). Estas lutas pelo direito à moradia nos centros das cidades têm a capacidade de dar maior visibilidade pública à natureza do conflito urbano: o direito de propriedade e, como consequência, o direito à especulação imobiliária. Contudo, paradoxalmente, a submissão ao princípio da propriedade privada e a possibilidade de lucro com a venda do imóvel enfraquece os pactos coletivos entre os moradores em torno do uso do imóvel apropriado. A segunda reivindicação refere-se ao direito dos trabalhadores à produção autogestionária de suas moradias, baseados em uma orientação produtiva pautada pelas necessidades dos usuários e aberta à possibilidade de construção coletiva de parâmetros de bem-estar distanciados da racionalidade capitalista. Nesse sentido, a autora observa que é colocado em questão o padrão de habitação popular moralmente aceito no país, assim como a abrangência da noção de “habitação”, ampliando-a para um conjunto de práticas cotidianas e coletivas que vão além dos atos elementares de reprodução da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os programas habitacionais para a produção associativa impulsionam não somente a construção coletiva de novos parâmetros de bem estar, mas também a reprodução dos parâmetros criados pela lógica mercantil, pois apesar da instituição da propriedade coletiva da terra compor a pauta de reivindicações dos movimentos de moradia, esta não entrou na agenda de negociações com o Estado e todos os programas habitacionais implantados até o momento não pressupõem o controle ou a superação da especulação imobiliária.

A produção autogestionária das cidades pode ser compreendida como um processo permanente alimentado pelas experiências cotidianas de

associativismo urbano (LAGO, 2015). Dependendo dos processos sociais envolvidos, a habitação tem a capacidade ambígua de apaziguar ou amplificar as lutas sociais. Há um apaziguamento quando a conquista da moradia é vista como o fim de uma luta, terminando na formação de novos pequenos proprietários, ainda que estes passem a morar em bairros periféricos e precários quanto à infraestrutura de serviços públicos. Por outro lado, as experiências latino-americanas que propõem a autogestão das moradias exemplificam o potencial de amplificação das lutas sociais (quando a moradia é vista como meio), como o instituto da propriedade coletiva nas iniciativas da FUCVAM (que subvertem o significado mercadológico da habitação, fazendo com que o valor de uso se sobreponha ao valor de troca) (USINA, 2012).

Nesse sentido, segundo Streck (2010), os movimentos sociais caracterizam-se por introduzir o conflito como um elemento pedagógico para a sociedade. Segundo o autor, embora haja uma forte tendência à criminalização dos movimentos sociais nos meios de comunicação hegemônicos (classificando os participantes como perturbadores da ordem e, portanto, sujeitos à repressão policial), os próprios movimentos também criam estratégias pedagógicas para disseminar na opinião pública um reconhecimento de justiça na causa de sua luta social.

REFERÊNCIAS

CARLOS, A. F. A. A metrópole de São Paulo no contexto da urbanização contemporânea. *Estudos Avançados*, v. 23, p. 303-314, 2009.

BONDUKI, N. Habitação e autogestão: construindo territórios de utopia. Rio de Janeiro: FASE, 1992.

FERREIRA, R. F. Movimentos sociais, autogestão e a construção da política nacional de habitação no Brasil. In: LAGO, L. C. (org). *Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2012.

LAGO, L. C. Economia solidária e reforma urbana: caminhos para uma interação político territorial das práticas associativas. In: *Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*. Belo Horizonte, MG: ANPUR, 2015.

MARICATO, E. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

ROLNIK, R. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

STRECK, D. R.. Entre emancipação e regulação: (des) encontros entre educação popular e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Educação (Online)*, v.15, p. 300-310, 2010.

TATAGIBA, L.; TEIXEIRA, A. C. C. Efeitos combinados dos movimentos de moradia sobre os programas habitacionais autogestionários. *Revista de Sociologia e Política*, v. 24, p., 2016.

USINA. Luta por moradia e autogestão na América Latina: uma breve reflexão sobre os casos do Uruguai, Brasil, Argentina e Venezuela. In: Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). *Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital*. São Paulo: Outras Expressões, 2012, 502 p.



PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS: PROGRAMA LIXO ZERO EM GUARULHOS, SÃO PAULO

ANA PAULA FRACALANZA

MARIANA GUTIERRES ARTEIRO DA PAZ

MARINA GONZALBO CORNIERI

INTRODUÇÃO

O Brasil mudou nas últimas três décadas de uma gestão institucionalmente fragmentada para uma legislação integrada e descentralizada (AVRITZER, 2008; JACOBI, 2009; GURGEL; JUSTEN, 2013). Neste contexto, deu-se a promulgação da Lei Federal nº11.445/2007, que instituiu a Política Nacional de Saneamento Básico, que em seu texto legal apresenta um ambiente favorável para a integração e um espaço de ampliação da comunidade de pares, adequado à complexidade do problema em questão (HOVE, 2000; JACOBI; GÜNTHER; GIATTI, 2012).

Três anos depois, foi promulgada a Lei Federal nº 12.305/2010, específica para um dos componentes dos serviços de saneamento básico, os resíduos sólidos, devido às peculiaridades e complexidade do tema. A lei institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), estabelece proibições, garante direitos às organizações de catadores de materiais recicláveis, incentiva a realização de coleta seletiva de materiais recicláveis. Entre seus princípios estão: responsabilidade compartilhada e controle social, valorizando a importância da participação na elaboração, implementação e monitoramento das políticas públicas.

A participação e o controle social de políticas públicas são mecanismos de descentralização do poder decisório, e de inclusão de diversos setores no debate em torno de uma questão, propiciando, portanto, a governança integrativa. Neste sentido, o objetivo deste texto foi desenvolver uma discussão sobre o estudo de caso do Programa Lixo Zero do município de Guarulhos, SP, como espaço para a participação e o controle social em um dos componentes

do saneamento básico – o gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos e a limpeza pública e que conta com representantes de vários setores do governo e da sociedade civil, e seu potencial como espaço para a participação política no setor segundo os preceitos da governança ambiental. Os dados sobre o Programa Lixo Zero foram coletados em relatórios fornecidos pela Secretaria de Serviços Públicos do município de Guarulhos, e em observação participante entre agosto de 2017 e junho de 2018.

Este texto discute temas relacionados a governança ambiental, participação política e os *stakeholders* em políticas ambientais; a participação e o controle social no setor do saneamento básico; e o estabelecimento das fases de elaboração, implementação e monitoramento de uma política municipal de gestão de resíduos sólidos.

GOVERNANÇA AMBIENTAL

Um tema importante na temática ambiental é o da governança, que pode ter significados distintos, de acordo com diferentes autores (JACOBI et al, 2015; JACOBI, 2012; RIBEIRO, 2009; SUSSKIND, 2005). Na medida em que o ambiente é modificado pelas ações humanas, sendo socialmente construído, portanto modificado por diferentes atores, a participação faz-se essencial. Em outros termos, o ambiente é resultado da ação de múltiplos atores, dentre os quais o Estado tem papel central e atende a interesses de classes dominantes.

Todavia, assim como se dá com a noção de *sustentabilidade*, a *governança* não é um termo sobre o qual há consenso, seja sobre seu significado, seja quanto a caminhos em busca da governança ambiental. Trata-se, pois, de um conceito que está sujeito a interpretações variadas e que necessita de maiores discussões e pesquisas na área ambiental (FRACALANZA, 2009).

A literatura sobre o tema enfatiza a governança, como a realizada por meio da participação, por meio de múltiplos atores (*multi-stakeholders*), da descentralização (transferindo poder para o governo local), e de mecanismos de administração de conflitos (CASTRO, 2007; SOLANES; JOURALEV, 2006).

De fato, no cenário nacional, as políticas públicas ambientais passaram a contar desde o processo de redemocratização, nos anos 1980, com a participação de novos atores sociais e de mais amplos mecanismos decisórios na implementação de estratégias de gestão. No caso dos resíduos sólidos, novos mecanismos de gestão têm sido preconizados pela Política Nacional de Saneamento Básico, Lei

Nº 11.445 de 2007 e pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei Nº 12.305 de 2010. Esses mecanismos preveem, entre outros aspectos, a chamada *gestão integrada e regionalizada*, com o objetivo de aumentar a capacidade de gestão das administrações municipais, e a *sustentabilidade socioambiental urbana*, que proporciona formas de inserir organizações de catadores nos sistemas de coleta seletiva municipais, entre outros objetivos (JACOBI e BESEN, 2011). De modo amplo, em relação às políticas públicas ambientais, pode-se ressaltar a necessidade de participação de novos atores sociais em mecanismos de gestão local como uma das estratégias para a governança ambiental. De modo complementar, é importante considerar a integração entre as políticas públicas, para o adequado atendimento de serviços ambientais de saneamento para populações de baixa renda, assim como para a diminuição de disparidades socioeconômicas entre a população (CAMPOS e FRACALANZA, 2010).

Para tanto, faz-se fundamental a destinação prioritária de financiamentos para saneamento ambiental da população de baixa renda, principalmente aquela em condições de vulnerabilidade socioambiental. Nesse caso, cabe ressaltar que também não se trata apenas do aprimoramento de instituições políticas e democráticas que auxiliam a governabilidade, mas consideram-se também quais serão os novos atores participantes de políticas públicas e, principalmente, quais serão os principais receptores dessas políticas, ou seja, que a população de baixa renda seja atendida por políticas de saneamento básico, para diminuição de condições de vulnerabilidade socioambiental e de injustiça ambiental.

É justamente nesse enfoque que se considera importante analisar a governança ambiental, não compreendendo somente aspectos de gestão, mas também possibilidades de uso de recursos naturais que reflitam a sustentabilidade em sua vertente social. Nesse sentido, a participação de novos atores sociais seria estendida da gestão ambiental para o uso e apropriação de recursos naturais. Ou seja, seriam considerados valores de maior igualdade no acesso a recursos naturais, em detrimento de valores mercantis de consumo por parte de apenas uma pequena parte da população. Neste caso, estamos falando diretamente que governança ambiental deveria ser diretamente proporcional à distribuição de renda. A Política Nacional de Saneamento Básico, aprovada em 2007 e Política Nacional de Resíduos Sólidos, promulgada em 2010, apresentam como objetivos e princípios a inclusão de vários atores sociais para seu pleno funcionamento. Por este e outros motivos, são considerados avanços em um setor que era tradicionalmente centralizador, que é o do saneamento básico. Em especial, a política de resíduos sólidos tem um papel de inclusão social relevante pelos movimentos dos catadores, pela responsabilidade compartilhada, política que será abordada a seguir.

POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: INOVAÇÕES TEÓRICAS E DIFICULDADES PRÁTICAS

Em agosto de 2010 foi sancionada a Lei Federal nº 12.305, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), depois de 21 anos de tramitação. Esta lei tem como um de seus princípios a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, estabelecendo que fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos atuem conjuntamente, de forma individualizada e encadeada, para garantir a gestão adequada de cada tipo de resíduo sólido.

Entre os princípios da lei estão o direito da sociedade à informação e ao controle social, entendido, nas definições da própria lei, como conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações e participação nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos. A cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade, também está prevista.

Essa lei torna proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos: lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos; lançamento in natura a céu aberto, exceto dos resíduos de mineração; queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade. Além disso, proíbe a importação de resíduos sólidos perigosos e rejeitos, bem como de resíduos sólidos cujas características causem dano ao meio ambiente, à saúde pública e animal e à sanidade vegetal (BRASIL, 2010).

Outra inovação trazida pela lei é a instituição da logística reversa, estabelecendo que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos. De acordo com a lei, a logística reversa é obrigatória nos casos de agrotóxicos, seus resíduos e embalagens; pilhas e baterias; pneus; óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens; lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e de mercúrio; produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

Em relação à coleta seletiva e à reciclagem, um dos princípios da lei é o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania.

De acordo com Jacobi (2006), a implementação de programas de coleta seletiva é fundamental no enfrentamento dos problemas ambientais e de saúde pública

causados pelos resíduos sólidos, pois colabora com a diminuição dos resíduos na fonte geradora, reciclagem de matérias-primas, redução dos impactos causados pelo aterramento de resíduos, geração de renda e inclusão de pessoas antes marginalizadas.

A reciclagem é importante porque possibilita a conservação de recursos naturais e energéticos; a reciclagem do alumínio, por exemplo, economiza 95% de energia, quando comparada ao processo a partir da matéria-prima mineral (bauxita), além de permitir também o aumento da vida útil dos aterros sanitários (TENÓRIO, ESPINOSA, 2004).

Entre alguns dos objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, estão dar prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para produtos reciclados e recicláveis e integrar os catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.

Além disso, a lei estabelece que os consumidores são obrigados a acondicionar e disponibilizar para coleta adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados, sempre que estabelecido sistema de coleta seletiva pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos.

Como se vê, para que sejam alcançados os objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, é necessária a participação da população, seja na separação dos resíduos para a coleta seletiva; na adesão aos sistemas de logística reversa; no consumo sustentável de bens e serviços.

Segundo Dias (2003), a participação da comunidade é imprescindível na gestão dos resíduos sólidos urbanos, pois diferentemente da utilização dos serviços de água e esgoto, nos quais o transporte ocorre por gravidade ou por pressão, o lixo depende, na maioria de suas fases, das mãos do homem.

Considera-se que analisar a gestão dos resíduos sólidos é muito importante, pois se trata de uma temática sobre a qual as políticas públicas desenvolvidas podem promover mudanças nos hábitos e nas atitudes dos cidadãos, com o objetivo de diminuir a degradação ambiental. Não há outro caso que possibilite tão claramente o estabelecimento de vínculos entre a atividade humana e o meio ambiente quanto a maneira como uma sociedade trata dos resíduos que produz (JACOBI, 2006).

Um dos instrumentos previstos na PNRS é a educação ambiental. Nesse sentido, Neder (1998) considera que o papel da educação em projetos ambientais seja fundamental na garantia de resultados. É necessário que sejam incentivadas ações nas quais a informação possa provocar uma resposta organizada da sociedade. Deve-se buscar meios que conduzam à mudança de comportamento. É importante que a comunicação ambiental ressalte sempre aspectos regionais, tanto em relação aos problemas quanto em relação às soluções que possam ser viabilizadas.

O conceito de lixo zero está associado à diminuição paulatina da geração de rejeitos pela sociedade, por meio de medidas que incentivam a redução da produção de resíduos sólidos; fomento do reaproveitamento de materiais; e o tratamento dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), reduzindo a quantidade de materiais aterrados (SOUZA, et al., 2016). Desde os anos 1970 este conceito vem sendo propagado “como uma filosofia em que a sociedade moderna se responsabiliza por estabelecer novas bases do ciclo de vida dos RSUs” (SOUZA et al., 2016, p. 380), se mostrando alinhado aos princípios da PNRS. No município de Guarulhos, São Paulo, o programa Lixo Zero é um conjunto de Leis, projetos, técnicas, ações, métodos e tecnologias que objetivam conjuntamente incentivar a separação dos resíduos na fonte (serviços públicos, privados e municipais), coletar e destinar de forma ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável, 100% dos resíduos gerados, transportados, tratados e destinados no município.

O programa teve início em 2017, e o calendário de atividades é itinerante. As atividades são realizadas pelas Secretarias de Serviços Públicos (SSP) e de Meio Ambiente. O primeiro ano do programa teve um viés voltado para ações, onde a organização das atividades se deu pelas regionais da SSP, com identificação conjunta dos eixos prioritários, e definição das atividades a serem realizadas (Quadro 1). Os principais parceiros foram as escolas e as unidades de saúde (Quadro 1). A participação da comunidade viabilizou a realização de ações pontuais, como a revitalização de áreas urbanas onde havia disposição inadequada de resíduos sólidos, e sua manutenção pela população. Dias (2003) enfatiza a importância do envolvimento da população para o sucesso das ações de gestão dos resíduos sólidos domiciliares. No entanto, após os primeiros meses, o modelo de ações foi redefinido, pois a adesão de unidades de ensino e de saúde municipais foi mais representativa do que a adesão das regionais da SSP, e as ações passaram a ser realizadas por demandas de escolas e unidades básicas de saúde. Com isso, houve uma mudança do foco de ações práticas, que impactam diretamente as políticas públicas municipais no setor dos resíduos sólidos urbanos (Quadro 1), para ações de sensibilização, que envolvem alunos de escolas municipais, moradores de condomínios. Tais atividades, voltadas para educação ambiental e sensibilização da comunidade são previstas na PNRS e são uma etapa fundamental para o sucesso de programas que serão implementados pelo governo municipal (NEDER, 1998).

Mês	População envolvida	Ações efetivas
Agosto, 2017	1.637	Soluções Laboratório Lixo Zero Guarulhos Secretarias (prédios SSP/Obras, Assuntos Difusos) Sensibilização com as coordenadoras do Educação de Jovens e Adultos
Setembro, 2017	4.167	Sensibilização em condomínios residenciais Mobilização para reunião de Implantação da Área de Lazer e “Grafitasso da Sustentabilidade” no muro da Central de Triagem do Ponte Alta, Educação ambiental formal em escolas, com alunos Educação ambiental formal em Unidades de Saúde Reuniões de Implantação do Programa Lixo Zero nas Regionais
Outubro, 2017	18.770	Educação ambiental formal em escolas, com alunos Cata Treco na região do Taboão “Pit Stop Lixo Zero” (Parque Cecap e no Bosque Maia) 71 Atividades relacionadas à Semana Lixo Zero (palestras, cursos, oficinas, workshops, trilhas)
Novembro, 2017	9.957	Brilha Guarulhos Circuito de Coleta Seletiva: Flamengo, Maria Dirce, Presidente Dutra, Inocoop
Dezembro, 2017	20	Sensibilização Condomínio Reserva Mayor Montagem do Natal Lixo Zero
Janeiro, 2018	2.332	Formação de professores Visitas técnicas, Cata treco. Atividade recreativa e lúdica Elaboração participativa de políticas públicas
Fevereiro, 2018	4.141	Educação ambiental formal em escolas Cata treco Reunião Juventude Lixo Zero Construção coletiva da Pauta do Fórum Lixo Zero
Março, 2018	1.466	Educação ambiental formal em escolas, com alunos Capacitação para coordenadores pedagógicos e técnicos da prefeitura Palestra aberta à comunidade Ação de plantio para revitalização de área de descarte irregular Visita técnica Reunião Juventude Lixo Zero
Abril, 2018	2.544	Cata treco Reunião Juventude Lixo Zero Sensibilização em condomínios residenciais Capacitação para técnicos da prefeitura e servidores da secretaria de saúde Oficina de compostagem
Mai, 2018	491	Fórum Lixo Zero Exposições em áreas de uso coletivo Cursos para servidores e para professores da rede municipal de ensino Sensibilização dos frequentadores dos Pontos de Entrega Voluntária
Junho, 2018	1.946	Exposição de compostagem, Visitas técnicas. Palestras (alunos, servidores municipais) Sensibilização dos frequentadores dos PEVs

Quadro 1. Ações realizadas no primeiro ano do Programa Lixo Zero em Guarulhos, São Paulo (Agosto de 2017 a Julho de 2018). Fonte: adaptado de Relatório do Programa Lixo Zero⁸⁵

85. Relatório de atividades do Programa Lixo Zero, fornecido pelas Secretarias de Serviços Públicos e de Meio Ambiente, Guarulhos, São Paulo.

O município de Guarulhos apresentou, em 2016, um atendimento de coleta seletiva para 14,96% da população (SNIS, s.d.), próximo à população brasileira atendida por coleta seletiva no mesmo ano (CEMPRE, s.d.). Ainda assim, a taxa de recuperação de materiais recicláveis foi baixa, representando 1,74%, e a taxa de materiais recolhidos pela coleta seletiva em relação à quantidade total coletada de resíduos sólidos domésticos foi de 1,97%. Esses números reforçam a importância das ações de sensibilização e de educação ambiental, em conjunto com a ampliação dos serviços públicos, para possibilitar o sucesso das ações implementadas, como mencionado por Dias (2003) e Neder (1998).

O primeiro ano do Programa Lixo Zero apresentou dificuldades no padrão de atividades realizadas, e na definição de seu objetivo principal. Porém, mobilizou um número importante em torno da gestão dos resíduos sólidos urbanos. Este programa tem um potencial no processo de sensibilização, de engajamento de vários atores sociais, especialmente quando realizado em consonância com as ações da municipalidade, em consonância com os preceitos da governança ambiental e da PNRS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas brasileiras, após a Constituição Federal de 1988, passaram a incluir princípios de participação democrática e de descentralização nos processos de tomada de decisão e de implementação das políticas públicas. Dessa forma, as políticas nacionais de saneamento básico e de resíduos sólidos, incorporaram em seu texto esses princípios.

O conceito de governança adotado pelas autoras considera aquela que é realizada por meio da participação, da descentralização, da inclusão e justiça social. A PNRS criou um ambiente favorável para a participação e a descentralização na implementação das políticas públicas de resíduos sólidos, o que favorece também a inclusão. Foi neste contexto que o Programa Lixo Zero teve o início de sua implementação, no município de Guarulhos, São Paulo. Apesar de ter um plano de ação desenvolvido entre duas secretarias, e com o apoio do atual governo municipal, as estratégias estão sendo desenvolvidas de acordo com a receptividade da comunidade em relação às atividades propostas. Por um lado, essa adaptação é coerente com um processo participativo, que envolva a comunidade; e por outro, essa espontaneidade dificulta o acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações. No entanto, o alcance contínuo à população é positivo e é uma etapa essencial para a governança ambiental no município.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, L. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Opin. Publica*, Campinas, v. 14, n. 1, p. 43-64, June, 2008.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 13/12/2018.

CAMPOS, V.N.O.; FRACALANZA, A.P. Governança das Águas no Brasil: conflitos pela apropriação da água e a busca da integração como consenso. In: *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v.XIII, n.2, p.365-382, 2010.

CASTRO, J.E. Water governance in the twentieth-first Century. *Ambiente & Sociedade*, v.10, n.2, p.97-118, jul./dez, 2007.

CEMPRE – Compromisso Empresarial para Reciclagem. Ciclossoft 2016. S.d. Disponível em URL: <<http://cempre.org.br/ciclossoft/id/8>> Acesso em: 18/12/2018.

DIAS, S. M. F. Avaliação de programas de educação ambiental voltados para o gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo. 2003.

FRACALANZA, A.P. Gestão das Águas no Brasil: rumo à governança da água? In: RIBEIRO, W. C. (Org.) *Governança da água no Brasil – Uma Visão Interdisciplinar*. São Paulo: Editora Annablume, 2009.

GURGEL, C. e JUSTEN, A. Controle social e políticas públicas: a experiência dos Conselhos Gestores. In: *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, n. 47, vol. 2, p. 357-378, mar./abr. 2013.

HOVE, S. van den. Participatory approaches to environmental policy-making: the European Commission Climate Policy Process as a case study. *Ecological Economics*, vol. 33, 2000, p. 457-472.

JACOBI, P.R. Governança ambiental, participação social e educação para a sustentabilidade. In: PHILIPPI, A. et al. (Orgs.) *Gestão da Natureza Pública e Sustentabilidade*. São Paulo: Manole, 2012. p. 343-361.

_____. Gestão democrática e participativa no saneamento: conceitos e problematização. In: Brasil. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. PMSS. Instrumentos das políticas e da gestão dos serviços públicos de saneamento básico. coord. Berenice de Souza Cordeiro. Brasília: MCidades, 2009. p. 103-113.

_____. (Org.). Gestão compartilhada dos resíduos sólidos no Brasil: inovação com inclusão social. São Paulo: Annablume, 2006.

JACOBI, P.R.; BESEN, G.R. Gestão de resíduos sólidos em São Paulo: desafios da sustentabilidade. In: Estud. av., São Paulo, v.25, n.71, jan/apr. 2011.

JACOBI, P.R.; FRACALANZA, A.P.; EMPINOTTI, V.; SOUZA, A.N. Governança Ambiental. In: AMBRIZZI, T.; JACOBI, P.R.; DUTRA, L.M.M. (Orgs.) Ciência das Mudanças Climáticas e sua Interdisciplinaridade. São Paulo: Annablume, 2015. p.261-281.

JACOBI, P.R.; GÜNTHER, W.M.R.; GIATTI, L.L. Agenda 21 e governança. Estud. av. 26 (74), 2012. 331-340.

NEDER, L. T. C. Reciclagem de resíduos sólidos de origem domiciliar: análise da implantação e da evolução de programas institucionais de coleta seletiva em alguns municípios brasileiros. In: VEIGA, J. E. (Org.). Ciência Ambiental: primeiros mestrados. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1998.

PAZ, M.G.A. da; JACOBI, P.R. Integração das Políticas Públicas de Saneamento e Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica Sorocaba e Médio Tietê. In: 7o Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2015, Brasília, DF. Anais do 7o Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2015.

PITERMAN, A.; HELLER, L.; REZENDE, S.C. (A falta de) Controle social das políticas municipais de saneamento: um estudo em quatro municípios de Minas Gerais. In: Saúde Soc, São Paulo, v.22, n.4, p.1180-1192, 2013.

RIBEIRO, W.C. (Org.) Governança da Água no Brasil: uma visão interdisciplinar. Paulo: Annablume; FAPESP; CNPq, 2009.

SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. Série histórica. S.d. Disponível em URL: < <http://www.snis.gov.br/aplicacao-web-serie-historica>>. Acesso em: 18/12/2018.

SOLANES, M.; JOURALEV, A. Water Governance for Development and Sustainability. Série Recursos Naturales e Infraestructura, CEPAL, Santiago, Chile, junho de 2006.

SOUZA, M.A. de, et al. Lixo Zero: por uma rota tecnológica alinhada às diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos. In: Pereira, B.C.J. e GOES, F.L. Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional. Brasília: IPEA, 2016. p. 377-406.

SUSSKIND, L. Resource Planning, Dispute Resolution, and Adaptive Governance. In: SCHOLZ, T; STIFTEL, B. (Eds.) Adaptive Governance and Water Conflict: New Institutions fo Collaborative Planning. Washington: RFF, 2005.

TENÓRIO, J. A. S.; ESPINOSA, D. C. R. “Controle Ambiental de Resíduos”. In: PHILIPPI, A.; ROMÉRO, M. A.; BRUNA, G. C. (Ed.). Curso de Gestão Ambiental. São Paulo: USP, 2004.



POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: O CASO DO PLANO DE BAIRRO DO JARDIM LAPENNA COMO UM CAMINHO DA DEMOCRACIA PARA UM TERRITÓRIO DE DIREITOS

ANDRELISSA TERESSA RUIZ

MARCELO VILELA DE ALMEIDA

INTRODUÇÃO

As periferias das grandes cidades como São Paulo são marcadas por histórias de luta em contextos nos quais o desejo de uma vida melhor esbarra na urgência pela sobrevivência e o ato de participar concorre com o simples exercício do viver. São territórios muitas vezes invisíveis aos governos, mas que encontram nos espaços de participação um meio de se fazerem vistos. É por meio de mobilizações comunitárias ou espaços de participação social institucionalizados pelo poder público que a população periférica consegue encaminhar suas demandas, pois dificilmente esses territórios recebem melhorias sem esses movimentos de pressão e ação, uma vez que, na democracia representativa, essa população tem apenas o status de eleitorado, ainda não ocupando os espaços decisórios. Então, como se reconhecer numa democracia na qual não se alcançam todos os espaços?

Com a incorporação do conceito de democracia participativa aos processos democráticos, começamos a ver espaços políticos mais plurais, mas ainda não alcançando os níveis deliberativos.

Segundo Pateman (1992), a democracia participativa é um regime político que engendra o desenvolvimento humano, aumenta o senso de eficácia, reduz o senso de distanciamento dos centros de poder, nutre uma preocupação com problemas coletivos e contribui para a formação de um corpo de cidadãos ativos e conhecedores, capazes de terem um interesse mais agudo pelos assuntos governamentais. (Dagnino; Pinto, 2007, p. 36)

Enquanto a ocupação dos espaços da democracia não é possível às populações mais pobres, essas buscam outros meios de influenciar as decisões do poder público. Esses meios podem ser participações em conselhos, encontros com parlamentares e tantas outras formas de acessar o Estado. Essa forma de se relacionar com o Estado é chamada por Skocpol (1992 apud Gurza Lavalle et al., 2017) de encaixes socioestatais, entendidos como:

[...] processos de interações socioestatais que permitiam aos atores sociais ora se adequar favoravelmente ao – e tirar vantagem para a mobilização do – contexto institucional maior, ora “cavar espaços ou entradas” ou, mais propriamente, arquitetar encaixes institucionais no Estado. (Skocpol, 1992 apud Gurza Lavalle et al., 2017, p. 5)

Sendo assim, esses encaixes contribuem para a diversificação dos atores na política local e podem ser um importante mecanismo de acesso ao poder público, como veremos a seguir na experiência do Plano de Bairro do Jardim Lapenna.

PLANO DE BAIRRO DO JARDIM LAPENNA – SONHOS E INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO URBANO EM PROL DE UM TERRITÓRIO DE DIREITOS

As periferias da cidade de São Paulo são lugares emblemáticos: são cheias de vida e, ao mesmo tempo, esvaziadas da presença do poder público. Quando essa presença se dá, traz consigo uma história de muita luta e mobilização por parte de moradores e associações de bairro. Assim é o Jardim Lapenna, território localizado entre o rio Tietê e a linha Safira da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), que surge em 1965, como um loteamento da família Lapenna, segundo o Departamento de Gestão do Patrimônio Imobiliário (DGPI).

Localizado no distrito de São Miguel Paulista, Zona Leste de São Paulo, o Jardim Lapenna é um território com fronteiras bem delimitadas que já ilustram a sua separação física do restante da cidade – inclusive, há cerca de doze anos, a única entrada para pedestres no bairro era um “buraco” no muro da CPTM.

Em se tratando de um território já delimitado pela linha férrea para não ter habitação, esta área, como tantas outras, ficou por muito tempo invisível ao poder público, que não destinava recursos para tais áreas. Para uma ideia mais precisa das características do território em questão, segundo o Índice

Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) 2013, a população em alta e muita alta vulnerabilidade (IPVS 5 e 6) está em 16,3% da cidade de São Paulo; 6,5% no distrito de São Miguel (no qual o Jardim Lapenna se encontra) e 53,5% no Jardim Lapenna, ou seja, bem acima do índice da cidade e do próprio distrito.

Tal condição é agravada por um grande aumento populacional recente, devido às ocupações dos últimos cinco anos. Segundo o Censo Demográfico 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população era de 6.780 habitantes, porém a unidade básica de saúde (UBS) local tem cadastradas 9.315 pessoas e estima que o número de habitantes do bairro seja cerca de 12.000 mil; ou seja, trata-se de uma localidade que lida diariamente com desafios de relações ambientais e sociais entre moradores novos e antigos.

Então, como garantir direitos básicos a essa população? É nesta perspectiva que a mobilização social sempre funcionou neste território: com a organização das questões emergentes de forma a viabilizar um diálogo com o poder público e envolver uma parte significativa da população local na demanda por políticas públicas e ações concretas.

Neste sentido, o Jardim Lapenna tem uma longa história de mobilização social, iniciada por líderes comunitários que foram os primeiros habitantes do bairro. Com a articulação dos líderes comunitários e a criação da Sociedade Amigos do Jardim Lapenna em 1981, outras instituições foram se instalando no bairro. É o caso da Fundação Tide Setubal⁸⁶, que chega no Jardim Lapenna em 2007 a partir de uma parceria de cogestão de um espaço educativo com a Sociedade Amigos do Jardim Lapenna.

As mobilizações do Jardim Lapenna têm um histórico de conquistas importantes: somente na última década, esses processos conseguiram a vinda de um caminhão de pequeno porte para a coleta de lixo nas vielas, dois centros de educação infantil (CEI), uma UBS, coleta de parte do saneamento básico por meio de coletor tronco e um acesso ao bairro pela estação São Miguel da CPTM, acesso este que não constava do projeto original da nova estação. Todas essas conquistas foram advindas de processos de mobilização social, nos quais instituições locais estavam presentes juntamente com os moradores – nesses casos, em particular, houve participação da Fundação Tide Setubal e da Sociedade Amigos do Jardim Lapenna.

A Fundação Tide Setubal sempre exerceu no bairro um papel de animadora da rede de mobilização local e convidou outras organizações sociais, educativas e de saúde do bairro para compor um grupo, no qual seriam pensados caminhos

86. Organização familiar sem fins lucrativos com doze anos de atuação em São Miguel Paulista, que teve como missão na última década o desenvolvimento local sustentável desta área.

para garantir um processo de mobilização social contínuo, fortalecendo a organização comunitária. Para orientar esse caminho, o instrumento escolhido foi o plano de bairro, instrumento participativo previsto no artigo 118 do Plano Diretor de São Paulo⁸⁷.

Tal instrumento continha duas exigências importantes: ser construído de forma participativa e ser aprovado pelo Conselho de Representantes da Cidade (na sua ausência, pelo Conselho Participativo Municipal). Sendo assim, dois desafios estavam postos: como mobilizar uma parte significativa da população do Jardim Lapenna para essa construção, e como confeccionar um documento que expressasse os desejos daquela localidade e que fosse factível com as questões técnicas que permeiam o desenvolvimento urbano?

É neste momento que surge a necessidade de conectar saberes: de um lado o saber das organizações sociais com a mobilização comunitária, sobretudo da Fundação Tide Setubal, a qual percebe a necessidade de agregar o saber técnico para traduzir os desejos dos moradores em ações factíveis e contrata a consultoria do Centro de Estudos e Pesquisa de São Paulo (CEPESP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Importante citar também um terceiro saber, o de quem vive no bairro e entende suas reais necessidades, conseguindo muitas vezes medir os impactos de cada ação e antever conflitos. Entretanto, por se tratar de instrumento que necessita de aprovação e orçamento público, os poderes públicos local e municipal se tornam, também, atores fundamentais nesse processo.

Pode-se dizer, então, que o Plano de Bairro do Jardim Lapenna foi formulado a partir de uma tríade, com diversas estratégias para alcançar os diferentes objetivos de cada parte; são elas:

- 1) Mobilização social: ações realizadas com o objetivo de reunir o maior número possível de pessoas que pudessem colaborar com a construção do plano trazendo propostas; fazendo interlocução com quem não participa diretamente do processo; divulgando as etapas do projeto e formulando ações para dar concretude ao plano.
- 2) Parte técnica – responsável pela organização do documento:

87. “Assim, o § 1º do artigo 182 da Constituição de 1988 exigiu a participação de organizações da sociedade civil na tomada de decisões sobre questões urbanas e um ‘plano diretor da cidade aprovado pela Câmara Municipal como obrigatório para todas as cidades com mais de 20.000 habitantes [...]’ (Brasil, 1988). [...] Após uma batalha legal de 13 anos no Congresso, desde a proposta de legislação pelo Senador Pompeu de Sousa, o chamado ‘Estatuto da Cidade’ foi aprovado em 2015. A obrigatoriedade de planos diretores com audiências públicas define a presença de associações da sociedade civil levando a que centenas de cidades brasileiras tenham planos diretores em que os atores civis e o Estado interagem de perto. Hoje, existem perto de 1500 cidades brasileiras com planos diretores municipais” (Avritzer, 2012, p. 391).

à medida que a comunidade trazia seus desejos, os técnicos do CEPESP-FGV sistematizavam as propostas e “traduziam” as demandas de forma que pudessem ser entendidas por uma leitura técnica pelo poder público, mas sem perder a identidade daquela comunidade para que todos se reconhecessem no documento final.

- 3) Articulação política: por ser tratar de um instrumento de planejamento urbano da cidade, o poder público municipal é peça chave no processo do plano de bairro. Assim, desde o início do projeto, houve a preocupação de aproximar o poder municipal local, no caso a subprefeitura, das etapas de construção e aprovação do documento. No primeiro ano do projeto essa articulação acontece mais em nível local, devido à necessidade de aprovação do plano. No segundo ano, com o documento já finalizado, a articulação acontece também em nível de macropolítica, com a apresentação do documento para o poder legislativo em audiências públicas, para que se possa incidir no orçamento da cidade, e às secretarias municipais que possam contribuir para o plano ser efetivado, como as Secretarias de Subprefeituras, de Planejamento Urbano e de Gestão.

Ainda sobre a articulação política, um movimento muito importante foi também envolver o Conselho Participativo Municipal em todas as etapas, já que esta é a instituição participativa responsável pela aprovação. Sendo assim, pode-se afirmar que o processo do Plano de Bairro do Jardim Lapenna foi um importante exercício de engajamento político aliando diversos encaixes socioestatais: desde a participação social institucionalizada a reuniões diretamente com o poder público.

Outro ponto importante de todo esse processo de mobilização foi, sem dúvida, a formação do Colegiado do Plano de Bairro, pois é este grupo que faz com que a proposta tenha continuidade e não fique centralizada em uma única pessoa ou instituição. Este grupo é a parte mais rica do processo, pois os moradores se perceberam como seres políticos e reconheceram a força da ação coletiva. O Colegiado é, ao mesmo tempo, um espaço para mobilização e para a prática pedagógica. A formação política é intrínseca ao processo e ocorre, muitas vezes, de forma natural e dialógica com a prática cotidiana.

O morador assume sua condição de sujeito. Assim, pode-se afirmar que o sujeito não é uma construção que somente acontece nos espaços formais; ele

acontece a todo tempo e, da mesma forma que esse sujeito absorve saberes, ele também os produz. Verifica-se, assim, o conceito de Gohn (2017, p. 11), que entende o sujeito como “uma categoria que confere protagonismo, ativismo aos indivíduos e grupos sociais, transforma-os de atores sociais, políticos e culturais, em agentes conscientes de seu tempo, de sua história, de sua identidade, de seu papel como ser humano, político, social”. E, ao se reconhecer essa potência que cada um traz, é que se pode dar sentido a um processo coletivo: as potências individuais somam forças quando colocadas em um coletivo.

O ser humano é, também, um ser político e criador da sua própria ordem social. É a identificação deste papel que fez com que o Colegiado do Plano de Bairro do Jardim Lapenna⁸⁸ dividisse as propostas contidas no plano em duas frentes:

- Ações de energia comunitária, as quais os próprios moradores e instituições locais se organizam para efetivar propostas que não necessitam de alto investimento;
- Ações do poder público, que dependem de investimento do orçamento municipal. Para isso, o Colegiado tem realizado conversas com secretarias municipais e vereadores e tem participado das audiências públicas voltadas à discussão do orçamento da cidade.

Assim, o Plano de Bairro do Jardim Lapenna passa a ser mais que um instrumento de planejamento urbano participativo: ele instaura uma nova lógica política no bairro, na qual, com as demandas organizadas, os moradores conseguem negociar as melhorias para o bairro por meio da vocalização coletiva (e não mais individual) de determinadas lideranças, além de estarem mais preparados para se inserirem em oportunidades que possam aparecer (até mesmo do investimento social privado que, muitas vezes, procura as áreas periféricas para destinar recursos financeiros).

Mas, sem dúvida, essa organização das demandas é um fator importante no sucesso dos encaixes socioestatais buscado pelo colegiado, como ver-se-á a seguir.

INTERFACES SOCIOESTATAIS: PONTOS DE ACESSO PARA A CONCRETUDE DAS AÇÕES

O processo de mobilização social para elaboração do plano de bairro foi, certamente, um dos pontos mais importantes dessa construção por um território de direitos; porém, como se trata de um instrumento de planejamento urbano e é necessário envolver outros atores que influenciam a organização

88. Que inclui, também, a Vila Gabi e o Jardim Nair.

das cidades, as relações com o poder público se tornam parte fundamental do processo. Por isso, pretende-se, agora, analisar as estratégias utilizadas para alcançar esses atores do poder público e os resultados advindos dessas interações. Para tanto, será considerado o conceito de interface socioestatal abordado por Pires & Vaz (2014) a partir das obras de Vera (2006), Vera & Hevia (2006), Hevia & Vera (2010), e Gurza Lavalle & Vera (2010):

A interface socioestatal consiste, segundo os autores, num espaço de interações de sujeitos individuais ou coletivos intencionados e portadores de projetos sociopolíticos específicos, marcado por relações (comumente) assimétricas de troca, disputa ou conflito em torno de algum tipo específico de bem, e cujos resultados podem gerar tanto implicações coletivas quanto implicações estritamente individuais. Ao considerarmos esses sujeitos, por um lado, estatais e, por outro, sociais, podemos pensar em arenas políticas cujas dinâmicas se delineiam por temáticas específicas e pelas preferências, narrativas e interesses de cada agente. (Pires & Vaz, 2014, p. 65)

Assim, quando se fala em interfaces socioestatais, há à mesa dois atores importantes da arena política: a sociedade civil e o Estado. Avritzer (2012) situa historicamente o conceito de sociedade civil na Europa, na América Latina e no Brasil a partir do trabalho de Cohen & Arauto (1992): “Eles relacionaram a sociedade civil ao nível institucional de um mundo da vida, entendido como um lugar de socialização, interação social e atividades públicas” (Cohen & Arauto, 1992 apud Avritzer, 2012, p. 384).

Há ainda uma terceira fonte para o ressurgimento do conceito de sociedade civil, que é uma tradição neo-tocqueviliana ou neo-durkheimiana que diferenciou a esfera do Estado da esfera das associações voluntárias. Nesta concepção, a sociedade civil é uma instância autônoma de produção de solidariedade social (Shills, 1990; Feinberg et al., 2006). Nos três casos, a sociedade civil adquiriu o significado de um conceito cujo ressurgimento foi além dos modelos dualistas do século XIX, de diferenciação do Estado e da sociedade, tanto devido à sua independência da economia de mercado, quanto ao reconhecimento de que o problema da solidariedade social não pode encontrar uma solução satisfatória na esfera privada. (Avritzer, 2012, p. 384)

Ir além do modelo dualista é também compreender que a sociedade civil e o Estado possuem uma relação de interdependência que pode ser benéfica à medida que amplia a participação da sociedade e, conseqüentemente, a inserção de suas demandas.

O cenário brasileiro das relações entre Estado e sociedade civil tem se reconfigurado ao longo das últimas três décadas, suscitando esforços da literatura para diagnosticar tais mudanças. Em paralelo e junto à redemocratização política, uma quantidade cada vez maior de atores sociais passou a travar diferentes modalidades de interação com autoridades legislativas, executivas e judiciárias, de modo a ampliar as chances de serem institucionalmente incorporadas suas demandas. (Gurza Lavalle & Szawko, 2015, p. 158)

Sendo assim, a história da sociedade civil tem dois marcos: a década de 1980, na qual se buscava a autonomia; e, após 1988, quando as interações são percebidas, já que também fazem parte do processo democrático (Avritzer, 2012 apud Gurza Lavalle & Szawko, 2015).

A renovação conceitual comum a pesquisas mais recentes consiste em assentar o pressuposto de que autonomia não é – nem deve ser tomada como – sinônimo de não relação com o Estado e, mais amplamente, com o sistema político. (Tabagiba, 2008 apud Gurza Lavalle & Szawko, 2015, p. 177)

Ou seja, as relações com o Estado não significam perda da autonomia, pois neste caso o Estado é colocado como mais um ator da arena política, na qual se verifica a necessidade do diálogo também com ele, assim como com outros atores. E é no diálogo que está o maior desafio colocado à sociedade civil: como equalizar a comunicação com o poder público sem esquecer das bases; e como continuar a pressão sem fechar portas, já que essa interdependência é também uma relação de poder?

[...] os movimentos estão estrategicamente em meio a disputas partidárias e burocráticas, e não são essas interações que fatidicamente “tiram” deles sua atuação “autônoma”. Por outro lado, porém, em seus efeitos, tais interações pesam sobre os movimentos, que vivem sob a tensão inerente entre

a reivindicação de sua “autonomia” e a eficácia de suas lutas e conquistas políticas. (Tabagiba, 2010 apud Gurza Lavalle & Szwako, 2015, p. 177)

Outra questão importante é compreender que esses pontos de acesso para se relacionar com o Estado não são pré-definidos, alterando-se de acordo com o governo eleito. De maneira geral, os encaixes socioestatais costumam ter ampliação em governos progressistas, como os de esquerda; mas, como o Estado é poroso, mesmo nos governos conservadores é possível estabelecer alguma forma de relação. Por isso, os encaixes soioestatais são importantes estratégias para incidência de demandas.

Há muitas formas de se relacionar com o Estado e um mesmo ator social pode se utilizar de mais de uma delas ao mesmo tempo. Conforme Pires & Vaz (2014), pode-se dividir essas interfaces em formas de interação coletivas e individuais:

- ✓ Coletivas: conselhos, fóruns, conferências, audiências públicas, entre outras;
- ✓ Individuais: ouvidoria, consultas públicas, cargos institucionais, interações via tecnologia da informação, entre outras.

Vera & Gurza Lavalle (2012 apud Pires & Vaz, 2014, p. 62) chamaram essas relações de Arquiteturas Institucionais de Interação, nas quais pode-se analisar as diferenças de formatos, objetivos, papéis e burocracias. Esses itens de análises são importantes parâmetros para a escolha da interface mais adequada à demanda trazida pelo ator social, visto que o Estado é um ator burocrático e, a depender dos processos burocráticos, a demanda pode caminhar tão lentamente que investir nesta interface pode ser um elemento desagregador do processo, já que não se veem resultados: por exemplo, um mesmo movimento pode se utilizar de diferentes encaixes, desde que tenha clareza de que cada encaixe oferece possibilidades diferentes de interrelações. É possível que um movimento esteja participando de um conselho, por exemplo, a fim de ter informações mais detalhadas sobre algo e, talvez, participar de votações que o beneficie, além de buscar um encaixe no executivo para agilizar os processos de execução de sua demanda.

Skocpol (1995 apud Carlos et al., 2017, p. 373) afirma que “um ator social sem encaixes institucionais, isto é, apartado dos pontos de acesso e influência ao estado, terá menor probabilidade de fazer prevalecer seus objetivos”. Por isso, buscar encaixes institucionais é tentar garantir um espaço mais influente nos processos decisórios, e no caso do Plano de Bairro do Jardim Lapenna não

foi diferente, a começar pelo histórico desse instrumento que está previsto no Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo, ancorado no Estatuto das Cidades que, por sua vez, advém de processos nos quais a sociedade civil passa a institucionalizar as suas demandas (Gurza Lavalle & Szwako, 2015, p. 158).

Inclusive, no próprio artigo 348, Plano de Desenvolvimento de Bairros, do Plano Diretor Estratégico (PDE) consta como premissa para aprovação a relação com o poder público via conselhos municipais:

§ 3o Os Planos de Bairro serão aprovados pelos Conselhos de Representantes das Subprefeituras ou, até a instituição destes, pelos Conselhos Participativos Municipais (CPM) e debatidos pelo Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU) .(São Paulo, 2015, p. 153)

Então, entendendo neste artigo o Plano de Desenvolvimento de Bairro como uma política pública a ser executada, já que consta no PDE:

Art. 348. A Prefeitura deverá fomentar a elaboração de Planos de Bairro na cidade, a fim de fortalecer o planejamento e controle social local e promover melhorias urbanísticas, ambientais, paisagísticas e habitacionais na escala local por meio de ações, investimentos e intervenções previamente programadas. (São Paulo, 2015)

A partir da análise de atas⁸⁹ de registro do processo de elaboração do Plano de Bairro do Jardim Lapenna desde março de 2017, é possível perceber a interação com o poder público de quatro formas, conforme a figura 1.

Para criar uma representação coletiva do processo, formou-se o Colegiado Plano de Bairro, composto por nove organizações locais e cerca de quinze moradores do bairro; e, assim, a partir das interfaces escolhidas, é possível perceber que havia também uma estratégia de atuação: por vezes, todo o colegiado se fazia presente em determinadas atividades (como nas audiências públicas, por exemplo), a fim de fazer maior pressão; em outras ocasiões, apenas alguns representantes eram enviados, como forma de aproximação mais “cordial”.

Analisando o quadro 1, é possível verificar que todas as formas de interação

89. Documento interno da Fundação Tide Setubal sobre o processo do Plano de Bairro do Jardim Lapenna.

alcançaram resultados concretos (conquistas) e alguns encaminhamentos, os quais revelam que essas interações continuarão a existir por mais tempo. Apenas na interface “reuniões com secretarias municipais” não há registro de conquista efetiva ainda, somente encaminhamentos. Esse fato pode ser devido à complexidade das demandas levadas ao executivo, como também aos níveis de burocracia atrelados a essa instância de poder, visto que sua área de abrangência é maior do que o poder local, por exemplo.

Pires & Vaz (2014) criticam as formas de análises das interfaces socioestatais, quase sempre priorizando as de caráter coletivo em detrimento das individuais. No processo do plano de bairro, é sabido que as interfaces de caráter individuais ocorreram: deve-se considerar, por exemplo, as mensagens de WhatsApp enviadas diretamente a um agente do poder público como uma interface; porém, elas não estão analisadas ou descritas neste trabalho pela dificuldade em tê-las documentadas, já que ocorreram informalmente. Entretanto, não as analisar não significa ignorar as interações entre as próprias interfaces, suas complementaridades ou tensões – afinal, isso é ainda mais fácil de medir quando se trata de microterritórios.

Interface	Número de encontros	Encaminhamentos	Conquistas
Reuniões do Colegiado com poder público local	18 reuniões	Subprefeitura providenciará um estudo para verificar a viabilidade de um ecoponto no bairro - Subprefeitura está junto a CET fazendo um estudo técnico sobre a requalificação da principal rua do bairro	Apoio somando ações de zeladoria e materiais às ações do Plano de Bairro Ações periódicas de zeladoria (poda de árvores, recapeamento, reconstrução calçadas; limpezas de bueiros)
Audiências públicas	Seis participações em audiências públicas com falas na plenária, sendo uma audiência que teve como pauta o plano de bairro	Análise de sete ações do plano para inserção na Lei de Orçamento Anual (LOA) de 2018 (execução em 2019)	Audiência pública em equipamento social do próprio bairro Orçamento público destinado às ações do plano de bairro Jardim Lapenna
Reuniões do Colegiado com secretarias municipais	Duas reuniões com a Secretaria de Gestão Três reuniões com Secretaria das Subprefeituras Uma reunião com técnicos da Secretaria da Fazenda Uma reunião com técnicos da Secretaria de Urbanismo	Projeto de requalificação da Rua Rafael Zimbard sendo discutido pela Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) e orçado pela ata de construção da Subprefeitura, conforme solicitação do secretário das subprefeituras	
Ocupação de assentos em conselhos municipais	Um membro do colegiado no Conselho Participativo de São Miguel (CPM) e três reuniões sobre o plano de bairro Dois membros no conselho gestor da UBS Jardim Lapenna Um membro no Conselho de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CADES) e uma reunião sobre o plano de bairro Uma reunião com o Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU), para apresentar o plano	Mudança de local da UBS Jardim Lapenna (Conselho Gestor da UBS) Implantação de Ecoponto (CADES)	Aprovação do documento – Plano de Bairro Jardim Lapenna pelo CPM e CMPU

Figura 1. Interfaces socioestatais utilizadas pelo Colegiado do Plano de Bairro do Jardim Lapenna.

Elaborado por Andreilissa Teresa Ruiz (2018).

Quando se analisam as interfaces socioestatais e seus resultados (quadro 1), é preciso levar em consideração muitas variáveis, tais como: extensão, evolução temporal, distribuição setorial e temática, implicações devido ao formato, frequência e intensidade, e propósitos. A análise desses elementos faz com que as estratégias sejam adaptadas de forma a ser mais efetiva a entrada institucional por esse ou aquele encaixe.

O quadro a seguir (Figura 2)⁹⁰ reflete a importância de se criar estratégias de interrelações levando em conta essas variáveis.

Interface	Formato	Propósito	Estratégia	Expectativa
Reuniões com poder local	Reuniões no gabinete ou no território	Alinhar interesses	Manter o poder público local informado de todas as ações, mesmo quando não dependem de sua intervenção	Conquistar o apoio para não ter dificuldades com as burocracias locais
Reunião com poder executivo municipal	Reuniões nos gabinetes com o próprio secretário ou equipe técnica	Inserir as ações do plano de bairro nos próximos planejamentos orçamentários da cidade (conseguir essa inserção ou descobrir os caminhos mais efetivos)	Apresentar a ideia dos planejamentos urbanos participativos como algo importante para toda a cidade, já que pode garantir a eficiência dos gastos públicos e colaborar com o planejamento das subprefeituras	Ter orçamento municipal, assim como apoio técnico, para execução das ações
Audiências públicas	Audiências com munícipes, na Câmara Municipal, Subprefeitura de São Miguel Paulista e no próprio Jardim Lapenna	Vocalizar o movimento de planos de bairro pela cidade	Falas em todas as plenárias, inclusive mais de uma vez, podendo ser divididas entre uma organização social, um morador e um morador na função de conselheiro municipal	Incidir no orçamento da cidade, com vistas à obtenção de verbas voltadas ao desenvolvimento de bairros
Ocupações de assentos em conselhos municipais	Reuniões nos espaços institucionais do poder local	Somar forças com outras instâncias participativas	Ter membros do Colegiado nesses espaços ou, na ausência de membros, solicitar reuniões para apresentar o andamento do plano de bairro aos conselhos	Ter apoio dos conselheiros nas ações, inclusive para ampliar a vocalização da importância do plano de bairro para as áreas periféricas, sobretudo da várzea do Tietê, onde se localiza o Jardim Lapenna

Figura 2. Combinação de variáveis das interfaces para atender as expectativas.

Elaborado por Andreilissa Teresa Ruiz (2018).

Considerando que as interfaces socioestatais são o encontro entre atores estatais e sociais, sempre permeado por diversas variáveis e contextos, o que faz com que sejam formatos abertos e instáveis de interação, não é possível precisar seus resultados, formatos ou procedimentos. Cada interação produz

90. Elaborado a partir do acompanhamento do processo do Plano de Bairro Jardim Lapenna e das participações do Colegiado, no qual são definidas as estratégias de atuação.

um conhecimento e um fluxo indeterminado que é moldado de acordo com as experiências envolvidas, tanto dos atores estatais, como dos sociais.

Essas interações, segundo Gurza Lavalle & Vera (2010 apud Pires & Vaz, 2014, p. 66) abarcam múltiplas arquiteturas, que podem ser de:

- ✓ Consultas: com caráter mais comunicacional, pode ser para contribuição da sociedade para o Estado; para transparência do Estado com a sociedade; ou comunicativa quando ambos se informam mutuamente;
- ✓ Corresponsabilização: que pode ser mandatária, na qual a condução das políticas é por parte da sociedade civil; ou de transferência, na qual o Estado controla a sociedade;
- ✓ Cogestão: condução de políticas por processos decisórios compartilhados entre sociedade e Estado.

No caso, o Plano de Bairro do Jardim Lapenna se encaixaria mais, neste momento, no caráter comunicacional, trazendo contribuições da sociedade civil para o Estado.

Todavia, apesar dos esforços das pesquisas em dar conta das inúmeras formas de relação entre Estado e sociedade, e todas as causas advindas dessas relações, o processo de construção de políticas públicas ou, no caso do Plano de Bairro, de um território de direitos, é permeado de interações que vão além desta dualidade e, conseqüentemente, se abre um leque enorme de variáveis que podem ser investigadas, de caracteres subjetivos e objetivos; sendo assim resulta inviável jogar esses processos com simples medidas de sucesso ou fracasso. Carlos et al. (2017) reforçam isso em suas considerações sobre movimentos sociais e trazem outros autores:

Amenta et al. (2010, p. 14.4) assinalam que “os desafiantes podem não conseguir alcançar o seu programa estabelecido e ser considerados derrotados, mas, ainda assim, ganhar novas vantagens substanciais para a sua clientela”. [...] Ao invés de sucesso e fracasso, a literatura vem utilizando as categorias de efeitos internos e externos. Earl (2000) propõe uma classificação em resultados intramovimento e extramovimento. Os estudos sobre os efeitos intramovimento assinalam as conseqüências (i) nos ativistas, em seu ciclo de vida (conseqüências pessoais e biográficas), (ii) no movimento, na construção de sua identidade coletiva e padrões organizacionais, (iii) no campo do movimento, pela criação de contra-movimentos e influência em outros movimentos (Earl, 2000). (Carlos et al., 2017, pp. 364-365)

Como as interrelações entre poder público e sociedade civil estão intrinsecamente articuladas com as oportunidades políticas, esses outros ganhos internos ao movimento também entram na estratégia para aproveitar melhor essas oportunidades, ou seja, pode-se potencializar um ponto forte individual de um membro do movimento para trazer contribuições ao coletivo, o que faz com essa relação entre resultados externos e internos seja também uma relação de mútua dependência. Em outras palavras, para ocupar interfaces socioestatais de maneira mais estratégica, é preciso aproveitar as capacidades do movimento, tais como: conhecimentos técnicos, redes de contato, capacidade de mobilização, capacidade de influenciar a opinião pública e, até mesmo, vínculos partidários.

Quando o movimento arquiteta um encaixe no Estado, ganhando acesso privilegiado em detrimento de outros atores, podemos nos aproximar analiticamente da concepção de permeabilidade do Estado (Marques, 2006), isto é, das partes do Estado acessadas e potencialmente influenciadas pelos atores não estatais, o que também contribui para a descrição analítica do Estado. O conceito de encaixe ilumina, portanto, a permeabilidade do Estado aos atores do movimento, sem que deixemos de lado a trajetória das mobilizações. (Carlos et al., 2017, p. 375)

Outra questão importante é que o fato do movimento acessar um encaixe não substitui outras ações do movimento, ou seja, as outras ações dos movimentos ocorrem paralelamente à ação de buscar um encaixe no Estado, pois simplesmente alcançar um espaço de relação com o poder público não se constitui em uma meta alcançada; pelo contrário, é uma oportunidade importante, mas sempre instável, em função das mudanças e dos limites da política institucional e do cenário político. Isto é claramente evidenciado quando se analisa o Plano de Bairro do Jardim Lapenna e se constata que as pautas das reuniões com os moradores (que acontecem toda semana) encontram correspondência com os processos de diálogo com o poder público. Assim, ao mesmo tempo em que há tentativas de encaixes socioestatais, os moradores e organizações locais planejam ações que eles denominam de “ações de energia comunitária”, que são intervenções no bairro com pouco custo, que trazem benefícios consideráveis e valorizam o discurso de que o plano de bairro é um movimento que traz mudanças para aquele local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O documento do Plano de Bairro do Jardim Lapenna é um marco importante para todos os envolvidos nesse processo; porém, o que se gerou a partir de todas essas ações é o mais significativo: a participação cidadã, a coesão de um território em torno de interesses comuns, a conexão entre diversas instâncias de participação e entre diversos setores da sociedade (sociedade civil, academia e poder público) são ganhos expressivos estimulados por tal processo.

As provocações para olhar a localidade também são importantes pontos de partida, pois é muito comum o simples recebimento de informações e imagens fornecidas pela mídia sobre determinado bairro; e mesmo quando é possível fazer a própria leitura da nossa localidade, onde se pode expressá-la e/ou compartilhá-la? O Colegiado do Plano de Bairro do Jardim Lapenna se tornou este espaço de troca, de diagnóstico, de formação e de proposição.

O documento com as propostas do Plano de Bairro do Jardim Lapenna está pronto, a luta pela implementação das ações está acontecendo e as interfaces socioestatais tem papel preponderante nisso, ainda mais em um território no qual a fisiologia já foi a relação determinante. Com as novas formas de interrelação entre o Colegiado e o poder público, a prática política deixa de ser o lugar para tirar vantagem e passa a ser o lugar da construção por um território de direitos.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. *Sobre a reprodução*. Petrópolis: Vozes, 1999.

AVRITZER, L. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. *Opinião Pública*, Campinas, v. 18, n. 2, p. 383-398, nov. 2012. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762012000200006>. Acesso em: 25 nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762012000200006>.

CARLOS, E.; DOWBOR, M.; ALBUQUERQUE, M. C. A. Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas: balanço do debate e proposições analíticas. *Civitas Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 360-378, maio-ago. 2017. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/25925/15858>. Acesso em: 25 nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2017.2.25925>.

DAGNINO, E.; PINTO, R. P. (Org.). *Mobilização, participação e direitos*. São Paulo: Contexto, 2007. (Série Justiça e Desenvolvimento).

GOHN, M. G. Retrospectiva sobre a educação popular e os movimentos sociais no Brasil. *Movimento – Revista de Educação*, Niterói, ano 4, n. 7, p. 10-32, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://www.revistamovimento.uff.br/index.php/revistamovimento/article/viewFile/408/435>. Acesso em: 02 jan. 2019.

GURZA LAVALLE, A.; CARLOS, E.; DOWBOR, M.; SZWAKO, J. Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência. *Textos para Discussão CEM*, São Paulo, n. 19, p. 3-40, 2017. Disponível em: <http://web.fflch.usp.br/centrodametropole/678>. Acesso em: 25 nov. 2018.

GURZA LAVALLE, A.; SZWAKO, J. Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. *Opinião Pública*, Campinas, v. 21, n. 1, p. 157-187, abr. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762015000100157. Acesso em: 25 nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0191211157>.

PIRES, R. R. C.; VAZ, A. C. N. Para além da participação: interfaces socioestatais no governo federal. *Lua Nova*, São Paulo, n. 93, p. 61-91, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0102-64452014000300004&lng=es&tlng=pt. Acesso em: 25 nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452014000300004>.

SÃO PAULO (cidade). Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP. *Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo*: lei municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014; texto da lei ilustrado. São Paulo: PMSP, 2015. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/01/Plano-Diretor-Estrategico-Lei-n-16.050-de-31-de-julho-de-2014-Texto-da-lei-ilustrado.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2018.

Este livro, composto por textos oriundos do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política (ProMuSPP) da EACH-USP, se caracteriza por sua natureza interdisciplinar com abordagens diversificadas e busca ampliar as fronteiras dos olhares disciplinares.

Compõem a obra, os artigos:

A crise socioambiental impõe o diálogo entre saberes

Agruras agroalimentares: a aventura da produção de alimentos

Aproximações entre saúde da mulher e psicologia: reflexões a partir da experiência na formação de profissionais de saúde

As políticas públicas do não direito à habitação

Educação inclusiva é educação para todos? Uma análise das contradições na política de estado

Financiamento e interfaces societárias na política municipal de esporte da cidade de São Paulo

Inovação em políticas públicas: uma análise dos portais e ferramentas para disseminação

Memória política, direitos humanos: denúncia e resistência de grupos oprimidos contra a violência do estado

Notas sobre os efeitos da crise econômica e política sobre a população jovem brasileira

Participação política na gestão dos resíduos sólidos: programa lixo zero em Guarulhos, São Paulo

Patrimônio instituído e participação social: desafios contemporâneos

Pesquisando (n)a prática da educação social

Políticas públicas e participação social: o caso do plano de bairro do Jardim Lapenna como um caminho da democracia para um território de direitos

Visões da natureza como instrumento de criação de áreas protegidas

ISBN 978-85-391-0961-6



9 788539 109616

